

ADVERSO

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS. ANO V - N° 7 - JULHO DE 1995



PAR AVON

UNIVERSIDADE

ERRATA

Na tentativa de enfrentarmos contingências de espaço e de tempo, cometemos algumas imprecisões. Pedimos desculpas a autores e leitores pelos constrangimentos que, involuntariamente, lhes impusemos.

Página 3 Editorial - a redação correta do 3º parágrafo é: "Um novo conceito ocupa hoje, de forma crescente, o centro do debate político: o conceito de "espaço público". Não é lugar de explicitá-lo ou discuti-lo aqui. Observemos apenas que esta "transição conceitual", por assim dizer, pode ser avaliada tanto positiva quanto negativamente - sem querer apelar para dialéticas, elas também um pouco "depassées". No mais das vezes, ambas as apreciações se misturam".

No penúltimo parágrafo, onde se lê "encarregavam-se de afastar", leia-se "encarregavam-se de afastá-la".

Página 78 - Genival Veloso de França, autor do texto *Direito à integridade biológica e engenharia genética*, é professor na UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e não na UFPA.

Página 91 - No quarto parágrafo, terceiro período, onde se lê "hepistêmica", leia-se "epistêmica".

4

- A Faculdade de Filosofia na criação da UPA
Luiz Osvaldo Leite

7

- Universidade e territorialidades
Tania Mara Galli Fonseca

9

- O estatal, o público e a Universidade
Denis L. Rosenfield

13

- A crise do espírito de serviço público
Alain Supiot / apresentação de Rogério V. Coelho

26

- A ordem político-jurídica no Estado de Direito
Antônio Cláudio Nuñez

35

- A sociologia na era do livre mercado
Renato Saul

46

- A formação do profissional de Letras
Maria da Glória Bordini

51

- O Real e o real
Edmundo Femandes Dias

61

- Chiapas
James Petras / adendo de Jorge Quillfeldt

73

- Estado e meio ambiente: o caso das águas no RS
Eugênio Miguel Cánepa e Luiz Antônio Timm Grassi

78

- Direito à integridade biológica e engenharia genética
Genival Veloso de França

83

- A hermenêutica do espaço público
Raul Dorfman

85

- Polêmica: Universidade e espaço público
Denis Rosenfield e Renato de Oliveira

88

- Adversinhos
Mauro Dorfman e Verde

Sociedade civil e espaço público

Uma determinada conjuntura é também um modo de compreensão das tensões que a constituem. Modo que se expressa em palavras, em conceitos, em proposições, cuja repetição demonstra uma centralidade nos modelos de interpretação e explicação da realidade social e política. São termos que situam as pessoas e lhes asseguram um sentido para a ação em situações que, por definição, são fluidas.

EDITORIAL

Quem duvidará da centralidade do conceito de "sociedade civil" no período que se desenhou a partir de meados dos anos 70 e se estende até fins dos anos 80? Foi o termo que orientou e deu sentido à ação de milhões de indivíduos durante bem mais de uma década. Indivíduos que compreendiam a si próprios como sujeitos do processo histórico de "articulação" da "sociedade civil" que nascia/renascia depois dos anos de chumbo da ditadura militar. Indivíduos que se compreendiam como partes de um sujeito maior, a "sociedade civil", que descobria sua identidade secularmente sufocada na própria manifestação da multiplicidade e variedade de interesses e "vontades autônomas" desses mesmos indivíduos e das incontáveis associações civis que surgiram no período. Uma identidade que - esperava-se! - encontraria sua realização final na **democracia**, que, no final do túnel, finalmente abriria suas asas sobre nós. A democracia, em última análise, surgiria quando o Estado, encurrulado pelo movimento vivo da sociedade organizada, acolhesse em seu seio as brotações de liberdade surgidas no terreno da sociedade civil.

Um novo conceito ocupa hoje, de forma crescente, o centro do debate político: o conceito de "**espaço público**". Não é lugar de explicitá-lo ou discuti-lo aqui. Observemos apenas que esta "transição conceitual", por assim dizer, positiva ou negativa - sem querer apelar para dialéticas, elas também um pouco "depassées", no mais das vezes ambas as apreciações se misturam.

Podemos considerar o espaço público como o **complemento** da sociedade civil organizada: se esta, "o verdadeiro teatro de toda a História", é essencialmente o terreno da disputa entre interesses privados, vale dizer, de classes, o espaço público seria a garantia de constituição de algo comum, vale dizer de todos, por cima da luta de classes, possibilitando, portanto, um regime político mais ou menos estável e democrático e até, segundo alguns, permitindo que a luta de classes se expresse "civilizadamente". Seríamos então otimistas dizendo que, bem ou mal, nesse longo período de transição que nos foi dado conhecer, construímos a nossa "sociedade civil", e estamos agora a braços com a construção complementar do nosso "espaço público", com o que entraremos definitivamente no reino da civilização, preferencialmente sem monopólios de Estado.

Mas podemos considerar, com outras vistas, que quinze anos de transição no final das contas não nos levaram a grande coisa (afinal, os "campeões da sociedade civil" de ontem fazem o jogo da ditadura hoje!), e que o conceito do qual nos ocupamos nesses anos todos não nos permitiu responder ao enigma desse Estado-Esfinge que hoje nos devora a todos, jogados que estamos na arena da sociedade civil. Assim, apelamos para um novo conceito em busca de possíveis novas respostas para o velho problema - afinal, como construir um projeto político que, independentemente de na sua origem não ser de todos, possa falar em nome do todo, da Nação?

Um conceito, diga-se desde logo, que ronda o engano! Se ontem não víamos muito além de uma "luta de classes" em muito mitificada que adiava a realização do Humano para o depois da realização de uma História, cujas causas, a despeito de "objetivas", encarregavam-se de afastar para além do alcance de nossas forças, hoje muitos parecem prontos a transformar o presente numa supressão não menos mítica da História em nome da imposição de um **público**, e do seu correlato **cidadão**, que não têm nada a dizer às vítimas da dominação de classe.

Sempreira, esta é a questão sobre a qual pretendemos jogar alguma luz, para a qual estamos voltando e para a qual ainda voltaremos, persuadidos de que no ceticismo desse eterno retorno talvez esteja a chave da Civilização de que a Universidade é portadora.

A Faculdade de Filosofia na criação da Universidade de Porto Alegre

Luiz Osvaldo Leite - Professor Adjunto do IFCH/UFRGS

Ensino Superior antes de 1934

O ensino superior no Rio Grande do Sul, ao ser criada, em 1934, a Universidade de Porto Alegre (UPA), refletia seu tardio aparecimento, 400 anos depois do descobrimento.

Sua situação era caótica, com a dispersão das instituições, isoladas e independentes, enclausuradas em seus pequenos mundos, sem elo de ligação, sem uma filosofia unificadora, longe da concepção medieval da “*universitas magistro-rum et scholarium*”. Apenas a Universidade Técnica ofereceu alguma idéia de unidade, embora restrita às áreas de atuação. O modelo imperante era o das Faculdades isoladas. A carência de recursos financeiros limitava a ação didática, dificultando a ampliação das instalações e a aquisição de equipamentos imprescindíveis ao ensino, e impedindo a contratação de novos docentes.

Mas o anseio por uma instituição

unificada e unificadora se fazia sentir, como eco das preocupações brasileiras. Os estudantes, à frente dos quais W. Rippol, ergueram suas vozes, como sempre, e mobilizaram forças pela implantação de uma Universidade no nosso estado, o que conseguiram.

Contexto político, cultural e educacional

Ao ser implantada a Universidade de Porto Alegre, a realidade se caracterizava, no plano político, pelo regime da Revolução de 30, já sob a vigência da Constituição de 1934, às vésperas da Intentona Comunista de 1935, do Estado Novo de 1937 e do Integralismo de 1938. Sempre sob o comando de Getúlio Vargas, agnóstico que estrategicamente se relacionava bem com a Igreja. No plano cultural, Porto Alegre vivia a excelência da sua Editora Globo. A imprensa diária oferecia aos leitores o nível de um *Correio do Povo*, de um *Diário de Notí-*

cias e de uma *Federação*. A literatura abria suas portas a Erico Veríssimo, Cyro Martins e Viana Moog, mas convivia com os consagrados Alcides Maya, Augusto Meyer e Dionélio Machado. O Theatro São Pedro abria sua ribalta para consagrados atores da cena brasileira, permitia que famosos músicos experimentassem sua perfeita acústica e apresentavam óperas com elencos internacionais. Sua cultura foi capaz de, em 1935, ano seguinte à fundação da UPA, celebrar com inusitado fausto o Centenário da Revolução Farroupilha, com a Exposição Comemorativa no Parque da Redenção.

No plano educacional, a UPA foi preparada em um ambiente que sofrera o impacto da Reforma de Francisco Campos (11/04/1931) e do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932). A Reforma de Francisco Campos teve como pontos fundamentais, no que se refere à Universidade, a adoção do sistema universitário como regra de organização do ensino superior no Brasil e a exigência, para a criação de qualquer universidade,

da incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior, incluindo-se entre os mesmos os de Direito, de Medicina e de Engenharia, ou a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. *O Manifesto dos Educadores*, redigido por eminentes intelectuais brasileiros, entre os quais Afrânio Peixoto, Almeida Jr., Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Hermes Lima, Lourenço Filho e Roquette Pinto, propugnou por uma revolução na educação, “função social e eminentemente pública que o Estado é chamado a realizar”. Quanto ao ensino superior, o *Manifesto* insiste na pesquisa, denunciando a profissionalização escravizadora do ensino superior brasileiro.

As Igrejas, em especial a católica, lutaram muito contra a educação nova propugnada pelo *Manifesto*, principalmente contra a estatização da escola. Alceu Amoroso Lima opôs-se contra as teses dos pioneiros em *Debates Pedagógicos* (1932), um dos seus livros mais polêmicos. “O curioso é que a evolução de Alceu”, analisa seu biógrafo e admirador Antônio Carlos Villaça, “seria no rumo de uma metodologia pedagógica baseada na liberdade e a evolução dos pioneiros seria na direção dos valores espirituais. Alceu veio a dar importância aos fatores sociológicos. E os precursores insistiram, como Lourenço Filho, sobretudo na formação espiritual da personalidade”. O gaúcho Leonel Franca examinou o *Manifesto* com rigor científico. No RS, P. Werner editou *Os problemas nacionais e o ensino religioso* (1933).

Ao ser implantada, a Constituição de 1934 estabeleceria a liberdade de ensino e de cátedra e garantiria a existência do ensino privado. Debates intensos se travavam no Brasil, em favor de uma democratização do ensino com a expansão do acesso à escola.

A Igreja na época

A Igreja católica que, no Império, vivera sob o medo de perder seus privilégios, agrilhoada ao poder, contida em seu crescimento, sem disciplina, festiva, leiga e radicada no catolicismo português, com a proclamação da República, embora se romanizando e europeizando, entrou em fase de expansão, com a criação de dioceses, paróquias e seminários. No

RS, a única diocese e o único seminário de 1889 se dividiram em quatro dioceses, véspera de seis, com idêntico número de seminários para o clero diocesano, sem falar nas casas para formação de religiosos.

Desde cedo a Igreja entendeu que não se expandiria adequadamente, sem a participação do laicato. Pio XI insistira na Ação Católica, um dos modelos de atuação leiga mais adotado no Brasil e no RS. Mas as Congregações Marianas e os Círculos Operários são exemplos de trabalho leigo. Nesta época, se passou a dar atenção ao leigo intelectualmente qualificado. A renovação intelectual se operou no Rio sob a influência do Cardeal Leme e do P. Leonel Franca. Alceu Amoroso Lima fundou o Centro Dom Vital, com sua revista *A Ordem*. No RS, o jesuíta alemão Werner von und zur Mühlen e o capuchinho da Sabóia francesa Frei Pacífico de Bellevaux formaram toda uma geração que teve em Adroaldo Mesquita da Costa, Ruy Cirne Lima e Armando Câmara os seus líderes. Este último fundou a Associação dos Professores Católicos e a revista *Estudos* e conquistou influentes segmentos da Universidade nascente. Não se pode esquecer o papel dos Colégios Católicos. No RS, se destacou o Ginásio Nª Sra. da Conceição de São Leopoldo e, em Porto Alegre, o Colégio Anchieta dos jesuítas, o Colégio Rosário dos Irmãos Maristas e o Colégio das Dores dos Irmão Lassalistas, todos para a juventude masculina e os Colégios Bom Conselho e Sévigné para a juventude feminina.

A Igreja atuou politicamente, através da Liga Eleitoral Católica (LEC), que lutou pela inclusão na Constituição de 1934 das chamadas “emendas religiosas”, a saber, o ensino religioso facultativo nas escolas, a assistência religiosa às Forças Armadas, os efeitos civis do casamento religioso, entre os quais a indissociabilidade do vínculo matrimonial e a referência ao nome de Deus no preâmbulo da Constituição. A LEC apoiava os candidatos que se comprometiam com os postulados católicos.

O Arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, exerceu sua influência ouvindo políticos gaúchos e com eles dialogando. Apoiou o Interventor Federal José Antônio Flores da Cunha e seu Partido Republicano Liberal, com o que não

concordaram os demais bispos da Província Eclesiástica de Porto Alegre, os bispos de Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana, todos favoráveis à Frente Única. Não é por nada que Dom João Becker presidiu o Tribunal de Honra integrado por ele, pelo desembargador Manoel André da Rocha, presidente do Superior Tribunal do Estado, pelo Dr. Heitor Annes Dias, professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, e pelo Dr. José de Almeida Martins Costa Jr., advogado, Tribunal que julgou e inocentou o Gal. Flores da Cunha, em face da Frente Única e da rebelião de São Paulo.

As confissões religiosas protestantes saudaram com entusiasmo o advento da República que, com sua liberdade religiosa, oportunizou crescimento, em oposição aos limites impostos pelo regime de união entre Igrejas e Estado.

A Faculdade de Filosofia na Universidade

O ambiente e as forças religiosas influenciaram a criação da Faculdade. Antes de sua oficialização, um grupo de intelectuais, entre os quais os futuros reitores Ary Abreu Lima, Armando Câmara e Eliseu Paglioli e os professores Ruy Cirne Lima, Raul Moreyra, Ivo Corrêa Meyer e Álvaro Magalhães, enviaram ao Interventor Flores da Cunha um Memorial, no qual registravam:

“Devendo ser a população escolar da futura Faculdade constituída, na sua maioria, de ex-alunos dos Ginásios religiosos, onde dominam diretrizes ideológicas marcadamente espiritualistas e cristãs, seria moralmente funesta a ruptura desta orientação por um ensino acadêmico que lhe fosse franca ou veladamente contrário.

Além disso, competindo à citada faculdade formar os futuros professores para os mesmo Ginásios, é natural que ela dê aos seus estudos uma orientação que se concilie com a dos referidos Institutos de ensino secundário.

Dadas as relações de cooperação entre o Estado e a Igreja, estabelecidas em a nova Carta Magna que reconhece a necessidade do fator religioso na escola, parece-lhes estar na lógica dos princípios políticos vigentes uma cooperação dos poderes espiritual e temporal na esfera

da cultura superior dada a incomparável transcendência desta, sob o ponto de vista da influência social que exerce... Sobre o modo prático de realizar esta cooperação, V. Exa. poderia ouvir o ilustre sr. Arcebispo D. João Becker".

Era a cobrança do favor e do apoio anterior. Mas a ação do grupo cristão - aqui entendido como grupo formado por católicos e metodistas, em união ecumênica até hoje não esclarecida - não esmoreceu. Na montagem da Faculdade, as disciplinas científicas e técnicas foram marginalizadas, o que não aconteceu com as disciplinas que envolviam aspectos doutrinários e/ou filosóficos, as quais ficaram sob a responsabilidade do grupo.

Na lista do corpo docente de 1943, encontramos os nomes de Armando Câmara, Balduíno Rambo, Carlos de Britto Velho, Laudelino Medeiros, Jorge Paleikat e Leonardo Tochtrop, entre os católicos, e os de Edgar Luiz Schneider e Oscar Machado, entre os protestantes. Darcy Azambuja e Décio Souza, embora não totalmente integrados com o grupo cristão, com ele se comprometeram.

Em listagens posteriores, Derly Chaves, José Gomes Campos e Sady Machado ampliaram o grupo metodista. Álvaro Magalhães, Ernani Maria Fiori, Victor de Britto Velho, Francisco Machado Carrion, Francisco Casado Gomes, Othelo Laurent, Maria Pereira, Heinrich Bunse, Hugo di Primo Paz, Frei Amador e Urbano Thiesen ampliaram a presença católica na Faculdade. Unindo o grupo cristão da Filosofia com os grupos de outras faculdades, como o Direito, a Medicina e a Engenharia, pode-se aquilatar o peso do grupo na Universidade.

Faculdade de tensões

Nas três décadas de sua existência (1942-1970), o pensamento cristão, aqui incluído o tomismo, o augustinismo e variadas formulações espiritualistas e teístas, enfrentou posições que lhe eram adversas. O clima foi de luta e tensão.

Na década de 40, a tensão existiu com o positivismo, o materialismo, o cientificismo, o evolucionismo e o agnosticismo. Na década de 50, a tensão se fez sentir com o existentialismo. Deixando de lado Albert Camus (1913-1960), menos conhecido na época em que

visitou Porto Alegre como o relata em seu *Diário de Viagem*, registremos a presença do existentialista cristão Gabriel Marcel (1889-1973) em nossa cidade, em 1951. O autor de *Être et Avoir* foi aplaudido e declarou ao matutino católico *Jornal do Dia*, aos 18 de agosto: "Se eu repreendo Sartre é por ele ter permitido a má interpretação do seu pensamento pelos jornais ávidos de sensacionalismo... Há uma reação de todos os filósofos sérios contra a influência corrupta de Sartre no seio de grande parte da juventude francesa... Sartre é o continuador de André Gide em sua ação corrupta, principalmente pelo conceito do ato gratuito". Sobre o comunismo na França, o autor de *Os Homens contra o Humano* afirmou: "A opinião francesa acolheu com satisfação a diminuição de 10% da votação comunista nas últimas eleições" (*Jornal do Dia* 19/08/51). Jean P. Sartre (1905-1980) e Simone de Beauvoir (1908-1986) não tiveram espaço em nossa Universidade, durante sua visita ao Brasil, em 1960. "Se esta rameira entrar por uma porta desta Universidade, sairei por outra e aqui não porei mais os pés", advertiu um

categorizado professor, como testemunhou o jornalista Lauro Schirmer (*Zero Hora*, 24 de abril de 1987, p.7).

Na década de 60, a tensão eclodiu com o pensamento de esquerda, em especial com as diferentes tendências marxistas, incluindo a cristã da Ação Popular, a conhecida AP. Esta tensão foi a mais dramática, porque coincidiu com a Revolução de 1964 e presenciou o episódio das cassações que atingiu violentamente a Faculdade de Filosofia.

A Faculdade na vitrine

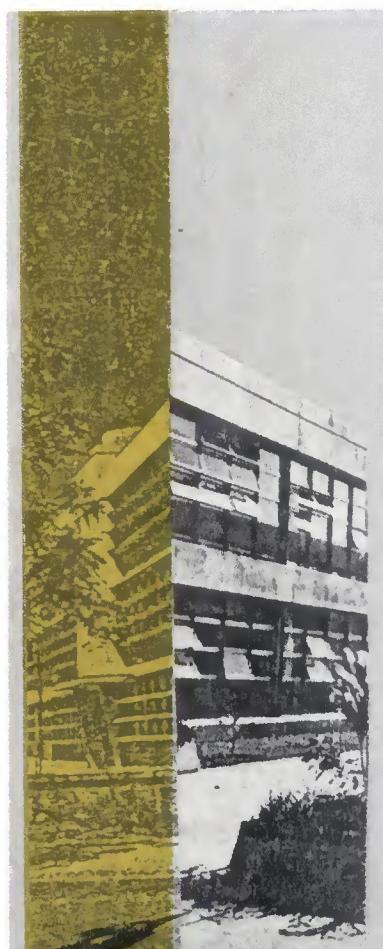
A Faculdade de filosofia, modesta em seus inícios, atingiu elevados pontos em sua curta trajetória. Tornou-se de fato uma mini-universidade. Sua série sobre Fundamentos da Cultura Rio-Grandense tornou-se referência obrigatória para os estudiosos de nossa cultura. Seus cursos de Filosofia, Pedagogia, Literatura, Física, Química e História Natural se constituíram em marcos da evolução científica em nosso Estado e na nossa história universitária. O curso de História abriu as portas acadêmicas ao estudo da História do Rio Grande do Sul. O curso de Arte Dramática mostrou ao Brasil a existência de um Teatro fora do Eixo, para usar a expressão de Fernando Peixoto.

Fim ou início de sua obra

A Reforma Universitária de 1970 extinguia a Faculdade de Filosofia. Decreto ou morte? Defendemos tese contrária. A Faculdade de Filosofia foi fraturada mas seus estilhaços se esparramaram. Estão presentes em muitas unidades da atual Universidade.

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o Instituto de Letras, o Instituto de Artes, o Instituto de Matemática, o Instituto de Física, o Instituto de Química, o Instituto de Bio-Ciências, o Instituto de Geo-Ciências, a Faculdade de Educação e a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação conservam parte da herança da antiga Filosofia. A Faculdade gerou novas áreas de atuação, como a Antropologia, a Política, a Sociologia e a Psicologia, hoje florescentes Departamentos.

A Faculdade de Filosofia vive na sua diáspora.



Universidade e territorialidades: de como aprender a respirar por entre brechas em tempos sombrios

Tania Mara Galli Fonseca
Departamento de Psicologia
IFCH/UFRGS

As reflexões que apresento a seguir abordam aspectos do cotidiano universitário, recortando situações que perpassam a experiência dos que se implicam na academia de forma a vivenciá-la como *locus* de uma relação de trabalho efetivamente exercida e vivida. Aponta para facetas do funcionamento institucional, realçando-as à medida em que se constituam em fontes de tensões, conflitos e mesmo frustrações. Nesse sentido, fala, tal como diria Habermas (1994:7), da “tristeza pelo fracasso de um projeto que no entanto não se pode abandonar”.

Mostrando-se como uma sociedade de desiguais, a instituição universitária, ao mesmo tempo em que defende os valores de igualdade, liberdade e fraternidade, evidencia-se, segundo Bordini (1994), como espaço de pensamento e de luta pela re-constituição de um espaço público capaz de conciliar direitos e deveres de cada um com os do todo coletivo. Como campo social, cuja territorialidade é atravessada por conflitos de todas as ordens, a Universidade recusou a utopia da



totalidade, revelando-se plena de fissuras oscilantes, permeada pela noção da finitude e, em especial, incorporada a uma espécie de razão de que, distante do ideal iluminista do século 18, absorve e reconhece a desrazão. Um olhar sobre a Universidade revela-a conflituada entre discursos e práticas mas, poder-se-ia afirmar, nada distante do que chamamos de mundo humano.

Instituída como equipamento social formativo, a Universidade não se coloca, como poderia realmente fazê-lo, acima dos limites do funcionamento de qualquer outro organismo social. O que se torna importante realçar aqui é que as ações que permeiam seu cotidiano assumem, muito mais do que em qualquer outro lugar de produção e de trabalho, características de paradoxo e da constante necessidade de crítica e vigilância frente às tendências à constituição de processos de descrença, paralisia e exercício do cinismo. A comunidade universitária parece, hoje, condenada a buscar e visualizar, a cada dia, as brechas através das quais possa sentir-se respirando, com vistas a oxigenar suas energias pela busca de

concretização, mesmo que parcial, de seus projetos.

As estratégias de sobrevivência, individuais e coletivas, levadas a efeito face às intrincadas redes de poder e interesses, parecem assumir características de um *pathos* social engendrado por múltiplas práticas fundadas no individualismo, no imediatismo, como na ilusória delegação descompromissada a outrem da decisão concernente aos interesses de todos. Tais condutas e posturas auxiliam, por sua vez, não só a deteriorar a instituição pública universitária como a denigri-la. Se reconhecemos que o público se deteriora aos nossos olhos, temos igualmente de reconhecer que o público pode deteriorar seus próprios agentes.

É Jurandir Freire Costa (1994) quem utiliza, de Freud, a expressão “pânico narcísico”, cunhada em um romance inglês denominado *When it was dark*: “Em tempos sombrios, o narcisismo aparenta ser a única máscara capaz de garantir ao homem um mínimo de imunidade”, diz o Autor, e, é necessário acrescentar que nessa esteira encontram-se efeitos perversos como o da fruição imediata do mundo, que se impõe como reação à perda de um futuro que se esfarela, como quimera estúpida. A razão orientadora de tal dinâmica é tecida no cinismo e na reclusão. Alimenta, ainda, a ilusão de que se pode escapar solitariamente à catástrofe. Em épocas de problemas, a vida cotidiana passa a ser um exercício de sobrevivência. “Vive-se um dia de cada vez. Raramente se olha para trás, por medo de sucumbir a uma debilitante nostalgia e, quando se olha para frente, e para ver como se garantir contra os desastres que todos aguardam (...) exige um eu mínimo, não soberano, mas simplesmente sitiado.” (Lasch, 1986)

Assim é que não se torna difícil observar e constatar, no âmbito da Universidade, no seu intramuros, a multiplicação de grupelhos, cada qual mais aferrado às suas concepções, dotados de religiosidade diante de suas “verdades”, munidos de suficiente vontade para transformar em templo de fé aquele que deveria ser o lugar da pergunta e da procura; a Universidade



transformando em fins aqueles que deveriam, ser seus meios, quando não usada, de forma exclusiva, como instrumento útil para a promoção pessoal e profissional. A Universidade como linguagem que não se identifica com a realidade sócio-local, preferindo erigir discursos e alimentar práticas de lugares distantes para não desvirtuar seus padrões de excelência diante daqueles consensualmente admitidos como primeiro mundistas; a Universidade como *locus* privilegiado do projeto educacional de nível superior das novas gerações e executora de políticas governamentais nem sempre implicadas com o compromisso da igualdade e da justiça sociais; a Universidade como versão científica de discursos políticos e econômicos, protegendo-se sob o manto da visão neutra e omitindo-se frente às perguntas “para quem” e “por que” produz; a Universidade pouco atuante como protagonista ativa do progresso social - uma Universidade reflexo, burocrática e compartimentada, que é mais um conglomerado e uma abstração institucional movida por espírito paroquial, privatista e corporativista, muito, mas muito diversa de uma comunidade solidária de professores, estudantes e funcionários.

Marcada pela feudalização do saber, a Universidade é sustentada por uma estrutura federativa, duplicadora e burocrática, modelando-se, portanto, por atributos funcionais de rigidez/conservadorismo e elitismo. A vontade de mudar esbarra na sua própria construção e nos sentidos que a impregnam. O olhar do outro dificilmente

pode penetrar territórios alheios de atuação, visto derivar-se, de tal forma organizativa, o exercício do velamento e da obscuridade, praticado como desejo perverso de invisibilidade, com finalidade de proteção individualista. Assim, a saída narcísica leva a que se busque a reclusão como expressão da descrença de qualquer saída coletiva. Em situação de reclusão, os cidadãos universitários também podem vir a tecer, no cinismo, suas próprias leis. Empurrada para um regime de economia mínima - o eu mínimo -, a comunidade universitária vê realçado seu narcisismo em detrimento da possibilidade do exercício da cidadania. De alguma forma, a dissolução do social, imbricando os sujeitos uns aos outros de forma retroalimentadora, torna evidente que o convívio social e, mais ainda, o convívio social-democrático impõem a todos um enorme trabalho.

Se, enquanto docentes-pesquisadores, temos constatado a produção de psicopatologia coletiva oriunda dos modos como se organiza técnica e socialmente o trabalho, por que não chegarmos a reconhecer que aquilo que chamamos de universitário e de público, que aquilo que reconhecemos denegrir-se e mesmo deteriorar-se possui a força de atuar sobre seus agentes da mesma forma como o (des)classificamos. O público se deteriora e deteriora.

Há que ter pulmões e olhares não cáticos para que se possam encontrar as brechas por onde poderá vir a se oxigenar o coração coletivo da cidadania universitária, resistente, assim, à moral do desespero cotidiano.

Referências bibliográficas

- 1) Habermas, Jurgen. Soberania Popular como Procedimento. In: *Adverso*, nº6, dez. 1994. P. 7-15
- 2) Bordini, Maria da Glória. Habermas e a Constituição da Vontade Pública. In: *Adverso*, nº6, dez. 1994. P. 6.
- 3) Costa, Jurandir Freire. *A ética e o espelho da cultura*. Rio, Rocco, 1994.
- 4) Lasch, Chirstopher. *O mínimo eu*. Sobrevidência psíquica em tempos difíceis. São Paulo, Brasiliense, 1986.

O estatal, o público e a Universidade

Denis L. Rosenfield

Professor do IFCH/UFRGS

A discussão sobre a função pública e/ou estatal da Universidade envolve conceitos cujo significado remete à própria história das sociedades contemporâneas e ao modo mediante o qual constituíram a sua “coisa pública”.

Em que pese a valorização que hoje atribuímos à palavra democracia, a sua significação histórica está longe de adequarem-se ao juízo que fazemos das sociedades que dela se reclamam.

Em Aristóteles, por exemplo, ela significa preponderantemente o “despotismo da maioria”, logo, uma “má” forma de governo, baseada na tirania que uma maioria eventual, construída pelos menos preparados, exerce sobre a minoria. Nesta perspectiva, a discussão pública, o debate e, freqüentemente, a participação política se vêem apagados por um despotismo que termina por exercer-se à revelia de qualquer direito. O que aqui ocorre não é o livre jogo das instituições, concretização de regras que independem da maioria no poder, mas decisões tomadas por grupos organizados cuja meta consiste na conquista e manutenção do poder, burlando qualquer regra que lhes faça obstáculo. Manifestamente, para Aristóteles, o regime democrático é incapaz de dar uma resposta satisfatória à questão decorrente da realização da “melhor” forma de governo por descartar os melhores, os mais qualificados, do seu exercício.

Na época moderna, Hobbes, em sua crítica à democracia, entendida como forma de governo, vai insistir precisamente neste seu significado ao assimilar a palavra democracia ao seu modo direto de exercício, tendo como modelo a Atenas da época clássica, sociedade politicamente instável por excelência. Para Hobbes, o “mal radical” é o estado de natureza, caracterizado pela guerra de todos contra todos. Ele procura, então, lançar as bases do Estado na acepção moderna do termo. Trata-se, neste sentido, de uma unidade política infensa ao “caos” resultante da ausência de instituições fortes e sólidas. A democracia é, todavia, entendida

não como forma representativa, porém “direta”. Sua característica fundamental é a instabilidade e a desorganização das relações políticas, dando lugar à violência que uma “minoría” em nome da “maioría” exerce sobre esta. Nela, querelas facilmente degeneram em guerras fraticidas. Este regime de governo é uma ameaça ao próprio Estado e, portanto, à iminência do estado de natureza. Para ele, a única forma de se preservar a “paz civil”, constituída por condições razoáveis de vida para todos os cidadãos, pela preservação contra a morte e “violência”, é o estabelecimento do Estado, ou do que ele denomina em inglês de “Commonwealth” e, em latim, de “Respublica”.

Observe-se que Hobbes, ao insistir no caráter estável e permanente das “regras fundamentais” que regem a sociedade, o faz sob a forma de uma denominação “estatal” ou “republicana”. Encontramos, assim, a idéia do “contrato” devendo reger a instituição e o regramento destas relações, estabelecido pelos partícipes desta comunidade. O seu fundamento consiste em que tudo deve ser feito para evitar a “morte violenta” - traduzindo em termos modernos, poderíamos inclusive dizer a morte causada por situações extremas de miséria social. Ou seja, é mister estabelecer regras cuja determinação de “comum” resida em que se situem acima dos interesses particulares, mesmo majoritários num determinado momento. Ressalte-se, ainda, esta identificação da palavra “República” com a de “Estado”, isto é, do “público” com o “estatal”, significação essa que tendemos hoje a dissociar.

Nessa formulação, o “privado” significa o cuidado exclusivo dos interesses particulares, consistente no prazer deles advindo, seja no nível do corpo, seja no nível do espírito ou no dos negócios. O público, por sua vez, vem a significar a esfera do estatal, das decisões tomadas pela cúpula do Estado em função destas “regras fundamentais”, cuja função última é assegurar a “paz civil” e, por meio dela, a segurança

e o bem-estar do cidadão. Não ocorre, neste contexto, uma discussão *pública* do caráter destas “regras”. As regras são objeto de ciência e de imposição pelo soberano.

Se pensarmos nas sociedades contemporâneas, podemos constatar que aquilo que hoje tendemos a considerar como “democracia indireta” ou “representativa” encaixa-se mais na definição “republicana” ou “estatal” de Hobbes do que na de “democracia direta”. Isto se deve ao seu traço comum de ser o de assinalar a importância de regras que estabeleçam as condições de exercício da soberania, o soberano podendo ser a “maioria”, a “minoría” ou “um só”. O critério decisivo da “melhor” forma de governo sendo o de assegurar uma maior estabilidade do ponto de vista institucional.

Sociedades baseadas diretamente em decisões majoritárias, ao sabor das circunstâncias, sem regras fortes que as medeiem, podem ser tidas, hobbesianamente falando, por sociedades “totalitárias”, exemplificadas, no século XX, como as nazista ou comunista, com a ressalva de que, em nome da maioria, tentaram fundar um regime cuja marca estatal consistia no exercício unificado da violência. Ou seja, esta ressalva é de porte na medida que se tratava de formas de dominação centradas no poder despótico da polícia e da burocracia, com a subsequente supressão do “domínio privado”.

Pode-se, então, observar que a discussão sobre o caráter “democrático” ou “estatal” do poder não está necessariamente ligada ao que hoje consideramos como direitos imprescritíveis do homem, os denominados “direitos humanos”. De um ponto de vista jurídico, os direitos humanos provêm da escola do “jus naturalismo”, que insiste, seguindo a tradição romana, na “pessoa”, isto é, o indivíduo dotado de direitos reconhecidos e assegurados legalmente, positivamente. A condição do contrato político é dada por direitos extra-estatais, cabendo, portanto, ao Estado aplicá-los na organização e regramento das relações humanas. De um ponto de vista filosófico, Hegel seja, quiçá, o que melhor definiu esta estrutura normativa das sociedades políticas ao caracterizá-la como o desenvolvimento prático, histórico, da Idéia da liberdade. As suas determinações seriam o que hoje chamamos de liberdade de pensamento, de imprensa, de crença religiosa e de participação política. De um ponto de vista político, a Revolução Francesa deu forma a esta realização dos direitos da “pessoa”, agora ampliados para todos os homens, para todo cidadão, independentemente de sexo, cor ou religião. Uma bandeira universal foi erguida, porém os impasses de realização dos seus ideais mostravam os problemas de um exercício público de cidadania, que não se confunde com a obediência acrítica das decisões estatais.

Já naquela época colocava-se o problema de instituição de uma sociedade “republicana”, voltada para o exercício efetivo da “coisa pública” - que não seja coisa “privada” de ninguém -, para a consolidação dos direitos “universais” do cidadão, distinta pois de um regime político caracterizado exclusivamente pela imposição de suas decisões.

Ao contrário das sociedades tradicionais, baseadas numa comunidade de religião, de língua e de costumes, segundo a qual a ação está, desde sempre, regrada, pois a tradição assim o determina, a sociedade moderna, nascida da implosão

violenta destas regras, faz face precisamente ao problema de estabelecimento, tendo, entretanto, neste trabalho de criação histórica, a mesma pretensão de perenidade. Ou seja, o problema consiste numa dupla vertente: a da forma de estabelecimento das regras e a de seu conteúdo específico, a sua validade. De um lado, parte-se da afirmação de que as “regras” anteriores, embora produto de um longo e “imemorial” processo, são relativas por serem “injustas”, o critério que presidiu a sua conservação sendo “falso”. Identifica-se aqui o processo de instituição das novas regras com o seu critério de juízo, como se o fato de serem produto de um amplo movimento coletivo lhe conferisse *ipso facto* validade. De outro lado, as “novas regras”, sem história, e fruto de uma ação recente, têm a pretensão de transcenderem o tempo, pois a decisão que presidiu o seu estabelecimento é “humana” e “universal”, ou seja, “eterna” em sua validade. Tenta-se, pois, justificar, fundamentar, o instituído, não apenas pelo processo histórico de seu estabelecimento, mas pela validação do seu conteúdo. “Humano” vem a significar, aqui, não a maioria da população do planeta ou de um país determinado, porém um critério *universal* de ajuizamento de qualquer ação da sociedade, independentemente do fato de serem estas numericamente majoritárias ou estabelecidas enquanto tais num determinado momento.

A “nova” sociedade vê-se, assim, colocada frente à sua própria fundamentação, aos “critérios” que deram origem à sua instituição para além da força empregada, tendo em vista que se procura, precisamente, subtrair a esta o seu caráter arbitrário. Ao ter mostrado a falta de fundamentação da sociedade anterior, ela tem como característica própria a discussão dos seus “fundamentos” e de seu modo de implementação. A democracia, por ser um procedimento formal de decisão, caracterizado pelo envolvimento de todos, coloca a liberdade como seu princípio fundamental, precisamente por enfrentar a questão da validade do instituído. Ao ter a pretensão de estar assentado em “regras” universais, o novo poder, ou seja, o Estado que se origina da nova sociedade, coloca-se, ao mesmo tempo, como o “executor” e a “expressão” destas regras universais, destes direitos “humanos”.

A questão resume-se em “como ser o seu executor e a sua expressão?” Se se insiste no aspecto exclusivo da execução, cai-se no domínio da burocracia “estatal”, que simplesmente “executa” as ordens emanadas dos que detêm o poder e, de fato, decidem. Neste caso, tem-se o Estado em sua função de poder decisório de tudo o que diz respeito à sociedade em seu conjunto, as consultas a esta não tendo um caráter decisório. Estas caracterizam-se por serem exclusivamente formais ao se constituírem na eleição de representantes que, ato contínuo, agem independentemente de qualquer conteúdo programático preciso. Se se insiste sobre o aspecto unicamente expressivo, cai-se no perigo da não-decisão, de se deixar as coisas como estão, dando-se, na verdade, livre curso a discussões “públicas” que implicam uma decisão subjacente: a de conservar o estado de coisas vigente com seus privilégios estabelecidos.

O problema consiste, pois, em se unir o aspecto estatal, de decisão concernente à realização da coisa pública, com o

público, com as discussões dos assuntos coletivos e com o controle das decisões do Estado. A sociedade democrática, ou, o que é a mesma coisa, republicana, no sentido contemporâneo da palavra, é uma sociedade que tem a especificidade de assentar-se em discursos, em atos-de-fala, como diria Austin. Logo, é somente pela adesão das ações aos discursos e ao controle público não-estatal destes que se criam condições para o que H. Arendt denomina de "espaço público", de debate e de participação política.

Feita esta distinção entre o estatal e o público, convém assinalar as transformações sofridas pelo "privado", num primeiro momento restrito ao significado da satisfação da "família", do "corpo" ou, de uma maneira mais genérica, dos "interesses particulares". De um lado, permanece válida a máxima do liberalismo político de que a soberania do Estado deveria cessar no umbral da casa familiar. As tentativas totalitárias de "moldagem" da personalidade e do privado estão aí para mostrar a sua validade. De outro lado, os "interesses particulares" terminaram por ganhar uma dimensão propriamente política ao adotarem a forma capitalista de apropriação "privada" do público e do estatal. Os defensores recentes do liberalismo são precisamente aqueles que advogam, em defesa desta "particularidade", pela subordinação do político ao livre jogo das forças econômicas, com a subsequente dominação do "mais forte".

Mais profundamente, há uma evacuação da esfera mais propriamente pública, mas, ao mesmo tempo, a separação entre cidadão e indivíduo só despolitiza este último ao publicizá-lo. O público é nada mais do que um paralelogramo das forças e interesses privados. Aljás, afirma-se com muita freqüência hoje a "privatização do público", a indistinção do público e do privado. O que em geral se esquece é que a indistinção é uma relação simétrica. Se o público não mais se distingue do privado, tampouco o privado se distingue do público.

Nesta reversão do político em relação ao econômico e ao individualismo, o "público" adota a forma de uma participação no "bem-estar" material e o "estatal" a de um planejador e administrador dos problemas e das soluções decorrentes deste predomínio das questões materiais, como se o mundo da política a estas se reduzisse. Ao estatal caberia resolver o que os "interesses particulares" secretam de não solucionável no seu jogo de livres forças no sentido individualista e lucrativo do termo. Ou seja, observa-se neste processo uma "privatização do público" e do "estatal" com a subsequente disparição do "espaço público", a concentração burocrática do poder estatal e, ao mesmo tempo, a publicização do privado. O público, enquanto modo político de exercício dos direitos do cidadão, vê-se reduzido a uma de suas condições, a do bem-estar individual e material. Numa tal situação, a questão que se coloca como urgente é bem a de se ter um verdadeiro Estado e um espaço público que lhe seja correspondente.

Gostaria, agora, de tecer algumas considerações relativas ao modo mediante o qual pode-se refletir sobre a Universidade à luz destas distinções entre o público, o estatal e o privado e a sua confusão contemporânea.

A Universidade, pela posição que ocupa na sociedade,

constitui-se como uma instituição público-estatal. Estatal, pois seus recursos provêm do Estado no que diz respeito à folha de pagamento do seu pessoal, ao seu custeio e ao financiamento da pesquisa que nela se realiza. Seus funcionários e servidores pertencem aos quadros do Estado e obedecem à carreira e hierarquia que este estabelece. Critérios de admissão e de exclusão da Universidade são determinados e regulamentados em lei. Pública, pois a Universidade deve prestar contas à sociedade do que realiza, apresentando o resultado de seu trabalho. Este consiste tanto na formação de "bons" profissionais quanto na pesquisa que nela se efetua, visando à transmissão e à constituição do saber, o desenvolvimento sócio-econômico e uma reflexão crítica sobre a sociedade, o poder, e os seus rumos. Isto supõe, portanto, que a Universidade seja transparente no modo de aplicação dos seus recursos, na forma de seu funcionamento administrativo e na publicização e avaliação dos seus resultados.

Neste sentido, o caráter público da universidade é ainda acentuado pelo *direito* que tem a sociedade de *controlar* o que lhe é oferecido e apresentado como sendo o fruto do que nela se faz. Ou seja, para cumprir a função que é a sua, a Universidade deve legitimar-se junto à sociedade, sob pena de permanecer um mero órgão executor do Estado, acomodaticio a este, ou um instrumento de interesses corporativos que, nela, encontram privilégios. Num caso, ter-se-ia uma estatização do público, de outro, uma apropriação "privada" do público e do estatal.

O que denominei de "estatização do público" adota, na situação atual, a forma de uma "privatização" do Estado que se traduz pelas tentativas de privatização da Universidade, como se tudo, na sociedade, devesse sujeitar-se aos ditames do lucro e dos resultados materiais imediatos. Desconhece-se a natureza própria das instituições público-estatais e, sobretudo, do Estado, na medida em que este se vê reduzido a mero executor dos interesses sócio-econômicos vigentes. A voga neoliberal que tem tomado boa parte da cena contemporânea inscreve-se, precisamente, nesta lógica de apropriação privada do público e do estatal, como se, por este processo, voltássemos, finalmente, às regras do mercado, tidas por "naturais" e "imutáveis", espécie de Deus *ex-machina* que tudo resolveria. Em todo o caso, o Estado perderia aqui o seu papel propriamente decisório referente ao controle das políticas implementadas e do que deve ser feito em relação ao conjunto da sociedade, independentemente das forças sócio-econômicas predominantes. Conseqüentemente, a Universidade tornar-se-ia uma mera executora daquilo que estas forças determinam como sendo seus interesses imediatos de poder.

Por sua vez, a apropriação privada do público ganha basicamente, no contexto presente, duas formas: a) a da apropriação da Universidade pelas suas próprias corporações, em cujo caso a "coisa pública" torna-se uma maneira que cessa o cumprimento de sua função. Quebra-se, inclusive, a hierarquia própria de sua finalidade imanente, que tem no seu corpo docente aqueles que, por definição, são qualificados para o exercício de funções diretivas da Universidade em seus mais diferentes níveis, por serem os que se encarregam

daquilo que é a meta e o objetivo da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão do saber. Este perigo é particularmente presente na forma ideológica em que este problema é apresentado, pois os que são contra os interesses corporativos e a manutenção da hierarquia são tidos por "direitistas", enquanto os que os defendem se auto-intitulam "esquerdistas", como se estas distinções fossem aqui pertinentes no que diz respeito à discriminação e à conservação da "coisa pública". Na verdade, o que se oculta com uma tal diatribe é o que deve ser feito para que a Universidade cumpra com a sua função. Em vez de uma discussão séria sobre os rumos do ensino e da pesquisa, no contexto de um saber e de uma economia mundiais em processo de globalização, procura-se não apenas conservar as posições corporativas já conquistadas como, mesmo, ampliá-las. Paradoxalmente, na tradição histórica da esquerda, os que defendem o interesse coletivo seriam os que fazem jus a esta denominação, ao contrário do que tem ocorrido com uma parte de nossa esquerda. Privilégios concedidos exclusivamente a um grupo específico de trabalhadores são normalmente conflitivos em relação ao conjunto de todos os trabalhadores. As administrações municipal, estadual e federal estão repletas desta sorte de exemplos. Basta lembrar, a título de exemplo, que numa prefeitura os gastos com o custeio da máquina administrativa e com a folha de pagamento é condição de que se faça ou não investimentos necessários para o saneamento de áreas pobres; b) o da apropriação privada da Universidade pelos grupos economicamente fortes da sociedade, em cujo caso se faz presente um duplo perigo: o de que a universidade cesse de refletir criticamente sobre o modelo sócio-político e o de que a pesquisa responda apenas a interesses particulares imediatos, perdendo sua inserção no modo, por excelência, universal do saber. A constituição do livre conhecimento e a integração da pesquisa aos interesses coletivos do Estado e ao seu desenvolvimento ver-se-iam ameaçadas. A discussão atual sobre a inserção social da universidade junto a organismos estatais ou empresas privadas, necessária sob todos os pontos de vista, não pode, no entanto, fazer a economia de pensar os destinos da sociedade ou de abandonar o poder de decisão sobre o ensino e a pesquisa.

Segundo a definição do público como um modo não necessariamente estatal de exercício dos direitos políticos, fica claro que a Universidade deve prestar contas à sociedade no que diz respeito à sua folha de pagamento, ao montante de seus recursos e sua aplicação e ao funcionamento de sua burocracia. Cabe igualmente que a Universidade, cumprindo com suas funções, forneça ao Estado quadros altamente capacitados, capazes de responder aos desafios da administração no contexto de uma economia globalizada e extremamente competitiva, sob pena de que permaneçamos a reboque da história. Deve a Universidade também fornecer à sociedade profissionais capacitados e adequados ao trabalho que deles se espera. Mas essas tarefas essenciais do ensino superior dependem da realização do seu fim intrínseco: a transmissão e a criação livres de um saber universal e crítico. Este fim intrínseco, por sua vez, é indissociável da natureza *pública* e *gratuita* da Universidade. Uma Universidade, cuja pesquisa não esteja consoante com as necessidades

do tempo, que se traduza numa maior capacidade de reflexão e por um avanço no campo do saber, compromete o próprio desenvolvimento da sociedade ao não preencher uma condição indispensável de sociedades independentes, aptas a enfrentarem os desafios do mundo moderno.

A tradução deste processo é uma espécie de contrato pétreo que a Universidade mantém com a sociedade e com o Estado do qual é membro, e que deveria ser sempre renovado e sobretudo explicitado à luz da crise universitária atual. De um lado, a Universidade deve assegurar, segundo índices e critérios claramente estabelecidos: a) para o Estado - em suas esferas municipal, estadual e federal, conforme suas respectivas necessidades -, quadros altamente qualificados; b) para a sociedade, profissionais capacitados para as suas mais diversas funções, desde os profissionais ditos liberais, a professores e cientistas, passando pelas mais diversas necessidades das empresas em sua crescente complexidade tecnológica; c) para aqueles, mais particularmente, que pretendam, por desemprego, por idade ou por mero desejo de saber, reciclar-se, cursos que os tornem novamente aptos para o mercado de trabalho ou, simplesmente, que lhes possibilitem o acesso ao conhecimento no nível que é hoje praticado. De outro lado, o Estado deve conceder autonomia financeira e administrativa à Universidade, tornada apta a gerir os seus recursos por legitimar-se junto à sociedade e ao Estado, ou seja, por instituir-se efetivamente como pública. Sem uma discussão e reflexão sobre as condições que permitam dar este salto, estamos condenados ou a sermos meios executores de interesses de políticas estatais ou presas de interesses "privados" corporativos ou econômicos, ambos em formas de "privatização" da Universidade.



ALAN SUPIOT - juslaborista francês com inúmeras obras publicadas - produziu a intervenção contida no texto anexo em um colóquio sobre o serviço público de seu país, realizado na segunda metade da década de oitenta. Trata-se de uma profunda reflexão sobre a relação de trabalho com o Estado, em que ele constrói de forma original o conteúdo de duas categorias inafastáveis para uma abordagem sociológica do servidor público no Estado moderno: o *espírito de serviço público* e a *moral profissional*.

A elaboração teórica referida tem o objetivo imediato de analisar o significado de um período conturbado por uma sucessão de greves verificadas no setor público de seu país nos anos de 1985 a 1987, que ele descreve como uma série de situações conflitivas encadeadas, em que se teria produzido a desestabilização do *espírito de serviço público* e o abalo da *moral profissional* do servidor público. Esta crise - convém lembrar - se verifica no Estado europeu reconhecido como referência positiva para os demais países, face o nível de eficiência e a tradição de qualidade dos serviços públicos oferecidos à cidadania.

A elaboração do conceito de *espírito de serviço público* parte da comparação da relação jurídica estabelecida pelo trabalhador do Estado com a entidade pública a que serve - que é de natureza estatutária, vale dizer, regida pela *lei* - com aquela que estabelece com o tomador de seu serviço, o trabalhador do setor privado, a qual é regulada pelo mercado e regida pelo *contrato*. No setor privado, o trabalho é vendido como mercadoria, estabelecendo-se uma relação de troca com duração aleatória em que o salário aparece como medida de valor do trabalho no mercado, e se conforma uma relação de subordinação direta e exclusiva ao tomador do serviço. "O assalariado", diz SUPIOT, "abdica de sua vontade própria para se tornar instrumento da vontade de seu empregador e não se espera dele outra consciência profissional além da consciência de tal obediência." Na relação de trabalho com o Estado -

Sobre o artigo A crise do espírito de serviço público

diversamente - "o funcionário não se subordina a uma determinada pessoa e, sim, a uma *organização* e aos *valores* por ela, encarnados". O seu chefe está, como ele, a serviço do público, de tal forma que "os valores comuns a ambos transcedem a relação do poder entre eles". Da dupla relação, com a hierarquia e com o usuário, resulta a "idéia de *dignidade profissional*, que exclui o servilismo tanto quanto proíbe a arbitrariedade". Constitui-se assim uma autonomia de julgamento que configura uma determinada *moral profissional* e distancia o servidor público do trabalhador do setor privado. Autonomia que encontra sua expressão jurídica e sua garantia na estabilidade e sua expressão sociológica na vocação dos sindicatos de servidores públicos para expressar o interesse público, tanto quanto os interesses categoriais.

Na relação com o dinheiro também se extremam os dois tipos de relação. Enquanto o salário, no setor privado, exprime o valor de mercado e reflete uma operação de simples troca de valores, a remuneração do servidor é uma contrapartida do seu compromisso com o serviço prestado ao público e deve corresponder à quantidade de dinheiro necessária e suficiente para assegurar a sua dignidade e a sua integridade.

Na relação com o tempo mais uma vez se distanciam as duas relações. Enquanto a duração do contrato no setor privado é aleatória, a relação de trabalho público é marcada pela continuidade e pelo despreendimento das possibilidades de ganhos maiores, habitualmente oferecidos pelo mercado.

Estas características conformadoras do *espírito de serviço público* - *dignidade* na relação com o poder, *serenidade* na relação com o *dinheiro* e *continuidade* na relação com o *tempo* - é que, no entendimento de SUPIOT, proporcionaram na França o surgimento de uma *identidade* e uma moral profissional capazes de garantir a integridade e a eficiência dos serviços públicos, que agora estariam abalados justamente por terem sido minados os elementos conformadores da subjetividade dos trabalhadores do setor público.

É necessário agregar à reflexão de SUPIOT, a partir de nossa ótica, que um dos elementos estruturantes fundamentais da subjetividade do servidor e da quali-

ficação dos serviços oferecidos à comunidade é a concepção de função pública instituída pelos agentes políticos que se sucedem na direção o Estado. Na França ela é concebida como uma profissão diferenciada, que requer uma formação profissional não propiciada pelo ensino formal, o que exige a manutenção de um sistema permanente de qualificação com abrangência sobre os diversos corpos de funcionários e contempla as suas especificidades. Esta concepção está na cerne do regime de corpo, adotado pelo estado Francês e seguido por outros estados europeus. Este regime difere radicalmente do regime de cargo, vigente em nosso País, com exceção de algumas poucas categorias de servidores, entre estas a dos docentes universitários, a dos diplomatas e a dos militares. A pré-compreensão que sustenta o regime de cargo é a concepção do Estado como uma grande máquina, cujos organismos são for-

que o operário conformado pelo taylorismo-fordismo, o servidor público no regime de cargo está condenado a não pensar o seu trabalho, que é concebido e planejado tecnicamente nos escalões superiores, e a permanecer ao longo de sua vida útil no mesmo posto de trabalho, em regra sem perspectiva de efetivo progresso profissional e social. Daí resulta que no regime de cargo o servidor público é notoriamente submetido a relações de poder: o seu corpo e sua mente são submetidos integralmente a inteligência "externa". Segundo Foucault, as relações de poder são relações de utilidade-docilidade, que têm o efeito de produzir individualidades.

As carreiras concretamente existentes em nosso País, sob a égide do regime de cargo, não passam de escalas salariais, que, em face do processo inflacionário, produzem o "efeito pau de sebo": os avanços que o servidor conquista na es-

to de desvalia em lugar da dignidade profissional; de resignação e acomodação em lugar do orgulho profissional, que é gerador da iniciativa e da busca de eficiência dos serviços; de fragmentação em lugar do sentimento de identidade que enseja uma moral profissional elevada.

Se, de um lado, a formação do espírito de serviço público no Brasil encontra óbice nas determinantes autoritárias examinadas, marcadamente nas últimas décadas, por outra parte ela é obstaculizada desde os primórdios do serviço público pela tradição clientelista, que é uma característica marcante dos agentes políticos no estado patrimonialista. O clientelismo remanesce de uma forma matizada e sutil através da distribuição abundante de FG's e CC's a inúmeros servidores que exercem funções comuns, sempre ao arbítrio dos agentes políticos e das altas chefias. Trata-se de uma persistente manifestação de autoritarismo,

Os sucessivos movimentos grevistas ocorridos no setor público em nosso País, além do significado explícito de resistência corporativa às políticas reiteradas de aniquilamento das condições de vida dos trabalhadores, carregam também um significado implícito, de construção de uma *identidade* enquanto categoria profissional diferenciada, portadora de uma dignidade efetiva , contra a vontade do Estado autoritário

mados por peças - os servidores - que realizam movimentos específicos - as atribuições do cargo - conformadores de um posto de trabalho, a *position* dos americanos.

Como as peças de uma máquina, os substitutos dos servidores afastados são, nesta concepção, encontrados prontos no mercado. A matriz teórica do regime de cargo é o taylorismo, cujo modelo é o das grandes fábricas da segunda revolução industrial. Segundo esta concepção, o Estado não necessita investir na qualificação profissional dos seus servidores que, tal como os operários fabris gerados pela segunda revolução industrial, estão dispensados de pensar sobre o resultado de sua atividade produtiva e sobre a própria forma de execução de seus atos de trabalho, planejados minuciosamente pelas gerências. Da mesma forma

calas de salários nominais são esvaziados pela inflação, de tal forma que a sua remuneração real tende a descer. Daí resulta que a relação do trabalhador do Estado com o dinheiro não pode ser de serenidade.

As condições concretas impostas aqui pelo Estado aos seus servidores - marcadamente nos últimos anos, de confinamento alienante nos respectivos postos de trabalho, sem direito a qualificação profissional, de crescente sucateamento dos órgãos e entidades a que servem e, ainda, a submissão a políticas remuneratórias geradoras da degradação progressiva de suas condições de vida - não poderiam propiciar a formação do espírito de serviço público que foi descrito por SUPIOT. Ao contrário, esta concepção autoritária deveria gerar uma subjetividade marcada por um sentimen-

uma vez que submete a vida profissional do servidor a vontade dos dirigentes, derrogando o sistema de avaliação e reconhecimento de mérito funcional formalmente instituído, que é inerente ao regime estatutário.

A análise que SUPIOT oferece dos movimento grevistas por ele descritos como expressão da desestabilização do *espírito de serviço público* na França nos oferece elementos instigantes para pensar a nossa realidade. Os sucessivos movimentos grevistas ocorridos no setor público em nosso País, além do significado explícito de resistência corporativa às políticas reiteradas de aniquilamento das condições de vida dos trabalhadores, carregam também um significado implícito de construção de uma *identidade* enquanto categoria profissional diferenciada, portadora de uma dignidade efeti-

va , contra a vontade do Estado autoritário.

O fenômeno estudado - que o professor da Universidade de Nantes denomina de desestabilização do *espírito de serviço público* - teria origem no contraste do setor público com o setor privado, que é associado às imagens de eficiência e opulência e que, aos olhos da sociedade, passa a ser confrontado com o setor público para depreciação dos serviços do Estado e da figura do servidor. Essa depreciação do serviço público aos olhos da sociedade é o que SUPIOT chama de "efeito rejeição", e explica pelas limitações que lhe são próprias, a começar pela obrigação de assegurar o mesmo atendimento a todos os usuários e pelas crescentes restrições orçamentárias, agravadas pela rigidez do controle financeiro e pelo relaxamento ou inexistência dos controles de eficácia. Muitas das greves que se escadearam no período tinham o

O efeito de mitemismo, também identificado por SUPIOT, consiste na importação (imitação) de certos aspectos de organização do trabalho do setor privado. O melhor exemplo do efeito de mitemismo é o que ocorreu com a tentativa de introdução no setor público do sistema de salários por mérito, típico do setor privado. Segundo SUPIOT, este sistema solapa as três dimensões do *espírito de serviço público*: primeiro "solapa a dignidade nas relações com o poder, pois coloca os funcionários em uma relação de subordinação individual relativamente a seus superiores hierárquicos, o que faz temer o servilismo de uns e a arbitrariedade de outros". Solapa a serenidade nas relações com o dinheiro, rompendo a idéia da correspondência de um salário certo para uma função determinada, bem como a relação de continuidade na relação com o tempo, introduzindo na relação de trabalho a descontinuidade na ren-

ver agentes interiorizarem a idéia de sua desvalorização e afundarem-se na apatia e na perda de toda e qualquer consciência profissional. Essas greves expressam, no seu entendimento, "as vezes de forma veemente, a identidade profissional dos grevistas".

Verificando que abriram ou participaram do encadeamento de greves examinadas algumas categorias dotadas de grande competência profissional, cujo trabalho implica reais responsabilidades individuais, percebe aí uma busca do reforço da identidade profissional, que aponta para a reconstituição do *espírito de serviço público*, desestabilizado por condições de trabalho adversas, mas pode apontar também, em alguns casos, para a adesão aos valores da esfera de mercado.

A primeira tendência manifestada foi a de abandono do *espírito de serviço público* pelos valores do mercado, assumin-

As greves dos servidores públicos ocorridas nos últimos anos no Brasil, particularmente dos docentes e técnico-administrativos, vêm pautando entre suas reivindicações a defesa da universidade pública através da denúncia das políticas governamentais voltadas para o seu sucateamento

sentido de uma reação às limitações incidentes sobre os serviços públicos prestados pela categoria profissional, tendo como referencial as condições em que se desenvolvia a atividade privada, ora porque essas condições eram mais favoráveis e os grevistas postulavam a sua "importação", ora porque os agentes políticos queriam impor aos grevistas um alinhamento dos critérios e condições de trabalho vigentes no setor privado. Em qualquer hipótese, o resultado tendia a ser a "desestabilização" da noção de *valor profissional* própria dos servidores. A inevitável comparação dos salários praticados num e outro setor para a mesma qualificação profissional, quando as diferenças existentes ultrapassam certos limites, tendia "a solapar os valores profissionais constitutivos do *espírito de serviço público*".

da.

Em nosso País, o efeito nocivo da importação do "salário por mérito", descrito por SUPIOT, encontra similaridade na criação abundante de cargos e funções gratificadas para serem conferidas a servidores que continuam a exercer as funções inerentes aos seus cargos efetivos, desprovidos de qualquer fidúcia especial, distribuição que fica ao arbítrio das chefias superiores, pervertendo a relação hierárquica que seria, em condições normais, marcada pela dignidade e pela autonomia constitutivas da moral profissional do servidor público.

Segundo o publicista francês, é forçoso reconhecer que as greves que conformam o objeto de sua reflexão atestam uma vitalidade profissional persistente, uma vez que "nada seria mais desastroso para o futuro dos serviços públicos que

do os grevistas o que se denomina "moral do vencedor", própria do mundo privado. A reafirmação do *espírito de serviço público* se revelou nos conflitos gradativamente, seja através da afirmação da *moral profissional*, como foi o caso de enfermeiras que mantiveram assistência aos doentes, seja reivindicando o reconhecimento de sua *dignidade profissional* pelos escalões superiores. Afastando-se dos valores do setor privado a maioria dos movimentos enfocados, acabou encontrando referenciais que reforçaram o *espírito de serviço público*, marcadamente o critério do nível de formação e o da antiguidade, que acentuam valores inerentes à pessoa do servidor.

Por último registra SUPIOT que a reação dos usuários e do público às greves dependeu de carregarem elas, em maior ou em menor grau, uma forte afir-

mação da *moral profissional*.

Estas observações valeriam também para as greves dos servidores públicos ocorridas nos últimos anos no Brasil, particularmente dos docentes e técnico administrativos, que vêm pautando entre suas reivindicações a defesa da universidade pública através da denúncia das políticas governamentais voltadas para o seu sucateamento. O aspecto concernente à moral profissional, ressaltado por SUPIOT, tem sido igualmente valorizado pelos trabalhadores públicos no Brasil, seja através da manutenção dos serviços essenciais, seja pela recuperação das aulas do período de greve.

As greves dos servidores públicos no Brasil carregam ainda o significado implícito de construção de sua cidadania, reiteradamente coibida pelos poderes do Estado, historicamente articulados para negar ao servidor o direito de expressar-se como trabalhador para influir na determinação das suas condições de trabalho e nas suas condições de vida, negando-lhes sistematicamente uma *esfera de vontade individual*, e a expressão de sua *autonomia coletiva*, como categoria profissional.

Cumpre lembrar, por último, que a conquista do direito de greve pelos servidores públicos no Brasil, já na vigência da Constituição do Regime Autoritário, que a proibia expressamente, se deu em condições extremamente adversas de vez que, além do desafio à ordem legal, se deu em uma época em que a grande maioria da categoria não tinha qualquer garantia no emprego. Nestas condições a conquista do direito de greve através daqueles movimentos teve um duplo significado. Ao mesmo tempo em que os ser-

vidores afirmavam a sua cidadania contra o Estado autoritário, ao fragilizá-lo abriam espaços para o avanço da democracia.

Pravalecendo, na transição democrática, a hegemonia dos setores conservadores da sociedade, após a inscrição do direito de greve na Constituição de 1988, verificou-se uma articulação concubinária dos três poderes do Estado para impedir o seu exercício, restabelecendo-se o *status quo ante*. O Legislativo contribui com sua omissão, não editando a lei complementar que a Constituição prevê para regulamentar o exercício do direito. O Poder Judiciário tratou de produzir uma leitura cínica da norma constitucional que consagrhou o direito de greve, para convertê-la em norma proibitiva do seu exercício. E agora o Chefe do executivo, usurpando poderes do Congresso, baixa um decreto pretextando regulamentar provisoriamente o direito, para coibir o seu exercício.

Nestas condições, os movimentos grevistas têm o sentido de defesa da cidadania conquistada, e de defesa da Constituição, contra o autoritarismo remanescente, que nos três poderes, que trata de negar o seu espírito e a sua eficácia normativa material. Ao mesmo tempo correspondem a uma defesa do serviço público contra o avanço do projeto neoliberal que busca sucateá-lo. Assumem desta forma uma dimensão política de defesa do Estado Democrático de Direito.

Estão postos, assim, no instigante trabalho do professor francês, elementos preciosos para a análise indispensável das experiências vividas pelos servidores públicos brasileiros.

A C R I S E

Ao mesmo tempo em que os servidores afirmavam a sua cidadania contra o Estado autoritário, ao fragilizá-lo abriam espaços para o avanço da democracia

A crise do espírito de serviço público

Alan Supiot

Professor na Universidade de Nantes - França

Tradução: Maria Luiza de Carvalho Armando

O que me solicitaram lhes apresentasse por ocasião deste colóquio foi um balanço das greves que abalaram os serviços públicos de dois anos para cá. Na realidade, o termo "balanço" é ambicioso demais para designar minhas colocações, que não terão nem o rigor de cifras do balanço, nem o seu caráter sistemático. Com efeito, a presente comunicação é triplamente limitada: restringe-se à análise dos fatos, sendo os aspectos jurídicos das greves em causa tratados alhures⁽¹⁾. Essa análise só poderá ser parcial e superficial, pois, por serem tão numerosas as referidas greves, não é possível estudá-las todas; além disso, a análise de uma única dentre elas seria suficiente (e já o foi)⁽²⁾ para justificar vários estudos parciais; e, por fim, o ponto de vista adotado - como se verá - é ainda o do jurista; e - pior - o de um jurista da área trabalhista; portanto, se se quiser ter uma visão panorâmica dos fatos estudados, esse ponto de vista deverá ser confrontado com o dos sociólogos⁽³⁾, dos historiadores⁽⁴⁾ e dos publicistas. Quanto aos fatos estudados é preciso começar por relembrar a sua teia, tão numerosas foram essas greves⁽⁵⁾.

A primeira da série aqui estudada foi a dos ferroviários (dezembro 1986 - janeiro 1987). Iniciada com um movimento espontâneo dos maquinistas, que se opunham ao projeto de remanejo da grade de salários (introdução do "salário por mérito"), foi o mais longo conflito da história da SNCF⁽⁶⁾. Esse movimento relegou os sindicatos a um papel instrumental e tomou ao movimento dos estudantes - que acabava de terminar - a forma das "coordenações", versão moderna das comissões de greve que recebem sua legitimidade das assembleias gerais de grevistas. Em pouco tempo, transformou-se em uma queda de braço política com o Governo, que recorreu aos serviços de um mediador. Essa greve terminou exitosamente, pois o projeto de grade foi, por fim, retirado, mas sem que um verdadeiro acordo tenha encerrado o conflito; de forma que o movimento se esvaziou com uma retomada progressiva e não organizada do trabalho. Assim, essa greve reuniu várias características novas que iriam ser reencontradas ao longo dos conflitos que se lhe seguiram: as "coordenações", as reivindicações "de identidade", as tentativas de mediação e o esvaziamento de fim de conflito.

Entre essas greves de 1987, são lembradas de forma especial a dos professores primários, contra o projeto de "professores-diretores"; a dos controladores aéreos, em maio-junho, por uma revalorização dos salários - greve essa que originou a Emenda Lamassoure⁽⁶⁾ -; a dos funcionários do Banco de França, devida a reivindicações salariais e em protesto pela redução de pessoal; a dos pilotos e mecânicos da *Air Inter*^(b), que reivin-

dicavam um total de três pilotos nos vôos do *Airbus A-320*, movimento que começou em agosto, sob a forma de "greves matinais", e acabou somente em fins de setembro do ano seguinte; a dos jornalistas da agência *France Presse*, etc.

Todas essas greves se sucederam sem que os estados das relações de trabalho no serviço público fosse globalmente questionado. O mesmo não se deu com os conflitos coletivos que se desencadearam no outono de 1988. O mês de setembro assistiu ao início desse "incêndio" social, cuja primeira centelha foi a divulgação do salário de uma estrela da informação-espetáculo (esse detalhe é anedótico, mas, também, revelador: entre outros males, o que houve no serviço público foi que as relações com o dinheiro degringolaram). A greve nos serviços públicos da imprensa audiovisual começou com os jornalistas e estendeu-se após aos técnico-administrativos, e teve por motivo reivindicações salariais e reivindicações relativas a pessoal. Esvaziou-se em começos de outubro, ao mesmo tempo que a greve dos mecânicos da *Air Inter*. Seguiu-se uma série impressionante de conflitos: a greve das enfermeiras dos hospitais públicos^(c), a dos agentes penitenciários, a dos mecânicos de terra da *Air France*; a dos motoristas dos Correios (chamada "dos caminhões amarelos")^(d); após, a dos centros de triagem postal; a dos condutores e, depois, dos responsáveis pela manutenção na RATP^(e); a dos condutores das centrais térmicas da EDF^(f); após, no decorrer do primeiro semestre de 1989, a dos funcionários na Córsega, a dos médicos dos hospitais, a dos funcionários da Meteorologia Nacional, etc. Todas essas foram greves duras e longas, que, a esse ou àquele título, apresentam algumas das características do conflito dos ferroviários.

Que ensinamentos poder-se-ão tirar desses conflitos, ou, antes, que interrogações levam eles a formular? Do ponto de vista do jurista da área trabalhista, a característica primordial desses conflitos é o se referirem eles a um modelo de relações de trabalho diferente do da empresa privada. Já de saída, é de bom alvitre indagar-se que diferença é essa; ou, em outras palavras, em que consiste o espírito de serviço público aplicado às relações de trabalho (I), antes de se estudarem as razões de sua desestabilização (II) e as reações por essa suscitadas (III).

I - O ESPÍRITO DE SERVIÇO PÚBLICO COMO MORAL PROFISSIONAL

Que é, então, o espírito de serviço público em sua aplicação à relação trabalhista? Para responder essa questão, servir-me-

ei de conceitos jurídicos; esses conceitos, elaborados a partir de fatos sociais, constituem, com efeito, excelentes instrumentos de análise de tais fatos. É verdade que essa asserção exige longas especificações metodológicas, tanto em função dos juristas, que se preocuparão por ver tais conceitos utilizados fora de seu campo de aplicação próprio, quanto em função dos sociólogos, que verão nisso uma recaída em certas ilusões da pré-história de sua ciência. Assim, correrei deliberadamente o risco de me tornar suspeito de desconhecer não só os dados elementares do Direito Positivo, como, também, os da Sociologia; e partirei da seguinte hipótese: é o conceito de estatuto que caracteriza o emprego a serviço do público, enquanto que o emprego a serviço do privado caracteriza-se pelo contrato. Essa oposição seria grosseiramente inexata, se pretendesse descrever a situação precisa dos trabalhadores do setor público, porque alguns deles estão excluídos tanto das vantagens do contrato, quanto das do estatuto (especialmente, uma boa parte dos não titulares da função pública), enquanto que outros, ao contrário, as acumulam (especialmente, os trabalhadores das empresas do setor público). Mas, uma vez mais, não é de análise jurídica que se tratará aqui, já que minha proposta é caracterizar o que se chama serviço público através do recurso aos conceitos jurídicos usados com finalidades metodológicas, não descritivas.

E, desse ponto de vista, a oposição entre o contrato e o estatuto pode guiar proficuamente a reflexão sobre o assunto. Enquanto que o contrato permite que se faça do trabalho um objeto de negócio, o estatuto, ao contrário, separa relações de trabalho e esfera comercial. Pelo contrato, o assalariado vende seu trabalho àquele que, no mercado de trabalho, lhe oferece mais por ele; a relação, nesse caso, é dissimétrica (um dos contratantes se coloca sob as ordens do outro), é sinaligmática (o salário é a contrapartida do trabalho fornecido) e sua duração é aleatória. Nenhuma dessas características se encontra no estatuto, que implica outra relação com o poder, o dinheiro e o tempo. Em cada um desses níveis, é possível salientar uma característica - própria à lógica estatutária -, que é a reunião de características que constituem o que se pode chamar "espírito de serviço público" e que institui um tipo particular de moral profissional.

a) A relação com o poder: a dignidade do funcionário público

No que respeita ao contrato de trabalho, a relação com o poder é clara: trata-se de uma re-

A idéia de dignidade profissional exclui o servilismo e proíbe a arbitrariedade

lação binária (empregador/assalariado) e, igualmente, uma relação de subordinação. O assalariado abdica de sua vontade própria para se tornar instrumento da vontade de seu empregador e não se espera dele outra consciência profissional além da consciência de tal obediência. (Somente aos jornalistas o Código do Trabalho - Art. L. 761-7 - reconhece uma consciência própria.)

Quanto ao estatuto, as coisas são mais complexas: a relação com o poder não se reduz à relação entre o funcionário e a hierarquia, mas, sim, inclui o público, a cujo serviço ambos se encontram; e a idéia de moral profissional impregna tanto a relação com o público, como a relação com o superior hierárquico. A relação do funcionário público com o usuário é diferente da relação comercial com o cliente; e isso, sob dois aspectos. Primeiro, o usuário é *titular de direitos*, desses "direitos a ..." que são reivindicados justamente em caso de perturbação do funcionamento dos serviços públicos: direito à imagem, direito à comunicação, direito à saúde, direito de ir e vir⁽⁶⁾, etc. E todos os usuários do serviço público têm *igualmente direito* a ele. Para o funcionário público esse princípio de não discriminação entre usuários significa concretamente que deve recusar, tanto a exclusão, quanto o favoritismo. Para os funcionários dos Correios, por exemplo, o cartão de Boas Festas expedido uma vez por ano por uma viúva de Carpentras^(g) deve merecer os mesmos cuidados que a correspondência das empresas de venda por correspondência. Uma tal moral ainda impregna o espírito dos funcionários públicos o bastante para que acentuadas reticências se manifestem quando - como acontece com freqüência devido aos planos de informatização - se pretende redistribuir o pessoal com o fim de personalizar o serviço prestado aos usuários; em outros termos, quando se busca passar de uma lógica-de-guichê (serviço prestado com base no princípio da fila de espera) a uma lógica comercial (serviço prestado aos clientes que se julga serem mais dignos de interesse).

A relação com o superior hierárquico também se encontra dominada pela idéia da moral profissional. O chefe está a serviço do público, ao mesmo título que o seu subordinado; de forma que os valores comuns a ambos transcendem a relação de poder entre eles. Em outras palavras, o funcionário não se subordina a uma determinada pessoa e, sim, a uma organização e aos valores por ela encarnados. A idéia de relação individual ocupa aí um lugar muito menos importante do que no contrato de trabalho, enquanto que a dimensão coletiva do trabalho reveste-se de particular importância: a da colaboração de todos em prol de um objetivo comum.

Portanto, o que domina a dupla relação de

poder que o servidor estabelece com o usuário e com os seus próprios superiores é a idéia de *dignidade profissional*, idéia essa que exclui o servilismo, tanto quanto proíbe a arbitrariedade. Os chineses, que se incluem entre os decifradores da idéia de serviço público, exprimiram-na já no século XI, construindo em sua capital uma estela na qual estavam gravados os nomes dos funcionários do Serviço de Advertências que tinha criticado o Imperador, "a fim de que eles passem à posteridade e para vergonha dos que antepõem a seu dever os seus interesses pessoais".⁽⁷⁾ Tal moral profissional, bem como a autonomia de julgamento que ela implica, encontra ainda sua expressão jurídica na garantia de emprego que é concedida aos funcionários públicos e sua expressão sociológica na especificidade dos sindicatos de funções públicas, os quais pretendem ser também representantes do interesse do público.

b) A relação com o dinheiro: a serenidade no exercício da função

No regime de contrato, considera-se que o salário exprime o valor de mercado do trabalho fornecido num dado momento. Juridicamente, o salário é a contrapartida sinaligmática da prestação de serviços. Durante a vida do assalariado, seu salário poderá variar, tanto para mais, quanto para menos, segundo a raridade ou a obsolescência de sua qualificação, seu estado de saúde, a evolução de sua situação econômica em geral, a prosperidade ou as dificuldades da empresa, etc.

No caso do regime de estatuto, a perspectiva é outra: passa-se do salário à remuneração⁽⁸⁾, uma remuneração que representa a contrapartida do compromisso da pessoa com o serviço prestado ao público. Essa remuneração deve ser necessária e suficiente para a salvaguarda da dignidade (evitando que essa pessoa tenha de acumular vários empregos⁽⁷⁾ e da integridade (preservando-a da tentação da corrupção). A remuneração, portanto, não é a contrapartida direta da soma das prestações de serviço, não tendo como indexador financeiro o valor de mercado dessa prestação. Uma tal serenidade é parte integrante do espírito de serviço público, que ela preserva dos tormentos e dos apetites do espírito de lucro, assegurando o desinteresse pelos jogos do mercado.

c) A relação com o tempo: a continuidade da função

O contrato de trabalho é marcado pelo signo do aleatório e do descontínuo. De fato, não é ape-

Ao princípio da estabilidade no serviço público corresponde o da continuidade da relação de trabalho

nas a remuneração do assalariado que fica exposta aos fatores aleatórios que agem na vida de sua empresa, ou ao valor comercial de sua força de trabalho, mas, também, o próprio emprego. Se o contrato tem duração determinada, o empregado se encontra numa situação precária por definição. E, se se trata de um contrato de duração indeterminada, esse contrato implica uma faculdade de rescisão unilateral em benefício do empregador. O princípio segundo o qual o contrato de trabalho é uma relação necessário-aleatória é tão fundamental, que foi praticamente o único princípio cuja formulação ocupou os autores do *Código Civil*, em 1804, quando eles dispuseram que "só se podem contratar seus serviços por tempo determinado ou para determinada empresa" (*Código Civil*, art. 1780). O estatuto, ao contrário, é marcado pelo signo da continuidade. Ao princípio da estabilidade no serviço público corresponde o da continuidade da relação de trabalho: o estatuto não só inclui a vitaliciedade do emprego, como, também o faz corresponder à situação normal do funcionário público, impregnando a forma pela qual esse encara o seu próprio futuro. Essa continuidade da relação de trabalho tem por corolário a previsibilidade da evolução da remuneração. A regra dos aumentos por tempo de serviço visa a dar um sentido a esse futuro demasiadamente previsível e compensar a renúncia à esperança de ganhos, própria ao mercado de trabalho. Dignidade na relação com o poder, serenidade na relação com o dinheiro, continuidade na relação com o tempo: eis aí um resumo com as características do espírito de serviço público, características que o distinguem claramente, tanto dos valores da esfera do mercado, quanto dos da esfera política. Foi essa distinção clara que permitiu eclodisse na França um tipo de identidade e de moral profissional apta a garantir a integridade e a eficiência dos serviços públicos. É esta distinção que está desaparecendo, hoje, como se pode constatar pelos conflitos recentes.

II - A DESESTABILIZAÇÃO DO ESPIRITO DE SERVIÇO PÚBLICO

Visto que o setor privado, hoje em dia, se encontra associado a imagens de eficácia e de opulência que o setor público não evoca espontaneamente, o modelo estatutário das relações trabalhistas, de forma correlativa, desacreditou-se ante o modelo contratual. Assim, tornou-se dominante a forma de a esfera do mercado conceber as relações de trabalho. Essa predominância se pode expressar, seja na comparação entre o

O salário por mérito solapa a dignidade nas relações com o poder, pois coloca os funcionários em uma relação de subordinação individual relativamente a seus superiores hierárquicos

particular e o público - cuja consequência é o que se pode chamar "efeito rejeição" -, seja através da imitação do privado por parte do setor público, a qual tem um efeito de mitemismo. Aí residem as duas principais vias de desestabilização do espírito de serviço público.

a) O efeito rejeição

O "efeito rejeição" é o que resulta da *comparação* do setor público com o setor de mercado. Essa comparação torna-se possível pela concorrência cada vez mais acentuada entre o serviço público e empresas privadas. Assim acontece com o Ensino (Escola pública x Escola particular); com a Saúde (hospitais públicos x clínicas particulares); com os transportes (SNCF x transporte rodoviário); com os meios de comunicação audiovisuais (canais estatais x canais privados), etc. Aos olhos do público, essa comparação desfavorece cada vez mais o serviço público que, por um lado, arca com limitações que lhe são próprias (em especial, a obrigação de assegurar o mesmo atendimento a todos os usuários) e, por outro, reúne as restrições orçamentárias, o peso da organização administrativa, a rigidez do controle financeiro prévio e o relaxamento, ou a inexistência, dos controles de eficácia.

Portanto, não é de admirar que essa comparação tenha desempenhado um papel fundamental no desencadeamento de muitas grandes greves. É esse, por exemplo, o caso do conflito das enfermeiras, que reivindicavam um estatuto igual para todas as da categoria e denunciavam as reduções de pessoal determinadas pela regra do orçamento global, que não é válida para os estabelecimentos particulares; é o mesmo o caso dos grevistas audiovisuais estatais, que assentavam o essencial de suas reivindicações na comparação com o salário e os quadros dos canais privatizados; o caso, também, dos motoristas dos Correios, cuja greve teve por finalidade opor-se à privatização de sua atividade. Mesmo quando não se encontrava no centro do conflito, uma tal referência ao setor privado constituía com frequência um dos panos de fundo; por exemplo, no caso da greve dos ferroviários, por ocasião da qual evocou-se a ameaça de um alinhamento progressivo desses servidores com a situação social dos caminhoneiros, a fim de denunciar os projetos de "salário por mérito" formulados pela Direção dos Caminhos de Ferro. Assim também, a perspectiva de uma concorrência crescente nos transportes áereos, relacionada com o advento europeu de 1992, exerceu um importante papel na dureza do conflito da *Air Inter*. Esses diversos conflitos mostram que o referido "efeito rejeição" pode atuar em sentidos opostos, de

forma que o setor privado ora encarne aquilo que os grevistas almejam, ora aquilo que eles rejeitam (aliás, essas duas atitudes podem coexistir, como no conflito dos meios de comunicação audiovisuais).

Tal "efeito rejeição" leva à desestabilização da noção de valor profissional própria aos serviços públicos. Na esfera do mercado, a noção de valor só tem sentido enquanto expressa em divisas fortes: a única medida (legal) do valor profissional é o montante do salário, tal qual se o avalia no mercado de trabalho. Com essa medida, o valor de cada um é aquilo que ele ganha; portanto, se ganha pouco, não vale grande coisa. A partir do momento em que essa maneira de ver as coisas se torna dominante, invertem-se os valores constitutivos do espírito de serviço público. A situação dos audiovisuais é especialmente exemplar no que respeita a esse fenômeno. Viu-se o Canal 5 contratar por FF 220.000 ao mês apresentadores-estrelas que ganhavam FF 28.000 no serviço público. E na TF 1⁽ⁱ⁾ a política de aumento salarial ter-se-ia expressado por um crescimento de mais de 14% da massa salarial, no curso do ano seguinte à privatização. Tais perturbações só poderiam desorientar o pessoal que ficara no serviço público e que perdia assim seu referencial costumeiro nas relações com o dinheiro. O caso do conflito dos médicos dos hospitais não é substancialmente diferente. Esses médicos, devendo agüentar uma parte do arrocho salarial imposto ao setor público e enfrentando condições de trabalho que o sistema de orçamento global tornara mais difíceis, não podiam deixar de comparar sua situação à de seus colegas do setor particular, que continuavam a ser beneficiados por um sistema de pagamento do tipo "guichê aberto" (pagamento no ato).

A lição a tirar de tudo isso é simples: existe um limite a partir do qual a diferença de rendimentos entre o setor privado e o setor público de mesma qualificação profissional solapa os valores profissionais constitutivos do serviço público. Conscientes desse problema, mas também empenhados em não aumentar sua massa salarial, certas empresas públicas esforçaram-se por introduzir formas de remuneração inspiradas no setor privado. Então, passa-se do "efeito rejeição" a um efeito de mitemismo.

b) O efeito de mitemismo

Para o serviço público, esse efeito consiste no fazer - ou tentar fazer - seus certos aspectos de organização do trabalho concebida pelo setor privado. Para dizer verdade, esse efeito de mitemismo, tanto quanto o "efeito de rejeição", pode atuar

em dois sentidos; e viram-se empresas privadas adotarem certos aspectos das relações de trabalho do setor público; o que é atestado pela moda da noção de "cultura empresarial", concebida essa como um instrumento de "fidelização" dos assalariados a um sistema de valores profissionais. Mas, geralmente, esses empréstimos tomados à lógica estatutária não são de porte tal, que cheguem a privar a empresa privada de sua "alma", que é a busca de lucro. Trata-se de saber se a recíproca é verdadeira, no que tange ao serviço público, em que um tal efeito de mitemismo age, tanto no cume quanto na base da escala profissional.

No cume dessa escala, observa-se uma diluição da figura tradicional do alto funcionário do Estado, igualmente independente do mundo da política e dos negócios. As trajetórias propostas como modelo aos jovens "enarcas", ao contrário, valorizam trajetórias profissionais que levam a passar da função do serviço público a uma função política e, após, à direção de uma empresa. Tais modelos substituem a separação estrita entre o serviço público e as esferas políticas e de mercado, pela idéia de confusão entre um e outras e de sua equivalência funcional. Como é claro que a vocação do homem político ou de negócios não requer o mesmo tipo de relação com o poder, o tempo e o dinheiro que o espírito de serviço público mantém com eles, essa nova imagem do sucesso solapa as virtudes tradicionais de dignidade, serenidade e continuidade que a figura do alto funcionário do Estado encarna.

Assim, por exemplo, a inclusão das Direções das empresas públicas no "sistema de troféus", que se inscreve perfeitamente nessas novas trajetórias profissionais, tem como consequência o tornar precário o exercício das funções diretivas; tanto que, ante as Direções de empresas públicas postas em questão nos períodos eleitorais, são as empresas privadas que podem pretender encarnar a continuidade do serviço prestado ao público. Tal situação aparentemente paradoxal configurou-se no âmbito dos audiovisuais depois das eleições de 1988. Enquanto um novo período de incertezas se iniciava no tocante à direção das cadeias públicas de rádio e televisão, a Direção da TF 1 - recentemente privatizada e, logo, excluída do "sistema de troféus" - podia pretender encarnar essa continuidade.

Na base da referida escala, o efeito de mitemismo revela-se de maneira exemplar nas tentativas de introdução do "salário por mérito". Sabe-se que essa referência foi suficiente para atear fogo a numerosos serviços públicos (conflito dos ferroviários, greve dos professores primários, etc.); e, em geral, não se

sabe explicar por que uma razão tão anódina é tão difícil de operacionalizar. É que ela solapa os três andares do edifício sobre o qual repousa o espírito de serviço público. O "salário por mérito" solapa a dignidade nas relações com o poder, pois coloca os funcionários em uma relação de subordinação individual relativamente a seus superiores hierárquicos, o que faz temer o servilismo de uns e a arbitrariedade de outros e, também, desestabiliza os "coletivos de trabalho". Esse tipo de remuneração solapa a serenidade nas relações com o dinheiro, pois rompe com a idéia de um salário correspondente à função, para tratar o trabalho como uma mercadoria de que o salário é a contrapartida; ademais, implica uma remuneração que continua a ser paga aos "sem mérito", o que agride toda e qualquer idéia de moral profissional. Enfim, ele solapa a noção de continuidade na relação com o tempo, pois introduz a descontinuidade na renda. Esse último ponto ficou particularmente visível no conflito da SNCF, durante o qual se viu velhos ferroviários explicarem seu temor de serem afastados - em razão do enfraquecimento de sua força de trabalho - de toda e qualquer gratificação por mérito, perdendo assim a única certeza que tinham: de ver a sua situação financeira melhorar em fim de carreira. Por sinal, a demonstração quase experimental dessas virtudes desestabilizadoras inerentes ao "salário por mérito" foi feita na TF 1, onde esse sistema de remuneração foi deliberadamente introduzido após a privatização da empresa, a fim de quebrar o espírito de serviço público que impregnava esse organismo desde as suas origens mais remotas.

Assim, o efeito da imitação do setor privado por parte do setor público encontra-se diferentemente percebido, conforme se está situado na escala profissional: ou no alto dessa, ou em seus níveis inferiores. Enquanto que os cargos diretivos dos serviços públicos, que podem esperar acumular as vantagens do privado e do público - se é que já não o fazem - , percebem-no de uma forma predominantemente positiva, o resto do pessoal, que teme acumular as servidões do público e do privado, tem uma visão predominantemente negativa a esse respeito. Essa diferença de percepção participa da desagregação da moral profissional comum que reunia uns e outros. Os dirigentes, que se sentem portadores da modernidade e da eficiência, experimentam, ao contrário, a referência ao espírito público brandida pelos sindicatos como a expressão disfarçada de bloqueios corporativistas. Inversamente, o pessoal executivo e seus sindicatos consideram-se muitas vezes como os últimos defensores do serviço público e vivem o discurso sobre a modernização desse como a expressão hipócrita de uma vontade de

O salário por mérito solapa a serenidade nas relações com o dinheiro e a noção de continuidade na relação com o tempo, pois introduz a descontinuidade na renda

desmantelamento.

Sem dúvida, não há antinomia fundamental entre os dois discursos dever-se-ia concordar quanto ao fato que a defesa do serviço público anda de par com sua melhoria e sua adaptação às mudanças das técnicas e das expectativas dos usuários. Mas essa adaptação suporia uma identificação clara dos valores constitutivos do serviço público, das referências comuns às Direções e seus agentes. O recurso quase sistemático aos "mediadores", aos "conciliadores", ou aos "sábios", que caracterizou os conflitos recentes (missões: do Sr. Lavande junto à SNCF; do Sr. Bruhnes junto aos audiovisuais e à RATP; do Sr. Pretat junto aos Correios; do Sr. Mignat e, após, do Sr. Abraham e do Sr. Peyrelevade junto à *Air Inter*) revelou justamente o desaparecimento dessas referências comuns; esse recurso é o sintoma espetacular de uma realidade: o diálogo social entre a hierarquia e o pessoal subordinado, em bom número de casos, se rompeu. Seja que resulte de uma comparação com o modelo de relações com o trabalho próprio à esfera privada, seja que resulte da imitação desse modelo, a desestabilização do espírito de serviço público é um fenômeno evidente. Resta evocar as reações do funcionalismo ante essa crise, tal e qual essas reações se exprimiram no decorrer dos últimos conflitos.

III - OS CONFLITOS COMO EXPRESSÃO DE IDENTIDADE

A amplitude das greves, a impressão bem fundada de que não conseguiram resolver a crise difusa que revelavam, e de que esses movimentos, consequentemente, podem ressurgir a qualquer momento e em qualquer um dos serviços públicos, tudo isso é de molde a inquietar; e não sem razão. Contudo, sem mergulhar num otimismo que não cabe, poder-se-ia fazer pesar o argumento segundo o qual essas greves atestam também uma vitalidade profissional persistente, que mantém aberta a perspectiva de evoluções positivas.

Com efeito, nada seria mais desastroso para o futuro dos serviços públicos que ver seus agentes⁽¹⁾ interiorizarem a idéia de sua desvalorização e afundarem-se na apatia e na perda de toda e qualquer consciência profissional⁽⁹⁾.

Não é emitir um julgamento de valor o constatar que o bom funcionamento dos serviços públicos depende da consciência profissional dos funcionários (ou, pelo menos, da de um número expressivo desses); também não é emitir juízo de valor o afirmar que, se um tal desencorajamento se generalizasse, conduziria inelutavelmente à

Voltar-se para a qualificação profissional acompanha a instrumentalização dos sindicatos

derrocada dessas glórias nacionais que ainda são os trens pontuais e certos, as cartas que chegam aos destinatários em vinte e quatro horas, o acesso de todos a um sistema escolar ou hospitalar eficaz, as produções radiotelevisivas de qualidade, etc.

Ora, pode-se dizer das greves recentes o que se quiser, salvo que elas atestam apatia por parte dos serviços públicos a que se referem. Muito ao contrário, todas elas visaram a exprimir, de forma às vezes veemente, a identidade profissional dos grevistas. O esclarecimento desse reflexo "identitário" permite que se comprehenda melhor sua ambivalência no que concerne ao futuro do espírito de serviço público.

a) A força do reflexo de identidade

A ponta de lança das greves foi constituída por categorias bem definidas de pessoal, dotadas de grande competência profissional e/ou de certa autonomia no exercício de suas funções, isto é, cujo trabalho implica, a esse ou àquele título, reais responsabilidades individuais. As duas figuras que, dessa maneira, dominaram esses conflitos foram a do condutor (de trem, de avião, de metrô ou de ônibus, dos "caminhões amarelos" ou das centrais elétricas, controladores aéreos, etc.) e a do profissional qualificado (enfermeiras, professores - primários e em geral -, médicos, jornalistas, mecânicos - de metrô ou de aeronaves -, meteorologistas, etc.).

A desestabilização do espírito de serviço público levou essas categorias de funcionários dotados de forte identidade profissional a se voltarem para sua identidade, a fim de se fazerem ouvir. Essa volta manifestou-se de maneira espetacular através do fenômeno das "coordenações", que corresponderam, sem exceção, à preocupação de não se deixarem absorver pelos conjuntos vagos do serviço público. O exemplo mais conhecido disso é o da coordenação das enfermeiras, que expulsou de seu conjunto as outras categorias do pessoal hospitalar; as quais, portanto, viram-se condenadas a organizar suas próprias coordenações. Mas a coordenação dos maquinistas da SNCF já tinha adotado um ano antes a mesma postura, relativamente às outras categorias desse organismo. Esse voltar-se para a qualificação profissional acompanha o que se poderia chamar instrumentalização dos sindicatos. Tal instrumentalização é estrutural, quando se trata de sindicatos corporativistas (Sindicato dos Mecânicos, ou Sindicato dos Jornalistas), cujo papel se reduz, por definição, ao de instrumento jurídico de expressão de reivindicações categoriais. Porém, o fenômeno é novo, quando

se trata de sindicatos associados a confederações nacionalmente representativas e que se julga serem capazes, enquanto tais, de integrar essas reivindicações a uma visão de conjunto das relações de trabalho no seio do setor público. Justamente essa capacidade é que foi, não posta em questão, mas escamoteada deliberadamente pelos grevistas. Sob formas e em contextos extremamente diferentes, esses sindicatos foram reduzidos ao papel de "sindicatos-táxi", limitados a um papel técnico de representação de reivindicações elaboradas, no essencial, fora do âmbito deles. O fenômeno é ainda mais notável por dizer respeito tanto aos setores em que a tradição e a implantação sindicais eram fortes (por exemplo, o dos ferroviários), quanto àqueles em que ambas eram débeis (por exemplo, o das enfermeiras). Uma tal privação da conduta estratégica do movimento - é claro - torna muito mais difícil a sua condução, seja para os sindicatos, seja para as direções. Com isso, uns e outras pagam por sua incapacidade de estabelecer um diálogo que dinamize os trabalhadores; isto é, um diálogo que lhes abra perspectivas de um futuro em que as exigências do espírito de serviço público e as da modernização se harmonizem. Na falta de uma tal perspectiva, o voltar-se para a qualificação é o único meio de afirmar um valor profissional fundamentado na competência ou nas responsabilidades. Essa afirmação constitui a última réplica dirigida à desvalorização material e moral do serviço público. Na escala dos valores do mercado, segundo a qual quem ganha pouco não vale grande coisa, os funcionários públicos encontram no referido "voltar-se sobre si mesmas", por parte das categorias o meio de contraditar, afirmando que eles ganham pouco apesar do grande valor de seu trabalho.

b) A ambivalência do reflexo de identidade

Essa reação "identitária" pode conduzir, seja à adoção dos valores da esfera de mercado, seja à reafirmação dos valores inerentes ao espírito de serviço público. Na maioria das vezes, essas duas posturas coexistem e se mesclam nos mesmos servidores, que oscilam, assim, entre esses dois tipos de reação.

Portanto, a primeira reação consiste em *abdicar dos valores do serviço público para adotar os de mercado*. O universo do mercado é - para servir-me da fórmula-choque de uma célebre série americana - um "universo impiedoso": cada um por si, desgraçados dos fracos, que o mais forte vença! A influência dessa "moral de vencedor" tornou-se perceptível através das reivindicações e, sobretudo, dos meios de luta

Voltar-se para a qualificação profissional é o meio de afirmar um valor fundamentado na competência ou nas responsabilidades

adotados pelos grevistas.

Em matéria de reivindicações, ela teve influência no vigor das reivindicações salariais de certas categorias de funcionários públicos, que reclamam remuneração compatível com seu valor no mercado; isto é, correspondente ao nível de cotação que sua qualificação tem no mercado de trabalho. Essa referência tornou-se particularmente clara no caso do pessoal dos audiovisuais, no dos médicos dos hospitais⁽¹⁰⁾ e, em menor grau, no caso do pessoal da Educação Nacional.

Mas foi principalmente nos meios de luta empregados que essa postura se revelou. A idéia de que todos os golpes são permitidos num universo em que prevalecem as relações de força está presente - é certo - na história dos conflitos sociais no setor privado. No setor público, em contrapartida, ela nunca tinha tido grande influência, de tal forma contradiz a moral profissional própria ao serviço público. Um dos fatos novos das últimas greves foi exatamente a adoção dessa idéia por certas categorias dos serviços públicos. O exemplo mais característico, sem dúvida, é dos pilotos e mecânicos aerooviários, que sustentaram por mais de um ano suas relações de força. Mas também é necessário recordar, a esse respeito, a dureza dos conflitos dos Correios e da RATP, que bloquearam à força garagens e oficinas. Mais significativo ainda, o conflito da SNCF deu lugar a uma grande estréia, na história - contudo, rica em conflitos - dos ferroviários, pois (fato - parece - sem precedentes) assistiu-se a episódios de sabotagem deliberada de agulhas ou à colocação de pedras suspensas em entradas de túneis, pondo assim em risco de vida tanto maquinistas não-grevistas, quanto passageiros. Tais fatos podem ser aproximados da destruição de malas postais quando do conflito dos PTT⁽¹¹⁾ (ainda que essa destruição haja sido parcial). De forma mais geral, observa-se que a consciência de deveres para com o usuário - que, numa lógica de mercado, não tem sentido algum - vai-se esfumando à medida que os servidores públicos se imbuem dessa lógica.

E, contudo, outros conflitos mostram que a *reafirmação do espírito de serviço público* pode ser o melhor meio de fazer com que essa relação de forças lhe seja favorável. O conflito das enfermeiras ilustra isso de forma quase ideal-típica. A afirmação de sua identidade e de sua moral profissional esteve no centro de seus meios de ação (manutenção de assistência ao doente, campanha de informação ao público), bem como no de suas reivindicações (reconhecimento de sua dignidade profissional, recusa na desqualificação na seleção de pessoal, aspiração a mais respeito, especialmente por parte dos

Os conflitos mostram que há, por parte dos servidores públicos, um forte reflexo de identidade, o qual pode levá-los tanto à reafirmação veemente dos valores constitutivos do espírito de serviço público quanto ao abandono desses valores

médicos, etc.). Porém, a mesma tendência se encontra nos demais conflitos: no da SNCF, em que a reivindicação de um aumento de remuneração ocupou um lugar marginal, ante os objetivos essenciais, que foram a retirada do projeto de remuneração segundo o mérito e a reivindicação de mais consideração no que respeitava às condições de alojamento; no conflito dos centros de triagem postal, no qual se constataram tentativas de organizar serviços de plantão; nos conflitos da aviação civil, nos quais os grevistas sempre apresentaram como argumento a segurança dos passageiros, etc.

Por sua generalidade, esse apelo ao reconhecimento da dignidade e do valor profissional dos servidores públicos constitui-se num dos fatores marcantes das greves destes últimos anos. No entanto, como não endossavam a escala de valores do setor de mercado, esses servidores eram levados a buscar outro padrão de valor, apropriado para a justificação de suas reivindicações salariais. Tal busca, quase patética, de referenciais que pudessem ser aceitos por todos desembocou, na maioria das vezes, na adoção de dois critérios. Primeiramente, o critério do nível de formação: a referência onipresente ao *bac*⁽¹⁾, cada qual situando suas pretensões relativamente ao número de anos de estudos posteriores ao *baccalauréat*. Em segundo lugar, o da antiguidade: a referência - igualmente recorrente - ao número de anos passados a serviço do público em contraste com o baixo salário recebido. Esses dois critérios correspondem perfeitamente à definição do espírito de serviço público, pois acentuam não o valor de mercado da prestação de serviços mas, sim, os valores inerentes à pessoa do servidor público: seu tempo de serviço e seu nível de formação.

A ambivalência do reflexo de identidade, portanto, leva a dois tipos de reações possíveis, por parte dos funcionários públicos, tipos que, na prática, se combinaram em graus variáveis, nas várias greves. É sintomática a diferença das posturas dos usuários e da opinião pública, segundo predominem uma, ou outra, dessas reações. Num extremo, acha-se a greve que procede de uma forte afirmação da moral profissional e durante a qual o serviço público continua a ser assegurado (caso da greve das enfermeiras); esse tipo de greve beneficiou-se de um vasto apoio dos usuários e da opinião pública. No outro extremo, podemos situar a greve que procede essencialmente da defesa de interesses particulares e que acarreta grandes perturbações no serviço público (caso das greves dos pilotos da *Air Inter*); esse tipo de greve suscitou uma hostilidade crescente por parte da opinião pública. As greves que poderiam ser situadas medialmente, nesse leque - por exemplo, as da RATP e da SNCF - suscitaram nos usuários uma postura mitigada, feita de

exasperação (sobretudo em casos de ser desrespeitado o aviso prévio) e de compreensão.

Entre os ensinamentos mais visíveis dos movimentos de greve que têm agitado os serviços públicos de dois anos para cá, dois ou três merecem ser enfatizados, como conclusão. O primeiro é a profundidade da crise das relações de trabalho nesse setor. No sentido etimológico, "crise" designa aquela etapa decisiva de uma enfermidade em que se oscila entre a doença e a morte. Os recentes conflitos trabalhistas são sintomas de uma crise desse gênero. Não se trata de movimentos conjunturais relacionados a impaciências salariais, mas do síntoma de uma profunda desestabilização. O segundo ensinamento é a incerteza quanto à saída dessa crise. Os conflitos mostram que há, por parte dos servidores públicos, um forte reflexo de identidade, o qual pode levá-los tanto à reafirmação veemente dos valores constitutivos do espírito de serviço público quanto ao abandono desses valores. Portanto, é possível apostar tanto nos sinais de sua regeneração, quanto no fermento de sua decomposição. Isso significa que o desaparecimento dos conflitos não será, forçosamente, de bom augúrio, pois que ele poderá ir de par, tanto com a renovação de um espírito de serviço que concilie os valores que lhe são próprios com os do dinamismo e da eficácia, quanto com seu esclerosamento e com o abandono de seus quadros ao desânimo ou à indiferença.

Notas:

(1) - V. adiante as comunicações dos senhores Bazex, Genevais e Terneyre.

(2) - V. sobre o conflito dos ferroviários, D. Segréstin, «L'hiver des corporations», *Esprit*, nº 3, 1987, p.23, e D. LIVET, «Conflits Sociaux et Politique de Communication», ib., p. 29; v. tb. as diversas contribuições reunidas in *CFDT aujourd'hui*, nº 86, maio 1987.

(3) - V. especialmente os anais do seminário «Services Publics et Espaces Collectifs: Modèles de Gestion et Cultures d'Entreprise», université de Paris-IX (Dauphine), Ed. de l'Iris, 1986-87, 348 p.

(4) - V. especialmente os anais do colóquio «Servir l'Etat», organizado em 1986 pela Fundação Hugot do Collège de France, Paris, Ed. de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1987.

(5) - Minhas fontes foram essencialmente os *dossiers de presse* sobre esses conflitos, dossiers esses constituídos pelo Ministério de Trabalho e que pude consultar devidamente, graças à amabilidade dos funcionários dos serviços de conflitos coletivos desse Ministério; em especial, graças à amabilidade da Sra. Chuniand, a quem faço questão de agradecer aqui. Meus agradecimentos dirigem-se também ao Sr. Casteran, Conselheiro do Gabinete do Ministro da Saúde, à Sra. Faure, chefe de relações humanas na Antenne

2 e ao Sr. Jacques Fournier, Diretor da SNCF; da mesma forma, a vários funcionários de todos os níveis, que entrevistei por ocasião da preparação desta comunicação, por me haverem consagrado um pouco de seu tempo. As opiniões aqui expressas não os comprometem, é claro, de forma alguma.

(6) - V. H.-M. CRUCIS, "Les Retenues de Traitement pour Fait de Grève Dans la Fonction Publique", R. D. P., p. 1315 - 1363.

(6^a) - Sobre a emergência desses "direitos a". v. os Anais do Colóquio de Saint-Etienne: A. JEAMMAUD (org.), *Consécration et usage de droit nouveau*, Université de Saint-Etienne, 1987, 96 p.

(7) - V. J. GERNET, "Organisation, Principes et Pratiques de l'Administration Chinoise (Ile - 19e siècles)", in "Servir l'Etat", anais cits., p. 14.

(7^a) - V. S. VAN-GOETHEM, *Essai sur les cumuls d'activités professionnelles* (tese), Nantes, 1989.

(8) - Essa acumulação se pode constatar já nas empresas do setor público, como mostra o recente inquérito de F. DE SINGLEY e C. THELOT, *Gens du privé, gens du public. La grande différence*, Paris, Dunod, 1989, 256 p.

(9) - Tal abdicação exprime-se perfeitamente nesta reflexão colhida da boca de um funcionário *agent de service* da Universidade: "Quando pararem de fingir que me pagam, eu pararei de fingir que trabalho".

(10) - Aliás, nesses dois casos, a referência ao preço de mercado tem apenas uma validade relativa. Em matéria médica, as distorções da remuneração dos médicos desses dois setores resultam das aberrações do sistema de *prise en charge* das despesas de Saúde pela Seguridade Social, e a referência ao mercado é perfeitamente ilusória nesse sistema, quase inteiramente financiado por descontos obrigatórios. E, no domínio dos audiovisuais, a disparada dos salários respondeu em parte à estratégia de implantação das empresas privadas, sendo que nada indica que ela terá efeitos definitivos no nível das remunerações.

(11) - Reação que permanece sendo desesperada; os Correios italianos, que estão muito adiantados na via da deterioração do

espírito de serviço público, evidenciaram, nestes últimos anos, um comportamento engenhoso também, mas de outra forma: não queimando malas postais e, sim, vendendo-as, a peso, a comerciantes de papel.

Notas da Tradução

(a) SNCF - *Société Nationale des Chemins de Fer (Viação Férrea)*.

(b) AIR INTER - Companhia que serve às linhas áreas internas francesas.

(c) HÔPITAUX - A tradução acrescentou o adjetivo "públicos", omitido em francês já que na França todos os hospitais são públicos (no setor privado, só há clínicas).

(d) Por ser o amarelo a cor dos veículos dos Correios.

(e) RATP - *Régie Autonome des Transports Parisiens*: Companhia responsável pelo transporte urbano de Paris.

(f) EDF - *Electricité et Gas de France*: companhia de energia elétrica e gás na França.

(g) CARPENTRAS - Pequena cidade do Sudeste Francês (Provença - Costa Azul); culturas frutíferas, importante mercado de produtos agrícolas; indústrias alimentares, entre outras. A referência é aparentemente arbitrária; trata-se de exemplificar com uma cidadezinha sem grande importância.

(h) Remuneração (no original, "traitement"). A tradução escolheu "remuneração" para traduzir o termo, por ser o usado para os funcionários públicos, apresentando um matiz, portanto, referentemente a "salário".

(i) TF 1, um dos canais de televisão franceses, antes estatal, atualmente privatizado.

(j) Agentes, em geral, o termo *agents*, empregado em francês para numerosas categorias e funções, foi traduzido, aqui, por outros termos, pelo fato de o português empregar raramente "agente". Aqui, no entanto, a tradução é literal.

(l) BAC, abreviatura de *baccalauréat*, cujo sentido em francês difere da palavra portuguesa "bacharelado". Trata-se do exame de Estado a que se devem submeter os que terminam o Ensino Secundário, exame único para todo o território francês. Sem sucesso nesse exame, pouco ou nada se faz. Em função da existência do *bac*, não há exame de entrada na universidade.





dire q'il n'y a même pas de vent

Antônio Cláudio Nuñez foi professor do Departamento de Ciência Política desta Universidade, tendo se graduado em Letras e em Direito pela Ufrgs, e realizado seu doutorado em Ciência Política na França.

Em 1978, com mais 68 colegas, fundou a Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo sido seu 1º vice-presidente, durante a gestão 87/88.

O professor Antônio Cláudio Nuñez deixou-nos no dia 2 de janeiro deste ano. A Universidade perdeu alguém que, como poucos, soube consagrar-se à vida intelectual, ainda que (ou justamente por isso!) completamente avesso à meritocracia acadêmica. A Adufrgs perdeu um de seus militantes incondicionais, ainda que (ou justamente por isso!) jamais tolerante em sua impiedosa lucidez. Seus amigos... bem, seus amigos perceberam-se de repente num mundo dolorosamente comum.

Este artigo que publicamos, um de seus primeiros trabalhos, não é apenas uma homenagem. É um artigo atual - ainda que escrito há dez anos atrás! -, e é, portanto, nossa maneira de tê-lo conosco em nosso debate, partilhando nossas inquietações.

Antônio Cláudio Nuñez

Homenagem

A ordem político-jurídica no Estado de Direito

Antônio Cláudio Nuñez

1. As funções da ordem jurídica

A primeira das funções da ordem jurídica seria a de agir como um fator de *regulamentação* do poder político na esfera do Estado. A menos que admitamos a hipótese ultra-harmônica (a inexistência de conflitos) historicamente inexistente, perceberemos que a coexistência entre indivíduos, grupos e classes sociais não se dá sem problemas e sem conflitos, os quais devem ser resolvidos ou atenuados (digamos: ajustados), tarefa executada sobretudo pela ordem estatal. O Estado atua como ator na medida em que cria regras, impõe um certo tipo de disciplina mental e corporal, modela atitudes sociais e acaba por constituir-se no mais precioso dos elementos para a organização e, sobretudo, para a garantia de uma certa concepção da ordem econômica e social. A existência do Estado, de um poder colocado "acima" dos diversos grupos e classes sociais não esconde a existência de conflitos na ordem social, mas procura regulamentá-los, ordenar a estes conflitos de acordo com a vontade estatal. Desta tentativa de regulamentação nasce o «imperium» da norma jurídica.

O direito coloca as regras, isso quer dizer que ele "arranja" a concorrência de diversas classes e camadas sociais na luta pelo poder. Ele dá o conteúdo (mais ou menos claro, mais ou menos variável) das regras que conduzem o jogo político.

A ordem jurídica, quando propõe suas normas, propõe também os *limites* dentro dos quais a competição entre os diferentes atores políticos poderá desenvolver-se sem a ruptura dos fundamentos da ordem estatal.

O direito tem a ambição de regulamentar quase a totalidade dos conflitos sociais e políticos. Daí a complexidade e a ampliação crescente da legislação. Trata-se, entretanto, de um ideal inatingível, na medida em que a realidade social será sempre mais aberta e mutável que os preceitos estabelecidos pelo legislador visando a discipliná-la. Fruto desta realidade, temos um duplo movimento: o do direito visando à sua realização e o dos atores políticos e sociais tentando tomar posse das normas jurídicas. O direito (a seu modo), assim como o Estado, é ator num processo de luta e é objeto desta mesma luta. Neste sentido, poderíamos afirmar que a ordem jurídica representa ao mesmo tempo um reflexo das lutas sociais (posição subordinada) e um fator de integração das diferentes correntes em luta submetidas à autoridade do Estado (posição subordinante).

Colocar as regras que conduzem o jogo político, isto quer dizer institucionalizar o poder. É o poder de direito, o poder reconhecido e aceito pelos atores políticos (indivíduos, grupos ou classes sociais) na comunidade estatal. Este poder de direi-

to, nós poderemos encontrá-lo, na maioria das vezes, solenizado nos textos constitucionais. A lei fundamental traduz as relações objetivas do poder ou do jogo pelo poder que podem ser percebidas através de dois elementos: um sistema de crenças, de mitos políticos (a idéia de direito, de justiça) e a tradução de uma correlação de forças, da competição entre as diferentes tendências que estão presentes e que atuam.

A competição aqui vislumbrada pressupõe as idéias de competição e de dominação, de equilíbrio e de compromisso. Competição pelo fato que a sociedade não é homogênea e que aqueles que a constituem (quer se tratem de indivíduos, de grupos ou de classes sociais) têm valores espirituais contraditórios, originários de estruturas sociais diferenciadas; dominação visto que a ordem jurídica dá privilégios a alguns em detrimento de outros; equilíbrio visto que esta dominação - normalmente - não tem como consequência a exclusão absoluta das camadas minoritárias ou economicamente desfavorecidas (claro está que o seu grau de participação no estabelecimento da vontade estatal é evidentemente menor); a institucionalização procura um compromisso que possa ser aceitável para os interesses em questão nos grupos e nas classes sociais.

A institucionalização pressupõe a tensão. Ela não procura a resolução dos conflitos (hipótese imóvel), mas quer orientá-los numa direção determinada. A realidade social é dinâmica e conflituada, e estes caracteres têm reflexos no Poder de Estado; na hipótese de uma ausência de regulamentação, a ordem estatal poderia fragmentar-se a cada passo: o que é a exceção (a explosão da ordem seria a regra). É o sistema jurídico que permite ao Estado, conservando a sua estrutura, colocar as suas próprias condições de transformação. É neste sentido - e talvez apenas dentro deste sentido - que se poderia falar numa competição "pacífica" pelo poder. É também o direito que permite que o Estado atue como árbitro. A arbitragem pressupõe um sistema de normas preestabelecidas de modo a regulamentar o mais estritamente possível as hipóteses de transformação do Poder: é a previsão. A arbitragem se inscreve no que Burdeau chama a dialética da ordem e do movimento.⁽¹⁾ O Estado estabelece uma certa concepção da ordem que não é de forma alguma estranha ao movimento, visto que estas duas tendências aparentemente contraditórias (a ordem e o movimento) constituem o fundamento de toda a dinâmica política e o seu confronto, constante e eterno, conduziria em direção à superação dos conflitos presentes. O Poder constrói a ordem com os movimentos que provocam as tensões sociais. Para que as forças do movimento possam introduzir suas reivindicações, restam dois caminhos: conduzir os governantes a aceitar e a satisfazer seus

desejos (o que somente será possível no caso de uma concordância dos governantes) ou mudar os titulares ou mesmo as estruturas do Poder. A competição entre poderes antagônicos na esfera do Poder conduziria a ordem a assimilar as aspirações do movimento.

A luta política, a competição pelo Poder e dentro do Poder, é necessária em vista de uma integração dialética entre a ordem e o movimento. Para que o movimento não implique - a cada passo - numa ruptura da ordem (cuja manifestação mais clara seria a revolução e a consequente adoção de uma nova ordem), sua erupção e assimilação devem ser produzidas de acordo com as condições e nos limites (princípios) fixados anteriormente por esta mesma ordem. Daí a necessidade de regular, de "codificar", de solenizar as formas de luta. É evidente que o movimento influencia a ordem, mas a ordem também tenta influenciar, dirigir, adaptar, condicionar o movimento. Para satisfazer esta necessidade, é necessário um estatuto, um conjunto de princípios que sejam ao mesmo tempo aceitos e impostos aos grupos em conflito: estes princípios, que tornam possível a estruturação política da sociedade, que prevêem também as diferentes formas de recrutamento e devolução do Poder são aqueles que estão previstos na Constituição e nas leis sobre matéria constitucional.

A segunda função da ordem jurídica seria a de colocar limites no exercício do poder de Estado: a) de regulamentar a rela-

mentos e suas potencialidades são mutáveis a cada época, a cada instante. Fruto da sociedade sobre a qual se apóia, o poder público não renuncia a dirigir a vida política de acordo com os seus princípios. Mas o Poder de Estado tem limites na concorrência que lhe é promovida pelos outros poderes latentes na ordem social. Ao lado do poder público encontraremos outros poderes, eles também desejosos de impor à coletividade suas concepções, suas representações, seus interesses.

Deixo claro que não estou optando aqui por teses do tipo funcionalista que aludirão à maior ou menor autonomia dos chamados sub-sistemas (partidos políticos, grupos de interesse, etc.), considerando-os como uma espécie de corpos intermediários entre o Estado e o cidadão. Estas teses, embora não de todo equivocadas, parecem desconhecer que essas instituições autônomas fazem parte do Estado enquanto aparelhos ideológicos. De qualquer modo, algumas destas instituições podem explorar ao máximo o seu potencial de autonomia relativa e visam a impor à vontade do Estado a sua própria vontade (o seu projeto político) na "vontade do Estado". Mesmo no interior da sociedade política, nós poderemos falar de vários aparelhos que são subjacentes à organização estatal como um todo (polícia, exército, ramos judiciários, administrativos, etc.) e que de um certo modo têm vontade própria ao mesmo tempo integrada e destacada da vontade estatal.

Estas relações são, antes de tudo, relações de força. O direi-

ção existente entre as diversas funções e os diversos ramos do aparelho de Estado, permitindo assim a operacionalidade (a eficácia e a coordenação) no funcionamento dos diversos braços do aparelho de Estado (o Governo, a Administração, a Justiça, o aparato policial-militar, etc.); b) de definir o espaço destinado ao poder público e o espaço reservado aos indivíduos e aos grupos submetidos à autoridade do Estado, o que implica, em última análise, em criar uma distinção entre direito público e direito privado.⁽²⁾ Ora, a distinção entre público e privado só tem sentido como criação da ordem econômica burguesa e seus contornos (maior extensão do "público" ou do "privado") dependerão das necessidades objetivas de cada momento histórico. É exatamente por isso, aliás, que muitos falam em "privatização" das atividades (ou de certas atividades) estatais, ou em "publicização" do direito civil. Em verdade, o Estado (e a ordem jurídica) não é nem público, nem privado, mas por ser um Estado de classe (um Estado que visa a manter a hierarquia entre as classes sociais), implica na síntese das relações entre a sociedade política e a sociedade civil.

O Estado não é nunca uma realidade homogênea. Ele supõe uma tela de relações complexas onde as diferentes peças se adaptam e entram em conflito mútuo contínuo. O Estado também não é estático. Sua estrutura, suas funções, seus funda-

to (positivo) não é de modo algum estranho e ausente neste conflito. A ordem jurídica deve estruturar, num sentido único e convergente, as diferentes proposições e impor aos demais poderes rivais do Estado a solução desejada pelo poder oficial.

Cabe ao direito a determinação do papel destes poderes rivais do Estado: reconhecê-los como participantes da ordem jurídica (ou seja dar-lhes o *status* de sujeito de direito) ou mais simplesmente marginalizá-los ou mesmo combatê-los.⁽³⁾ Neste domínio a função do direito não se limita (pura e simplesmente) a estabelecer o "reconhecimento" jurídico dos poderes de fato. É a ordem jurídica, ela mesma, que dá nascimento aos seus próprios sujeitos. Trata-se aqui, entretanto, de uma soberania que é absoluta apenas na aparência: na realidade, se a ordem jurídica dá luz a seus próprios sujeitos (os sujeitos de direito), ela própria não é senão a consequência da ação dos sujeitos sociais cuja constituição e cujas modalidades de ação - em última análise - lhe escapam.

Esta hipótese, ao mesmo tempo normativa e sociológica, foi levantada por Lévy Bruhl quando fala dos "direitos infra-estatais". Na sua opinião, não é propriamente o Estado, mas os grupos sociais que dão a vida e a consistência ao sistema jurídico. Os agrupamentos secundários produziriam uma inovação do sistema jurídico quando, "não encontrando nas regras jurí-

dicas normais a possibilidade de exercer a sua atividade, modificam consciente ou inconscientemente as regras do direito comum por meio de prescrições paralegais ou francamente ilegais".⁽⁴⁾

2. A Constituição: norma e Ideologia

O sistema jurídico, no seu conjunto, e a Constituição, em particular, se traduzem numa correlação de forças, traduzem também os fundamentos ideológicos de qualquer organização social e política (da coletividade ou do Estado).

Toda sociedade tem uma finalidade, uma representação de valores, de costumes, de aspirações coletivas que são comuns (de um modo mais ou menos manifesto) aos seus membros. A aceitação, a adaptação do indivíduo às regras da comunidade é a primeira condição da harmonia social e da manutenção de uma certa concepção de ordem. As pessoas, dentro de uma coletividade, deverão viver juntas e deverão fazê-lo de acordo com uma concepção de vida e de sociedade que permitirá e solidificará esta união tão cara e vital à permanência do grupo. A moral, o costume e o direito constituem um conjunto neste processo de construção da vida social, ao qual poderíamos acrescentar - seguindo a lição de Max Weber - a noção de prestígio político, ou seja, a do orgulho de pertencer a uma certa comu-

ças comuns que são variáveis de uma sociedade para outra, que se modificam no curso do tempo mas que existem sempre. Cada sistema jurídico positivo tem a sua ideologia particular. É o que Burdeau chama de *idéia de direito* "a representação da ordem descível que, numa sociedade, constitui uma linha de força da mentalidade coletiva onde ela cristaliza o consenso dominante".⁽⁵⁾

Esta ordem constituída, estruturada e limitada pelo direito é, ela também, uma ordem social. O jurista e o sociólogo, poderão estabelecer diferenciações de grau entre ordem jurídica e a realidade social tomadas no seu conjunto, demonstrando, por exemplo, que a ordem social é mais larga e mais complexa que a ordem jurídica, que esta é uma ordem racional, harmônica, e, num certo sentido abstrato, características que contrastam com a inevitável desarmonia e talvez mesmo irracionalidade dos movimentos sociais. De qualquer modo, é sempre possível encontrar uma ligação entre o direito e a sociedade, uma dialética que produza relações íntimas de um em direção ao outro, que torne possível uma redefinição recíproca. Dificilmente podemos encontrar um fosso completo entre o jurídico e o social. A idéia de direito que predomina na organização social é (mais ou menos) aquela que dá o fundamento e a estrutura das normas sancionadas pelo Estado. O direito (positivo) constitui-se num espelho da idéia de direito, da ideologia jurídica dominante num determinado Estado; por outro lado, o direito tenta

nidade política, que implica necessariamente em maior coesão política e em forte elemento de base do sentimento nacional. Nestes elementos de adaptação social, a regra de direito se distingue e se superpõe aos outros na medida em que ela traduz os preceitos de condutas fundamentais ao grupo num certo momento da sua história (o que a moral e o costume também o fazem) como ela impõe a sua disciplina particular, determinando aos sujeitos a adequação e o respeito às diretivas que a ordem jurídica consagra e estabelece. A isto, poderíamos acrescentar uma particularidade toda especial, tocando a regra de direito: é a de que ela toma por base as noções de *fraternidade* (face aos demais elementos do grupo) e de *terror* (face aos que estão desgarrados). A fraternidade representa aqui a liberdade do grupo como elemento de coerção face à liberdade individual, ou seja, a gênese de um estatuto de violência. O poder jurisdicional repousa, em última análise, na capacidade do grupo social (melhor dito, do Poder) em submeter ao indivíduo (o direito de punir aquele que se separa do grupo).⁽⁵⁾

O sistema jurídico se apresenta como a tradução normativa da concepção da ordem dominante dentro de uma certa coletividade (atualmente dentro da esfera do Estado). O direito quer, na maioria dos casos, impor uma regra de conduta⁽⁶⁾ e, quando ele o faz, se inspira num conjunto de valores, de idéias, de cren-

ças (de um modo coercitivo inclusive) sua concepção de mundo, suas crenças, de modo que elas subsistam como regras de conduta impostas pelo Estado e aceitas pela sociedade.⁽⁸⁾

Este caráter, ao mesmo tempo normativo e ideológico, presente em todo o universo jurídico, nós o encontramos sistematizado de um modo todo especial nas Constituições. Para bem caracterizar uma Constituição, não é suficiente invocar sua posição de norma fundamental: igualmente não basta classificá-la como uma espécie de "regulamento interno" do Poder. A Constituição, à medida em que ela quer estabelecer os fundamentos estruturais do estado, procura organizar o exercício do Poder (seja os modos de designação dos titulares, seja a indicação das funções dos órgãos do Estado), mas também procura fornecer as bases da organização social. A Constituição procura sempre exprimir a legitimidade do sistema político, ao mesmo tempo em que traduz, com maior ou menor clareza, a ideologia dominante, da qual ela é a expressão. A Constituição é norma, mas é também ideologia. O caráter ideológico pode ser descoberto com absoluta limpidez nas "declarações de direito" (quando elas existem); pode ser mais ou menos visível em algum texto constitucional (poderoso conteúdo ideológico: a Constituição francesa do ano I; fraco conteúdo ideológico: as cartas constitucionais da III República), mas está sempre pre-

sente. Por vezes, o conteúdo ideológico de uma Constituição pode mesmo ultrapassar o seu valor normativo. Tomemos, por exemplo, a Constituição montagnarde, a qual aludimos acima: trata-se de um dos textos mais importantes da história do direito constitucional, ainda que a constituição do ano I não tenha sido nunca aplicada, e que de um ângulo estritamente normativo, ela não tenha tido existência. Poderemos também tomar o exemplo da maioria das nações do terceiro mundo (em particular as nações africanas), da maioria dos estados ditos socialistas, onde, como nas primeiras constituições burguesas, o caráter normativo da constituição é menos importante que o seu lado ideológico.⁽⁹⁾

Segundo Maurice Duverger deveremos distinguir entre as "Constituições-leis" e as "Constituições-programa". Nas primeiras os regulamentos, as obrigações e as limitações impostas aos governantes serão efetivamente aplicadas; nas segundas (características dos Estados autoritários segundo o autor), "elas definiriam um ideal ou um disfarce antes que obrigações jurídicas".⁽¹⁰⁾ Na realidade, todas as Constituições são ao mesmo tempo normativas (leis) e ideológicas (programas). O que pode distingui-las é uma tendência mais ou menos forte numa ou outra direção.

3. A Constituição no estado de Direito

Os regimes políticos, em geral, e os ditos democráticos, em particular, não podem ser caracterizados de um modo realista simplesmente pela sua estrutura constitucional. Quando se trata de analisar o papel político tomado pelo sistema jurídico e quando procuramos compreender quais são os valores que o animam, que dão um sentido às regras positivas, o exame da constituição no seu duplo papel (como dado normativo e como prática política vivida) se revela fundamental: "uma organização formal é sempre significativa das relações de força reais existentes num sistema político estudado: significativas primeiramente das *regras do jogo* explícitas ou implícitas, aceitáveis pelos atores; significativas enfim dos *valores* ou das representações acatadas pelas forças antagônicas".⁽¹¹⁾

O estudo da estrutura constitucional - o estatuto jurídico de estruturação do Poder - é sempre revelador da natureza de qualquer regime político, desde que, ao lado da simples exegese das normas constitucionais, nós tomemos o cuidado de olhar a prática política objetiva do regime a estudar.⁽¹²⁾

As Constituições democráticas poderão ser analisadas segundo dois elementos: um critério *formal*, onde a ênfase será dada à separação de poderes e à supremacia das regras constitucionais sobre as outras normas de direito, e um critério *material*, onde a preocupação maior será dirigida às limitações exis-

tentes face aos detentores do poder.⁽¹³⁾

a) A separação de poderes

Na sua origem concebida como uma fórmula de arte política capaz, por ela mesma, de evitar o arbítrio, como um dos postulados fundamentais da estrutura e do funcionamento democrático⁽¹⁴⁾, a distinção mais ou menos clara das várias funções do Estado em aparelhos (poderes) dotados de uma autonomia relativa, de modo a permitir um controle recíproco e a evitar a concentração abusiva das funções do Estado em mãos de um único titular do Poder (hipótese do absolutismo, do autoritarismo), não apresenta atualmente o mesmo interesse que outrora. Pouco a pouco, a evolução dos regimes políticos, a confrontação entre a teoria e o fato levaram senão ao desinteresse, ao menos à reavaliação da real importância da distinção entre os poderes dentro do estado moderno. E tudo isto por várias razões.

A separação de poderes foi concebida como uma técnica de afirmação de liberdade; mas, se estudarmos os diferentes regimes políticos contemporâneos, e mesmo aqueles do século passado, veremos que certos Estados viveram experiências que não poderíamos caracterizar como arbitrárias sem, contudo, estabelecer uma separação clara entre o parlamento e o executivo. Os exemplos mais conhecidos são os da Suiça, onde permanece o liberalismo político, apesar da relativa confusão entre poderes; e da Grã-Bretanha, onde o bipartidarismo realiza uma união quase perfeita entre o executivo e o parlamento (por via do partido majoritário), sem que o regime de liberdades públicas (liberdades burguesas, bem entendido) seja posto em questão.

Contrário senso, pode-se afirmar que a separação de poderes não exclui a hipótese de um governo arbitrário ou oligárquico. A repressão política pode - em contradição com o que seguidamente se ouve - ter lugar mesmo dentro de um regime de distinções e independência formal entre poderes. Para que isto possa suceder, basta que um único grupo ou classe social, por razões de direito ou fruto das circunstâncias, tome a direção de todos os poderes do Estado. Neste caso, a importância e a independência entre poderes perde muito da sua dignidade, visto que o parlamento e o executivo terão a mesma composição social, os mesmos interesses, o que os distingue passando a ser quase que exclusivamente as funções técnicas e as rivalidades pessoais ou partidárias entre os homens que os compõem.

Poderemos afirmar que a separação entre poderes adquire uma significação toda especial quando executivo e legislativo têm interesses mais ou menos diversificados. Neste momento,

à distinção jurídico-formal poderemos acrescentar distinções de origem política. Nesta hipótese, apesar das aparências de equilíbrio, em verdade, um dos poderes toma uma posição de dominação, de preponderância sobre os outros. A unidade e a funcionalidade do poder institucional se encontrarão no pólo (política e juridicamente) dominante, os outros poderes estruturar-se-ão como *forças de resistência* ao poder dominante.

É preciso acrescentar aqui a contribuição que a sociologia política trouxe ao direito constitucional clássico, quando ela assimila a separação dos poderes à estrutura e ao funcionamento dos partidos políticos: o sistema eleitoral adotado (representação majoritária ou proporcional), o número de partidos políticos existentes (partido único, partido dominante, bipartidarismo, multipartidarismo), a disciplina interior a que seus membros são submetidos (flexível ou rígida) e mesmo o estatuto constitucional das organizações partidárias (as agremiações ditas extremistas são - ou não são - legais), todos estes dados se refletem na estrutura e no funcionamento do poder político no Estado.⁽¹⁵⁾

Poderemos acrescentar que uma análise demasiado estreita da separação de poderes pode conduzir a uma apreciação equivocada do funcionamento do estado. A distinção original entre o executivo, o legislativo e o judiciário tem como base uma distinção técnica entre as diferentes funções do Estado: uma função ligeferante, que consistiria na elaboração das normas gerais e impessoais, uma função executiva, onde estas normas editadas seriam aplicadas; e uma função jurisdicional, onde os casos conflituados na aplicação concreta das regras de direito seriam resolvidos.

Em verdade, as coisas se apresentam diferentemente: todos os poderes exercem (com graus diferentes, evidentemente) as funções legiferantes, executivas e jurisdicionais. A crítica funcionalista *neste particular* está correta. Inúmeros juristas e politicólogos têm confundido "funções governamentais" com "estruturas governamentais". Uma estrutura política (o executivo, a burocracia, o parlamento, etc.) pode desempenhar diferentes funções. Por outro lado, as funções governamentais (a decisão das normas, a aplicação das normas e a adjudicação das normas) - nos sistemas políticos modernos ao menos - raramente são esgotadas a partir de uma única estrutura governamental.⁽¹⁶⁾ Tomemos o executivo: é o poder encarregado de administrar os negócios do Estado. Mas uma definição neste sentido seria muito mais didática do que científica. O executivo (em qualquer sistema político) faz muito mais do que administrar, no sentido estrito do termo. Ele participa diretamente da atividade legislativa pela sanção e o voto, pelo poder regulamentar, que se constitui numa prerrogativa própria, pela possibilidade de enviar ao parlamento projetos de lei. Atualmente,

poderíamos mesmo perguntar se o executivo não disporia, no mais das vezes, de instrumentos e prerrogativas tais que seria virtualmente impossível legiferar sem a sua colaboração. Se o executivo participa - e ele participa ativamente - da atividade legislativa, ele tem também funções que poderíamos chamar judiciárias, como a faculdade reconhecida ao chefe de governo do exercício do direito de indulto, por exemplo, ou a realização de inquéritos administrativos.

O legislativo, pelo seu turno, não se limita a "votar as leis". Ele tem atribuições claramente administrativas (a aprovação do orçamento, dos tratados internacionais como julgamento do chefe de governo nos crimes de responsabilidade. O órgão judiciário, quando dá a interpretação da lei, pode "legislar" através da jurisprudência⁽¹⁷⁾, e, se o controle da constitucionalidade das leis lhe for atribuído, o poder judiciário pode se desenvolver de um tal modo que os atos do legislativo ou do executivo serão quase sempre tocados pelas suas decisões.

A separação dos poderes não pode ser vislumbrada de um modo estático ou tradicional. Isto equivaleria ao abandono da idéia de poderes distintos e independentes como objeto de investigação política? O abandono puro e simples certamente consistir-se-ia num exagero. Melhor seria estabelecer uma espécie de redefinições das funções específicas de cada um dos poderes, o que conduziria à modificação - mas não verdadeiramente - à negação da teoria da separação dos poderes. Esta teoria surge (abandono aqui, voluntariamente, o *Segundo Tratado do Governo*, de Locke) em Montesquieu, não apenas como uma fórmula para a organização da ordem interna do Estado, mas sobretudo como uma *teoria da liberdade*. Não é por acaso que o célebre capítulo sobre a *Constituição da Inglaterra* está colocado no décimo primeiro livro do *Espírito das Leis*, onde o autor fala da liberdade política relacionada com a Constituição. A liberdade política, no caso, significava não apenas afastar o arbítrio como, sobretudo, promover um arranjo social onde a luta de classes se manifestasse através de canais institucionais (um executivo real, um alto parlamento nobre e um baixo parlamento burguês, de modo que a nobreza obtivesse a hegemonia política enquanto canal intermediário entre a realça e o "povo" dentro das lutas sociais institucionalizadas).⁽¹⁸⁾

Se o executivo atual dispõe da função governamental (no seu sentido mais largo), as instituições devem, ao menos, assegurar ao legislativo a possibilidade do controle e da crítica da ação governamental, e, sobretudo, deve haver sempre uma possibilidade mais ou menos aberta de acesso ao poder da oposição. Por fim, as instituições devem assegurar às minorias as condições mínimas para a sobrevivência e para poder conduzir uma ação política. De um outro ângulo, o papel do judiciário toma uma importância mais larga. Não simplesmente pela preocupação com a legalidade, mas sobretudo porque a indepen-

dência da autoridade judiciária (mesmo se ela é relativa) se apresenta (em face ao crescente poder governamental) como um elemento primordial para a proteção das liberdades públicas e dos direitos individuais.

b) A supremacia constitucional

A interrogação sobre as consequências jurídicas e políticas do conceito de supremacia constitucional nos parece fundamental. A filosofia liberal lhe dava uma importância muito larga, seja de um ponto de vista normativo, visto que toda a hierarquia das regras de direito pressuporia a existência de uma norma superior às demais; seja de um ponto de vista político, porque as bases de exercício do poder se estabeleceriam em volta dos dogmas constitucionais, nos limites e condições previamente fixadas pela lei fundamental.

Por influência da supremacia constitucional, encontraremos, não apenas nas democracias liberais, mas na maioria dos Estados modernos, a tendência a solenizar por escrito estas regras fundamentais e a lhes atribuir uma estabilidade toda especial (rigidez constitucional). A partir destes elementos e das técnicas concebidas pelo direito positivo, na finalidade de protegê-los, poderíamos examinar o grau de liberalismo de um regime político. A primeira (a estabilidade) protegeria as minorias da tirania da maioria (exigência de dois terços para a revisão constitucional, por exemplo), a segunda (a superioridade das regras constitucionais) garantiria a legalidade das decisões do parlamento e dos atos do executivo.

A realidade, entretanto, se mostra mais complexa. Dificilmente poderíamos - na atualidade - conceber esta espécie de "fetichismo constitucional", que marcou o pensamento de boa parte dos constitucionalistas clássicos. É bem verdade que a política dos Estados não teve pela norma constitucional o mesmo respeito que a doutrina lhe dava; a rigidez e a superioridade das constituições permaneceram, em grande parte, distantes da realidade, válidas antes como princípios jurídicos que como realidade política. É verdade também que certas constituições permaneceram durante longo tempo, mas, em regra, eram aquelas dotadas de uma suficiente flexibilidade, o que lhes permitia adaptarem-se às mudanças, ou aquelas que, mesmo conservando a letra original, admitiram, via costume ou jurisprudência, mudanças por vezes radicais.

A supremacia constitucional decorre do fato de que toda a Constituição faz alusão aos princípios supremos, aqueles que determinam e caracterizam o ordenamento e os fins da comunidade estatal. Daí, poderíamos tirar duas consequências: a) estas normas constitucionais representariam o fundamento de toda a ordem jurídica, a fonte de onde brotariam as demais re-

gras de direito. As regras constitucionais seriam hierarquicamente superiores às demais regras de direito e constituiriam um elemento de estabilidade e de coesão do grupo social (que encontraria nestes preceitos as normas fundamentais de conduta da coletividade). Esta superioridade teria vários efeitos, entre os quais o de manter a coerência e a pureza dos fundamentos da ordem estatal, na medida em que ela imporia à lei ordinária a obediência aos princípios constitucionais; b) a crença que a estabilidade política do Estado decorreria fundamentalmente da estrita aplicação destas normas constitucionais.

Em verdade, a estabilidade política não decorre apenas da Constituição, nem mesmo da rigidez constitucional (mesmo que as técnicas e procedimentos positivos tenham um papel importante a desempenhar), mas a própria permanência da Constituição e sua efetiva aplicação é que são dependentes da estabilidade política: "as forças políticas e sociais atuam constantemente e a rigidez constitucional não pode opor-se ao seu jogo".

⁽¹⁹⁾ Mas a preocupação com o realismo não impede de conceder à lei fundamental e às práticas constitucionais o seu justo mérito. Se o papel desempenhado pela Constituição não é sempre decisivo, ele não pode ser negligenciado. A Constituição é, antes de mais nada, um mecanismo de arranjo da vida política, e este mecanismo permanece válido se dispuser de um apoio suficientemente largo diante dos principais atores políticos. A Constituição é, seguramente, qualquer coisa além de um castelo de cartas colocado sobre uma mesa, mas, de qualquer modo, lhe é necessária uma base suficientemente sólida para que ela possa sobreviver.

c) A limitação dos detentores do poder

O critério *formal* que propusemos acima não é suficiente para a caracterização da ordem constitucional, é preciso acrescentar um critério *material*: a limitação daqueles que detêm o Poder, limitações que poderemos estudar segundo os modos de ação e de designação dos governantes.

É uma das características dos regimes políticos que se proclamam democráticos a colocação da vontade popular como o fundamento e a fonte do poder político. Entretanto, esta soberania popular, proclamada nos textos e na ideologia oficial, somente obtém um mínimo de realidade quando a coletividade detém o exercício e o controle do poder. O poder, se pode ser controlado por muitos, deverá necessariamente ser exercido por um grupo restrito. Dentro da coletividade, que, num primeiro momento, poderíamos vislumbrar como um ser único, encontraremos uma primeira distinção: o grupo dos governantes e o grupo dos governados. Daí a necessidade de estabelecer instituições constitucionais que permitirão a livre manifestação da

soberania popular, e a adequação mútua entre a vontade dos governados e a vontade dos governantes.

O acesso ao poder, entretanto, é a consequência de uma concorrência na qual se encontram misturadas as camadas sociais e os indivíduos, e que deve ser estabelecida conforme um estatuto (a Constituição), onde poderemos reconhecer os meios legítimos de acesso ao poder e as formas que permitem ao conjunto dos cidadãos a escolha daqueles que os governam.

Em todo este raciocínio existe uma correlação estreita entre a vontade do grupo e a seleção dos governantes. Daí o princípio do governo eletivo, do governo cuja legitimidade para o exercício do poder está exprimida pela confiança que lhe é dada pela maioria da nação. O critério eletivo, entretanto, não é suficiente para definir o governo democrático. Este supõe que as eleições impliquem uma competição para o poder que seja suficientemente larga, na qual o cidadão - o eleitor - poderá participar como um organizador e um árbitro, de tal modo que o resultado do processo eleitoral seja efetivamente aquele que tiver sido desejado pela maioria. Para isto, as eleições devem oferecer ao cidadão uma escolha alargada, de tal modo que este possa encontrar nos homens e nos programas apresentados as soluções que acredita as mais sábias e racionais.

Dois aspectos têm aqui uma importância capital: a técnica utilizada pelo sistema eleitoral e a ação dos partidos políticos. Mas as soluções apresentadas pelo direito eleitoral somente podem adquirir plena validade se o corpo eleitoral puder exprimir-se livremente, com independência e autoridade. Este deve estar suficientemente esclarecido a propósito dos programas e dos homens políticos que estão em evidência à época da eleição. Donde a importância dos partidos políticos que se apresentam como fatores de animação da vida política e que testemunham a maior ou menor abertura do regime político face à oposição. Os partidos políticos agem como o anel de uma cadeia ligando o Poder e o cidadão (a massa de eleitores).

À designação dos governantes de um modo que seja conforme a vontade da maioria, poderíamos acrescentar as limitações propostas pela ordem jurídica à ação dos governantes. Se o governo representa a decisão da maioria, esta maioria pode impor seus pontos de vista na condução dos negócios do Estado, dentro das fronteiras que lhe são outorgadas pela lei. É o respeito da legalidade na ação dos governantes. Está bem claro que o respeito da legalidade não pode servir como escusa para o conservantismo. Governar, num tempo de mutabilidade social, significa necessariamente estabelecer reformas sócio-econômicas que seguidamente exigem mudanças no conteúdo da legislação.

O respeito à legalidade é também, e sobretudo, o respeito à estrutura constitucional que está na base das instituições políticas donde os governantes recebem a sua legitimidade e as suas

competências. Isto significa também que a ação da autoridade pública se situa nos casos e nos limites propostos pela lei. O princípio da legalidade aqui invocado não deve ser confundido com o legalismo ou o juridicismo. Uma definição puramente formal pode tornar-se um álibi cômodo ao arbítrio. O conteúdo da lei tem uma importância tão grande quanto a sua realização. Daí a razão pela qual o exercício da autoridade deve ser não apenas *legal* (submissão do ato ao direito) mas sobretudo *legítimo* (submissão do ato à consciência nacional), de modo que o controle (jurídico e político) da ação do governo possa ser efetivamente realizado.

A legitimação aqui proposta não pode ser evidentemente colocada sob a dependência ou o gênio político dos homens que estão à testa do poder. Ela é o resultado de um concurso de circunstâncias as mais variadas (jurídicas, políticas e mesmo econômicas), sendo, certamente, a mais importante de todas a vigilância atenta e participante da opinião pública.

Notas:

(1) In *L'Etat*, cap. 4.

(2) Que podem ser definidos descritivamente (cf. Max Weber) como o "conjunto de normas que regulam as atividades relacionadas com a instituição estatal" (o direito público) e "normas que regulam toda a atividade estrangeira ao Estado, onde as partes estão juridicamente, num pé de igualdade" (o direito privado).

(3) Tomemos, por exemplo, os partidos políticos: inicialmente simples grupos de indivíduos evoluem para pessoas jurídicas de direito privado e, em seguida, em pessoas jurídicas de direito público (no Brasil, ao menos). O que era um "fato" torna-se sujeito da ordem jurídica com os direitos e os deveres estabelecidos por esta mesma ordem. Mas o direito pode negar este "reconhecimento". Neste caso, nós teríamos grupos com fins políticos que não seriam reconhecidos legalmente como partidos (é a marginalização) ou mesmo grupos cuja simples existência de fato seria combatida pela lei (é a prescrição).

(4) In *Sociologie du Droit*, p. 30.

(5) Veja-se aqui a discussão acerca da teoria dos conjuntos práticos na *Critique de la Raison Dialectique*, de Jean Paul Sartre. Para o autor, a origem do direito implicaria na noção de terror, ou, antes, na dialética Liberdade-Fraternidade-Terror. A adesão ao grupo (formal ou simbólica) possibilita a limitação da liberdade face à presença dos demais e implica na criação de um direito de todos. A Fraternidade não é senão uma fórmula de limitação da liberdade e na instauração de um direito de violência de cada um sobre o outro. A violência implica na construção de uma liberdade comum e na criação de um certo tipo de fraternidade que não é senão uma fórmula de adap-

tação do terror.

(6) Digo na maioria dos casos, pois existem situações onde a ordem jurídica não impõe o seu Imperium, mas permite que as partes interessadas estabeleçam livremente as condições para o seu relacionamento: algumas das modalidades do contrato, p. ex.

(7) A idéia de direito, acrescenta o autor "quer dizer a idéia de um certo tipo de arranjo da vida comum a partir de regras estabelecidas; idéia de um sistema de direitos e de obrigações que confere seu estilo às relações sociais. Idéia de que o indivíduo deve à sociedade e do que pode esperar dela; idéia da estrutura familiar bem como das modalidades das trocas comerciais; idéia relativa ao estatuto dos bens como ao estatuto das pessoas, enfim, idéia desta rede de interdependências, e de autonomias relativas cujo arranjo dá ao grupo a sua fisionomia particular." Cf. Georges Burdeau, *L'Etat*, p. 60.

(8) É neste sentido que Louis Althusser alude a um caráter privilegiado do direito no sentido de que o mesmo pertenceria ao mesmo tempo ao Aparelho (repressivo) do Estado e ao sistema dos aparelhos ideológicos do Estado. A ordem jurídica agiria assim, paralelamente, como agente organizador da violência pública e como elemento legitimador (vide L. Althusser, *Ideologie et Appareil des Ideologiques d'Etat*).

(9) Veja-se aqui a célebre Constituição soviética de 1937 reputada por alguns como "a mais democrática do mundo". E talvez efetivamente o fosse, se nos limitarmos a um julgamento a partir, exclusivamente, do aspecto jurídico-formal.

(10) Ver *Institutions Politiques et Droit Constitutionnel*, t. I *Introduction*.

(11) J.L. Seurin, *Systèmes Politiques Comparés*, p. 100.

(12) "Em termos de direito constitucional, o reino da lei escrita se encontra fortemente abalado. Ainda que inúmeros juristas hesitem em reconhecê-lo, é preciso admitir que o costume pode modificar, ou mesmo abrogar, disposições contidas numa lei constitucional (...) De modo que aquele que se contentasse em ler uma constituição escrita teria uma visão bastante falsa de um regime político: com a pressão, o costume vitorioso impõe no mais das vezes uma aplicação do texto que, em verdade, constitui uma deformação". (cf. Maurice Duverger, *Les Constitutions de France*, p. 7).

(13) Esquema inspirado em J.L. Seurin (citado acima), com algumas modificações.

(14) Ver a este respeito o artigo 16 da "Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão" (1789): "Toda a sociedade na qual a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição".

(15) "O grau de separação dos poderes depende muito mais do sistema de partidos que das disposições previstas pelas Constituições. Deste modo o partido único instaura uma concentração de poderes bastante estreita, mesmo se os textos oficiais estabeleçam uma separação mais ou menos acentuada: o partido cimenta fortemente uns aos outros dentre os órgãos governamentais. Seu papel não é diferente num sistema pluripartidário, mas apenas menos acentuado. A rivalidade dos partidos enfraquece os laços que cada um poderia estabelecer entre o Parlamento e o Governo: a separação constitucional dos poderes encontra uma certa eficácia; ela pode mesmo se revestir de uma certa separação partidária que vem da especia-

lização de cada partido em uma função determinada. O *two parties system* e o multipartidarismo conduzem neste momento a resultados radicalmente diferentes. A influência dos partidos sobre a separação de poderes não depende apenas do número de partidos, mas também da sua estrutura interna e mesmo das suas respectivas dimensões: uma armadura fraca e descentralizada reforça geralmente a separação, salvo casos excepcionais; as mudanças de maioria podem modificá-la profundamente em certas circunstâncias. Cada um desses fatores age de um modo diferente num regime parlamentar, num regime presidencial ou num regime de assembléia. A separação real dos poderes é, pois, o resultado de uma combinação entre o sistema de partidos e o quadro constitucional" (Maurice Duverger, *Les Partis Politiques*, p. 432).

(16) A este propósito consultar Gabriel Almond & G. Bingham Powell, *Uma Teoria de Política Comparada*, cap. 6.

(17) Não há como deixar de fazer alusão à questão, não de todo acadêmica, se a jurisprudência é ou não uma fonte legislativa. Dentro de um ângulo da pureza jurídica, pode-se admitir que a lei "previu a tudo" e de que não cabe ao magistrado a modificação ou o acréscimo à ordem jurídica estabelecida. Uma observação, mesmo superficial, do direito moderno - mesmo do direito "privado" - demonstrará sem surpresas que o juiz não apenas inova como até modifica "contra legem" a legislação existente (vide H. Levy Bruhl, *Sociologie du Droit*).

(18) A este respeito ver Louis Althusser, montesquieu, *La Politique et L'Histoire*.

(19) Cf. André Mathiot, *Le Pouvoir Exécutif Dene les Démocraties de L'Occident*, p. 104.





Sociologia na era do livre mercado

Renato P. Saul - Sociólogo

Falou-se muito em crise da sociologia, em fins dos anos 80. De uma maneira geral, os problemas que envolveram a disciplina, então, corresponderam a um processo de recomposição da sua identidade em meio à proliferação de áreas de aplicação de conhecimentos, no qual se observou também o reforço de determinadas sociologias especiais que pareciam ter perdido expressão. No fundo, a crise representou a intensificação de um estado de tensão que acompanha o desenvolvimento da sociologia desde suas origens como disciplina científica. Em texto recente, GINÉR (1994) procurou relacionar a agitação que cerca a sociologia contemporânea com a emergência de um momento em que duas tendências antagônicas se manifestam em torno do seu papel na compreensão da vida social. De uma parte, o fato de ter ficado exposta a sua pequena capacidade para fazer previsões e, de outra, a tendência de vulgarização dos conhecimentos

empíricos e teóricos por ela produzidos.

No que se segue, sem pretender fazer uma análise da obra dos autores eventualmente mencionados, examino algumas direções presentes no desenvolvimento da sociologia que parecem tender no sentido da configuração de um modelo dominante de construção do conhecimento.

A sociologia tem seu processo de evolução marcado por dois movimentos revolucionários. A revolução burguesa e a revolução russa. Esse segundo movimento revolucionário marca a tensão entre dois projetos de vida antagônicos. É partir daí que se acentua a busca obsessiva pela objetividade científica, pela garantia da verdade e pela certeza da própria posição. São bastante conhecidos os esquemas que identificam os três paradigmas ou modelos dominantes na sociologia: o dialético-materialista, o positivista e o

hermenêutico ou interpretativo. Foi a partir desses três paradigmas que se estabeleceu a linha de contorno do processo de expansão do conhecimento sociológico. Após uma fase de crescimento lento, no início deste século, esse núcleo proporcionou uma grande dispersão da disciplina e engendrou um amplo espectro de polêmicas teórico-metodológicas em torno de diferentes questões, acentuando-se aquelas relacionadas com a caracterização do seu objeto privilegiado, da natureza dos conflitos sociais, da concepção e análise dos sistemas simbólicos. Polêmicas que envolveram inclusive a própria forma de definição da disciplina.

Por volta dos anos 1960 e 1970, transformações que se operaram em diferentes domínios do conhecimento humano marcaram a inflexão de tendências novas no campo da metodologia e da teoria social.

É de considerar-se, em primeiro lugar, a crise que, na época, envolveu o

Estado do Bem-estar ou o modelo keynesiano de política econômica e sua substituição pelo modelo do livre mercado.

Em conferência proferida em Porto Alegre, no ano passado, Elmar ALTVATER, procurando desvincular a idéia de crise econômica de uma tradição equivocada que a associou a uma perspectiva de catástrofe, mostrou que a crise que engendrou a substituição do modelo keynesiano de política econômica foi, na verdade, um processo de transformação que se operou a partir de dentro do sistema, num movimento de regeneração do sistema capitalista.

Essa maneira de ver a questão não está muito distante da forma em que GALBRAITH (1981) caracterizou a emergência de um novo consenso na condução da política econômica. De acordo com ele, o consenso que dirigia a economia a partir da segunda guerra mundial definia-se em termos de três pontos de convergência: a economia devia ser conduzida no plano macroeconômico, a fim de minizar problemas de emprego e de inflação devia assegurar os serviços que a economia privada não proporcionava; e devia proteger as pessoas de circunstâncias contra as quais elas não podiam lutar individualmente. Tratavam-se de medidas que procuravam amenizar as asperezas do capitalismo.

As idéias que sustentavam esse consenso sempre foram alvo de ataques mais ou menos intensos. A partir de meados dos anos 60, a ofensiva contra ele ampliou-se drasticamente, visando a diferentes ângulos de seu espectro. Essa ofensiva teve uma poderosa fundamentação teórica, invocando em seu apoio a tradição centenária da economia clássica e neoclássica, cuja lição central era a de deixar-se toda a decisão econômica a cargo do mercado livremente competitivo. Nenhum sistema poderia ser mais eficaz socialmente ou responder melhor às necessidades do consumidor. Nenhum sistema poderia recompensar mais adequadamente os competentes e punir os incompetentes.

No conjunto, a ação governamental havia prejudicado o funcionamento do mercado de dois modos: ampliando o setor público, reduziu a área de atuação do setor mercantil da economia, e, ao estabelecer ampla gama de regulamentos,

interferiu na livre operação do mercado. O elemento que definitivamente minou o consenso caracterizador da política econômica estatal foi a constatação de que a administração de tipo macroeconômico não atendia mais às suas funções. A deficiência fundamental e decisiva residia na incapacidade do governo lutar contra a inflação e o desemprego.

Em suas linhas gerais, o novo paradigma de atuação econômica afirmou-se através de três dimensões, de acordo com o que se infere dos seus desdobramentos no final dos anos 70 e 80: concepção da economia como um sistema de interação entre sujeitos econômicos, tendo como norma o equilíbrio, cuja recomposição se processa de forma natural, sem intervenções estranhas ao mercado. O mercado impõe a sua racionalidade aos sujeitos a partir dos princípios da utilidade e do ganho máximo. Em segundo lugar, o Estado é neutro em relação à conjuntura econômica. Ele atua apenas para garantir a livre concorrência de forças no mercado. E, finalmente, a revogação do compromisso social e político que caracterizou o Estado do Bem-estar.

Outra questão a notar é que a passagem dos anos 60 para os anos 70 marca a inflexão do processo de desenvolvimento tecnológico tendo na base os avanços da microeletrônica. De um modo geral, esse processo foi interpretado como tendo como objetivo mais importante o de aumentar o rendimento da produção industrial, supondo a interdependência funcional desse processo com o desenvolvimento social e político.

O elemento principal dessa maneira de ver as coisas é a idéia de que a tecnologia se desenvolve independentemente da sociedade e se impõe a ela.

Na realidade, a crença na onipotência da tecnologia é uma forma específica do processo de modernização em curso.

Léo KOFLER (1981) definiu esse processo como domínio da "racionalidade tecnológica", da qual destacou os elementos seguintes: desenvolvimento científico e técnico condensado em poder autônomo de força invencível; processo de "desideologização", compreendendo o

esvaziamento de instâncias políticas no sistema de decisões; crença de que o sistema social não pode ser desafiado face à sua racionalização técnica (os problemas se resolvem por meio de tratamento funcional especializado); satisfação de necessidades por meios tecnológicos de produção e consumo; domínio de classe substituído pela dominação tecnológica.

Esse conjunto de características atingiu tal grau de difusão que ele surge contemporaneamente como projeto integrador de diferentes perspectivas de uma nova concepção de sociedade. Exemplo cabal é a noção de *desenvolvimento sustentado* que circula de forma consensual em entidades internacionais como a Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A "sociedade tecnológica" experimentou um incremento fantástico com o surgimento de quatro grandes classes de tecnologias, que despontaram nos países avançados e cujos efeitos se difundiram pelo mercado mundial, produzindo transformações decisivas em todos os setores de atividades e instâncias institucionais. Essas tecnologias são: a informática, a robótica, as telecomunicações e as biotecnologias.

Tais tecnologias, que desencadearam mudanças importantes, notadamente, no campo das atividades produtivas e na configuração de problemas estruturais que afetaram de modo decisivo as relações sociais, têm seu momento de aceleração por volta de 1975. É interessante observar algumas características que parecem permanecer inerentes à sua dinâmica e marcar a sua trajetória no presente.

Uma das considerações mais freqüentes em relação ao desenvolvimento que a microeletrônica permitiu através do microprocessamento é a referência à possibilidade de ampla difusão de informações. Boa parte da estratégia de apresentação do microcomputador está baseada na sua condição de instrumento que permite levar a informação a amplos setores, ensejando a democratização do processo de tomada de decisões. Não obstante, um dos elementos marcantes do processamento de informações é a imposição de uma visão unitária dos proble-

mas que são submetidos a ele. Essa característica está ancorada nas raízes sistêmicas da cibernetica.

A propósito dessa questão, Raymond RUYER (1984), patrocinador de uma das primeiras análises relacionadas com a teoria da informação e da inteligência artificial, entende que a cibernetica tem sua virtude como teoria unificadora das ciências biológicas, das ciências humanas e das técnicas humanas. Ela segue sendo - comenta ele - "uma teoria científica e não uma mitologia da ordem, da criação da ordem, da organização em geral na natureza e nas criações humanas". Entretanto, registra o mesmo RUYER, essa virtude da cibernetica enfrenta uma ruptura na medida em que se registra uma flagrante contradição entre a informação como organização estrutural da sociedade (ou seja, no sentido de "forma figurada") e a informação entendida como conhecimento consciente levado pela palavra ou pela imagem (ou seja, como expressão da liberdade de expressão).

As transformações ocorridas no terreno da política econômica e no do desenvolvimento tecnológico coincidem cronologicamente com mudanças de grande significação no campo da construção do conhecimento sociológico.

Tomando-se em conta a sugestão de MARX, assinalada na Introdução de 1857, segundo a qual somente no século 18 as distintas formas do conjunto social se apresentaram aos indivíduos como uma necessidade exterior, pode-se imaginar que a sociologia surgiu como um pensamento avesso ao individualismo da Ilustração e da revolução burguesa, trazendo em sua proposta de base uma preocupação pela ordem social, ameaçada fundamentalmente pelos efeitos da revolução industrial.

Os três paradigmas ou modelos que informam o desenvolvimento da sociologia como disciplina científica apontavam no sentido de uma negação da epistemologia individualista articulada em torno da vida econômica.

Deixo de lado o paradigma marxista por ser demasiado óbvia a sua crítica ao individualismo abstrato, tal como emergiu na conformação da sociedade liberal moderna.

Tomemos DURKHEIM e uma de suas obras capitais, *A Divisão Social do*

Trabalho (1893). A idéia de desenvolvimento geral da sociedade é buscada numa mudança da estrutura social que diferencia a sociedade primitiva da sociedade contemporânea, consistindo num aumento do grau da divisão do trabalho, ou seja, na especialização de tarefas. Esta especialização repousa sobre um sistema de valores morais ou normativos. Os fenômenos morais eram entendidos por ele como os demais: normas de ação reconhecíveis, classificáveis e que obedeciam regularidades observáveis.

As normas sociais se conformam no direito. O direito consiste, sociologicamente falando, em pautas de conduta inter-humana sancionadas por castigos e recompensas e não fica limitado aos códigos legais. A partir dessa noção, DURKHEIM se propõe a investigar as causas e a marcha da divisão do trabalho através da estrutura moral da sociedade, a qual é determinável através do sistema de direito.

A função da divisão do trabalho é o de fazer mais solidárias as tarefas divididas. A divisão do trabalho começou para integrar mais a sociedade, além de diversificá-la funcionalmente. Em consequência, a divisão do trabalho vai mais além do econômico, se localiza no íntimo dos modos de coesão social que impõem os diversos tipos de solidariedade. Esta última é um fenômeno totalmente ético que se revela em suas manifestações jurídicas.

A divisão do trabalho pode engendrar um estado social de ANOMIA. Vocábulo que, em DURKHEIM, tem um sentido mais complexo: significa uma situação em que existe ausência de normatividade de variada índole, seja moral, jurídica, econômica, política ou religiosa. A divisão do trabalho, em suas formas anormais, não produz solidariedade, mas se mantém pela coação ou pela repressão.

Se, para DURKHEIM, as vantagens sociais e materiais da divisão do trabalho estão fora de dúvida, também está fora de dúvida que o mercado é portador da desesperança e de anomia. Eis aí o seu caráter de elemento central na definição do suicídio.

Além disso é importante ter presente que, para encaminhar a solução dos processos anômicos trazidos pela ace-

lerada expansão do mercado mundial, a indicação de DURKEIM é no sentido da atuação de entidades mediadoras da relação entre Estado e indivíduo, as corporações profissionais. Entidades essas cuja função primordial, tipicamente antimercado, seria a de ressocializar e de reconstituir a comunidade no interior das sociedades.

Se o modelo positivista se articula com a crença de que a missão da ciência consiste em fazer extensivo ao campo das ciências sociais os procedimentos e a capacidade de previsão que definem as ciências naturais, o modelo hermenêutico ou interpretativo compõe-se de um mosaico de elementos difíceis de integrar. Nele encontramos elementos históricos, elementos fenomenológicos e elementos que recordam a especificidade da realidade social frente à realidade da natureza.

A teoria social de WEBER parece reunir todas essas características. A sua sociologia foi fortemente influenciada pelo positivismo, em sua busca pela objetividade, e pela polêmica com as formulações da teoria marginalista, que pretendiam definir o fenômeno econômico a partir de características psicológicas e fisiológicas. Certamente, no pensamento de WEBER, está também muito viva a influência de MARX e a polêmica com os viéses políticos do marxismo.

No texto sobre *A objetividade do conhecimento na ciência e na política sociais*, WEBER propõe-se a tratar de duas questões básicas. A formação dos juízos de valor relacionada com os problemas práticos da vida social e a caracterização do trabalho científico-social. Ao tratar essas questões, ele examina os pontos de aproximação e distanciamento entre o julgamento científico objetivo e a decisão política de caráter essencialmente subjetivo, com base na convicção pessoal. No que respeita ao primeiro problema, parece bastante claro o voluntarismo weberiano, compreendido fundamentalmente num esforço de adequação com responsabilidade entre meios e fins, levando em conta as opções feitas pelo indivíduo e funcionando o saber científico como instrumental para seleção de decisões. No que se refere ao segundo problema, identifica-se a fundamentação de uma postura epistemológica onde a consciência do sujeito investigador é o ele-

mento decisivo da constituição do objeto do conhecimento.

Dado primordial dessa epistemologia é a suposição da existência de polarizações de conteúdo ideológico subjacentes às análises científicas. Essas polarizações atuariam como fatores de estímulo da sensibilidade do investigador para a apreensão dos elementos valorativos presentes nas situações concretas ou nos documentos. A ação humana somente atinge a feição de ação social (elemento central da sociologia weberiana) na medida em que o seu sentido subjetivo leva em conta a conduta de outros atores e esteja orientada para eles. A tipologia da ação social permite a WEBER distanciar-se das concepções psicologizantes da ação (muito comuns à época nos teóricos marginalistas). Interessa a ele a ação social de indivíduos, certamente. Mas na sociologia comprensiva estas ações interessam como ações regulares ou de massa. Não importam as distintas razões estritamente particulares que levam o indivíduo a agir. Desde que a ação social preveja a existência de dois indivíduos ou mais, Weber supõe que na sociedade em que ocorre esta ação há um determinado tipo de relações sociais expressas em associações que tornam possível a vida social. É fácil perceber, a partir daí, a sua concepção da vida social presente tanto nas diferentes formas de associações como na organização dos sistemas de legitimação de processos de dominação política.

Os diferentes níveis e formas de organização da vida em sociedade surgem concebidos como produtos do processo de interação contínua dos indivíduos. A vida social é uma criação dos seus membros, resultando da atribuição de sentido que esses indivíduos realizam e das relações através das quais eles buscam estabelecer o sentido das situações históricas vivenciadas. Fica evidente a prioridade das ações individuais socialmente articuladas sobre as "formações sociais".

Os tipos ideais weberianos incluem como um dos seus elementos principais a noção de compreensão, cujo objetivo é a captação do sentido de uma ação ou atividade. A teoria do conhecimento daí derivada corresponde à manifestação de um individualismo ontológico em que o conhecimento se realiza a partir de probabilidades presumidas, por intuição, por

empatia ou pelo curso da atividade real, ou seja, a partir de dentro, como "possibilidades objetivas".

Essa é a origem do pessimismo weberiano face à evolução da sociedade moderna, expresso no seu estudo sobre a ética protestante e o surgimento do capitalismo. A sustentação da liberdade e da criatividade humanas contrastam com as tendências de desenvolvimento da sociedade capitalista, dominado pela racionalidade material que se estende de modo progressivo por todas as esferas de atuação social.

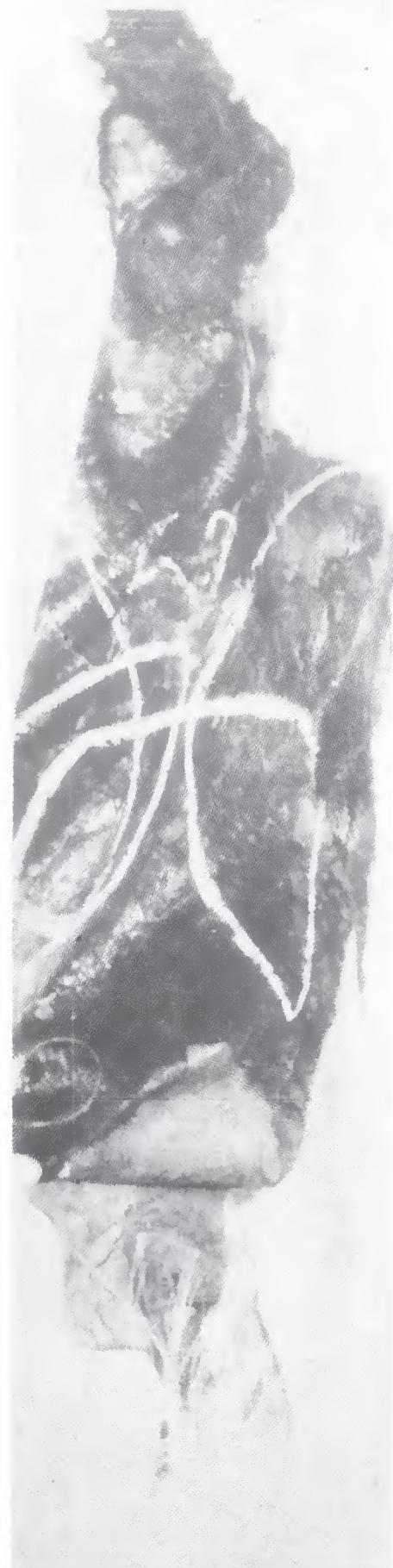
Nos anos 60-70, há um redirecionamento na orientação dos estudos sociológicos. Duas perspectivas são importantes lembrar aqui.

Uma delas é a relacionada com a projeção de um movimento nitidamente contrário à negação de um método individualista dentro das ciências sociais e da sociologia em particular.

Acontecimento importante nesse sentido foi a divulgação dos estudos relacionados com a teoria do capital humano por Theodore SCHULTZ e Gary BECKER. Essa teoria constitui-se no que se denomina programa de investigação científica, ou seja, uma teoria do capital inter-relacionada com um campo mais amplo da economia e envolvendo o domínio de outras ciências sociais.

O núcleo desse programa, o capital humano, comporta a idéia de que as pessoas gastam em si mesmas de maneiras diversas, não apenas buscando o gozo presente, mas também buscando rendimentos futuros, pecuniários ou não. Assim, gasta-se em cuidados com higiene, compra-se voluntariamente educação e formação profissional adicional, gasta-se tempo da busca de emprego que renda o máximo, compra-se informações sobre oportunidades de emprego existente, emigra-se para aproveitar melhores oportunidades, etc. Saúde, educação, busca de emprego, aquisição de informação, emigração e formação profissional podem ser considerados como gastos de inversão mais que de consumo, tanto se os realizam os indivíduos em seu próprio benefício como se os assume a sociedade como um todo.

Como se pode ver, a partir desse conjunto de questões deriva o estudo sobre capital para diferentes aspectos da vida de relação. E, de fato, ele gerou todo um





desenvolvimento teórico no plano da sociologia da família e sobre o comportamento humano. Um dos representantes desse esforço é o próprio Gary BECKER e seus estudos sobre a família e sobre o consumidor.

O programa de investigação sobre capital humano tem por instrumento analítico a teoria da escolha racional que está fundada no individualismo metodológico.

Essa noção parece ter origem em Karl MENGER, representante da escola marginalista, no século 19, e é retomada por SCHUMPETER, em 1908, para definir o enunciado da análise econômica cujo ponto de partida é o comportamento dos indivíduos. Contudo, a noção de individualismo metodológico parece ter pouco a ver com uma ontologia individualista, na medida em que esta não tem uma relação necessária com a defesa de um monismo metodológico para o estudo dos fenômenos sociais. Muito menos ainda tem com proposições que condicionem a explicação da vida social à busca de seus fundamentos microeconômicos, tal como se desenha na formulação de POPPER. O que define as pretensões hegemônicas do individualismo metodológico emergente é o princípio da racionalidade na análise situacional montado sobre a intenção de generalizar os procedimentos da teoria econômica de modo a torná-los utilizáveis a todas as ciências da sociedade (POPPER, 1973). Princípio esse, diga-se de passagem, em radical confronto com a tese de WEBER, segundo a qual as ciências teóricas e históricas apresentam graus de generalização diversos.

Uma outra tendência que marca um processo de redirecionamento da sociologia é a proposta de mudança do paradigma no trabalho pelo paradigma da comunicação como matriz da análise científica e da elaboração teórica.

Segundo essa corrente de pensadores sociais, não obstante as metodologias e construções teóricas diferentes, MARX, WEBER e DURKHEIM tiveram como foco de suas preocupações o modelo da sociedade burguesa consumista preocupada com o trabalho, movida por sua racionalidade e abalada por seus conflitos trabalhistas OFFE (1989).

Essa discussão difundiu-se na Alemanha, no final dos anos 70 e inícios dos

80, configurada em meio ao debate sobre o "fim da sociedade do trabalho", tendo suas bases teóricas localizadas em escritos de HABERMAS de 1968 (*Conhecimento e interesse*) e 1973 (*Problemas de legitimação no capitalismo tardio*).

O componente decisivo da argumentação que sustenta a necessidade de abandonar aquele paradigma reside na suposição de que: a) o trabalho e a posição dos trabalhadores no processo produtivo não são tratados como princípio básico da organização das estruturas sociais; b) a dinâmica social não é concebida como emergente dos conflitos a respeito de quem controla a empresa industrial; c) por último, a otimização das relações entre meios e fins técnico-organizacionais ou econômicos, através da racionalidade capitalista industrial, não é compreendida como a forma de racionalidade precursora de mais desenvolvimento social (OFFE, cit.).

Isso seria resultante de um conjunto de acontecimentos que marcam a sociedade contemporânea: uma ampla subdivisão na esfera do trabalho e a perda de sua substância ética. Desde o ponto de vista sócio-político, o esvaziamento da força persuasiva da utopia de uma sociedade do trabalho é concomitante com o esvaziamento do Estado do Bem-estar.

A questão teórica central do novo paradigma consiste na proposição de uma análise científica centrada na comunicação. Habermas, depois de criticar com a noção de trabalho como valor referencial de síntese social (1968), rompe com uma concepção totalmente abstrata da razão e a reintroduz em uma dimensão essencial da lógica da ação social, a prática comunicacional.

A teoria crítica de HABERMAS pretende servir de meio para analisar a evolução das condições nas quais as relações de troca que se verificam entre os elementos do SISTEMA (economia e Estado) e os do MUNDO VIVIDO (esfera privada e esfera pública) em torno das quais se cristalizam as funções de assalariado e consumidor, de clientes de burocracias oficiais e de cidadão. O agir comunicacional é uma abstração real que permite a passagem entre o sistema e o mundo vivido.

Há no elenco de situações referidas antes um elemento que é comum. Trata-se da tendência à projeção do mercado

como elemento catalizador da vida em sociedade.

No caso da substituição do paradigma da política econômica, o mercado passa a ser o elemento definidor por excelência do processo racionalização. Numa solução que lembra WEBER, o dinheiro projeta-se como o representante máximo da calculabilidade formal. A regra é: pouco dinheiro deve tornar-se mais dinheiro. Este princípio formal pressupõe que o indivíduo é um ser atomizado, orientado racionalmente em suas ações, maximizador de vantagens, capaz de comportamentos diferenciados em vários campos de atividades.

Um outro aspecto a considerar na troca de paradigma no mundo das relações econômicas é o conceito de austeridade. Isto é, uma política econômica composta de restrições e rigor. Um dos efeitos dessa política de austeridade é a revogação do compromisso entre as classes que o keynesianismo representou.

Cessada a mediação política entre trabalho e desenvolvimento, o trabalho passa a ser entendido como uma mercadoria como outra qualquer. Em termos do mercado de trabalho isso corresponde a estabelecer a sua autonomia, a sua colocação ao lado de outros mercados em igualdade de condições. Daí resulta o aumento da mobilidade do trabalho e a sua subordinação a exigências funcionais. A mobilidade do trabalho, em termos de espaço, tempo, qualidade e salário, se estabelece como condição prévia ao aumento do nível de emprego e, ao contrário, toda a rigidez do trabalho produz desemprego. Isto é, o desemprego é culpa da intransigência no setor trabalho. De outro lado, o salário, que era fator de demanda social no modelo anterior, se transforma em fator de custo neste modelo.

Há um outro ponto que me parece relevante considerar para entender o domínio da relação mercantil na definição da vida social. A idéia de “economia formal” é produto de uma combinação histórica entre mercado, ordem institucional e normas incidindo sobre a relação econômica. Quando o mercado não é corrigido por instituições regulativas, tanto políticas quanto sociais, produz-se o que se denomina “economia informal”. Esse processo, cuja amplitude ganha hoje proporções inéditas em todo o mundo, é o

produto de uma incapacidade crescente de socialização de indivíduos pelo “mercado formal” (ALTVATER, 1993). Processo de socialização, entenda-se, pensado a partir da lógica do mercado livre. A “informalização” do mercado de trabalho é muito freqüentemente apresentada como sinal de progresso e prosperidade, como reino do exercício da livre iniciativa.

Convém registrar, nesse momento, que a questão mercado formal/mercado informal marca um dos pontos obscuros da lógica do livre mercado. A contradição da sua lógica com as fórmulas vigentes na gestão do trabalho no interior das empresas é apenas aparente. Voltarei sobre essa questão mais adiante.

No que respeita ao desenvolvimento tecnológico, é necessário ter presente que a concepção de modernidade que o acompanha na atualidade surge vinculada a algumas idéias básicas, entre as quais podemos distinguir a questão da previsibilidade e do controle de processos sociais e naturais. A partir daí, se entende a inovação tecnológica como instrumento neutro de aumento da eficiácia e da produtividade social. Trata-se, evidentemente, de uma fórmula que se orienta para a demonstração de que os produtos derivados da tecnologia compõem-se de resultados estabelecidos a partir de sua descobrimento social, ou seja, emanam das necessidades do mercado.

Um exemplo desse fato é a forma de tratar a aplicação da tecnologia em produtos domésticos, desde o automóvel, passando pela televisão e até a telefonia celular. Essa tecnologia, contida em artigos de consumo, que envolve o nosso dia-a-dia, é apresentada como respondendo a necessidades da vida social moderna.

Contudo, ela nada mais é do que um reflexo da tecnologia e da racionalidade que alimenta o desenvolvimento da inovação tecnológica no processo de produção. Ou seja, os modelos de consumo são, na realidade, reflexos dos modelos de produção.

De outro ângulo, deve-se ter presente que o esforço de articulação com o mercado é uma característica inerente a todos os movimentos realizados no sentido da gestão da força de trabalho.

A reivindicação pela empresa da necessidade de socializar os conhecimentos do trabalhador em benefício da sociedade como um todo é tema que envolve a questão da organização do trabalho fabril desse a manufatura.

Nos programas de qualidade total, hoje tão difundidos e estimulados, o pressuposto central é dito como sendo o de buscar a resposta adequada às necessidades do consumidor: “O consumidor é o elo mais importante da linha de produção. A qualidade deve visar às necessidades atuais e futuras do consumidor”. Além disso, é argumento importante dos programas a afirmativa de que os benefícios obtidos estender-se-ão sobre toda a sociedade: “Todos poderão ser vencedores e não será necessário haver um perdedor” (DEMING, 1990).

A mudança verificada no terreno da sociologia, no período considerado, configura de maneira bastante nítida uma substituição da perspectiva anti-mercado pela ótica do mercado.

A perspectiva epistemológica compreendida no individualismo metodológico supõe as ações coletivas do sistema social como resultantes da atuação de indivíduos singulares racionalmente orientados e auto-interessados. Esse é o pressuposto da teoria da escolha racional.

As raízes desse modelo de interpretação da realidade social estão localizadas no século 18. Desde Cesar BECCARIA, com o cálculo dos prazeres e penas, passando por BENTHAM, Adam SMITH e David RICARDO, conformou-se a idéia do princípio maximizador da utilidade e da riqueza como princípio geral da atividade humana.

A teoria da escolha racional, como instrumento do individualismo metodológico, difundiu-se especialmente a partir dos anos 60, envolvendo inclusive, a caracterização de um neomarxismo de cunho analítico.

O marxismo analítico tem na sua base principal de argumentação a negativa da existência de uma lógica que não seja a lógica formal, a sustentação da racionalidade econômica como elemento decisivo da vida social e a busca dos microfundamentos da consciência de classe.

As posições teóricas fundadas na es-

colha racional e no individualismo metodológico proporcionaram uma ampla variedade de estudos buscando caracterizar um paradigma novo para o mundo que emergia da crise do Estado do Bem-estar.

Desses conceitos, foi o de neocorporativismo que teve e tem a pretensão de situar-se entre os enfoques da análise de sistemas, do normativismo conservador e da perspectiva neomarxista. Com esse espectro, o conceito funcionou e funciona ainda como elemento básico de amplo programa de investigações na América Latina.

É indiscutível a articulação desse paradigma com uma lógica de mercado. Ele comporta como dado primordial a fórmula da barganha numa sociedade integrada por interesses organizados. Inclusive o Estado é pensado como a capacidade de implementação de políticas públicas por grupos de interesses organizados. A barganha tem sua instrumentação realizada pela teoria dos jogos. De preferência, os jogos de soma diferente de zero. Os jogos de soma zero correspondem a impasses e conflitos insuperáveis sem a destruição do adversário, coisa inadmissível numa sociedade onde reina a livre iniciativa e o livre mercado. Ou seja, numa sociedade onde supostamente não se trata de aniquilar o adversário, mas sim de conviver com ele.

Um outro conceito de largo espectro na interpretação das turbulências da vida econômica, social e política do último quarto de século foi o conceito de ingovernabilidade. Entendendo-se por ele uma forma de descompasso entre a integração social e a integração de sistema. Na verdade, a formulação do conceito só se torna clara quando se considera o seu contrário, o conceito de governabilidade. Tal como se depreende das medidas que se exigem de países como o México, cuja crise é atribuída à incapacidade de conduzir a gestão financeira do país por falta de aptidão de seus dirigentes em moverem-se no complexo mundo das finanças, governabilidade corresponde a entregar a gestão das finanças nacionais aos especialistas das entidades internacionais.

Passemos agora à questão do fim da sociedade do trabalho.

Não deixa de ser curioso o fato de que algumas publicações relacionadas com o

estudo da história do pensamento sociológico dêem tão escassa importância ao papel de HABERMAS no desenvolvimento presente da disciplina.

Ele parece ser um dos intelectuais mais preocupados com a crise do liberalismo. Seu ponto de partida é a postulação de um compromisso com a teoria liberal do progresso infinito, percebendo a crise do Estado de Bem-estar como um acontecimento histórico irreversível.

A proposta do paradigma da comunicação tem seu fundamento localizado no colapso da articulação entre trabalho e capital, que nucleou a crise de legitimização na sociedade ocidental.

De acordo com HABERMAS, o *status quo* era mantido na vigência daquele compromisso mediante a cobrança de decisões no sentido de preservar os altos salários e o elevado nível de consumo de bens e serviços pela classe trabalhadora.

A crise sobreveio em virtude do esclerosamento dessa tecnoestrutura provocado pelo seu inchaço e pelo insulamento que experimentou, reduzindo-se a sua capacidade de manter as condições de sustentação do compromisso.

Nesse movimento, verificam-se uma crise econômica (onde se envolve a questão dos limites físicos do crescimento), uma crise de racionalidade (correspondendo ao colapso no mecanismo de regulação das relações entre trabalho e capital) e uma crise de motivação (cujo centro é a tendência de destruição do individualismo).

O objetivo último da proposta habermasiana parece ser a re-legitimização do Estado do Bem-estar, via racionalização do pensamento político através da recomposição do discurso.

Na apreciação de Michel LOWY(1992), HABERMAS acredita na possibilidade de uma racionalidade prática. Se as questões práticas não são redutíveis a problemas científicos ou técnicos, elas são de todo modo suscetíveis de escolhas racionais que podem estender-se ao fim da ação e não simplesmente aos meios. Existiria assim a possibilidade de uma resolução racional de conflitos de valor, graças a um modelo pragmático, que coloca em

primeiro plano a discussão pública e racional dos interesses presentes na sociedade. A RAZÃO COMUNICATIVA seria um processo em que a racionalidade não é instrumental, e sim orientada para a relação intersubjetiva e para a intercompreensão. Ou seja, isso corresponde à formação de uma comunidade comunicacional como lugar ideal do debate sobre os interesses e de sua universalização como interesses da razão.

Consoante à crise do compromisso entre capital e trabalho e a perda de substância explicativa do trabalho, encaminha-se, apoiada na contribuição de HABERMAS e no interior de um modelo sociológico de orientação neomarxista, uma tendência de deslocamento da esfera de construção da teoria social: da produção para o mercado.

Na obra de Claus OFFE *Capitalismo Organizado*, todo o eixo da discussão está localizado no “sistema do mercado de trabalho”. Dentro dele, o setor de serviço, não obstante a sua indeterminação do ponto de vista empírico, é a base da construção teórica.

Significativamente, OFFE percebe a situação emergente da crise do modelo keynesiano como um processo de difusão de estratégias individuais. O “capitalismo desorganizado” é um movimento de descoletivização, uma espécie de economia do “salve-se quem puder” (a expressão é dele mesmo). Em razão das condições do mercado de trabalho, as bases sociais e morais das estratégias coletivas e sua ética se debilitaram. Em consequência, o espírito aquisitivo liberou-se.

Um outro exemplo é Ralf DAHERENDORF. Segundo ele, o conflito na sociedade moderna se verifica no terreno da disputa por prerrogativas e provimentos, ou entre direitos de cidadania e riqueza. As fontes primárias desse conflito são os ideais da Revolução Francesa e os princípios da Revolução Industrial

No núcleo das disputas, desponta a noção de escolha. No terreno do provimento, as escolhas são quantitativas (montante e variedade). No terreno das prerrogativas, a questão está também envolvida com o problema da quantidade, mas a sua expressão básica é a qualidade (correspondendo isso a “mercadorias” econômicas ou não econômicas, por exemplo, o voto).

Para encaminhar a conclusão dessa tentativa um tanto esquemática de identificar algumas das situações e tendências que se propõem ao pensamento sociológico atualmente, é interessante lembrar duas observações feitas por Salvador GINER no artigo referido no início.

Em primeiro lugar, a constatação de que, se a sociologia teve um êxito modesto enquanto prática específica no terreno científico, ela se tornou crucial para o espírito da época atual como ponto de vista geral de compreensão do mundo.

Em segundo lugar, é de se destacar a alusão ao fato de que a sociologia converteu-se em uma linguagem comum da sociedade, sem a qual ela estaria fragmentada. A sociologia, então, assume a função de síntoma e síndrome da modernidade.

Um dos elementos que ilustram os argumentos de GINER é a referência à voragem de informação que domina os diversos segmentos da comunicação de massa, alimentada por sondagens, enquetes, dados estatísticos de toda a ordem, amostragens, pesquisas sociais, etc.. A necessidade de informação domina todos os setores sociais e as exigências de qualificação das informações são hoje indispensáveis. Políticos, administradores, empresários, jornalistas e especialistas de diferentes áreas usam esses recursos das pesquisas para explicar, justificar, legitimar, vender, comprar.

Essa necessidade de informação parece derivar de um conjunto de condições que proporcionaram a expansão extremamente veloz da tecnologia informacional e da filosofia organizacional que acompanhou esse crescimento.

De certo modo, o conceito de informação, de elemento indispensável e garantidor da boa ordenação dos sistemas ou das organizações, passou a confundir-se com o conceito de poder. Essa situação propiciou a difusão da idéia de uma "sociedade informacional", onde os intercâmbios principais já não seriam a força de trabalho ou os produtos, mas "informações".

Estendendo-se ao campo das ciências sociais, a informatização enfrentou e enfrenta dificuldades notórias, em virtude da necessidade de reduzir a informação a dados e de que esses dados sejam expressos de forma ambígua, codificada e comparável. Essa circunstância, ade-

mais de acentuar a tendência de desenvolvimento de uma racionalidade baseada no cálculo, resulta em problemas sérios para lidar com determinados tipos de informações correntes nas ciências soci-

ais. As "informações" sociais podem ser de difícil ou impossível redução a dados, em virtude do modo em que se realiza o tratamento dos juízos de valor e em relação ao fato de que em cada realidade con-



creta as informações e os juízos estão amarrados a situações e relações sociais altamente complexas.

A essa altura já são bastante conhecidos os efeitos que a ação associada da

tecnologia da informação com os meios de comunicação de massa produz. O tratamento dado à informação resultou em efeitos extraordinários em termos econômico-empresariais. Não se pode dizer o

mesmo em relação ao desenvolvimento das pesquisas de caráter não popular, não explorável em termos do *merchandising* comunicacional.

Pierre BOURDIEU (1973) afirmou, após constatar que as pesquisas de opinião só produziam os resultados desejados por seus patrocinadores, que a opinião pública já não existia. .

Armand MATTELART, examinando os problemas da relação entre política e comunicação, declarou que, hoje em dia, “os meios de comunicação se tornaram modos de gestão” e que o efeito modernidade se havia tornado “um clone do efeito publicidade”.

Na medida que se modela a informação de cunho científico às exigências, não dos meios de comunicação de massa, que esses nada exigem, mas dos detentores das concessões e proprietários desses meios, deteriora-se e descaracteriza-se o próprio conhecimento científico.

Uma análise referente aos motivos da crise da imprensa escrita na França (RAMONET, 1993) indicou que, além das causas derivadas da depressão econômica – e mais profundamente do que elas, o processo envolvia as bases mesmas dos conceitos jornalísticos.

Assim, por exemplo, o conceito de informação, que antes correspondia a fornecer uma descrição precisa e verificada de um evento, acompanhado de elementos contextuais para permitir uma compreensão maior do fato, hoje, na televisão, informar é “mostrar a história em marcha”, ou fazer o telespectador assistir ao vivo, se possível, o evento. Supõe-se que a imagem é suficiente para lhe emprestar toda a sua significação. Ver é compreender.

No tocante à veracidade da informação, a constatação feita pelo levantamento foi no sentido de que o critério básico de confirmação das notícias consiste em verificar se elas são repetidas em outros meios de comunicação, não necessariamente do mesmo tipo.

É por demais evidente que a economia de mercado domina a veiculação das informações, fazendo com que elas tomem a forma de produtos de consumo. E esse controle ainda irá aumentar, segundo Jacques ROBIN (1994), com o advento das “auto-estradas da informação”. Diz ROBIN que elas vão pesar sobre nossas



maneiras de refletir, de pensar e de conhecer. O seu funcionamento representa a capacidade de cada cidadão, sobre uma tela simples, pelo telefone ou microcomputador, ter acesso a toda uma série de informações múltiplas e interativas. E isso porque, através de um cabo coaxial de fibras óticas, será possível fazer passar entre trezentas e quinhentas cadeias de televisão com retorno interativo. Toda essa estratégia está nas mãos de "experts", em Bruxelas ou Washington, levada sem qualquer tipo de discussão mais ampla, sem sequer cogitar dos desejos dos tão decantados usuários.

A fórmula de sustentação e legitimação desse incremento tecnológico comandado pelos interesses comerciais é uma concepção positivista da prática da ciência e de sua extensão à vida cotidiana: o cientificismo. O seu elemento central é a pressuposição de que qualquer proposta de cunho científico, em relação a uma determinada questão ou situação, é suficiente para se obter uma solução objetiva e isenta de conotações político-ideológicas.

No contexto dessa filosofia social, embaralha-se um dos fatores decisivos da análise do fenômeno tecnológico: a sua fenomenologia múltipla, como conhecimento, como instrumento e como organização.

Essa confusão é usual ainda hoje em dia. Uma de suas manifestações mais freqüentes é o entendimento da revolução industrial como um processo de substituição da força orgânica pela força inorgânica, ou seja, por uma mudança na força motriz.

É curioso notar, de outra parte, que Frederick TAYLOR tinha isso bem claro ao formular o seu ideário da gerência científica. Ao estabelecer que a ciência deveria substituir o empirismo, que a harmonia deveria assumir o lugar da discórdia e que o espírito de equipe deveria se sobrepor ao individualismo, os pontos relacionados com o rendimento ótimo ganham a sua verdadeira dimensão e se processa a tradução da racionalidade industrial como estatuto universal da atividade humana.

Dentre as coincidências históricas dos anos 60 e 70 arroladas aqui, vale mencionar, nesse momento, a trans-

formação que se operou no terreno da organização e da administração empresariais, envolvendo novas formas de gestão do trabalho nas empresas com repercussões profundas na organização da sociedade em geral. A palavra de ordem nesse movimento foi participação.

O apelo à participação é complementado pela necessidade de comunicar com os objetivos da empresa transformados em condição da conquista da modernidade e do progresso social em geral. Seu conteúdo ético se realiza mediante o enquadramento do trabalhador em uma determinada fórmula comportamental onde o dado-chave é a valorização do trabalho via enriquecimento de tarefas e cargos, instrumento da reconquista da sua subjetividade alienada. Que isso ocorra dentro de um quadro em que se processe a demissão em massa de operários e se verifique a extinção de grande quantidade de postos de trabalho, além da destruição de laços de solidariedade tradicionais, não é impedimento para que a empresa procure mostrar-se como tendo interesses que ultrapassam as dimensões econômico-financeiras para assumir a condição de instituição cujos fins se orientam para a utilidade pública.

No dizer de um dos maiores teóricos americanos da organização e da administração de empresas, Peter DRUCKER, numa sociedade que se tornou sociedade de empresas, a corporação é o seu protótipo e onde o princípio da representatividade social se realiza. "O indivíduo encontra liberdade e satisfação apenas quando ele vive e trabalha como parte de uma grande organização. (...) A organização dá ao indivíduo um lugar no mundo e uma chance para usar suas habilidades e viver sua vida." Como "entidade social representativa", a empresa não é uma organização econômica pura, mas uma entidade social e política que define padrões de vida, lidera, molda e dirige a cidadania (TARRANT, John J. (1980).

De acordo com ALTVATER (1993), a tendência, hoje presente, de invocar a soberania do consumidor como base crucial e formal do princípio da economia da livre competição transforma o exercício da democracia em um processo definido primordialmente pela participação no mercado. A democracia no

interior da empresa, nesse caso, pode ser vista como um obstáculo ao funcionamento da democracia no mercado, uma vez que a limitação dos poderes e das decisões das gerências das empresas pode comprometer a realização dos desejos soberanos dos consumidores.

Esse princípio da "*democracy marked place*" é o centro do dinamismo que induz à subversão da equação público/privado assentado sobre as relações sociais de propriedade. A esfera pública tende a confundir-se com o que é social e com os objetivos comuns da sociedade. Assim, o mercado não é apenas um local de intercâmbio de mercadorias, mas um local privilegiado de convivência social. A esfera pública amplia-se de maneira nunca suspeitada via publicização das instâncias privadas. É o outro lado do processo de desregulamentação, peça-chave na redefinição do Estado, ente público por excelência, dentro dessa concepção.

Os blocos econômicos (UNIÃO EUROPEIA, NAFTA, MERCOSUL) são o exemplo cabal da construção de um mercado confundido com espaço público, tática de criação de vazios políticos em espaços públicos integrada numa estratégia mundial de estabilização econômica.

É importante ter presente, a esta altura, algumas questões relacionadas a esse movimento e seus efeitos quanto ao exercício da cidadania.

Uma democracia cujo conceito de participação está nucleado no mercado encerra um conceito de socialização "*sui generis*" como foi observado antes. Trata-se de um processo necessariamente limitado a procedimentos e regras econômicas, aos quais supostamente todos os indivíduos "aderiram" livremente.

As leis econômicas se apresentam como infalíveis, e aqueles que as desobedecem são punidos com o fracasso econômico. Como observa ALTVATER, a responsabilidade é individual, cada um é senhor do seu futuro, de um lado. De outro, as sínteses sociais que se podem realizar têm pouco sentido para os indivíduos em virtude do plano microscópico de decisões que esses indivíduos podem adotar. Nesse contexto, a socialização não proporciona critérios de definição que sirvam para entender o movimento de evolução dos fenômenos sociais e da vida em sociedade. Conseqüentemen-

te, o sistema de mercado se torna um engenhoso mecanismo de diluição de responsabilidades.

Nesse processo, há um fato notório, que é necessário reiterar. A "economia informal" é o resultado de um esvaziamento dos conteúdos éticos e da moralidade da vida econômica e aponta no sentido de uma crescente indiferença em relação às necessidades humanas. Como sugere Fredric JAMESON (1994), a associação do mercado à noção de liberdade, em geral, mascara a extraordinária capacidade destrutiva dos mecanismos no mercado, no que se refere à estabilidade das vidas individuais e à durabilidade das instituições.

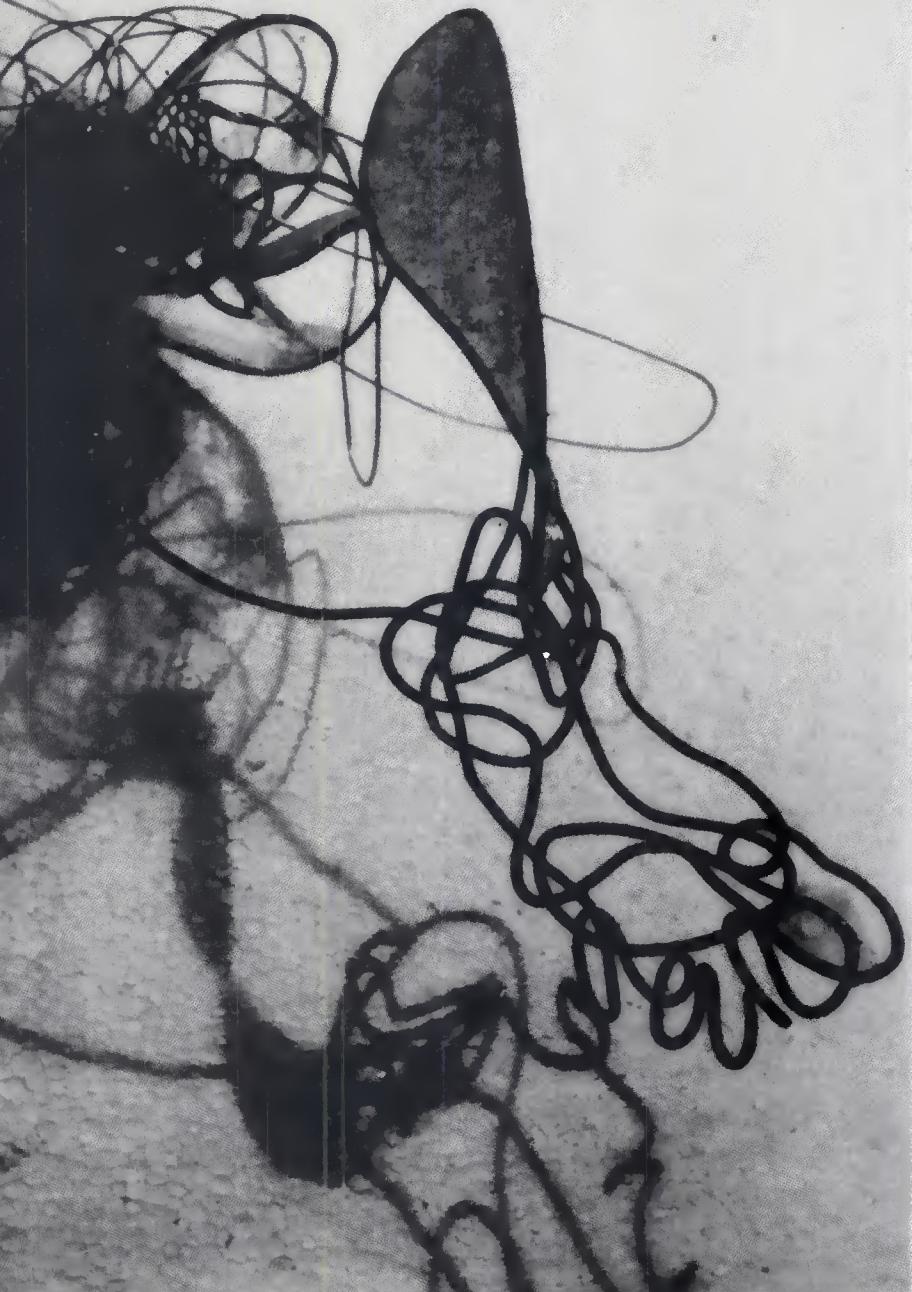
Penso que a afirmação de GINER, a respeito da sociologia ter chegado a ser o marco apropriado para a formulação socialmente neutra dos eventos sociais, soa como um alerta e como um exagero. Um exagero no sentido de sugerir a possibilidade da existência de uma megadisciplina científica da vida social. Um alerta no sentido de apontar para o fato da sociologia fazer parte - um coadjuvante importante, sem dúvida - de um amplo movimento de caráter científico, cujo ponto de convergência está no esforço de elaboração de um paradigma único de explicação e de justificação da sociedade contemporânea: o mercado.

A moeda corrente desse movimento é a tecnologia informacional, que perpassa todos os segmentos do desenvolvimento tecnológico atual e, invadindo o campo da organização das relações sociais, propicia condições para ameaçar as diferentes esferas da mediação política.

(Este texto, com ligeiras modificações, foi a base da aula inaugural do ano letivo de 1995 do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS).

Referências Bibliográficas

- ALTVATER, Elmar (1993). *The future of the market*. London/New York, Verso.
- BECKER, Gary (1964). *Human capital*.
- BOURDIEU, Pierre (1973). L'opinion publique n'existe pas. *Les Temps Modernes*, n.318, janvier 1973.
- DAHRENDORF, Ralf (1992). *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro, Zahar; S.Paulo, Edusp.
- DEMING, W.E.(1990). *Qualidade: a revolução na administração*. Rio de Janeiro, Marques-Saraiva.
- GALBRAITH, John K. (1981). La embestida conservadora. *Revista Mexicana de Sociología*, ano 43, v.43, p. 1781-96.
- GINER, Salvador (1994). La inteligencia sociológica, una victoria incierta. *Sociológica*, ano 9, n. 24, pp.163-181.
- HENRY, Benedict (1994). Electeur-consommateur (entretien avec Armand MATTELART) . *Politis*, n. 19, jul-aut.
- JAMESON, Fredric (1994). *Espaço e imagem*. Teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ.
- KOFLER, Leo (1981). La racionalidad tecnológica en el capitalismo tardío. Madrid, Aguilar.
- LOWY, Michel (1992). A escola de Frankfurt e a modernidade. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 32.março, 1992, pp.119-127.
- OFFE, Clauss (1989). *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense.
- POPPER, Karl (1973). *La miseria del historicismo*. Madrid, Alianza Ed..
- RAMONET, Ignacio (1993). S'informer fatigue. *Le Monde Diplomatique*, octobre, 1993.
- ROBIN, Jacques (1994). Société et modernité: les mutations contre la modernité. In: *Politis*, n.19, juillet-aot.
- RUYSER, Raymond (1984). *La cibernetica y el crigen de la información*. México, Fondo de Cultura Económica.
- SCHULTZ, Theodore (1963). *Economic Value of Education*, Columbia University Press.
- TARRANT, John J. (1980). *Drucker, the man who invented the corporated society*. New York, Warner Books.



A degradação gradativa dos Cursos de Letras tem raízes político-econômicas, fundadas no temor de que o contato com a língua e a literatura possa conscientizar o cidadão de seus direitos de apropriação simbólica do mundo e de reinvenção deste, colaborando, como queriam os iluministas, para promover a democratização do saber e, com esta, o controle coletivo das investidas dos poderosos.

Maria da Glória Bordini - PUC/RS

A

do profissional de Letras

Pôr em discussão a qualificação profissional na área de Letras é, antes de tudo, um indício de que ela está sob suspeita. Em segundo lugar, reencena um espetáculo já antigo na Universidade brasileira. Historicamente, o Curso de Letras, que nasceu associado às Faculdades de Filosofia, foi considerado mesmo dentro destas, uma espécie de prima pobre, um peso para a família das Humanidades. Por outro lado, a clientela de Letras, desde o início, foi recrutada das camadas menos privilegiadas da população e mais discriminadas, o que determinou uma inevitável facilitação do conhecimento e o menosprezo dos mais "iluminados" freqüentadores do restante do conjunto de cursos que orbitava ao redor do eixo da Filosofia. As cha-

madas "meninas das Letras" não eram um fenômeno incomum até os anos 80: moças ricas que cursavam a Universidade apenas para adquirirem um verniz de cultura ou moças pobres que buscavam nos bancos acadêmicos não propriamente o saber, mas um futuro emprego garantido na rede escolar pública e privada. Esse tipo de atmosfera preconceituosa também contribuiu para o atual aviltamento da profissão de Letras, mas não é, evidentemente, sua causa principal.

A degradação gradativa dos Cursos de Letras tem raízes político-econômicas, fundadas no temor de que o contato com a língua e a literatura possa conscientizar o cidadão de seus direitos de apropriação simbólica do mundo e de reinvenção

deste, colaborando, como queriam os iluministas, para promover a democratização do saber e, com esta, o controle coletivo das investidas dos poderosos. Como se sabe, os ideais humanistas, desde o Renascimento, colocaram sua ênfase na produção e difusão do conhecimento como a melhor arma dos povos contra os regimes ditoriais, erigindo a Atenas democrática, centro florescente das artes e ciências filosóficas como modelo histórico a ser emulado.

Conhecem-se os resultados desalentadores dessa idealização: a fase democrática de Atenas foi de curta duração, seguida de diversos imperialismos, o de Alexandre Magno sendo o mais declarado. A Renascença morreu nas anarquias absolutistas. As revoluções Francesa e Americana foram seguidas pelo Império napoléonico e pelo imperialismo norte-americano, para não falar na consolidação da civilização burguesa reificadora. A Revolução Russa redundou na sovietização stalinista. Não, se quer, aqui, criar o falso conceito de que o humanismo e a defesa da liberdade, igualdade e fraternidade levam a regimes de dominação em que outra vez passa a reinar a força pura e simples. O que se está tentando pôr em debate é que ideais não valem nada se não se fazem acompanhar de uma práxis coerente. O regime burguês, que se instalou no Ocidente desde o século XIX, traiu seu ideário, assim como a razão esclarecida dos grandes humanistas não convenceu seus concidadãos nos diversos momentos da História em que o saber trouxe a esperança de dias melhores para todos.

Tudo isso explica por que, no Brasil, o histórico da profis-

dem almejar a um grau acadêmico e considerar o engajamento ao magistério uma forma de ascensão" (1985:5).

Trata-se, evidentemente, de uma estratégia política, no sentido de manter as massas - a que a pseudodemocracia republicana sempre prometeu educação, iguais oportunidades e trabalho digno - aquietadas com uma ilusão de escolarização e emprego, quando, na verdade, o sistema educacional arquitetado para cumprir essas falsas promessas transformou as escolas em redes autoritários, que amordaçam a criatividade de professores e alunos, e em veículos transmissores de um conhecimento abastardado e sem nenhum significado ou efeito social e o mercado de trabalho num lastimável cenário de miserabilidade absoluta, com bolsões altamente remunerados - aqueles que garantem a estabilidade do *status quo*.

Como estratégia econômica, a situação da educação brasileira traduz a estupidez crassa da maioria do empresariado, que não parece ter saído de um estágio pré-capitalista até hoje. Para a atividade econômica, segundo essa visão míope, não interessa ter as massas educadas, nem os professores bem remunerados e preparados. Quanto mais ignorante, mais escravizada a mão-de-obra será - e o empresariado do Nordeste que o diga. Não se pensa, salvo em raras empresas de molde capitalista avançado, em promover o trabalhador, conceder-lhe salário justo e bonificações por produtividade, para que ele qualifique a empresa e se transforme em consumidor, realimentando, com suas compras, a expansão da indústria e do comércio. Prefere-se exportar os produtos, aumentar os preços das mercadorias e

formação

são de Letras é marcado pelo sinal de minoridade social. Conforme Regina Zilberman, a "profissão de professor foi sempre bastante aviltada, na medida em que oferecida 'para', e, portanto, ocupada por aqueles sem qualquer outra alternativa de emprego. No século passado, docentes foram seguidamente negros alfabetizados alforriados ou mulatos cultos, inaceitáveis, segundo a elite branca, em outras profissões, a não ser que se desvisassem para atividades paralelas, como as de escritor, tipógrafo, jornalista, livreiro. Ao final do século XIX, o mercado se abriu para a mulher, também na condição de uma das raras opções de trabalho feminino assalariado. E permaneceu nesta situação até os dias de hoje, sempre recrutando seus quadros entre os segmentos urbanos mais inferiorizados que ainda po-

investir no mercado financeiro a fim de obter o capital necessário para manter os empreendimentos, o que necessariamente exclui as massas dos dividendos.

Dessa forma, o mercado profissional que se anuncia ao formado em áreas humanísticas, como a de Letras, se não é essa escola não-emancipatória para os licenciados, é essa empresa predadora, para secretários-executivos e alguns tradutores-intérpretes. Nem se fala em outros possíveis campos de profissionalização, como o ofício de escritor, em geral sustentado por uma sinecura em alguma repartição pública, ou o de crítico literário, em algum jornal ou revista que dispense o diploma de jornalista para essas atividades, o que o corporativismo reinante proíbe. A questão, portanto, transcende a responsabi-

lidade da Universidade como formadora de quadros para a vida produtiva da Nação: é estrutural e decorre de uma história que não tem sofrido mudanças, salvo em raros episódios da República. Nos últimos anos, depois da desarticulação dos movimentos de reivindicação social efetuada pela ditadura militar - que promoveu o desenvolvimento de cima e para as elites - a situação piorou ainda mais e, nesse momento, as perspectivas de dignificação do profissional humanista são tão obscuras quanto os rumos que o País seguirá em sua vida política e econômica.

Não é o que acontece em outros países, em que o homem culto merece aprovação social e em que chega, inclusive, a ser um bem de mercado precioso, porque produz a moeda atual das nações ricas: o saber. Nessas sociedades, entretanto, a situação do humanista e do letrado é igualmente paradoxal. Pode ser estimado e respeitado, mas sempre é remunerado abaixo do cientista e do técnico e se vê na obrigação de denunciar o sistema, uma vez que o conhecimento que ali se produz no mais das vezes é danoso e catastrófico, porque também serve à globalização do capitalismo neoliberal, que destrói o meio-ambiente e nulifica os cidadãos, acomodando-os num bem-estar inerte. Por essas razões, ao profissional de Letras e das outras ciências humanas não há senão um rumo éticamente aceitável a tomar: manter-se como vigia dos valores humanistas, lutando para que venham a tornar-se propriedade da massa, de modo a transformar paulatinamente o perfil desumano da sociedade mundial.

A Universidade, nas áreas humanísticas, tem se esforçado para levar a cabo essa tarefa, mesmo padecendo das mesmas ambigüidades que minam o sistema social. Também dentro dela as ciências exatas e aplicadas têm maior prestígio e as ciências humanas se debatem entre as contradições da realidade que têm de estudar e suas próprias incertezas epistemológicas e éticas. Na área de Letras, esse conflito estrutural é mais agudo justamente por ser aquela que menos aceitabilidade social recebe dentro e fora dos muros acadêmicos. Os cursos de Letras, que se encontram entre os mais antigos do País - uma vez que nasceram junto às Faculdades de Filosofia e Universidades como a do Distrito Federal e a de São Paulo, com projeto especificamente voltado para a formação de professores -, hoje padecem de baixa procura por parte da clientela, multiplicando suas terminalidades para compensar o decréscimo de matrículas nas licenciaturas. Se esse encolhimento decorre dos fatores macroestruturais da organização socio-econômica da nação, todavia aflige administrações e corpos docentes, motivando contínuos reexames de políticas e currículos, enquanto desestimula os corpos discentes da tarefa de participação em sua formação profissional.

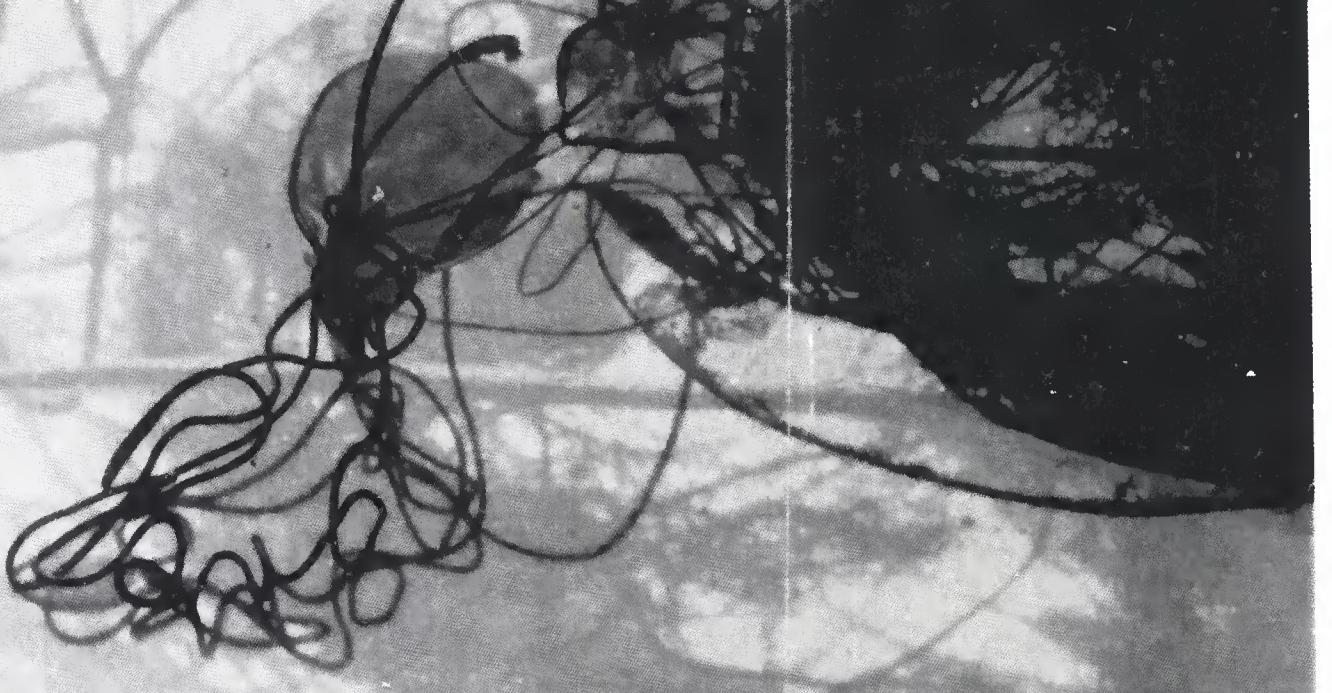
Dante desse quadro, a reversão dos rumos só pode partir de dentro da Universidade, em virtude de sua função histórica de sua consciência crítica da sociedade. Ainda continua válido o ideal do saber emancipatório, mesmo que hoje ele entre em choque com um saber interessado, que também se gesta nas salas de aula, laboratórios e gabinetes de trabalho nas universidades. Cindida entre seus deveres de escolarização e de renovação incessante do conhecimento, e suas tendências à lucratividade e ao pragmatismo, a instituição acadêmica reproduz, no seu íntimo, a mesma ambivalência que se estabelece

entre ela e o corpo social. Para trabalhar essa ambivalência, não bastam os esforços individuais de alguns mestres mais esclarecidos, de alunos que adotam conscientemente as Letras como profissão de conteúdo liberador, de administrações empenhadas na produção de conhecimento pela pesquisa, na qualidade de ensino e na extensão deste à comunidade. Todas essas iniciativas existem na Universidade brasileira, mas não têm conseguido alterar a conjuntura de desprestígio e a desqualificação das Letras.

Talvez a alternativa para esses focos de resistência seja uma mudança de tática: ao invés de olhar para as próprias mazelas, as quais derivam no mais das vezes da simples reprodução, num nível microestrutural, do que acontece no todo do País, os Cursos de Letras devem voltar-se para fora, mostrando às comunidades o que efetivamente podem fazer por elas através das duas áreas de conhecimento principais que neles se desenvolvem: a das línguas e a das literaturas. Não se está simplesmente sugerindo aqui um reforço das atividades de extensão, mas toda uma remodelação de postura das Letras na sua relação com a sociedade.

Lá fora, extra-muros, o cidadão ouve rádio, lê livros e jornais, assiste televisão e cinema, vai ao teatro e, enfim, com toda a naturalidade, fala e escreve. Essas atividades todas têm relação com o campo das Letras, mas ele não percebe - a não ser quando alguém o repreende por escrever uma carta ou um contrato com erros no escritório ou por não saber dizer uma palavra numa ocasião que a exigiria - que é no Curso de Letras que estão se conformando os profissionais que educarão lingüística e literariamente seus filhos, que revisarão os anúncios e a matéria impressa que ele lê, que formarão as suas opiniões sobre cultura e arte e que poderiam fazê-lo entender melhor o discurso do banqueiro e do político de plantão, para não ser embalado.

É nesse sentido, mais do que em qualquer outro, que os Cursos de Letras falham. Não sabem ou não querem vender o seu produto, a língua e a literatura, para uma sociedade que é puro mercado. Por isso, esgotam-se pensando em reformas de currículo, sistemas de avaliação interna, incentivos para a pesquisa, os quais, na verdade, não alteram em nada o produto que oferecem. É fato que as reformas de currículo, nos cursos particulares, acabam mais na diminuição de créditos e barateamento das mensalidades do que em melhoria das aulas. Nos cursos públicos, não costumam passar de uma maquilagem para manter bem acomodados os professores-funcionários-públicos-com-estabilidade-garantida-pela-Constituição. Os sistemas de avaliação docente, pensados como meio de controle institucional da qualidade de ensino e pesquisa, resultam em pontuações para a promoção ou não na carreira, com melhores vantagens econômicas, mas o processo não parece revelar senão a benevolência das comissões na conferição de pontos e não exclui dos incentivos os professores pouco afeitos ao trabalho. A estimulação à pesquisa padece igualmente de uma avaliação não corporativa do mérito dos projetos, pois são raros os relatórios que se transformam em livros e que, de alguma forma, compensam a verba concedida com efeitos sobre a cultura circundante. Os alunos, por sua vez, nem se preocupam em participar - e isso quando são convidados a tanto - dessas tentativas de qualificação, numa espécie de cinismo lamentável em



idade tão precoce. Na comunidade, então, nem se chega a pensar, pois ela nem se dá conta que os Cursos de Letras existem e estão prejudicando, com sua inficiência, a apropriação da língua e da cultura literária entre as novas gerações.

O curioso é que, entre os profissionais de outras áreas, e mesmo entre donas-de-casa e cidadãos de terceira idade, já se nota um interesse crescente por cursos com as características do de Letras, justo por causa do conteúdo humanístico que encerram e que, ao que parece, mitiga as frustrações de pertencer a uma sociedade talhada para a opressão econômica e psicológica como a nacional. Enquanto médicos, advogados, engenheiros procuram vagas nas Letras - especialmente nos cursos de pós-graduação cujo nível de ensino é bastante mais elevado do que o de graduação - ; enquanto senhoras da sociedade, senhoras de clubes de mães, ouvem atentas ciclos de palestras sobre assuntos literários e vinculados à questão discursiva; enquanto idosos reivindicam cursos de extensão nas Universidades nas áreas das ciências humanas, porque lhes aguçam as mentes e renovam interesses - os Cursos de Letras continuam remoendo suas misérias, queixando-se de alunos sem base para o estudo universitário, de alunos não-leitores e não-falantes e/ou escreventes, de falta de bibliografia e de pesquisas irrelevantes, ou, ainda pior, degladiam-se pelo poder, numa instituição já falida, o que parece irônico, ou incensam mediocridades improdutivas, para não terem de examinar a própria face inerme.

Esse diagnóstico sombrio tem, entretanto, seus aspectos animadores. Mesmo pecando por personalismos, pela luta por currais intelectuais, pelo comodismo exacerbado, os Cursos de Letras continuam dando ênfase principal às licenciaturas, de acordo com sua tradição, embora elas se pareçam cada dia mais com os antigos cursos para normalistas. Apesar de todos os defeitos, ainda surgem egressos eficientes, apaixonados pelo ensino ou o uso profissional da língua e da literatura. Isso implica que, com os currículos vigentes, com os professores disponíveis, com a biblioteca nem sempre equipada, é possível formar um bom profissional de Letras. Em primeiro lugar, há

que levar em conta a força liberadora do próprio objetivo de estudo, seja a língua ou a literatura, em si mesmas formas de simulação do mundo e, como tal, portadoras de informação sobre este. Em segundo lugar, nem todos os sistemas curriculares são perversos, recheados de disciplinas redundantes ou criadas apenas para dar ocupação a um professor. E mesmo que esse fosse o caso, ainda há grupos de professores conscientes de que não se justifica degradar o ensino ou a pesquisa só porque a paga não é gratificante. O profissionalismo não se reduz, para esses poucos, à mera luta por melhores salários, embora eles também dela tomem parte ativa.

Tudo é uma questão de como se conduz uma disciplina - de preferência relevante - em sala de aula. Aqui cumpre atacar outro problema, o da concepção de sala de aula para a média dos Cursos de Letras. Regina Zilberman (1985:3) lembra que a difusão do saber "se dá no âmbito da sala de aula, ainda quando ela, formalmente, confunde-se com o laboratório, a sala de projeção, o anfiteatro, a biblioteca". E continua: "Também a sala de aula tem características profissionalizantes, pois é nela, concretamente, que ocorre a veiculação do conhecimento, despendendo-o da sacralidade que lhe conferem os que o transformam numa modalidade de exercício do poder" (id.ib.). Infelizmente, esses últimos são legião, o que denuncia, mais do que qualquer outra feição das Letras, o âmago do problema da desqualificação dos Cursos. Não há bom professor que também não seja capaz de sair-se bem na pesquisa e na extensão, assim como não há bom professor quando a relação com o aluno é de simples cumprimento de uma obrigação mais ou menos vigiada pela administração. É claro que nem todos tendem para a pesquisa ou para o trabalho comunitário, mas o mínimo que se pode esperar é que um professor seja professor. A comunidade pode ser atingida por um bom professor através de seus alunos em aula, assim como um mau professor reforçará a degradação dos cursos. O problema é que nem os alunos, nem a comunidade, utilizam seus poderes sociais de reivindicação, uma vez que se encontram imersos no oceano de nulificação que também dá vida a esse mau profissional.

Muitos docentes e discentes de Cursos de Letras conhecem a expressão que nomeia essa inanidade: trata-se do "pacto de mediocridade". Esse é um contrato social, entre turmas e professores, e por vezes entre estes e as administrações, para que a situação de degradação não se altere. Traduz-se por inassiduidade, impontualidade, despreparo das aulas e tarefas de casa, bate-papos sobre "minha última viagem" ou "o que penso da galeria X" em plena aula, notas altas para desempenhos insuficientes, uso obrigatório de polígrafos em vez de livros, conhecimento indireto de obras, repetição de conceitos sem crítica, ou associação árbitrária de conceitos antagônicos, deshistoricização de temas, apoio em autoridades sem cotejo com o objeto estudado, torção da verdade científica para aquilo que se pensa ou se quer que ela deva ser.

Não surpreende que egressos de aulas como essas reproduzam, no 1º e 2º Graus, esses mesmos procedimentos de acomodação e destituam as Letras de qualquer significação possível junto à comunidade. São esses professores que, durante seu próprio curso, fugiam de mestres críticos, irônicos, sabedores, questionadores. Afinal, só serviam para pedir mais e mais trabalho - e, nas Letras, o trabalho é puramente intelectual, requer concentração, muita leitura apurada, muito escrever, embora tenha a gratificação estética advinda da experiência das obras literárias e dos discursos. O círculo vicioso se fecha e, por vezes, para os melhores alunos e para os melhores professores, parece impermeável a rupturas, o que igualmente gera desestímulo nesses poucos espaços preservados para a produção e apropriação do saber lingüístico e literário.

Vencer o pacto de mediocridade não é tarefa fácil, uma vez que ele apenas reflete, acriticamente, o que a elite deseja da massa: a conformação às regras do jogo das desigualdades. Entretanto, a simples existência de professores e alunos, nos Cursos de Letras, que não aderem a esse pacto já serve de sinalização para a sua impropriedade ética. Os egressos mais bem preparados sempre encontram melhores oportunidades de emprego e os docentes mais empenhados são os que adquirem o respeito de seus pares e da comunidade. É preciso, pois, não transigir, nem de um lado nem de outro. Uma sala de aula eficiente, no Curso de Letras, não necessita de malabarismos verbais, brilhantismo intelectual, nem material didático sofisticado. Do lado do professor, depende do conhecimento que o docente tem de sua disciplina e de uma interação compreensiva com seus alunos, marcada pelo entusiasmo em relação a seu objeto de ensino e pelo interesse efetivo pelo estudante enquanto pessoa humana. Do lado do aluno, solicita uma entrega à disciplina, disposta a enfrentar os esforços de cognição que o assunto encerra, e uma confiança algo desconfiada no saber do mestre - requisito para que o estudante vá além das aulas, busque a biblioteca, mas sinta-se orientado para prosseguir sozinho.

Quanto ao currículo, o problema em geral não está em sua estrutura, mas no desenvolvimento, em aula, de cada disciplina que o compõe. Se conteúdos programáticos são redundantes, triviais, apenas reproduzindo o que já se sabe, a culpa é da Universidade, que permite acesso a seus quadros de docentes ainda não qualificados, assim como também é do pacto de mediocridade, por não haver reação quando casos desses vêm a público. Não é partindo das Comissões de Carreira que se

aperfeiçoa um currículo e sim de uma consulta à comunidade interna e externa sobre relevância de conteúdos para o mercado e para a formação humanística que deve criticá-lo. Pode-se alegar, como tem sido feito, que a comunidade discente e a comunidade externa não detêm o saber necessário para definir linhas ou prioridades curriculares nem na graduação nem na pós-graduação. Na verdade, essa postura mascara um jogo de poderes entre os sabedores contra os não-sabedores. Há mecanismos, como consultorias extra-Curso, para dirimir dúvidas, mas essas nunca ou raramente são convocadas, seja por alunos, seja pela comunidade externa.

Quanto aos sistemas de avaliação docente, são um processo democrático de controle da qualidade, desde que não funcionem só para inglês ver, mero formalismo para uma promoção certa e nunca um sinal para a porta de saída. Assim igualmente os estímulos à pesquisa são necessários, até em virtude da falta de tradição nessa área nas Letras. Até poucos anos atrás, pesquisa era um assunto individual que resultava num livro de crítica literária, história da literatura ou de gramática e metodologia. Com o advento dos cursos de pós-graduação, passou a ser uma questão institucional que dividia docentes de graduação e de pós-graduação, criando uma imagem de céu para estes e inferno para aqueles. As Universidades ainda não resolveram esse impasse, embora haja agências de fomento que não exigem doutorado ou mestrado de pesquisadores universitários e que mantenham programas de incentivo justamente para aqueles que não têm canais para pesquisarem. A instituição de grupos de pesquisa que, sob o guarda-chuva de algum líder titulado, acolhem interessados com diferentes graus de formação parece um caminho proveitoso, desde que os frutos desse esforço de pesquisa não sejam, outra vez, marcados pelo pacto da mediocridade ou produzam quilos de papel impresso que ninguém, em sã juízo, quereria ler.

Para a formação de um profissional de letras, portanto, concorrem tantos elementos críticos, em especial na situação político-econômica que o País atravessa, que só se podem delinear os requisitos mínimos para o perfil do egresso. Seriam eles, simplificando: o domínio da língua culta, na sua forma falada e escrita, para todas as terminalidades; o relacionamento entre as descobertas da Lingüística, nos seus diversos ramos, e o estudo e ensino de línguas vernáculas e estrangeiras, especialmente para licenciados; o conhecimento da tradição literária mundial e brasileira, com a experiência viva das obras, para licenciados e tradutores; a aplicação das teorias literárias à análise das obras e à concepção de metodologias de ensino de literatura, para os licenciados. Além do lado conteudístico, cumpriria ainda incentivar no estudante de Letras o hábito e a necessidade da pesquisa nas fontes, o prazer do texto e do discurso, no sentido de sua produção e recepção, o gosto pelo debate e pelo exame de pressupostos e implícitos e a articulação constante entre objeto de estudo e vivência do mundo. Talvez assim os Cursos de Letras consigam formar cidadãos mais ativos na defesa dos ideais humanísticos e se façam sentir como presença indispensável na sociedade.

Referências Bibliográficas

ZILBERMAN, Regina. A Universidade, o Curso de Letras e o Ensino da Literatura. *Boletim da ALBS*, Porto Alegre, nº4, 1985.

O Real



reg
e o reg
e

Sobre o caráter do noticiário da Imprensa:

Lula foi visitar o Papa. Estavam à beira mar quando um forte vento levou o solidéu papal para o mar aberto. Solícito, Lula andou sobre as águas e marés e trouxe de volta o símbolo. No dia seguinte, a Imprensa noticiou em grandes manchetes: Lula não sabe nadar.

Edmundo Fernandes Dias - Secretário-Geral da ANDES/Sindicato Nacional e Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

O processo eleitoral brasileiro trouxe, novamente, à cena a necessidade urgente de se pensar o modo de se fazer política no Brasil.

O velho pensamento liberal sempre coloca a eleição como *momento máximo da democracia*, onde a população é entendida como o somatório de indivíduos, livres e iguais, possuidores de plena racionalidade cívica, ou seja, como a cidadania. Cabe, então, aos cidadãos decidir quem deve governar a totalidade social. Não há, contudo, nenhuma evidência de que isso corresponda à realidade.

A massa dos cidadãos brasileiros, como sabemos, não é, como não poderia ser, dotada do máximo de consciência cívica e de informação que a tornariam cidadã plenipotenciária. O analfabetismo e a miséria contribuem decisivamente nesse sentido. Assim não se encontra na maioria da nossa sociedade aquele cidadão clássico - se é que alguma vez ele existiu - que poderá, com ampla liberdade, definir, a partir do conjunto das infor-

as relações de desigualdade estrutural entre pessoas apareciam como se fossem meras relações entre coisas: o fetichismo da mercadoria. A relação mercantil oculta a estruturação do poder, oculta a presença das classes e sua organização/desigualdade estrutural, no mais simples ato produtivo. Tudo se passa como se houvesse uma troca entre mercadorias: de um lado, o dinheiro (equivalente geral) e, de outro, o objeto a ser comprado. A estruturação do tempo de trabalho socialmente necessário, com todo o seu cortejo de dominação e subalternidade «desaparece». A história parece ser uma mera natureza. Essa reflexão trabalha a questão das aparências na vida social.

O pensamento liberal reduz as aparências a uma simples manifestação epidémica do fenômeno. Ou, muitas vezes, as reduz a um mero erro. Não é bem assim. As aparências, em especial nas sociedades classistas, são necessárias. A liberdade «do» mercado é, na realidade, uma aparência necessária. Capitalista e trabalhador, ao se realizar o chamado contrato de trabalho, parecem constituir duas vontades dotadas de liberdade e de igual vontade. O próprio Direito declara que apenas entre iguais se realizam contratos.

Assim, o operário conduzido ao mercado, pelo capitalista, aparece como possuidor, como o capitalista, de mercadoria intercambiável. Sua mercadoria, a capacidade de produzir, é, segundo essa cena jurídico-política, transformada em salário, como se este fosse a sua justa remuneração. Sabemos, contudo, que o salário não é o equivalente da remuneração da sua capacidade de trabalhar. Submetido à violência cotidiana do trabalho e às tecnologias, o trabalhador vê seu dia se multiplicar, seu



mações livremente produzidas, como, e por quem, será governado o país. O cidadão brasileiro não é aquele que tem clareza de como será realizado o conjunto de práticas, processos, leis, fórmulas políticas, etc., que permitirá dar pleno sentido à idéia de cidadania. Veremos isso mais adiante.

O caráter classista da política brasileira esteve, nestas eleições, mais acentuado do que nunca. O grande susto e temor de 1989 foi decisivo. Os dominantes não cometariam nenhum erro grave, não se teria nenhum amadorismo. A estória acima transcrita, em epígrafe, sintetiza com extrema fidelidade o caráter da cobertura das eleições feita pela grande imprensa. Não se trata de procurar bodes expiatórios. Das dificuldades de eleger um candidato, operário e de esquerda, poucas dúvidas existem.

O presente texto trabalhará algumas macrodeterminações sociais que englobam o rotineiro ato de depositar o voto na urna. E fará isso para captar, analiticamente, a virtualidade do gesto eleitoral. Analisará, também, as determinações conjunturais, os mecanismos e as *astúcias* do jogo político-eleitoral em tempos de fetichismo neoliberal.



trabalho se materializar, mas esse crescimento não se quanto à remuneração.

Essa liberdade do mercado acaba por ocultar e naturalizar a totalidade das desigualdades sociais. Nesse procedimento, tenta-se, com um grau maior ou menor de intensidade, eliminar a possibilidade de examinar a violência da expropriação cotidiana do trabalho (e sua correlata opressão). Assim toda a possibilidade de realização desse capitalismo está subjacente à fetichização própria a todas as formas mercantis. *A política liberal (ou neoliberal) é, a um só tempo, reino do fetiche e condição de viabilização do capitalismo.*

Na análise da correlação de forças, em uma formação social capitalista, se demonstra a existência de uma especificidade que é vital compreender: o ocultamento da dominação política determinando negativamente a tomada de consciência dessa dominação pelas classes subalternas. Isto é, a construção da

1. O fetiche como elemento central da análise da política na sociedade capitalista

Marx, ao examinar o capitalismo, escreveu uma das suas mais profundas e belas reflexões. Mostrou como no cotidiano

sua identidade, dos seus projetos. Podemos dizer que, no campo de forças do Estado burguês, todo o jogo aparece como se dando entre «indivíduos» genéricos, abstratos, sem historicidade. Esta é a forma, a aparência necessária do processo. Examinemo-la.

Na política há como que um «desnudamento» dos homens em relação às determinações estruturais: tanto o capitalista quanto os operários são reduzidos à cidadania. Desaparecem as diferenças; pode-se agora transformar indivíduos-cidadãos em vontades cívicas ou, quem sabe, em consciências cívicas. De abstração em abstração, despidos de suas determinações estruturais, transformados em unidades isoladas, esses homens são, por outro lado, «enriquecidos». Se todos são iguais, é possível uma unidade fundamental: a pátria. Se as instituições liberais têm força e são ideologicamente eficazes, o problema é apenas de uma mera agregação de forças. Os partidos surgem como catalizadores de interesses diferentes, mas que suportam, no limite, a mesma unidade ideológica. Estamos, pois, no campo da colaboração e não da luta de classes.

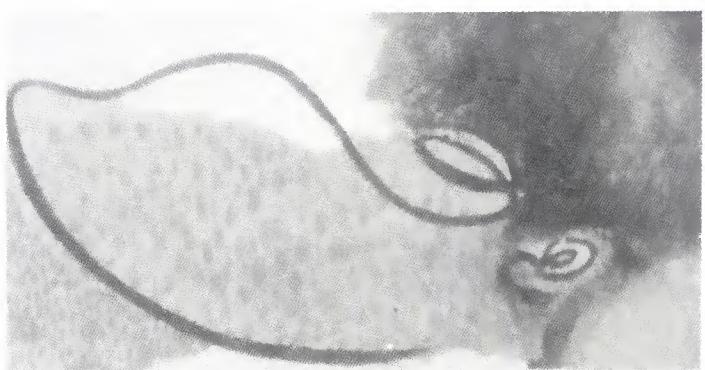
Já na economia, o problema se coloca de modo distinto: despidos no inicio, de suas determinações estruturais, esses homens são rapidamente «vestidos». Despidos no inicio: se eles são indivíduos, vontades, eles são iguais. E há na diferença de interesses um ponto de unidade: ambos «necessitam» um do outro (outra aparência necessária). O capitalista necessita comprar a força de trabalho, o operário necessita vendê-la. O termo comum, força de trabalho, torna-se assim o núcleo da relação. No entanto, feita a relação, a nudez desaparece. A

senso/ocultamento da opressão).

Este é um dos traços diferenciais da sociedade capitalista em relação às demais formas de sociedade. Se no feudalismo a dominação era aberta e justificada por uma concepção de mundo (*Weltanschauung*) que tende a desvalorizar a historicidade humano-social e projetar o mundo real para um além, sobrenatural, nas formações sociais capitalistas a opressão e a exploração se encontram fundidas, sob a aparência da liberdade e igualdade de todos.

2. Fetichismo e mundo do trabalho

Na constituição do projeto liberal-capitalista (séculos 17-19), fazia-se necessário destruir o campo das instituições feudais para abrir caminho, a machadadas, para o estabelecimento



da nova forma social: o capitalismo. Nesse processo a nova classe emergente teve que destruir todo o arcabouço político e ideológico, teve fundamentalmente que fazer tábula rasa da institucionalidade anterior, como condição mesma das novas formas produtivas. Construiu uma nova institucionalidade (burguesa) que tinha como pressuposto a absorção e integração do conjunto das lutas sociais a essa nova racionalidade. A luta pela democracia foi sempre levada a efeito pelos trabalhadores, pelos socialistas.

A democracia, portanto, não foi, criação dos capitalistas. E sua presença no âmbito da institucionalidade capitalista se consolidou por uma longa e dolorosa história de lutas. O mesmo se deu quanto ao direito de voto para as classes subalternas e a sua posterior extensão às mulheres, aos analfabetos, etc.

Esta institucionalização fez da necessidade virtude: acabou por construir uma concepção de Direito, de História, de Cidadania. Foi no marco dessa institucionalidade que se expressou o movimento dos trabalhadores. Eles lutaram e conquistaram a extensão do direito de voto para aqueles que não possuíam propriedades e, pouco a pouco, foi-se ampliando sua intervenção nesse processo estatal, sempre e sempre à custa de uma maior integração nos quadros do discurso e das práticas capitalistas. Os trabalhadores atuaram no sentido de buscar ampliar e, muitas vezes, esgarçar esse tecido institucional extremamente limitado e limitador da sua intervenção enquanto classes dominantes. Não obstante o combate travado a ampliação desse quadro institucional, contudo, se realizou, na perspectiva do Capi-

«colaboração-unidade» também. Na fábrica, todo homem é historicamente determinado: operário, capitalista, etc. A diferença torna-se positividade, a determinação está estabelecida. Na economia capitalista, não podem existir dois poderes. Esta é a questão.

Reiteremos nossa afirmação. Esse ocultamento da dominação política, determinação própria às formações sociais capitalistas, é uma necessidade objetiva. Essa aparência da liberdade individual é necessária para a fluidez da própria forma de dominação. É precisamente através dessa dupla necessidade que torna possível a apresentação da liberdade para uma classe como sendo a liberdade de todas as demais. É através dela que se passa da exploração-opressão à elaboração do consenso. É pela supressão máxima da liberdade (compra-venda da força de trabalho/exploração) que se cria a individualidade política que permite o ocultamento da dominação (elaboração do con-

tal, como construção de diques e barragens à maré social. E muitas vezes os próprios trabalhadores, como consequência desta consolidação, consideraram a democracia como coisa dos burgueses.

Os direitos sociais e políticos permaneceram na sua forma individualizada em detrimento da socialização política objetiva dos trabalhadores. O indivíduo foi, desde sempre, o modelo dessa institucionalidade. A sociedade, pensada como somatório de vontades cívicas, não era chamada a tomar as mais fundamentais decisões, não indo além dos pronunciamentos eleitorais. Tentou-se restringir, tudo e todos, à esfera do individual, entendida como esfera do privado. Tentou-se restringir as formas associativas das classes subalternas, seja no plano sindical, seja no de outros elementos de organicidade daquelas classes, pela sua integração e subalternidade à lei do Capital.

Assim todo o trabalho de resistência que as classes subalternas realizaram, e realizam, sobre as manifestações orgânicas do Capital, mal e mal puderam dar conta dos encantos, fascínios e fetiches das classes dominantes. Tentou-se incorporar tudo e todos à lógica estatal. Contudo, essa lógica não é inquebrantável. E, se é verdade, como diz Toni Negri, que toda estruturação produz necessariamente seu antagonismo, o conjunto das classes subalternas construiu, ao longo do século passado e de boa parte deste, uma estratégia de resistência e de combate ao capitalismo.

A chamada experiência social real foi, em grande medida, a possibilidade máxima de articulação dessa resistência. Não importa a análise que façamos dela. O que importa é que, efetivamente, esse contraste, essa referência antagônica, apesar de suas óbvias limitações democráticas, atuou como elemento de comparação/organização, permitindo, assim, aos trabalhadores dar um passo adiante na sua luta.

A crise geral das décadas 70 e 80 rompeu o famoso compromisso fordista que se expressou no chamado *Welfare State*. Compromisso que podemos sintetizar na seguinte forma: os capitalistas não se preocupavam com altos salários, desde que, obviamente, as centrais sindicais não tentassem limitar os lucros dos capitalistas. Esse *gentlemen agreement*, ou *pacto social*, em larga medida exitoso, fez com que se tentasse incorporar os operários novamente à racionalidade capitalista. Por outro lado, o economicismo, típico do liberalismo, já tinha sido apropriado negativamente pelo pensamento socialista. Reduziu-se toda a poderosa navalha da crítica marxista da economia e da política a um mero conjunto de banalidades sobre a luta de classes. À dissolvente análise de Marx, emplacou-se o dogma stalinista. O marxismo de teoria da emancipação virou prática de planificação estatal e, assim, fez-se refletir o conjunto dos movimentos sindical e popular, para o campo econômico-corporativo, abandonando inteiramente a perspectiva do momento ético-político, ou seja, do momento de construção de uma nova racionalidade, de uma nova cidadania: a das classes trabalhadoras.

Na busca de soluções para a crise, caracterizada multifaceticamente pelos diversos movimentos em luta, o capitalismo reciclagem muito rapidamente sua racionalidade. O mesmo não ocorreu com as experiências socialistas. Sem nenhum compromisso que não seja o da acumulação - metaforicamente chamado de determinação objetiva do mercado - o

neoliberalismo se apresentou propondo uma redefinição radical das formas de gestão e de produção. Entendendo a crise - leia-se, as restrições impostas pelos trabalhadores e anteriormente aceitas, ainda que com restrições, durante o compromisso fordista - como produto de um «engessamento» das possibilidades de realização do capital o neoliberalismo propõe uma solução à la Alexandre Magno: ou seja, cortou o nó górdio com o gládio da violência classista. Produziu uma reterritorialização do trabalho. Vem quebrando, com êxito, o operário coletivo anteriormente produzido. O neoliberalismo buscou «reinventar» as formas tipo trabalho doméstico, qualidade artesanal, etc. Tratou, em suma, de quebrar os espaços fabris clássicos, produtores de uma socialização operária. Produziu o operário que, por medo da perda dos empregos, defende não apenas a produtividade do capital mas até mesmo a demissão dos seus companheiros.

Para que tudo isso se realize é, no entanto, necessário dar um passo além e refundar a própria cidadania capitalista. Realiza-se uma revolução passiva, no sentido gramsciano. E isto é uma condição vital. Se no início do capitalismo a cidadania era - ou se pretendia - expansiva, ela é agora restritiva - e necessita sê-lo. Cortam-se, destróem-se direitos sociais, asfixiam-se possibilidades de organização sindical, produz-se mutações no processo partidário e, acima de tudo, trata-se de desideologizar, de despoliticizar a luta. Tudo se passa como se ideologias, culturas, etnias, nacionalidades, em suma, o mundo cultural nada mais fosse do que peça de museu ou filme de Spielberg. Somos todos dinossauros, habitantes do *Jurassic Park*.

Como resposta a tudo isso, o movimento partidário, sindical e popular de esquerda sofre um profundo abalo. Na medida em que ele foi, muitas vezes, esquemático e sectário no período anterior, torna-se, agora, mais facilmente presa da ideologia da modernidade. Ideologia que nada mais é do que a atualização histórica do velho liberalismo. Mas em uma circunstância totalmente diferenciada: tudo se passa como se sequer existissem adversários.

Como já assinalamos, os países do socialismo real, reféns do economicismo e vítimas do voluntarismo politicista, são agora impotentes para sair da armadilha, da servidão em que voluntariamente se colocaram. Presos de uma teoria da planificação, negadora da subjetividade e da práxis das classes subalternas, eles sequer podem permanecer «socialistas».

Têm, agora, de usar os mesmos remédios do capitalismo. O fascínio das novas formas de gestão e das novas tecnologias progressivamente se substitui pelo pânico da destruição de todo um conjunto das classes subalternas.

Tudo isso tem levado a que os movimentos partidário, sindical e popular, de esquerda acabem por perder, e isso é decisivo, suas referências classistas, vagando assim sem norte no horizonte neoliberal. *Trata-se de um processo contínuo e crescente de integração passiva à ordem.*

A cidadania é aqui e agora em todo o planeta, o fetiche decisivo. Na América Latina, onde a democracia tem sido negada, na prática, e afirmada nos discursos dominantes, esse fetiche é fundamental no ocultamento da dominação. Os movimentos sociais acabam por tornar-se partidários de uma democracia que, se antes os incluía, pelo menos tornava possível essa inclusão. Hoje eles se defrontam com a quase nula possi-

bilidade de ter acesso, real, efetivo, ao mundo da política. O *fetiche* - somos todos homens livres, racionais, conscientes - *oculta a realidade efetiva*. Tendemos a ser, na realidade, pouco mais que figurantes na luta de classes, e damos legitimidade a um Parlamento que pouco a pouco deixa de ser um personagem real. Isso porque a maioria dos Executivos tende a governar por decreto, por medidas provisórias, obstaculizando ao máximo a intervenção da cidadania, mesmo que seja através de um Parlamento fragilizado. Lutamos para buscar construir alternativas de poder e de projeto para o conjunto da sociedade. Mas o fetiche é brutal e passa pelo controle monopólico dos meios de comunicação de massa.

3. Fetichismo e eleições. O contexto

Essa velha lição recebeu, no Brasil, uma forte e impactante complementação. Trata-se do fetichismo da moeda. Por um simples passe de mágica (ou melhor... de mídia) toda a profunda desigualdade social desaparece. *O real* (a moeda) *tem o poder de fazer sumir e ignorar o real* (a realidade). Toda a crise da economia e da sociedade parece sumir, evanescer. Parodiando Marx: tudo que é sólido, desmacha do ar. Uma inflação de 50% ao mês aparece como congelada. O dólar passa da casa dos Cr\$ 3 mil para a dos R\$ 0,85. Os empresários fazem promessas e juras de eterno amor ao plano (pelo menos até dezembro!, afirmaram). A sociedade, embalada no doce canto do fim da inflação, sonha sonhos de estabilidade, paz e crescimento econômico.

Qual é o segredo desta pirotecnia mirabolante de alta competência? Por que depois do ex-ministro da Fazenda (Fernando Henrique Cardoso - o FHC) ter deixado a inflação saltar dos 25% para atingir o patamar dos 40% ao mês, se atinge índices tão privilegiados de inflação «tendendo» a zero? Qual o elemento que subitamente «modificou» o comportamento dos dominantes? A resposta pode ser encontrada no fato de que travava-se uma eleição que decidiria sobre o destino da sociedade. Tratava-se do embate entre dois grandes projetos. Um que apontava para o aprofundamento da chamada sociabilidade do mercado, negadora da história, afirmadora de uma racionalidade que necessita explorar e oprimir: o neoliberalismo. E, o outro, que reafirmava a perspectiva da reconstrução da vida social e o estabelecimento de um novo projeto civilizatório: o democrático-popular.

Quais são as condições histórico-culturais que permitiram toda essa montagem? Como e por que, para além das determinações globais já examinadas, foi possível reverter as imensas expectativas populares de transformações sociais em pouco mais que pô?, que muda magicamente as tendências das «pesquisas» de opinião mudarem em 180 graus em menos de dois meses?

A primeira consideração a ser feita refere-se ao predomínio das relações sociais servis no Brasil. Vale dizer: relações pré-capitalistas onde a noção de direitos praticamente inexistem e onde o poder dos grandes proprietários - seja a burguesia financeira, agrária, industrial ou mercantil - é praticamente intocável. Onde a lei se paraliza diante dos portões da propriedade. Na imensa maioria do campo brasileiro o latifúndio, o

trabalho servil - quando não escravo - são a normalidade. Apesar da escravidão ter sido, formalmente, eliminada em 1888, ela permanece atual. O processo de consolidação das formas capitalistas no campo alterou fundamentalmente a estrutura agrária mas não alterou as formas de dominação política. Trabalho servil e curral eleitoral permanecem. As ilusões de que a capitalização do campo traria, necessariamente, a liberalização e a democratização das relações sociais é, no máximo, um piedoso desejo.

O fundamental, contudo, é a presença de relações servis na totalidade da nossa sociedade, mesmo no espaço urbano metropolitano. Verificamos com a maior facilidade que o que há de mais «moderno» no Brasil decorre, e tem como condição de sua existência, a permanência do chamado «atraso». Essas relações são fundamentais para a perpetuação da relação capitalista, dita moderna. O conjunto das relações trabalhistas é um claro sinal disto. Direitos sindicais são pouco mais que desejos. A ignorância e a violência dão a tônica do processo social. Mesmo nas grandes cidades a situação não é diversa. Os sindicatos não conseguem ultrapassar as portas das fábricas, empresas, bancos. O Brasil chegou a ser a oitava economia capitalista do mundo sendo, ao mesmo tempo, e necessariamente, um dos mais baixos salários mínimos do planeta; campeão da concentração de renda e, também, da fome e da miséria.

O direito mínimo à sindicalização ainda é bastante reprimido. No caso do sindicalismo docente o problema é bastante grave. Bastante ilustrativa é a brutal repressão nas universidades particulares. Os docentes que tentam organizar-se sindicalmente são não apenas demitidos, mas entram na chamada «lista negra». (1) A impossibilidade, por exemplo, dos sindicatos de poderem entrar nos locais de trabalho demonstra claramente a onipotência do empresariado.

Pensemos a situação dita moderna: generaliza-se a precarização das relações de trabalho, a desconstrução do trabalhador coletivo e com isso se acelera um processo de tentar destruir os sindicatos. Estes, presos à necessidade de atender a seus associados, enfrentam quase duas décadas de crise e recessão. A racionalidade capitalista os empurra para o campo econômico-corporativo e, assim, tenta afastá-los das grandes lutas sociais e políticas. Trata-se, na prática, de uma integração passiva à ordem.

Elemento básico nesse processo é a miséria da população. Esta não é, apenas, e necessariamente, a miséria material, já por si efetivamente genocida. Uma das facetas mais brutais dessa miséria é a formação cultural e política. Não estamos falando das pequenas cidades, mas de São Paulo, do Rio de Janeiro, das grandes metrópoles. Aqui a política do clientelismo permanece: *a cultura do «favor»*, entendida como se a prestação dos serviços sociais estivesse à mercê da vontade dos poderosos, é a parteira do cotidiano das classes subalternas. O desconhecimento mínimo das condições urbanas e dos direitos sociais leva a que a maioria dos migrantes internos, *espécie de exército industrial e eleitoral de reserva*, veja na distribuição de cartas de apresentações de políticos o único modo de acesso a serviços sociais que já estão a seu alcance. Se soubessem disso, é claro.

Nas grandes cidades se montou uma rede de informações que passa pelas bancas de jornal, pelas igrejas, pelos políticos

municipais. Verdadeiras dinastias de vereadores nas grandes cidades se criam só pela distribuição dessas cartas de apresentação para «garantir» o acesso aos serviços públicos. Isto para não se falar na rede de narcotraficantes, escolas de samba, elementos da polícia (seguidamente denunciados) que garantem a perpetuação dessa situação e, em alguns casos, a existência de um estado dentro do estado.

4. A fenomenologia eleitoral

Neste contexto, as eleições de 1994 foram decisivas. Ao mesmo tempo, a população, submetida ao voto obrigatório, tinha que decidir - em um mesmo dia e no mesmo momento - o presidente da República, governador de todos os Estados, dois senadores por estado, deputados federais e deputados estaduais. Uma verdadeira *indigestão de opções* feitas na base da mais radical *frugalidade de informações* qualificadas e do mais alto *coquetel de manipulação*: o caso do Real é absolutamente típico.

Na realidade, a mídia, em especial a Rede Globo (2), transformou toda a riqueza da luta social no puro espetáculo da escolha da presidência, em um tudo ou nada, em um vale tudo ideológico. Os poucos debates políticos entre os candidatos foram neutralizados pelas suas regras, que não permitiam o confronto entre os candidatos. Assustados com a possibilidade da reedição ampliada da luta da Frente Brasil Popular, o conjunto das direitas brasileiras (na sua ampla diversidade) teve clareza

que ele (Lula) seja derrotado mais uma vez - e somente nós, jornalistas, custamos a perceber isso". (p.40)

O primeiro elemento da legislação eleitoral permitiu às empresas aplicar até 2% do seu faturamento operacional bruto no financiamento de campanhas eleitorais, sem que elas sejam obrigadas a divulgar o nome dos candidatos que apóiam, o que, além de garantir a eleição dos deputados e senadores «amigos», permite a um só tempo «apagar» a sonegação de impostos, proceder o desconto do imposto de renda devido e, suspeitam muitos, até mesmo legalizar o reingresso de dinheiro que estava no exterior. Essa mesma legislação, que permitia o apoio das empresas, tornava impossível, e isso é fundamental, caracterizar-se estelionatos do tipo daquele que levou ao *impeachment* de Collor. Por efeito da lei, todo o esquema de corrupção da vontade popular é tornado legal, ou pelo menos coberto pelo manto da legalidade. Ao mesmo tempo, «com grande indignação», e usando-se essa mesma legislação, se declarou Lula cri-



minoso por ter usado um carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. E, ao mesmo tempo, serviu como estratégia para a direita golpear a CUT. Tentou-se de todos os modos e maneiras colocar Lula na defensiva. Encurralá-lo.

Por um segundo mecanismo, feito por legislação complementar, transformou-se o programa eleitoral gratuito - que poderia democratizar o acesso do conjunto dos partidos à televisão - em uma reedição da Lei Falcão. Na cultura política brasileira se chamou Lei Falcão, produto do cérebro dos burocratas da ditadura, àquela medida legal que reduziu o programa eleitoral gratuito em um simulacro da apresentação, imóvel e despoliticizada, dos currículos dos pretendentes aos cargos eletivos. Agora essa reedição da Lei Falcão proibiu a apresentação de cenas das campanhas, dos discursos, ou mesmo a apresentação de apoiadores políticos dos candidatos. Ainda nas palavras de Noblat: "A esperança do PT de repetir na televisão a performance de 1989 foi cortada pela raiz. Sob o pretexto de moderar os gastos da campanha, o Congresso aprovou uma lei de propaganda feita sob medida para prejudicar o PT. Ela matou o que o PT tinha de mais forte: a criatividade". (p.40). Estas análises foram publicadas em setembro, antes, pois, do momento propriamente eleitoral. Não buscava explicações de ocasião para a derrota.

Com essa lei de propaganda, apagou-se, efetivamente, a possibilidade do campo democrático-popular, alvo dessa legislação brutal, mostrar seu potencial de mobilização. Ao mesmo tempo, no dia-a-dia da campanha, o candidato do sistema, FHC

de que tinham que deter qualquer possibilidade de mudança. O que, na realidade, estava em questão era a possibilidade ou não de transformação da dinâmica da nossa vida política. Por isso, é preciso que se diga, com toda clareza, ocultava-se que a questão central era o embate entre os projetos políticos neoliberal e democrático popular.

Nesse clima de *paraíso artificial*, a televisão, em particular, e a mídia impressa, em geral, intervêm, condicionam, constrém opções, manipulam. A objetividade da notícia é mera aparência. O opinionismo de editorialistas e articulistas, como tendência, suprime a informação rigorosa. As eleições foram então, consequentemente e multiplamente, deformadas. A legislação eleitoral teve papel decisivo. Nas palavras de Ricardo Noblat (Revista IMPRENSA, ano VII, nº 84, setembro de 1994), foram "criadas com engenho e arte todas as precondições para

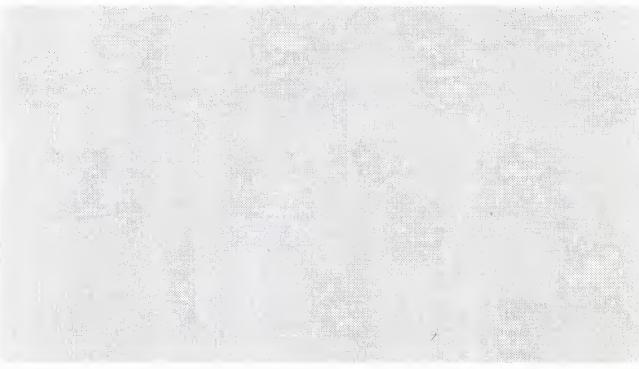
ocultava seus aliados (Marco Maciel, ex-ministro da Ditadura e candidato a vice-presidente na chapa de FHC, nunca apareceu no programa eleitoral. Nem poderia: era um dos mais conspícuos políticos da ditadura; o mesmo se dava com Antônio Carlos Magalhães - ACM -, governador da Bahia e também «filhote» da ditadura). Em regime político que se diz pluralista, impedir o pleno conhecimento, por parte da população, de quem apoiava que candidato nesta eleição foi a norma. Ocultar o indefensável foi uma poderosa estratégia de campanha.

As provas mais evidentes do uso da máquina estatal foram parabolicamente comprovadas, mas tudo acabou em samba. Em episódio, só possível diante da brutal prepotência das oligarquias combinadas aos meios de comunicação de massa e aos setores industriais e financeiros, vê-se o Rubens Ricupero, Ministro da Fazenda, confessar publicamente que ele se tornara o «grande eleitor» do outro ex-Ministro (Fernando Henrique). Confissão que colocou claramente o papel da mídia televisiva:

ta, ganhando menos de US\$ 30 dólares, as caravanas, acompanhadas pela mídia, travam o debate político e aprofundam a construção do programa de governo. Na prática, foi a possibilidade de irrupção dos excluídos da cidadania na cena política. Nada mais perigoso e desagradável para aqueles que governam secularmente o Brasil. A resposta do governo foi rápida: a caravana da cidadania se seguia uma outra: a do Real. O governo passou, imediatamente, a distribuir dinheiro pelas municipalidades visitadas por Lula. Vale dizer: o governo buscou «comprar» os votos especulando sobre a miséria do conjunto da população e sobre a miserabilidade e a permanente dependência dos orçamentos municipais.

Diante da ameaça concreta de perder o comando do Estado - atenção! não estamos falando em perda do poder -, se montou o mais amplo arco de alianças já vivido na política brasileira. Contra o projeto democrático-popular e sua candidatura, juntou-se o mais diversificado arco ideológico: lado a lado perfilaram-se o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), os setores mais concentrados da direita - Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O PSDB é caso único no mundo: é a única «social-democracia» que embora (ou quem sabe, por isso mesmo) não tenha expressões operárias de relevo tem, pelo contrário, uma ampla corte de empresários e patrocina o projeto neoliberal. A modernidade reacionária se fazia aliada da social-democracia. Maciel, ex-ministro da Educação da ditadura, e ACM, este último «proprietário» do Estado da Bahia, duas vezes governador e ministro da «Nova República», ambos do PFL. Lado a



Ricupero afirmou que anteriormente a TV Globo tinha feito todo o papel propagandístico. A TV Globo, essa poderosa máquina de conformação ideológica - que por si só mereceria um estudo profundo -, ao colocá-lo agora na tela, como se fosse coisa técnica, como se fosse algo natural e ético, permitia a ele, ministro, fazer o papel de propagandista sem desgastar o monstro televisivo. «Foi um achado!», disse o Ministro.

Captada a fala pelas antenas parabólicas, o governo e a televisão transformam o ministro em santo. Falaram em esgotamento nervoso, embora o próprio personagem afirmasse «não ter escrúpulos». E acusaram a Frente Brasil Popular de oportunismo por denunciar o fato. Se tudo acabou em samba no Brasil, se Ricupero apareceu como estando sofrendo um brutal processo de estafa, o mesmo não ocorreu no exterior. Ele viu, assim, abortar a sua oportunidade de ser o Presidente da Organização Mundial do Comércio, revalorizando, sem o querer, a candidatura mexicana de Salinas.

No processo dessas eleições se produziu uma das maiores invenções políticas do ponto de vista das classes subalternas. A Frente Brasil Popular patrocinou as chamadas Caravanas da Cidadania. Ao invés de permanecer nos grandes centros urbanos, essas caravanas percorreram o conjunto do país e travaram o diálogo, vivo e presente, com os despossuídos. Colocou-se (pelo menos se tentou) ampla e abertamente, o problema da fome face a face ao conjunto da população que tem poder aquisitivo, que vive sob a regulação do mercado. Em um país onde um terço da população vive abaixo da faixa da miséria absolu-



lado, com um sofisticado intelectual que sempre passara como sendo de esquerda, juntou-se o que havia de mais reacionário. Quase todos os políticos do período ditatorial ficam ao lado do candidato social-democrata (sic). Para fazer frente à Frente Brasil Popular, o PSDB e o PFL juntam-se ao fisiologismo mais declarado: o do PTB. Tal foi o arco da frente Anti-Lula. Tudo isso coroado pela já citada TV Globo, que possui o mais amplo monopólio televisivo do Brasil e um dos maiores do mundo.

A Frente Brasil Popular se estruturou sob a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) e articulou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Popular e Socialista (PPS). O PT, partido majoritário da esquerda brasileira, com ampla base de massa, dos movimentos sindicais e populares até a universidade, passando por setores de esquerda da igreja católica e o movimento estudantil; o PCdoB, ex-albanês, tem

uma inserção relativa nos movimentos sindical, popular e estudiantil; o PSB, expressão de profissionais liberais democráticos; o PCB, tentativa de reconstrução do velho partido de inspiração russa e PPS, antigo PCB «modernizado, renovado».

Este foi o campo de possibilidades nos quais se moveu esta eleição.

O Plano Real, de mera política de estabilização passou a ser o mais profundo choque heteroxo já proposto pelos governantes. O Real foi a mais eficiente tentativa de *construção da esperança* (despolitzada e despolitizante), um verdadeiro *choque de ilusão* que acabou por criar a imagem de um *paraíso artificial*: a de que realmente tudo caminha para a realização de um futuro de progresso constante. A rigor não era uma realidade radical. Várias vezes os governos anteriores tinham feito essa experiência. O que realmente apareceu de novo no Real foi a aparência de ter sido debatido com a sociedade. Enfim, aparentemente, se «realizava» a velha promessa de Collor: estávamos a caminho do primeiro mundo. A televisão, em particular, e a mídia impressa, em geral, trataram de intervir pesadamente, condicionaram, manipularam. A objetividade da notícia foi a aparência da desinformação. A mídia atuou na brutal desqualificação dos projetos, na banalização dos eventos, na diminuição da política. Acima de tudo, a eleição foi marcada pelo Plano Real. Diga-se, de passagem, que deste plano se implementou apenas um primeiro momento: o da estabilização.

As eleições para o Senado, para a Câmara de Deputados e para as Assembléias Legislativas foram apenas senão coadjuvantes do grande espetáculo do plebiscito presidencial. A campanha televisiva foi um *show* a parte. Currículos e fotos, utilização indiscriminada do nome de Deus e do Real, de preferência profundamente associados, tudo isso substituiu o debate político - tornado mudo, opaco. Assistiu-se a um espetáculo em que a idéia de política, já levada, pelo comportamento da maioria dos parlamentares e pela manipulação neoliberal, ao máximo do descrédito, atingiu o paroxismo do ridículo. Na realidade, foi um dos maiores ataques à vida política, legitimando um enorme desprezo popular pela política: todos são iguais, farinha do mesmo saco, disse repetidamente a população. O que não impede, contudo, de que candidatos sejam eleitos e legislem sobre o futuro do Brasil.

Elemento considerável nesse processo foi a enorme fragilidade regional das estruturas partidárias e das forças de oposição. Se do lado das forças governistas assistimos ao mais amplo e competente arco de alianças conservadoras da história política brasileira, do lado democrático e popular enfrentou-se enormes dificuldades para fazer frente à barragem ideológica do Plano Real e da idéia de portadores da esperança. Os opositores a FHC apareciam como se fossem antipovo e pró-inflação. Enfrentar essa *mistificação* exigia mais competência da que foi possível apresentar. Contra aqueles que se apresentavam como portadores da esperança só era possível apresentar a crítica, correta no essencial, do estelionato eleitoral.

As eleições que, tradicionalmente, eram decididas nas urnas, foram agora vencidas nas famosas pesquisas de opinião. Mostrou-se com o máximo de rigor a estratégia das pesquisas de opinião. Pouco a pouco, na medida em que o chamado Plano Real ia ganhando corpo, com os compromissos realizados

entre os dominantes de autolimitação da busca desenfreada dos lucros - mas sem efetivo controle de preços -, com o congelamento da cesta básica (3), com a brutal repetição da propaganda, com a anulação das críticas ao Plano (como «antipatriótica» e «antipovo») foi sendo construído o consenso do sucesso do Plano.

O IBOPE, uma das maiores empresas de opinião pública - e não foi a única -, foi contratada pela direção da campanha de FHC para montá-lo como Anti-Lula: ela pesquisava o que o candidato deveria falar, o que aparentar, etc. E, ao mesmo tempo, publicamente «pesquisava» a opinião pública. Certamente se poderia perguntar pela ética. Mas isso não é, para quase ninguém, um ingrediente necessário.

O processo eleitoral levou a idéia do fetichismo ao máximo. O processo eleitoral, que, em tese, deveria ser esclarecedor, criou as condições do occultamento generalizado do real (da realidade, não da moeda). O fragmento manipulado tornou-se o único a considerar. O instante fez esquecer a história. O conjunto do Movimento social organizado deve compreender a lição e intervir para buscar impedir que a transformação de uma ilusão impeça a possibilidade de um processo de transformação da sociedade. Não é mais possível levar a sociedade tranquilamente para o fracasso. O procedimento pragmático das classes dominantes e a lição dos outros planos não nos permitem ilusões.

Ao polarizar e reduzir toda a campanha eleitoral ao falso debate LULA X FHC, os dominantes, e seus aliados, conseguiram impôr a mais brutal desinformação política. Nada foi permitido em termos de clareza política e debate efetivo de programas. Comprovando isto, Lula e FHC, por exemplo, apareceram votados para deputados federais e/ou estaduais. A abstenção foi da ordem de 16.776.486 eleitores. Votos nulos e brancos somaram 14.639.227. O que percentualmente significa 33,15% dos eleitores que não manifestaram sua preferência. São dados que ocultam uma série imensa de fraudes, onde os votos brancos muitas vezes são transformados em votos para este ou aquele candidato. Dos demais eleitores, 33%, aproximadamente, votaram em FHC, 17% em Lula e os demais candidatos obtiveram cerca de 13%. Essas eleições selaram, ponto final, a vida política de candidatos como Brizola e Quêrcia.

A desinformação e um elevado coeficiente de votos ultraconservadores deram a Enéias Carneiro, que para muitos era, apenas, o caricato candidato do Partido de Renovação da Ordem Nacional (PRONA), um terceiro lugar nas eleições nacionais. Falando uma linguagem de extrema direita e abusando de um nacionalismo não popular, ele deixou de ser um obscuro participante da cena brasileira para poder comandar essa opção à extrema direita. O general Newton Cruz, militar identificado com a ditadura, ficou em terceiro lugar no Rio de Janeiro e, no Espírito Santo, um obscuro cabo Camata (beneficiado por ter o mesmo nome de um ex-governador e atual senador) vai para o segundo turno naquele estado. São indicadores de uma articulação mais à direita, de corte fascistóide, que surge do desespero da população cansada da violência urbana.

O resultado das eleições nos coloca diante de desafios cada vez mais agudos. A possibilidade de um clima fascistóide ronda o horizonte político. Para derrotar Lula e a Frente Brasil Popular, a direita construiu um arco amplíssimo que, certamente,

fugirá ao controle de FHC. O cenário é preciso, ainda que possam existir algumas variantes aparentemente menos perversas. Ele apresenta características menos interessantes: derrota eleitoral para a presidência, vitórias localizadas para governos de estados e ampliação das bancadas parlamentares.

A vitória de FHC veio no primeiro turno. Ela representou um golpe violentíssimo na política brasileira. Mas elas apon tam limitações para o novo presidente. E indicam ao campo democrático-popular um conjunto de enormes tarefas e responsabilidades. Não se trata da simples contabilidade de perdas e ganhos. A vitória do projeto neoliberal na campanha para a presidência agudiza nossas dificuldades. Vitoriosa, a direita reacionária, e/ou conservadora, busca consolidar o projeto neoliberal. E contará com o apoio de setores ditos social-democráticos e que antes se colocavam no centro da arena política. O projeto neoliberal atuará duplamente: reforçando a já fantástica dominação capitalista mas, também, e principalmente, no sentido de impedir os avanços do campo democrático popular. Isto se dá de forma contraditória. Se, por um lado, avançam as forças neoliberais, por outro, os votos pró-Lula correspondem a um eleitorado que votou com consciência. O mesmo não ocorre com os votos dados a FHC: eles são a soma das rejeições e das ilusões.

5. Os cenários possíveis

5.1. A ação governamental

Passadas as eleições, vemos o Plano Real «fazer água»: o desabastecimento, o ágio, o mercado negro, são as consequências da pseudoliberalidade de mercado exercida por aqueles que dominam a estrutura oligopolista, tanto no setor produtivo industrial, quanto no de comercialização. Ao invés de controlar esses setores, o governo vem favorecendo-os com tratamento fiscal privilegiado. O Plano, como era de se esperar, não consegue deter a inflação. Não fora feito para isso. As velhas explicações para todos os fracassos anteriores voltam com a mesma linguagem: «demanda aquecida», «bolha de consumo», «resquícios da ilusão monetária», etc. Tudo se passa como se um país em que mais de 30% da população vive abaixo da faixa de miséria fosse «consumista». As medidas de combate a essas «demanda aquecida» e «bolha de consumo» são, também, as mesmas: política de restrição do crédito, aumento da taxa de juros, controle dos consórcios, etc.

Logo após a eleição, a inflação já retomou sua espiral. Em outubro, em São Paulo, a inflação atingiu 3,17%. A previsão é de chegarmos aos 25% no período julho 94-janeiro 95, mantendo o salário congelado por um ano. E, pouco menos de um mês após as eleições as pesquisas sobre o custo de vida indica (*Folha de São Paulo*, 8 de novembro, p.2-1) que em pelo menos 13 capitais o salário mínimo não pode mais garantir a compra do essencial. Apenas em outubro (o mês da eleição) o aumento da cesta básica variou de 14%, em Brasília, capital federal, à 3,24%, em Vitória, no Espírito Santo. Com a «estabilização» reduzida apenas ao congelamento dos salários esse aumento de 14% é absolutamente monstruoso.

Que se pode esperar deste conjunto de medidas? E a quem elas afetam? Não parece haver maior dificuldade na resposta.

Elas afetam os de sempre (os assalariados, os miseráveis) e ampliam a faixa da exclusão social. Como? O conjunto dessas medidas implica um claro horizonte de recessão, aumento do desemprego, nenhuma garantia de estabilidade dos preços. Quanto aos salários, eles são intocáveis: subir, jamais! Como dizem e querem os neoliberais.

A ameaça da revisão da Constituição está evidente. A maior parte dos candidatos a presidente afirmou que o plano necessaria dela para se manter. Os neoliberais, ainda que travestidos de modernidade social-democrática, insistem em que a Constituição como está torna o país ingovernável. Irracional, ele já é, segundo o ex-ministro Ricupero. Assim, a Revisão busca dar uma racionalidade ao Brasil. A racionalidade neoliberal da eliminação dos direitos sociais, da desregulamentação do trabalho, etc. Para obter essa revisão, apesar de ter um congresso conservador, FHC busca conseguir obter um quorum menor para uma revisão em uma clara manobra anticonstitucional.

A redefinição dos projetos sociais de saúde, educação e, segurança está colocada. A privatização avança celeremente sem que, obviamente, a sociedade tenha visto melhorias na sua condição de vida.

Sobre a educação, os assessores de FHC dizem ser desnecessário obter maiores recursos: basta racionalizá-los, isto é, trata-se de desconstruir a rede nacional das universidades, por exemplo, para construir centros de excelência vinculados aos grandes projetos do Capital, transformar a universidade em balcão de pesquisa para a empresa privada. Na universidade pública já se trabalha, hoje, com a idéia de «encubadoras» de empresa: com os recursos sociais se montam empresas no interior das universidades e, se estas se revelarem rentáveis, são passadas para o controle do capital privado. Fala-se, com alta probabilidade de que isso ocorra, que a nova equipe governamental proponha que as universidades sejam transformadas em meras repassadoras de conhecimentos já produzidos e que mesmo nas principais universidades apenas alguns laboratórios e doutores que tenham «reconhecimento» internacional terão acesso a financiamentos. Os demais, mesmo em universidades conceituadas, serão transformados em professores reprodutores e não investigadores. Fala-se também em passar o Sistema de Universidades Federais para o Ministério de Ciência e Tecnologia, o que permitiria abocanhar para outras finalidades os recursos constitucionais para a educação.

Sobre a Seguridade, o novo governo pensa em aplicar a chamada Fórmula 95. Some-se a idade do assegurado quando começou a descontar para a previdência ao tempo de trabalho que já descontou. O resultado subtrai-se de 95 e aí fica claro o quanto ainda tem que continuar a trabalhar para poder se aposentar. Alguns, e serão muitos, morrerão antes de poder se aposentar. Além disso, só será assegurada a aposentadoria até um certo número (baixo) de salários mínimos. Some-se a isso a privatização. Quem quiser uma aposentadoria maior deverá recorrer às seguridades privadas. Assim se transfere para o capital privado uma enorme quantidade de capital social com a vantagem extra, para o governo e para os capitalistas, de não serem gastos com os trabalhadores o que efetivamente já contribuíram. Nós já conhecemos o resultado: basta examinarmos a experiência chilena.

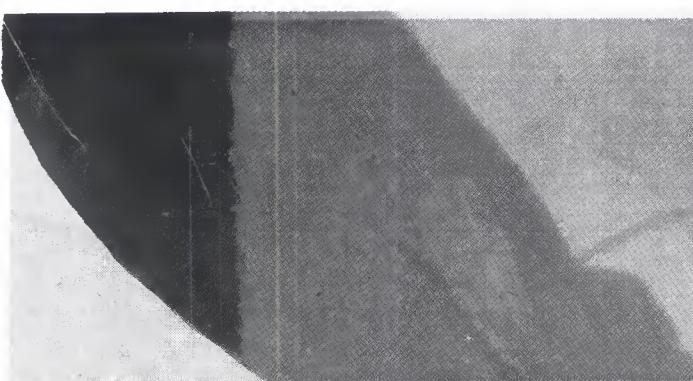
5.2. O campo democrático-popular

As contradições entre os próprios dominantes e as tensões decorrentes da implementação do neoliberalismo criam e fortalecem nossa capacidade de intervir politicamente. A luta contra essa política ampliará nossas condições de intervenção no cenário político. Temos que clarificar nossa estratégia. Nossa campo de ação está limitado, por um lado, pela ampliação da luta via movimento social e, por outro, pelo privilegiamento da luta no espaço institucional. Contudo, nenhuma dessas duas posições polares resolve a questão. Urge reforçar o campo democrático-popular. Esse campo se constrói a partir da combinação de luta do movimento e luta institucional com a prevalência da primeira. Sabemos das grandes dificuldades da atuação no Parlamento. A construção continuada do projeto democrático-popular, construção que envolverá nossa profunda ligação com os movimentos de massa, será elemento de ar-

militância. Esta só foi decididamente convocada quando tudo parecia perdido. As flexibilizações do discurso para atrair as famosas classes médias tiveram um efeito desmobilizador. Esse apoio não foi obtido e, efetivamente, se perdeu a ênfase que o partido sempre teve no campo dos movimentos sociais organizados. Vencer as ilusões eleitoralistas é passo decisivo para reencontrar o caminho da luta social.

Faz-se necessário, mais do que nunca, travar uma profunda luta de resistência política para impedir que o aprofundamento do projeto neoliberal se concretize. Resistência, sabemos todos, não se confunde com passividade, com inércia. No campo democrático-popular se colocava a tarefa de construir um projeto alternativo. Esse projeto é elemento de articulação das lutas sociais. É o norte político necessário para a continuidade da luta. A construção desse projeto democrático-popular deverá ser a oportunidade não apenas de aprofundar nosso conhecimento sobre a realidade mas de poder concretizar nossa intervenção política.

Trazer para a cena política os desorganizados, a maioria da sociedade nacional que estão objetivamente fora do mercado, é a tarefa decisiva. Para tanto, mais do que nunca, o caminho é o da construção da identidade das classes subalternas e a explicitação dos seus mecanismos de luta. Cair no canto de sereia de modernidade é sucumbir à indiferença, ao mais do mesmo, enfim, à subordinação acrítica aos projetos dos dominantes. Nós, do campo democrático-popular, ou trabalhamos no sentido de fazer avançar, molecular mas firmemente, um processo de hegemonia democrática, ou então caminhare-



ticulação, permitirá aos setores populares fazer frente aos avanços dos neoliberais travestidos de modernidade social-democrática.

A direita, grande parte da mídia e uma boa parte de membros da Frente Brasil Popular sabem disso e, por isso, insistem na tese de que Lula é maior do que o PT e que perdeu as eleições em grande parte devido aos radicais de esquerda do partido, os xiitas. Tenta-se, desde logo, pôr os setores mais combativos no canto do ringue, aterroriza-los, culpabilizá-los. Desde logo a direita busca obter, de parte do PT, a flexibilização do discurso democrático-popular. A flexibilização da luta dos setores populares. Os velhos analistas colocam, como sempre, que o PT e a Frente Brasil Popular perderam as eleições por causa dos radicais, pela intervenção nefasta dos que reivindicam o socialismo. Busca-se formar com os moderados do PT e da Frente um meio de campo que permita criar a famosa governabilidade. Mais uma vez vai se tentar a chamada tática do violino. Segura-se com a esquerda e toca-se com a direita.

Os erros da campanha, e foram muitos, passam a segundo plano. A aceitação das pesquisas, seja quando, aparentemente, se estava na frente, seja quando se constatou que, de fato, se perdera a liderança do processo, foi fatal. A crítica ao real, ou a sua minimização, foram decididas pela crença nas pesquisas e não por uma análise política real. O modo com que se fez os programas de rádio e televisão, a falta da famosa emoção petista, contribuíram em grande parte para a desmobilização da



mos para o mais brutal aprofundamento da crise social. Pequena nação, grande empresa não pode ser a palavra de ordem para a sociedade.

As eleições colocaram assim, de forma radical, para todos nós, o velho desafio edipiano: decifra-me ou devoro-te!

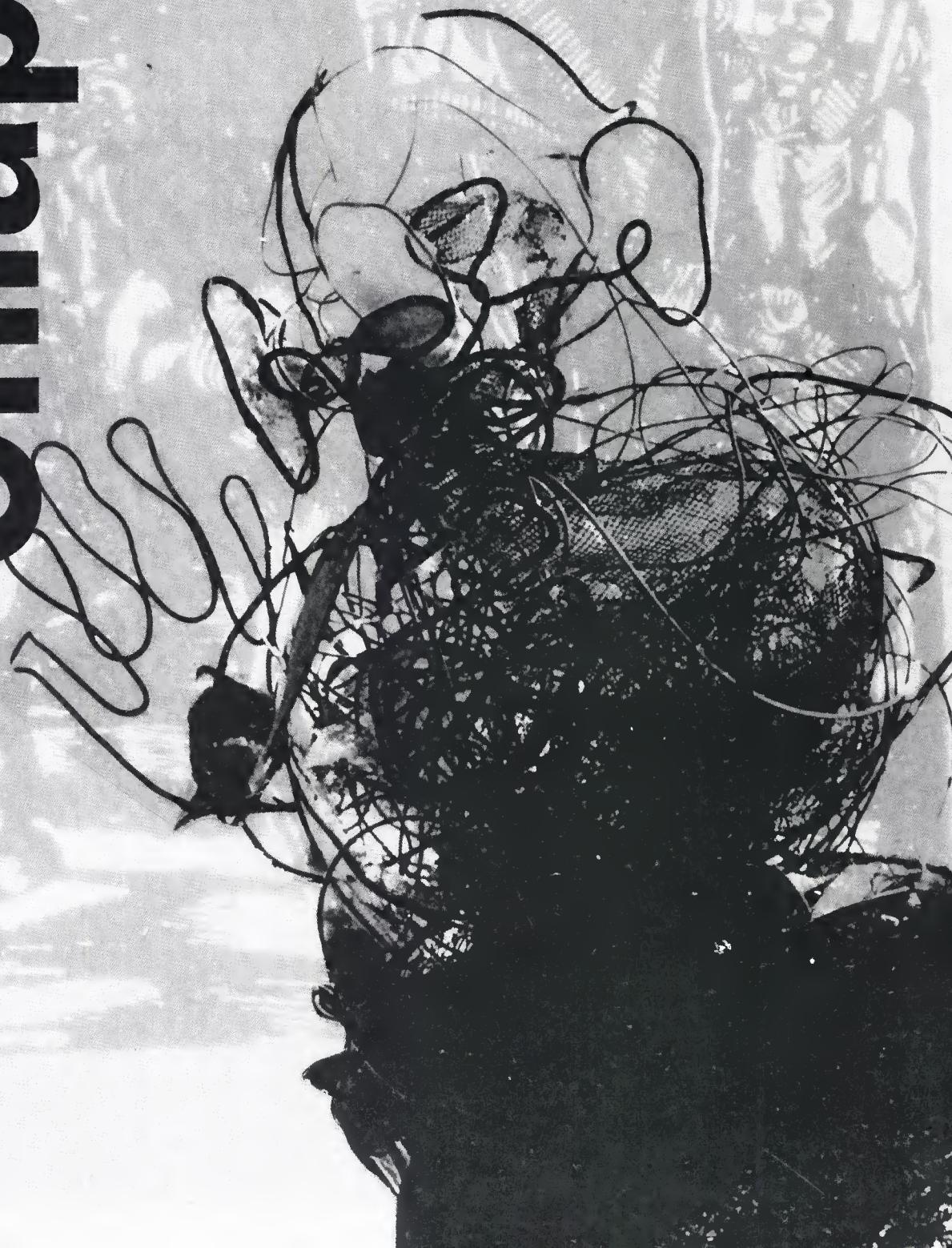
Notas

(1) Lista de trabalhadores que, por sua atuação político-organizativo-sindical, têm sua contratação impedida, pura e simplesmente.

(2) Que, na prática, tem um monopólio de audiência: cerca de 90%.

(3) Pelo decreto-lei 399 de 30 de abril de 1938 a ração básica garantida pelo salário mínimo era: 6 kg de carne, 4,5 kg de feijão, 7,5 l de leite, 3 kg de arroz, 1,5 kg de farinha de trigo, 6 kg de batata, 9 kg de tomate, 6 kg de pão, 600 g de café, 7,5 dz de banana, 3 kg de açúcar, 900 ml de óleo e 750 g de manteiga.

chiladas



los límites del neoliberalismo

s
á
p
a
chi
a

James Petras*

* Sociólogo americano, é um dos mais importantes críticos progressistas da atualidade, tendo integrado o Tribunal Bertrand Russell contra a repressão na América Latina. Professor da Universidade Estadual de Nova Iorque (Binghampton), esteve em março último em Porto Alegre a convite do Movimento dos Sem-Terra, e acaba de publicar no Brasil a coletânea *Ensaios contra a Ordem* (ed. Scritta/Página Aberta). O texto que apresentamos a seguir é a transcrição de uma conferência proferida em Barcelona, em fevereiro de 1994, reproduzida com a permissão pessoal do autor. Aqui, Petras sustenta que os levantes recentemente ocorridos em diversas partes da América Latina, com destaque para a insurreição armada de Chiapas, não seriam expressão de uma suposta "crise" do capitalismo, mas, antes, uma resposta de movimentos populares ao seu êxito, o que só é possível com a marginalização econômica e política de multidões e a presença de um estado opressivo controlado por uma minoria privilegiada.

Existe un proceso de recuperación de las fuerzas populares, no sólo en España, también en otras partes del mundo.

Los guerrilleros de Chiapas, el levantamiento urbano en Santiago del Estero en Argentina, la huelga general del 27 de enero aquí¹, forman parte de un patrón mundial. De alguna manera son respuestas diferentes al mismo sistema liberal y todas estas actividades extraparlamentarias están atacando regímenes electorales que actúan de forma autoritaria para imponer la política liberal.

Lo que es importante de los casos mencionados es que las luchas más prolongadas y más radicales son las que están teniendo efectos más eficientes. Si analizamos los tres acontecimientos veremos que los guerrilleros forzaron al gobierno de México a entrar en negociaciones provocando un debate nacional que está afectando a todos los sectores sociales y políticos mexicanos. En el caso de Santiago del Estero incendiaron el Ayuntamiento², tomaron los poderes judiciales, hicieron presión sobre la municipalidad y consiguieron las

reivindicaciones, los salarios atrasados. Y la huelga general en España tiene el efecto de energizar a la población, pero todavía no hay ninguna respuesta por parte del gobierno. Esto, me parece, son puntos de reflexión.

Los aspectos generales relacionados con lo que estamos discutiendo quiero mencionarlos telegráficamente. El primer punto es que los sistemas electorales no responden a las exigencias mayoritarias, no son vehículos efectivos para realizar reformas sociales y están perdiendo credibilidad porque marginan a las mayorías. Eso son observaciones, no son deducciones ideológicas. Hay una brecha creciente entre la clase política electoral y los movimientos sociales en la sociedad civil. Y dentro de esta brecha hay que analizar la deslegitimación de los políticos, que también es un fenómeno generalizado que está muy presente en Chiapas, pero forma parte de los patrones mundiales.

Frente a estas realidades tenemos que decir que el derecho de rebelión está presente no sólo en los indios oprimidos durante quinientos años, porque la lucha

de Chiapas tiene una trascendencia más allá de grupos étnicos y regiones específicas. Los mismos zapatistas han hecho una llamada a la población en general para una rebelión nacional dirigida contra los diez años de política regresiva del neoliberalismo. Hablan de una marcha hacia la ciudad de México. En todos los municipios mexicanos hay movilizaciones de movimientos sociales de solidaridad. Solidaridad con la rebelión zapatista pero también solidaridad por esas mismas reivindicaciones en todas partes de México.

El movimiento zapatista está dirigiendo hacia cambios en el sistema político nacional, está buscando vincularse con movimientos sociales a través de todo México, no busca sólo la revolución en una provincia.

El hecho de que exista un movimiento guerrillero en Chiapas representa una ruptura con el mito que está circulando por Centroamerica y en todas partes entre la izquierda: que los movimientos populares guerrilleros no son viables en este período, desde la caída del muro de Berlín y los régimes del Este de Europa. La rebelión de Chiapas es un desafío a las ideologías del mundo occidental y a los ex dirigentes guerrilleros que dicen que la lucha antiimperialista es anacrónica. El movimiento zapatista es un desafío para la izquierda: Su capacidad de enfrentarse a los sistemas y no adaptarse a ellos esta generando una alternativa práctica en la vida, evidencia que la confrontación es viable, que las revoluciones no surgen como producto de competencias entre sistemas estatales. Las revoluciones surgen de las contradicciones internas y avanzan porque la organización interna y la lucha de diez mil campesinos organizados son capaces de sostenerse sin apoyo externo y con sus propios instrumentos de lucha.

Chiapas es la expresión más dramática y coherente de un proceso de reacción mundial contra el neoliberalismo.

México: liberalismo y Revolución

Para muchos comentaristas y publicistas, el hecho de que la rebelión revolucionaria ocurra en México ha sido una gran sorpresa. Desde hace tiempo *El País*, *Le Monde*, *Times* de Inglaterra y Estados Unidos hablaban de los éxitos del Presidente Salinas³ y de repente estalla un levantamiento armado de indígenas y "arruina la celebración de la fiesta. ¿Qué fiesta? El *Tratado de Libre Comercio*⁴, la recuperación de la economía mexicana, el gran salto de la bolsa de valores, el crecimiento del comercio exterior, las privatizaciones masivas, el gran flujo de capitales hacia ese país. ¿Cómo explicar un levantamiento guerrillero frente a estos éxitos del Presidente Salinas?

Hay dos pseudoexplicaciones. La gran prensa burguesa dice que es un problema específico de la región, que las comunidades indígenas tienen problemas históricos, herencias del pasado, que hay un gobernador abusivo, que es una región pobre que no está integrada en el libre mercado. Durante el mes de enero uno pudo leer estas pseudoexplicaciones que publicó *El País*, órgano oficial de las clases educadas de aquí¹.

La otra explicación es de los compañeros de izquierda que comentan sobre la "crisis" o el "fracaso" del neoliberalismo. Pero ¿qué crisis del capitalismo? Crisis del capitalismo no es miseria, no es desocupación, no es pobreza; es la incapacidad del capitalismo de reproducirse, de generar ganancia, inversiones, mercados, la incapacidad de explotar mano de obra y recursos del Estado, eso es la crisis del capitalismo y en este sentido no hay crisis del capitalismo en México.

La explicación alternativa es que la lucha revolucionaria es precisamente una respuesta al éxito del capitalismo. Es una respuesta de un proceso de acumulación de capital que está marginando a grandes mayorías, que está excluyendo a mayorías de la influencia política, que está concentrando el poder y el control sobre el Estado, y la dominación del Estado sobre la sociedad civil.

Chiapas no es una respuesta al atraso del capitalismo. Es la extensión del capitalismo hacia todas partes de México que está provocando la respuesta. Chiapas, en este sentido, es simbólica de toda la experiencia en México, es muy representativa de un amplio proceso socioeconómico, es una respuesta particular que refleja las experiencias históricas regionales que forman parte del panorama nacional.

Chiapas no está mal integrada en el desarrollo capitalista, está sobreintegrada en el sistema político y económico. Chiapas es una gran reserva de mano de obra barata, es una fuente de explotación de materias primas, es un lugar donde la clase dominante mexicana puede apropiarse de recursos para pagar su entrada en el Primer Mundo. El alto costo de entrada en el Primer Mundo es la mayor explotación de la mayoría de la población y regiones de México.

El auge en la ciudad de México, el desarrollo e integración con los Estados Unidos lo están pagando todas las regiones del sur y centro de México. Existe una gran polarización: más integración con los Estados Unidos, más polarización en México. La clase dominante mexicana y sus élites políticas integradas con los Estados Unidos necesariamente tienen que pagar por los nuevos circuitos. Quieren imitar el estilo de consumismo, quieren formar asociaciones con el capitalismo norteamericano y para ello tienen que concentrar más recursos, tienen que controlar y explotar más la economía doméstica. Esta es la base de la rebeldía, la simpatía y solidaridad de amplios sectores de México.

México: lucha de clases y Estado

Si analizamos brevemente la historia de México en la década de los 80 podríamos identificar dos ciclos de lucha de clases: una lucha de clases desde arriba hacia abajo. El primer ciclo empezó en el 82 hasta el 88 cuando el gobierno empezó a enfrentar la deuda externa y a iniciar el proceso de transformación liberal: las privatizaciones y la reestructuración de las relaciones entre el capital y el Estado, bajando los salarios y el salario mínimo un tercio de lo que era en los años setenta. Esta lucha de clases desde arriba provocó la primera rebelión electoral en las elecciones del año 1989. El pueblo se levantó y votó contra el PRI y contra Salinas. Pero el PRI no aceptó la derrota y, como siempre, se impuso el fraude, robaron descaradamente las elecciones y mostraban que la vía electoral no era viable para reformas sociales.

A partir del fraude, de la estafa

electoral, los gobernantes lanzaron la segunda ola de lucha de clases con la consolidación del modelo económico, la imposición del Tratado de Libre Comercio y la profundización del liberalismo. Y es a partir de esta segunda ola, después de la estafa electoral al candidato Cuauhtemoc Cárdenas⁵, que puede entenderse la lucha actual de los zapatistas.

Frente a la concentración del poder del capital hay una mayor subordinación de la mano de obra. Frente a las privatizaciones hay un declive profundo en los servicios y gastos sociales. Frente a la internacionalización del capital, el aumento de inversiones de capitales para aprovecharse de los salarios bajos y la exclusión de las mayorías del poder.

En México ahora hay una configuración de poder, un Estado, que responde a la dinámica internacional. Un Estado autoritario que funciona desde arriba de la sociedad civil, que interviene en el mercado de trabajo. No hay ninguna huelga legal. El gobierno no las permite, interviene en todo, desde las huelgas de los obreros y obreras del sector del automóvil en Ford hasta las luchas de los campesinos y campesinas de Chiapas, que están en la cárcel por este motivo. Frente a esta lucha de clases desde arriba surge la lucha de clases desde abajo. No es una invención del movimiento zapatista. La concentración del poder en el Estado, su autoritarismo, cierra los canales para un cambio de otro estilo.

Sorprenden las declaraciones del intelectual Carlos Fuentes⁶, conocido como crítico en los ambientes intelectuales del mundo occidental, cuando dice que todas las condiciones sociales justifican la rebelión y después ataca los medios armados diciendo que hay otros viables. ¿Dónde están? La vía electoral bloqueada, las elecciones estafadas, los movimientos sociales reprimidos. Los sindicatos oficiales son el brazo de matones contra cualquier sindicalismo independiente. La postura de la intelectualidad progresista que condena las condiciones pero niega al pueblo los medios que elige me parece muy contradictoria. No toma en cuenta la historia, ni siquiera la contemporánea: ¿Dónde está la otra vía? El PRI es el estalinismo vinculado al liberalismo. Si los intelectuales apoyan y aplauden el



hundimiento del estalinismo y las movilizaciones y enfrentamientos en el Este de Europa ¿por qué lo niegan en su propio ámbito del mundo occidental?

La integración de las élites políticas en México no da mucho espacio para las negociaciones. No hay mucho que repartir cuando todos los recursos del Estado están subvencionando a los exportadores, a los agronegociadores. ¿Cómo van a discutir la reforma agraria si del Tratado de Libre Comercio resulta la importación de cereales baratos de Estados Unidos? ¿Qué puede hacer un campesino en Chiapas si se les ocurre repartir un trozo de tierra cuando hay una inundación de maíz de Kansas? Así, pues, no es un simple problema de Chiapas, es un problema de modelo, de los Acuerdos, de los circuitos de capitales. No puede construirse un cambio agrario sin cambiar el sistema financiero, técnico. No puede cambiarse el proceso político con un partido único autoritario, vertical, vinculado con los capitalistas exportadores y las grandes multinacionales que están ocupando todas las empresas privatizadas. Wall Street no va a entrar en México si hay campesinos autónomos movilizados y vinculados con movimientos y asociaciones de todas las regiones del país.

La oferta de negociar es una trampa porque detrás de esta hay un poder configurado y hay que entenderlo así. El gobierno está tratando de ganar tiempo, trata de limitar los efectos que tiene la rebelión, y los efectos no son sólo en México.

Hace unos días recibí una carta de un compañero que dirige una revista en Sri Lanka, cerca de la India, y me pregunta por Chiapas, por el movimiento guerrillero zapatista, por los problemas que hay en esa parte del mundo frente al liberalismo. Y un par de semanas antes, me escribió un ex alumno que vive en Harlem, New York, diciéndome que es muy interesante lo que está pasando en Chiapas. Las condiciones son bien diferentes en estos grandes centros urbanos pero el hecho de que exista un eje organizado, movilizado, enfrentado, ofrece un punto de referencia para las personas influidas por el pesimismo y derrotismo en otras partes.

La extensión y profundización del neoliberalismo bajando salarios,

subiendo impuestos regresivos, reduciendo o quitando subsidios a alimentos básicos y la rigidez del control y poder del capital sobre el trabajo está multiplicando las ganancias, generando nuevas inversiones y aumentando las exportaciones. Pero son estas mismas condiciones de crecimiento de las inversiones que están basadas, cada vez más, en la perpetuación de la pobreza. El crecimiento es a partir de salarios bajos, de la intervención del Estado legalizando y arropando medidas antiobreras, los bajos gastos sociales, un movimiento sindical débil, una gran sobre población de mano de obra, la concentración de ingresos. Esas son las condiciones del éxito actual del capitalismo. Pero este mismo crecimiento está generando una gran inestabilidad política, está destruyendo el medio ambiente, está basado en una correlación de fuerzas políticas y sociales muy particular y asimétrica. Esta política económica no puede seguir desde el momento que varía esa correlación de fuerzas.

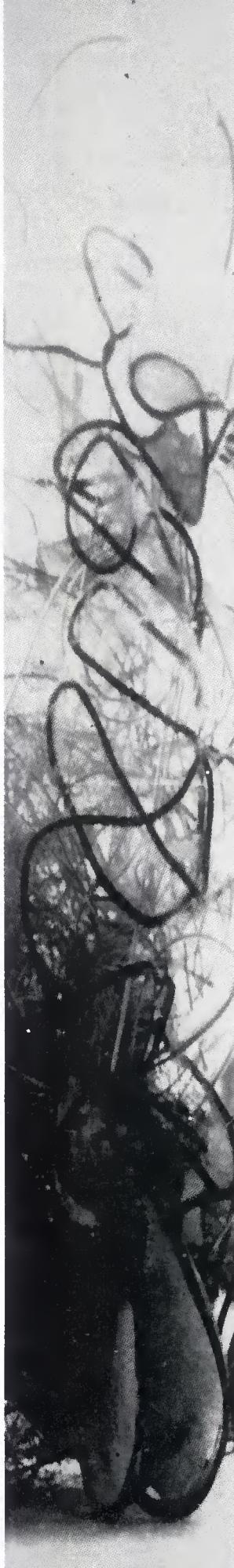
En otras palabras, este capitalismo es sostenible sólo cuando puede mantenerse políticamente. No está generando un crecimiento autosostenido. El crecimiento está en función del control del capital sobre las condiciones de reproducción. Y su manera de mandar a partir de decretos está generando un ambiente que provoca la lucha extraparlamentaria.

La concentración de capital, el vínculo estrecho entre Estado y capital está generando una actividad profundamente contraria al Estado. El desprecio de los políticos está vinculado a su estrecha conexión con las clases dominantes.

Chiapas y América Latina

Chiapas es parte de un proceso mucho más generalizado en América Latina. Si analizamos América Latina en el contexto mismo de Chiapas podríamos ver las coincidencias. En los años 80 la lucha por la democracia y la lucha social, las transiciones, termina con gobiernos electorales que siguen la misma política liberal que los gobiernos militares anteriores, incluso profundizándola.

Durante la década de los 80



podríamos citar tres casos de experiencias y esfuerzos por encontrar salidas a la crisis y sufrimiento que padece el pueblo bajo el liberalismo.

Carlos Andrés Pérez en Venezuela, con un gobierno autotitulado socialdemócrata, gana las elecciones y consigue el poder con promesas de rectificaciones sociales. Menem, en Argentina, es elegido⁷ por su programa de repensar la deuda externa, con una gran euforia en la clase obrera, expresada en los casos de los obreros que marchaban por las empresas diciendo que los días del capitalismo estaban contados. ¿Y qué pasó? A partir de las elecciones, tanto Carlos Andrés Pérez en Venezuela, como Menem en Argentina, empiezan a profundizar la política liberal. Y a partir de estos gobiernos entregados a la política liberal en los años 80 encontramos la segunda ola de movimientos que van más allá y dentro del proyecto electoral.

Tres meses después de la elección de Carlos Andrés Pérez hay una insurrección urbana, la misma gente que lo votó baja de los ranchos, en las colinas de Caracas, y saquea la ciudad. Además de los brotes insurreccionales hay un levantamiento militar nacionalista, y todo ello termina con la revocación en la presidencia del gobierno de Carlos Andrés Pérez, miembro de la II Internacional Socialista y ex vicepresidente de esa misma asociación, con compañeros notables en esta parte del mundo.

La refracción de todo el descontento va hacia partidos electorales como el grupo radical Causa R que ahora controla la alcaldía de Caracas y una alternativa electoral que creo que tampoco tiene futuro, la elección del socialcristiano Caldera.

Los movimientos populares masivos en Brasil que consiguieron que se fuera Collor. Cientos de miles llenaron las calles de Rio de Janeiro protestando no sólo por la corrupción, también por la práctica y teoría del liberalismo. Y ahora tenemos el ascenso del Partido de los Trabajadores, con Lula en la cabeza, preparando las elecciones de este año⁸. Y no es sólo un movimiento electoral, es un movimiento social extendido por todo el país, el movimiento afrobrasileño está creciendo, el movimiento de los Sin Tierra está ocupando terrenos en el sur y los movimientos en las ciudades siguen

enfrentándose contra la pobreza a partir de saqueos y redistribuciones de bienes, así, espontáneamente.

Chiapas, en otras palabras, tiene reflejos en muchas partes. Cada país y en cada lugar tiene sus características particulares. Uruguay, en estos momentos, está saliendo de un referéndum donde el 72% de la población votó contra las privatizaciones; siete huelgas generales contra la política liberal y un alcalde de la izquierda socialista en Montevideo, esas son las características en Uruguay. En Chiapas el proceso forma parte de una movilización nacional y popular que tiene una historia larga, no es una simple actividad reflejando el atraso del capitalismo o exclusivamente reivindicaciones étnicas. ¿Cómo explicamos las movilizaciones campesinas en todas partes de México? ¿Cómo explicamos las movilizaciones de los obreros y obreras de las fábricas del norte apoyando la rebelión de Chiapas? ¿Son simples simpatizantes o identifican un adversario común y una forma de lucha que tiene resonancias con sus frustraciones por un sistema electoral cerrado, controlado? México es un espejo para el mundo occidental. Para el mundo capitalista occidental México es un modelo ideal para el desarrollo del Tercer Mundo. Es el país que más ha bajado el costo de la mano de obra, el que ha privatizado más empresas en menos tiempo que cualquier otro, el que ha privatizado el gran sector minero, abriendo también las empresas minoristas a la penetración del capital extranjero. Es el país más cómodo para el mercado occidental, con los resultados sociales más extremistas en términos de desigualdades, de poder, de riqueza, y es el país donde esta política provoca las protestas más radicales.

En otras palabras, más liberalismo, más revoluciones. Las respuestas varían, las formas de acción pueden variar por las condiciones históricas, la composición social de la mano de obra. Las respuestas en su conjunto forman parte de un proceso de definiciones entre los que están ubicados en los circuitos nacionales produciendo para el consumo local de las necesidades populares, y los sectores integrados en los circuitos internacionales vinculados con los mercados mundiales; entre los movimientos sociales de acción directa y la clase política electoral encer-

rada en los parlamentos, impotente; entre los movimientos de lucha de clases y las organizaciones orientadas hacia la autoexplotación y la autoayuda.

Conclusión

El problema para mucha gente en México y muchos otros países es buscar una alternativa y quiero terminar haciendo un comentario sobre este tema.

El problema básico es la organización de un gobierno representativo popular que refleje las comunidades campesinas, las indígenas, las grandes asambleas de obreros y obreras del norte. Este concepto de representación a partir de los lugares de trabajo y las reflexiones de los movimientos sociales, es básico para después tomar decisiones sobre las formas de propiedad. No hay una forma de propiedad, no hay una forma de colectivismo que se pueda aplicar a toda la heterogeneidad de las estructuras sociales. Hay un espacio para formas colectivas, formas de cooperación, e incluso, formas de propiedad privada. Pero eso debe ser una decisión de la organización de un gobierno popular, porque las formas de organizar la propiedad es en función de la representatividad popular.

Los medios de propiedad son medios hacia fines y estos fines se definen en términos de valores sociopolíticos de los intereses sociales.

Si las colectivizaciones no sirven, si la cooperación es más representativa y sirve mejor para realizar las metas, esa es la forma que los pueblos elegirán. Ante la pregunta ¿cuál es la alternativa?, la alternativa reflejará las composiciones sociales y la capacidad de organizar, proyectar y realizar los valores.

Los nuevos valores primero van a reflejar la autonomía de las comunidades que controlan los servicios públicos contra modelos estatistas burocráticos y contra medios privados.

Los problemas de organizar una economía en función de las necesidades básicas es un punto donde construir las nuevas instituciones. En este contexto creo que no es simplemente convertir una sociedad hacia otra nueva, hay que cambiar también los estilos de vida y en vez de generar grandes gastos en nuevas

tecnologías hay que buscar formas de generar maneras de vivir más autóctonas. Por ejemplo, más énfasis en la medicina preventiva y menos gastos sobre todas las nuevas tecnologías. Redefinir el consumo y diferentes maneras de vivir así como definir las necesidades. Las necesidades son construcciones sociales. Las formas de generar energía también pueden variar, y hay que analizar lo que cada cual puede hacer sin grandes importaciones de otras partes del mundo.

Cualquier transformación genera problemas. Problemas, por ejemplo, de calidad de productos y servicios para los consumidores y consumidoras. No es sólo un problema de producción, también es un problema que atañe a los consumidores y consumidoras. En la URSS, en los países del Este, la productividad y la producción eran un fin en vez de preguntarse qué se quería consumir y no simplemente producir. Más allá del problema de calidad existe el problema de consumo-inversión. El consumo actual o inversión en investigaciones y tecnología implica decisiones para discutir, porque prefiguran la transformación. Existen los problemas de competencia y comercio en el mundo capitalista, y más allá de la transformación un país tiene que buscar mercados y después compaginar la democracia interna con las necesidades de competir en el mundo externo. ¿Cómo combinar la democracia con las unidades económicas, con la disciplina en el trabajo? ¿Los expertos técnicos con los militantes políticos? ¿quién manda? ¿Cómo combinar el experto y el rojo en la misma empresa? ¿Las nuevas tecnologías y su impacto sobre el ambiente y las relaciones?

Todos estos problemas son preguntas abiertas para un nuevo régimen, para discutir y resolver, pero es una discusión dentro del movimiento popular y no simples instrumentos de los sistemas actualmente dominantes.

Actualmente las nuevas tecnologías generan desocupación, los problemas de disciplina son instrumentos para aumentar las tasas de explotación.

El ejemplo de Chiapas está provocando un repensamiento mundial, está desenmascarando a todos los apologistas que escriben sobre el fin de la historia con el triunfo del capitalismo. A cinco quilómetros de los Estados Unidos, el

mundo se está moviendo otra vez, está reivindicando su propia historia, está reivindicando la capacidad del pueblo a tomar sus armas y decidir su historia. Esto implica la solidaridad no sólo con las metas sino también con los medios que el pueblo decide para liberarse.

Notas

1 Na Espanha, onde Petras realizou esta conferência. (N.E.)

2 Casa de Governo. (N.E.)

3 Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), que intensificou a implantação do projeto neoliberal no México, iniciado no governo de seu antecessor, Miguel de la Madrid (1982-1994). (N.E.)

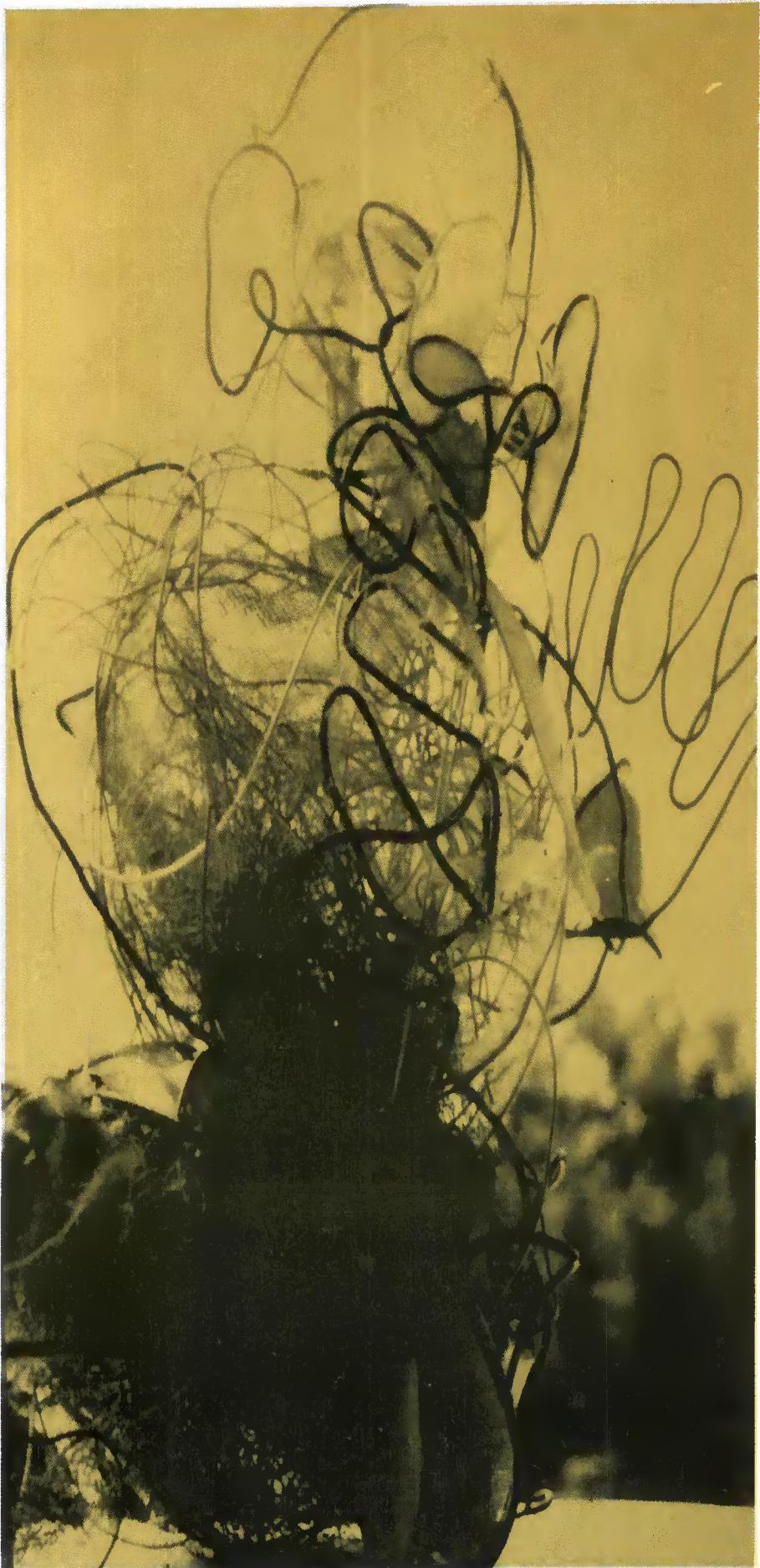
4 NAFTA, North American Free Trade Agreement, acordo entre EUA, Canadá e México em vigor desde 01/01/94. Prevê, entre outras coisas, o fim de barreiras alfandegárias e tarifárias, regulamentando o comércio e os serviços entre os três países. (N.E.)

5 Candidato de oposição pelo Partido Revolucionário Democrático, o PRD, dissidência social-democrata do PRI (Partido Revolucionário Institucional). (N.E.)

6 Intelectual mexicano autor de “El Espejo Enterrado” (Fondo de Cultura Económico), sobre a conquista da América hispânica, e da peça “Ceremonias del Alba” (Siglo Veintiuno Editores), sobre o massacre dos estudantes na praça Tlatelolco, em 1968, entre outras obras. (N.E.)

7 Carlos Menem foi reeleito em 14 de maio deste ano. Sua recondução sem golpe de estado (como no caso de Fujimori no Peru) fortalece outros presidentes latino-americanos adeptos do receituário neoliberal, como FHC no Brasil. (N.E.)

8 Em 1994, Fernando Henrique Cardoso foi eleito, em primeiro turno, derrotando Luís Inácio Lula da Silva. A vitória eleitoral e política sobre o projeto da Frente Popular encorajou-o a investir nas reformas econômicas e políticas num ritmo apressado e maciço, extrapolando o programa de sua campanha e atropelando as manifestações populares que se opõem à quebra de monopólios e à destruição de instâncias públicas fundamentais a um projeto soberano de desenvolvimento nacional. (N.E.)



Uma Guernica latino-americana?

Jorge Quillfeldt - Departamento de Biofísica, IB / UFRGS



Muita coisa aconteceu no México - e no mundo - desde a conferência de James Petras, em fevereiro de 1994. O que restou de válido neste texto após um ano tão intenso? Tentando responder à esta questão inquietante, procuramos sintetizar, a seguir, diversos fatos importantes ocorridos naquele país antes e após o janeiro de 1994. Estes fatos, alguns mais, outros menos conhecidos da opinião pública em geral, ajudam a compreender melhor o caso mexicano, que se reveste de grande interesse no contexto de uma América Latina dominada por experiências de reformas neoliberais, aí incluído o Brasil.

O colapso da economia mexicana

As reformas neoliberais de Salinas de Gortari (1988-1994) começaram ainda no governo de Miguel de la Madrid (1982-1988). Em consequência, desde 1988 o mercado internacional vinha derramando dólares no México com a justificativa de estimular o consumo. O pacto de Salinas com trabalhadores e empresários visava estabilizar a economia e, para tanto, adotou-se a receita prescrita pelo FMI e outros organismos internacionais. O México foi saudado e louvado como exemplo a ser seguido pela América Latina: drásticos cortes nos gastos públicos, ampla abertura comercial (redução drástica das tarifas de importação), desregulamentação do mercado de capitais, aprovação da mais aberta lei de pa-

tentes da história, fim de subsídios e incentivos fiscais, e, é claro, intenso processo de privatizações.

O pilar da estabilização mexicana, contudo, passa a ser, desde 1988, a âncora cambial - a exemplo do que ocorre hoje no Brasil - com a consequente valorização do peso em relação ao dólar e o barateamento dos importados. A inflação reduziu-se de 159%, em 1987, para 7,0%, em 1994, e o déficit público, que era de 12,5% do PIB em 1988, atingiu um pequeno superávit de 0,2% do PIB em 1993. Até 1994, quase 400 empresas estatais foram privatizadas e o regime de terras comunais (os *ejidos*), onde viviam e trabalhavam os camponeses, foi extinto mediante mudança constitucional que permitiu, a partir de então, a comercialização da terra com grupos privados.

Mas índices econômicos saudáveis não são sinônimo de bem-estar da população, como bem ilustra o sacerdote jesuíta Javier Gorostiaga (citado por Eduardo Galeano) ao apontar que vários países da América Central onde estouraram revoluções e levantes armados a partir do fim dos anos 70, foram os mesmos países que, entre 1950 e 1978, ostentaram os mais altos índices de crescimento econômico da história da humanidade. Assim, vale lembrar que, ao lado dos esplêndidos índices mexicanos, destacava-se uma redução nos gastos públicos de 35,2% (1988) para 21,5% do PIB (1994), o que empurrou para a pobreza metade do povo mexicano: 41 milhões de pobres, dentre os quais 17 milhões em situação de miséria completa. Nem o novo Programa Nacional de Solidariedade (PRONASOL) seria capaz de minimizar as consequências funestas da política eco-

nômica mexicana, e o levante de Chiapas é parte da complexa resposta social a este quadro.

Como o modelo de estabilização mexicano baseava-se na âncora cambial, acumularam-se déficits sucessivos em conta corrente, valores que chegavam a US\$ 30 bilhões em 1994. Este déficit foi financiado, até 1993, pela atração de capitais externos que viam no país um mercado emergente atrativo, mas a maior parte destes recursos era apenas capital especulativo em busca de generosa remuneração para seus papéis. Como se não bastasse, mudanças na política monetária americana, a partir de fevereiro de 1994, quando se adotaram juros gradativamente maiores, levaram à fuga de capitais do México, que foi, então, obrigado a recorrer a suas reservas internacionais para financiar o déficit. A concomitante explosão social de Chiapas, além dos assassinatos políticos em ano eleitoral, afetaram a confiança dos investidores no país, favorecendo aquela fuga de capitais. As reservas mexicanas caíram de US\$ 25 bilhões (janeiro de 1994) para apenas US\$ 6 bilhões (fins de 1994). A taxa de câmbio não pôde mais ser mantida pelo Banco Central, que se retirou do mercado, acarretando uma brutal desvalorização do peso. O colapso da economia nacional sobreveio rapidamente. Neste momento, entra em cena a famosa "ajuda emergencial" de US\$ 50 bilhões, solicitada pelo presidente norte-americano, basicamente para apoiar incertos investidores americanos que perderam fortunas no incidente. As Bolsas do mundo inteiro sentiram os efeitos do colapso mexicano, especialmente mercados emergentes como Hong Kong, Indonésia, Polônia e Tailândia.

Um México desfigurado

Nenhum outro país do mundo foi mais rigorosamente servil do que o México na implementação das recomendações do FMI e do Banco Mundial, como bem observa Petras. O *Financial Times* de março de 1992 chega a afirmar que o México é “*the darling of the economists*”. Esta acomodação ao NAFTA trouxe muitas obrigações, às quais o México curvou-se obedientemente.

No campo político, por exemplo, o México sofreu mudanças notáveis, em particular com o abandono de sua tradicional política de relações com outros países do Terceiro Mundo em nome de um alinhamento com os novos parceiros do norte. Como bem observa Waldir Rampinelli, da UFSC: “O México, que abrigou exíliados de todo o continente durante as décadas dos 60 e 70, que foi o único país da região a não romper relações diplomáticas com Cuba, que firmou o Pacto de San José oferecendo petróleo a preços inferiores ao do mercado internacional para cooperar no desenvolvimento dos países da América Central e do Caribe, que apoiou o Movimento Sandinista na Nicarágua, que reconheceu o estado de beligerância da guerrilha de El Salvador, que fundou o Grupo de Contadora para buscar uma solução aos graves problemas centro-americanos sem a ingerência da Casa Branca, que tem na ‘Doutrina Estrada’ o princípio de não reconhecer governos impostos por exércitos estrangeiros, que defendeu os interesses latino-americanos nos foros internacionais em oposição a Washington; este mesmo México assume hoje uma política externa de alinhamento aos Estados Unidos”.

A mudança do perfil político internacional do México vem acompanhada de um amplo processo de “convencimento” popular, visando, em última instância, a mudar a própria concepção que seu povo tem de si. Minar a forte identidade e o nacionalismo mexicanos é fundamental para garantir a aceitação da crescente

penetração do grande capital americano, especialmente em áreas “intocáveis” como o petróleo. Isto vem sendo feito, em parte, pela tradicional repressão política. Mas o NAFTA foi mais além, pensei em tudo. Uma das suas exigências foi que os livros de história mexicanos fossem *reescritos*. Assim, no começo do ano letivo de 1992, sob a coordenação do então ministro da Educação - hoje presidente -, Ernesto Zedillo Ponce de León, cerca de 20 milhões de crianças se depararam com novos e inusitados livros-texto de história que ensinavam, por exemplo, que a perda de mais da metade do território Mexicano para os EUA foi “um fato quase natural”, pois seriam “terras sem relações culturais” com o resto do país, e que a abertura ao capital estrangeiro promovida por Porfirio Díaz na virada do século anterior foi fundamental ao desenvolvimento econômico nacional (os revolucionários de 1910 que o digam!). Os novos manuais minimizavam o passado de lutas do país onde ocorreu a primeira grande revolução social moderna da história (Zapata e Villa, por exemplo, quase são omitidos na questão da reforma agrária) e abordavam apenas ligeiramente as sempre difíceis relações com os EUA (particularmente após a nacionalização do petróleo feita por Lázaro Cárdenas em 1938). Enfim, é exaltada uma concepção tecnocrática do mundo, onde Carlos Salinas de Gortari é um novo herói nacional, o homem que colocou o país no caminho da modernidade. Este é um notável experimento de manipulação social, especialmente sendo de responsabilidade dos mesmos liberais que sempre criticaram as mazelas do stalinismo no tocante à história escrita.

Um ano intenso no México e no mundo

O ano de 1994 e o começo de 1995 não deram descanso aos mexicanos. Ainda estupefatos pela entrada em cena do EZLN¹, viram o candidato à presidência

da república pelo partido oficialista (PRI), Luís Donaldo Colosio, ser assassinado em 23 de março, crime que mais tarde viria a ser relacionado com o próprio Salinas. Aliás, a violência política não é novidade neste país de mais de 70 anos de ditadura, onde, por exemplo, desde 1988, mais de 250 oposicionistas do PRD foram assassinados. Zedillo foi escolhido candidato situacionista para concorrer com Cuauhtemoc Cárdenas (PRD) e o candidato direitista do PAN², nas eleições de 21 de agosto. Enquanto isto, grupos de civis organizados e protegidos pelo EZLN articulam, nas vilas do interior de Chiapas, o *Consejo Estadual de las Organizaciones Indigenas y Campesinas* (CEOIC), lançando campanha de ocupação de terras, uma verdadeira reforma agrária vinda de baixo. Enquanto o governo prometia pagar as terras desapropriadas aos latifundiários, os militantes do CEOIC enfrentavam a violenta resistência das *Guardias Blancas*, o exército privado dos criadores de gado da região, muitos deles envolvidos em verdadeiros esquadrões da morte. O Centro de Direitos Humanos Bartolomé de las Casas, da Diocese de San Cristóbal de las Casas, registrou, em 1994, após o cessar-fogo de janeiro, 130 violações de direitos humanos.

A eleição de Eduardo Robledo, do PRI, para governador de Chiapas teve os resultados declarados fraudulentos pelo *Tribunal Electoral del Pueblo Chiapaneco*, e o cessar-fogo foi interrompido em 8 de dezembro, dia de sua posse. Apesar da chegada de grandes contingentes de tropas federais, cercando as regiões rebeldes, os Zapatistas reapareceram no dia 19 anunciando sua presença em 38 dos 111 municípios do estado. Da vila de Simojovel, o EZLN declarou estes 38 municípios “em rebelião”, e leais ao “governo rebelde de transição”, encabeçado por Amado Avendaño, candidato oposicionista “derrotado” no pleito. O CEOIC definiu, em 8 de dezembro, cinco regiões pluriétnicas autônomas no estado de Chiapas. Desesperado, Robledo

Uma Guernica latino-americana?

chegou a deixar o PRI e encher seu gabinete de antigos (ex-)esquerdistas, tendo até apontado um índio para a secretaria de assuntos indígenas. O governo federal também abriu uma brecha no processo de privatização dos *ejidos* comunais, declarando uma reforma agrária “oficial” na região de Chiapas (onde, de fato, ela nunca havia ocorrido). Buscando um diálogo mais qualificado, Samuel Ruiz, bispo de San Cristóbal, iniciou uma greve de fome que levou, entre outras coisas, ao reconhecimento do *Consejo Nacional de Intermediación* (CONAI), uma das condições para um cessar-fogo e a primeira oportunidade para as conversações entre todas as partes do conflito. A chegada de delegações do governo federal e a retirada das tropas oficiais levaram ao cessar-fogo iniciado no dia 1 de janeiro de 1995, aniversário do levante. Apesar dos conflitos armados de iniciativa do exército federal em 12 e 15 de janeiro, o EZLN declarou cessar-fogo por tempo indefinido a partir do dia 17, com o intenso apoio de manifestações de massa em importantes cidades do país e também no meio rural.

Violência sistemática

Por outro lado, a reação organizada já se fazia sentir: Um comunicado do EZLN confirma a infiltração dos *kaibiles* na selva Lacandona, forças antiinsurrecionais guatemaltecas de elite que estariam colaborando secretamente com o exército nacional mexicano. Enquanto isso, acessores militares argentinos e chilenos - experimentados na “guerra suja” dos anos 70 - já estavam treinando soldados mexicanos havia meses. O exército chileno também nomeou, com discricão, o coronel Oscar Carter Cuadra como adido militar no México: Cuadra é genro do general Manuel Contreras Sepulveda, ex-diretor da temível DINA, a polícia secreta de Pinochet, cuja prisão está decretada nos EUA pelo assassinato de Orlando Letelier, em Washington, em 1976.

Como se não bastasse, em 13 de janeiro, um memorando do Chase Manhattan Bank³ circulou entre seus principais investidores pedindo claramente a *eliminação* dos Zapatistas para que os investidores voltem a ter confian-

ça no país:

“While Chiapas, in our opinion, does not pose a fundamental threat to Mexican political stability, it is perceived to be so by many in the investment community. The government will need to eliminate the Zapatistas to demonstrate their effective control of the national territory and of security policy.”⁴

Diante da bancarrota mexicana, Zedillo ficou sem opções e anunciou, em grande estilo, o início da caça aos Zapatistas, no dia 9 de fevereiro. Para angariar credibilidade, revelou ao público a suposta identidade do subcomandante Marcos, identificado com ajuda da CIA. As violentas ações promovidas pelo governo envolveram, de acordo com diversas fontes, prisões irregulares, torturas e até o bombardeio aéreo de populações civis. O próprio Vaticano atacou “os latifundiários e a alta burguesia” de Chiapas, acusando-os de serem os verdadeiros culpados pela crise. O exército anunciou a retomada de Chiapas em cinco dias e, no dia 16, iniciou-se um novo cessar-fogo, com o governo prometendo a anistia aos Zapatistas. Um acordo para novas negociações foi assinado em 9 de abril último, e essa história ainda não terminou.

O descontrole crescente do capitalismo

Mas voltemos à questão da bancarrota econômica do México, que não pode ser atribuída apenas à “perda de credibilidade no país” que a guerrilha de Chiapas possa ter promovido entre os investidores internacionais. Fatores intrínsecos à dinâmica do grande capital foram determinantes neste incidente. Como observa o economista Luiz Gonzaga Belluzzo: “Há pelo menos 20 anos vivemos uma transformação profunda do capitalismo na direção da mais completa anarquia (...) O capitalismo desregulado está recuperando todas as suas tendências destrutivas, como o desemprego estrutural, a financeirização e a concentração brutal da renda”.

No final de fevereiro deste ano, o banco Barings, a mais antiga casa bancária inglesa ainda nas mãos da família funda-

dora, quebrou ao realizar operações no chamado “mercado de derivativos” de Cingapura e do Japão. Em pouco mais de uma semana, a descuidada ousadia de um alto funcionário levou à falência a instituição, que operava 27 bilhões de dólares. E não se tratou de qualquer tipo de ação qualificável como “desonesta” pelas regras do capitalismo. O mercado especulativo é um mundo maravilhoso da pura invenção financeira, onde qualquer operador capacitado e suficientemente corajoso pode ganhar muito dinheiro, como se houvesse para todos, como se fosse possível todos ganharem. Um capital virtual de cerca de 13 trilhões de dólares orbita hoje o planeta, via satélite, à procura dos melhores mercados para sua reprodução. Desse total, menos de 10% estão efetivamente associados com produção.

O escândalo dos *Savings & Loans*, a bancarrota do mais rico condado americano (*Orange County*), a quebra do banco *Barings*, o colapso da “exemplar” economia mexicana, todos são consequência da crescente penetração do mercado de capitais especulativos, que orbita o planeta num “ciberespaço das geofinanças”, como definiu Ignácio Ramonet, editor do *Le Monde Diplomatique*. A desregulamentação dos mercados e a crescente remoção da presença do Estado na economia dos países onde vicejam as reformas neoliberais são terreno fértil para novos incidentes econômicos, cujo custo sempre recai sobre o lado mais fraco, a massa de trabalhadores.

O capitalismo contemporâneo atingiu um nível de descontrole inédito, que pode levar a uma repetição - em maior escala - do *crack* de 1929.

O capitalismo sempre foi o sistema da exclusão social, política e econômica da maioria da população, mas procurava ocultar isso vendendo a idéia da “livre iniciativa”, onde cada um que trabalhasse muito poderia “subir na vida” (isto é, mudar de classe econômica). Defendendo uma (discutível) democracia política para todos, sempre omitiu que a democracia econômica não seria para todos: “o bolo deve crescer antes, para depois ser repartido”, entoavam seus sacerdotes. Nas brechas dessa democracia fúria, contudo, o povo obteve muitas conquistas sociais, mesmo contra a lógica de um

sistema mais forte.

Hoje o discurso mudou: não parece haver mais melindres em afirmar-se que a exclusão social é necessária e "natural", e todos devemos aceitá-la, por bem ou por mal. A própria classe média, outrora massa de manobra ideológica dos interesses do grande capital, começa a ser dizimada econômica e politicamente, sendo jogada no caldeirão comum das multidões de explorados. O laboratório mexicano do neoliberalismo conseguiu impor o novo discurso de forma relativamente pacífica por mais de dez anos, mas agora, diante da crise econômica e do espectro da guerra civil, a força mais uma vez é convocada para esmagar aqueles

que não querem aceitar seu papel. Uma verdadeira Guernica da "nova ordem".

A nova ordem mundial vem se impondo solerte, como no poema de Dryden. Em seu mapa, norte e sul receberam papéis pré-determinados, aos quais cumpre aceitar, pela paz ou pela força. O impulso para essa nova *realpolitik* advém não só das necessidades de um sistema econômico já em fase avançada de concentração de poder e recursos, mas calca-se, também, na falência dos regimes socialistas da linha soviética, que, bem ou mal, represavam o discurso intolerante do grande capital. Uma intensa propaganda de tom triunfalista propala que o socialismo morreu e que a história humana teria chegado ao fim, com a vitória

do capitalismo. "Todo poder aos mercados!", proclamou em janeiro deste ano o fórum internacional de Davos (Suíça), pouco antes do colapso do importante banco inglês e da bancarrota mexicana.

Não sabemos se o capitalismo vencerá o desafio dos novos mercados virtuais, mas sabemos que, qualquer que seja a solução, não parece haver nenhuma perspectiva de reversão no processo de crescente exclusão social, componente intrínseca deste sistema. Apenas a luta vigorosa do povo mexicano, contra todas as expectativas, e apesar de todas as adversidades, nos faz crer que, onde houver homens e mulheres que não se dobraram, a história nunca terá fim.

Referências:

- "Crise do México desorienta bússola de FHC". *Folha de São Paulo*, 12/02/95.
- "Falência do banco Barings derruba as Bolsas do mundo". *Folha de São Paulo*, 28/02/95.
- "Insurrección y Modernidad: Lecciones de un Nuevo Tiempo". *Tupamaros*, 5(92): 10-3.
- "Negociaciones estancadas en Chiapas". *Tupamaros*, 5(92): 14-5
- Anguiano, María Eugenia & Ordoñez, Gerardo M., 1994. "PRONASOL en Baja California: negociación política y eficacia operativa". *El Cotidiano (Revista de la Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Azcapotzalco)*, 62: 69-74.
- Belluzzo, Luiz Gonzaga, 1995. "Capitalismo volta a enfrentar risco da anarquia". Entrevista publicada no jornal *Folha de São Paulo*, 12/02/95.
- Brenner, Anita, 1943 (1985). *La Revolución en Blanco y Negro*. Fondo de Cultura Económico, México, 1985.
- Castañeda, Jorge, 1995. "Governo Mexicano deve passar à ofensiva". *Folha de São Paulo*, 05/02/95.
- Castañeda, Jorge, 1995. "Sistema político do México está em agonia". *Folha de São Paulo*, 05/03/95.
- Castañeda, Jorge, 1995. "Zedillo inverte a rota de Salinas no México". *Folha de São Paulo*, 14/04/95.
- Cockburn, Alexander, 1994. "Chiapas and the Americas". *The Nation*, March 28, p. 404.
- Davis, Mike, 1995. "Rotten Orange County: Bankruptcy on the Back of the Poor". *The Nation*, 260(4):121-2.
- del Río (Rius), Eduardo, 1978. *La Revolucioncita Mexicana*. Editorial Posada, Mexico.
- del Río (Rius), Eduardo, 1984. *La Interminable Conquista de Mexico*. Grijalbo, Mexico.
- EZLN, 1994. "La palabra de los armados de verdad y fuego - Entrevistas, cartas y comunicados del EZLN (hasta el 4 de marzo de 1994)" [Textos reproduzidos de *El Despertador Mexicano (órgano del EZLN)*, e dos jornais *La Jornada*, *Proceso*, *Macrópolis* y *Mira*, incluindo os textos do Sub-comandante Marcos]. Editorial Fuenteovejuna, México, 1994.
- Galeano, Eduardo, 1988. *Nós dizemos não*. Editora Revan, Rio de Janeiro (tradução de Eric Nepomuceno).
- Kadetsky, Elizabeth, 1994. "An incident in Chiapas: Rounding Up the Usual Suspects". *The Nation*, February 14, p. 200-2.
- Lemoine, Maurice, 1995. "Otage des Spéculeurs Internationaux: Le Mexique en guerre au Chiapas". *Le Monde Diplomatique*, 492 (mars 1995): 1, 4-5.
- Mercadante, Aloísio, 1995. "México e a marcha da insensatez neoliberal". *Folha de São Paulo*, 05/02/95.
- Netto, Antônio Delfim, 1995. "Um monstro está solto pelo mundo". Entrevista publicada no jornal *Zero Hora*, 05/03/95.
- Ramonet, Ignacio, 1995. "Les Nouveaux Maîtres du Monde: Pouvoirs fin de siècle". *Le Monde Diplomatique*, 494 (mai 1995): 19.
- Rampinelli, Waldir José, 1994. "Por que guerrilha no México em tempos de economia de mercado?" *Plural (Revista da Associação dos Professores da UFSC)*, 3(4): 71-4.
- Ross, John, 1994. "Mexico gears up: After Elections, Apocalypse?". *The Nation*, 259(5): 157-60.
- Silverstein, Ken & Cockburn, Alexander, 1995. "Who broke Mexico? The Killers and the Killing". *The Nation*, 260(9):306-11.
- Souza, Telma de, 1995. "Davos, Chiapas & Rio". *Folha de São Paulo*, 17/02/95.
- Taibo II, Paco Ignacio, 1994. "Images of Chiapas: ¡Zapatista! The Phoenix Rises". *The Nation*, March 28, p. 406-10.
- Tavares, Maria da Conceição, 1995. "Resposta à Desordem Global". *Folha de São Paulo*, 12/03/95.
- Tigüera Filho, Sebastião, 1994. "O Eterno Retorno de Emiliano Zapata", texto mimeografado de 24/02/94, México.
- Viviant, Arnaud (do *Liberation*), 1995. "Livro reúne textos do subcomandante Marcos". *Folha de São Paulo*, 11/02/95.
- Weinberg, Bill, 1995. "Chiapas one year later: Rumbles of War, Rumors of Peace". *The Nation*, 260(5): 164-6.

¹ Ejército Zapatista de Liberación Nacional.

² Partido de Acción Nacional, de direita.

³ Escrito por Riordan Roett, diretor de Estudos Latino Americanos da Johns Hopkins School of Advanced International Studies, agora afastado junto ao Chase.

⁴ Divulgado no boletim quinzenal *Counterpunch*, publicado em Washington por dois representantes da imprensa crítica (Ken Silverstein e Alexander Cockburn).

DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA

HOY DECIMOS ¡BASTA!

Al pueblo de México:

Hermanos mexicanos:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de las leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin importarles que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos.

Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de treidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias. Son los mismos que se opusieron a Hidalgo y a Morelos, los que traicionaron a Vicente Guerrero, son los mismos que vendieron más de la mitad de nuestro suelo al extranjero invasor, son los mismos que trajeron un príncipe europeo a gobernarnos, son los mismos que formaron la dictadura de los científicos porfiristas, son los mismos que se opusieron a la Expropiación Petrolera, son los mismos que massacraron a los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y a los estudiantes en 1968, son los mismos que hoy nos quitan todo, absolutamente todo.

Para evitarlo y como nuestra última esperanza, después de haber intentado todo por poner en práctica la legalidad basada en nuestra Carta Magna, recurrimos a ella,

nuestra Constitución, para aplicar el Artículo 39 Constitucional que a la letra dice:

La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.

Por tanto, en apego a nuestra Constitución, emitimos la presente

DECLARACIÓN DE GUERRA

al ejército federal mexicano, pilar básico de la dictadura que padecemos, monopolizada por el partido en el poder y encabezada por el ejecutivo federal que hoy detenta su jefe máximo e ilegítimo, Carlos Salinas de Gortari.

Conforme a esta Declaración de guerra pedimos a los otros Poderes de la Nación se aboquen a restaurar la legalidad y la estabilidad de la Nación deponiendo al dictador.

También pedimos a los organismos Internacionales y a la Cruz Roja Internacional que vigilen y regulen los combates que nuestras fuerzas libran protegiendo a la población civil, pues nosotros declaramos ahora y siempre que estamos sujetos a lo estipulado por las leyes sobre la Guerra de la Convención de Ginebra, formando el EZLN como fuerza beligerante de nuestra lucha de liberación. Tenemos al pueblo mexicano de nuestra parte, tenemos Patria y la bandera tricolor es amada y respetada por los combatientes *insurgentes*, utilizamos los colores rojo y negro en nuestro uniforme, símbolos del pueblo trabajador en sus luchas de huelga, nuestra bandera lleva las letras EZLN, *Ejército Zapatista de Liberación Nacional*, y con ella iremos a los combates siempre.

Rechazamos de antemano cualquier intento de desvirtuar la justa causa de nuestra lucha acusándola de narcotráfico, narcoguerrilla, bandidaje u otro calificativo que puedan usar nuestros enemigos. Nuestra lucha se apega al derecho constitucional y es abanderada por la justicia y la igualdad.

Por lo tanto, y conforme a esta Declaración de guerra, damos a nuestras fuerzas militares del EZLN las siguientes órdenes:

Primero. Avanzar hacia la capital del país venciendo al ejército federal mexicano, protegiendo en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democraticamente, a sus propias autoridades administrativas.

Segundo. Respetar la vida de los prisioneros y entregar a los heridos a la Cruz Roja Internacional para su atención médica.

Tercero. Iniciar juicios sumarios contra los soldados del ejército federal mexicano y la policía política que hayan recibido cursos y que hayan sido asesorados, entrenados, o pagados por extranjeros, sea dentro de nuestra nación o fuera de ella, acusados de traición a la Patria, y contra todos aquellos que repriman y maltraten a la población civil y roben o atenten contra los bienes del pueblo.

Cuarto. Formar nuevas filas con todos aquellos mexicanos que manifiesten sumarse a nuestra justa lucha, incluidos aquellos que, siendo soldados enemigos, se entreguen sin combatir a nuestras fuerzas y juren responder a las órdenes de esta Comandancia General del EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL.

Quinto. Pedir la rendición incondicional de los cuarteles enemigos antes de entablar los combates.

Sexto. Suspender el saqueo de nuestras riquezas naturales en los lugares controlados por el EZLN.

PUEBLO DE MÉXICO: Nosotros, hombres y mujeres integros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático.

INTÉGRATE A LAS FUERZAS INSURGENTES DEL EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL

Comandancia General del EZLN.
Año de 1993.

Estado e meio ambiente: o caso das águas no Rio Grande do Sul

Eugenio Miguel Canepe - Economista
Luis Antônio Timm Grassi - Engenheiro Civil

Este artigo tratará da questão público *versus* privado - isto é, da questão da ação coletiva *versus* ação individual - através do exame de um caso concreto e premente, que nos aflige a todos: a necessária intervenção do Estado - e, portanto, a necessária ação coletiva - na gestão do mais essencial dos bens ambientais: as águas doces de nossos rios, lagos e lençóis subterrâneos.

Esta questão, importante por si mesma, o é tanto mais na medida em que a sociedade brasileira - em nome de uma Reforma Constitucional e dentro de um contexto mundial de diminuição da intervenção estatal e de derrocada dos socialismos institucionais - passa por uma polêmica referente ao papel do Estado na economia, em particular, e na sociedade, em geral. Projeto neoliberal, gigantismo do Estado, excessiva carga tributária, corporativismo nas empresas estatais, ineficiência dos monopólios públicos, etc., etc., são todos termos e conceitos encontráveis diariamente na nossa imprensa, chamando-nos continuamente a atenção para o fato de nosso país estar prestes a tomar decisões cruciais a este respeito.

Assim sendo, é de todo conveniente esclarecer, preliminarmente ao exame da questão das águas, nossa posição no que tange à intervenção do Estado no domínio econômico, a fim de deixar bem claro o marco de referência dentro do qual se procede à análise no caso concreto.

O Estado numa economia moderna

Estando o conceito de "mercado" - juntamente com os de liberdade

individual (econômica e política), democracia representativa e revolução científico-tecnológica, entre as grandes idéias-força de nosso mundo moderno, convém explicitar o seu amplo alcance, mas também os seus limites, dentro do contexto econômico, a fim de evitar sua fetichização ou idolatria. De fato:

1) Os mercados são excelentes instrumentos para organizar, descentralizada e eficientemente, a produção de grande parte das mercadorias e serviços, alocando os recursos escassos do sistema naquilo que os consumidores realmente preferem. Esta maioria dos bens e serviços a que aludimos são chamados *bens privados*, isto é, aqueles bens cuja produção os consumidores comandam comprando maiores ou menores quantidades, aos preços e qualidades dadas, depositando, por assim dizer, no caixa dos produtores, os seus votos-dinheiro. Temos aí, como dissemos, a maioria dos bens necessários ao bem estar da sociedade: alimentos, roupas, entradas de cinema, consulta médica, automóveis, eletrodomésticos, etc.

2) Mesmo considerando esse amplo alcance, que o leitor já terá percebido, os mercados são instrumentos de uma sociedade moderna. E, aqui, na medida em que eles são instrumentos - e não os organizadores da sociedade -, se faz já necessária uma primeira intervenção do Estado, corporificando uma ação coletiva: é preciso que os contratos sejam assegurados, que os diversos mercados sejam competitivos e não degenerem em monopólios, que alguns bens - chamados bens de mérito - sejam excluídos das transações de mercado (drogas, na

maioria dos países, constituem o exemplo mais típico), etc. Temos, aqui, a primeira função de um Estado Moderno: a *função regulatória*. Vale dizer que o Estado, enquanto expressão da sociedade organizada, mais ou menos liberal, mais ou menos democrática, não importa, de algum modo estabelece o território social e a forma em que as forças de mercado atuarão.

3) Nas sociedades em que os mercados predominam, o sistema está sujeito a fortes flutuações de conjuntura, com auge, recessões, desemprego, inflação, desequilíbrios de balanço de pagamentos, etc., que exigem dos governos políticas monetárias, fiscais, comerciais e de rendas no sentido de suavizar tais flutuações. Temos, aqui, um segundo nível de intervenção estatal, uma segunda função de um Estado Moderno: a *função estabilizadora* ou macroeconômica.

4) Os mercados, por mais eficientemente que funcionem, são incapazes de prover os chamados *bens públicos*, isto é, aqueles bens e serviços que não podem ser adquiridos individualmente pelos indivíduos consumidores, mas que, através dos impostos - contribuições coletadas pelo Estado -, são postos à disposição da comunidade, através da produção por agências do próprio Estado ou por empreendimentos privados que são resarcidos com esses recursos arrecadados pelo Estado. Os casos mais claros desse tipo de bem são os da segurança pública, da defesa nacional e das relações exteriores. Temos, aqui, pois, um terceiro nível de intervenção do Estado, o qual, através de impostos

federais, estaduais e municipais, pode prover (e, como vimos, não necessariamente produzir) os bens públicos nacionais, regionais e locais que os consumidores demandam através de seus representantes parlamentares. Eis aqui a terceira função de um Estado Moderno: a função alocativa ou microeconómica.

5) Uma economia específica, por mais eficientes que sejam os seus mercados em propiciar os bens privados necessários, e por mais adequado que seja o seu setor público na provisão dos bens públicos, provavelmente terá que intervir na delicada área da redistribuição de renda e riqueza, no sentido de integrar ao sistema camadas mais ou menos amplas da população, as quais, por sua baixa capacidade de auferir ganhos (trabalho não qualificado, saúde deficiente, tamanho familiar excessivo, baixa posse de ativos, etc.), são incapazes de atingir rendimentos mínimos razoáveis e socialmente aceitáveis. Estamos aqui no campo das leis de Renda Mínima ou Imposto de Renda Negativo (medida redistributiva direta) e/ou no campo das estratégias e políticas públicas de saúde, educação, etc., que permitem aumentar a capacidade de ganho das pessoas. Esta é a quarta função de um Estado Moderno: a função redistributiva.

Deve ficar bem claro que este panorama sucinto não é somente normativo (o que o Estado deve ser), mas, também, em grandes traços, o que o Estado é, em proporções diversas - moldadas pelas respectivas histórias e pelas correlações de forças políticas existentes -, nos diversos países do chamado Primeiro Mundo, lugar a que tanto aspiramos chegar. De fato, essas economias não são economias de mercado, no sentido estrito, mas sim verdadeiras economias mistas, nas quais os consumidores, enquanto indivíduos, destinam metade a dois terços da renda gerada na economia na compra de bens e serviços via mercado. O restante, vale dizer de um terço a metade da renda, é coletado pelo Poder Público, via impostos, e carreado para gastos nos quatro níveis acima apontados: regulatório, estabilizador, alocativo e redistributivo.

Este breve apanhado sobre a intervenção do Estado no domínio

econômico das sociedades avançadas atuais permitirá compreender melhor o tema da tendência mundial à privatização - que é colateral ao preente artigo, mas muito esclarecedor - e encaminhar a discussão da questão ambiental.

A onda privatizante

Comecemos pela questão da privatização. Aqui, há que distinguir o caso dos países do Primeiro Mundo do caso dos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Comecemos pelo caso dos desenvolvidos. 1) Nestes países, por razões históricas bastante justificadas, o Estado interveio na produção de bens privados, aqueles que o mercado, como intermediador dos consumidores e da iniciativa privada, pode prover eficientemente. Atualmente, de modo geral, isso já não é mais necessário - e até contraproducente -, e na medida em que os empreendimentos estatais, em geral monopólios, puderem ser repassados para a iniciativa privada, atuando em mercados competitivos (ou, ao menos, contestáveis), parece haver um campo relativamente grande de "encolhimento" do Estado, com vantagens para a sociedade. É de se ressaltar, porém, que este encolhimento se dá ao nível da produção da economia, sem alterar a carga tributária, o total de impostos arrecadados pelo estado (a menos, é claro, que impostos estejam sendo utilizados para cobrir déficits operacionais das empresas estatais). 2) Ainda nesses países, muitos bens públicos, que são providos (através de impostos) e produzidos (através de agências públicas) pelo Estado, podem vir a apresentar uma combinação diferente: o Estado continuará provendo certos bens, arrecadando os impostos necessários, mas adquirirá esses bens de empresas operadas pela iniciativa privada. Um exemplo disso é a discussão hoje travada em alguns estados da costa leste americana sobre a questão da "educação secundária publicamente provida e produzida" versus a "educação publicamente provida mas produzida privatamente" (cheque educação). Este tipo de encolhimento do Estado também se dá na esfera da produção, não afetando a carga tributária. É possível, até, que venha a aumentar, na medida em que a

sociedade exija bens públicos adicionais (veremos, adiante, que o meio ambiente está neste caso). O que ocorre, apenas, é que, neste caso, o Estado passa de provedor e produtor a provedor e controlador, com, presumivelmente, vantagem para a sociedade. 3) Finalmente, ainda nesses países, certas despesas na esfera estabilizadora, alocativa e redistribuidora, estão sendo contestadas ou ineficazes. Aqui, sim, a eliminação ou, ao menos, diminuição poderá levar a uma diminuição paralela da carga tributária. Mas, o que deve ficar bem claro, a partir destas três ordens de considerações, é que nestes países, já com um nível de renda per capita na faixa dos 20 mil dólares por habitante, por ano, o que se persegue é uma busca de maior eficiência do sistema como um todo e que o caráter misto das economias será mantido, com uma carga tributária bastante elevada e com um Estado que, embora bastante "encolhido" na esfera da produção, continuará muito forte enquanto controlador, na exata medida em que a sociedade - através de suas correlações de forças políticas - souber onde quer chegar. É claro, também, que não há nenhuma garantia de que, mediante essas alterações bastante radicais, esses países passem a ter uma "boa" evolução; o que se sabe, entretanto, é que com um Estado paquidérmico, produzindo automóveis, aço, energia, serviços de transporte, etc., decididamente, não se chega lá.

Passando, agora, ao caso do Brasil - como um caso típico de país subdesenvolvido -, a questão da privatização assume contornos adicionais muito específicos. Num país como o nosso as palavras-chave para entender a questão e a urgência da privatização são: dívida pública e (in)capacidade de investimento. De fato, para que o governo possa saldar a dívida interna, pela qual paga encargos exorbitantes, forçando-o a praticar uma taxa de juros verdadeiramente estratosférica, sumidouro de recursos orçamentários, inibidora de investimentos de expansão da economia e fator de concentração de renda, necessita urgentemente desfazer-se do maior volume de ativos que puder transferir a mãos privadas. Além disso, sua incapacidade de tomar empréstimos ou captar recursos de capital para a

expansão necessária de certos setores sob seu controle, também torna necessária a transferência dos ativos a quem possa dar-lhes o desenvolvimento compatível com as necessidades do país. Premido entre essas duas condições de contorno, o Brasil precisa equacionar rapidamente o problema. É claro que, em tais circunstâncias de urgência e subdesenvolvimento, qualquer privatização que se fizer implica riscos muito maiores do que os enfrentados pelos países desenvolvidos, ainda mais que tal privatização terá que ser feita no bojo de uma Reforma Constitucional, considerada "salvadora" por muitos, mas que dá uma guinada de 180 graus numa Constituição aprovada há apenas 7 anos, e que também por muitos foi festejada como "salvadora". Não admira, pois, a perplexidade e, até, a ciclotimia da sociedade brasileira atual. Realmente, um país que precisa rever seus fundamentos constitucionais em intervalos de tempo que se contam em anos, e não em décadas ou séculos, tem razões de sobra para entrar em turbulência.

Estado e meio ambiente

Examinemos, agora, a questão ambiental. Até o fim do século passado, nos países desenvolvidos, e até meados deste século, nos países subdesenvolvidos, o meio ambiente podia ser considerado um bem livre. Isto significa que, sob o ponto de vista econômico, ele podia ser utilizado gratuitamente, havendo disponibilidade ilimitada para quem quer que fosse. Assim, os recursos ambientais - ar e águas, principalmente - podiam ser utilizados a preço zero, quer na sua qualidade de substrato para as atividades humanas, quer como fonte de utilidade direta, quer como fossa de resíduos. A contrapartida jurídica dessa situação era o *status* de bens de livre acesso, bens comuns. Com dois séculos de crescimento populacional e da produção per capita, fruto da chamada Revolução Industrial, hoje alastrada planetariamente, tal situação modificou-se radicalmente, como é do conhecimento geral. O meio ambiente vem se degradando aceleradamente porque, em grande parte do nosso planeta, ainda é utilizado como se bem livre fosse, quando, agora, é já um bem escasso, um

bem econômico, cujo uso precisa ser racionado e racionalizado. A natureza já não dá conta sozinha, principalmente, dos resíduos das atividades humanas, se as quantidades de ar e águas doces disponíveis para os diversos usos começam a escassear em certas áreas do globo. O meio ambiente, em verdade, precisa ser "comprado", principalmente se quisermos legar a nossos herdeiros um capital natural, pelo menos, do mesmo nível que recebemos de nossos ancestrais. Entretanto, é preciso desde logo que essa compra de um meio ambiente recuperado ou melhorado só pode ser feita como um bem público, isto é, algo que é adquirido coletivamente.

Para compreender melhor esta última afirmativa, consideramos o seguinte exemplo. Seja o caso de uma grande termoelétrica, instalada nas proximidades de uma grande aglomeração urbana e que abastece de energia a região. Suponhamos que o seu porte seja de tal ordem que suas emissões de dióxido de enxofre e materiais particulados sejam excessivas em relação à capacidade de dispersão da atmosfera da região, fazendo com que a concentração desses materiais na calota de ar atinja níveis nocivos ao bem estar ou, até, à saúde da população local. Aqui estamos numa situação em que o ar se tornou escasso relativamente a todos os seus usos e o bem "ar puro" precisa ser "comprado". Mas, mesmo que a população esteja disposta a pagar por isto, o ar puro não surgirá por meio do mercado. Uma empresa que instalasse equipamentos de dessulfuração e precipitadores eletrostáticos na chaminé da termoelétrica e tentasse vender ar puro não sobreviveria. Pois uma vez produzido esse ar puro, os que não pagassem por ele não poderiam ser excluídos do benefício. Conseqüentemente, de forma voluntária, ninguém pagaria, e a bem intencionada firma produtora de ar puro logo cerraria as suas portas. É que estamos diante de um bem público, onde é impossível aplicar o princípio de exclusão: quem não paga também pode consumir o bem produzido. E, assim, o mercado será incapaz de fazer surgir esse bem (ar puro) na região, mesmo que desejado por todos e, em grau variável, todos estejam dispostos a pagar por ele. Frente a isso, cabe ao Estado impor à empresa a instalação dos equipamentos de

abatimento da poluição ou a modificação de seu processo produtivo. Por um caminho ou outro, a empresa deve "internalizar" os custos de controle das emissões, acrescentando-os aos demais custos (matérias-primas, mão-de-obra, capital, etc.), e tentar repassá-los aos seus consumidores, os quais, assim, teriam que pagar um preço "realista" (um preço que incluiria não só os custos privados da empresa, mas também o custo de controle dos custos sociais ambientais que a empresa produziria se continuasse a usar o ar como bem livre). Este esquema denomina-se "princípio-pagador".

Este exemplo deve ter deixado bem claro ao leitor que a intervenção estatal no domínio ambiental insere-se na terceira função do Estado, exposta linhas acima: a função alocativa, a provisão de bens públicos. Atualmente, após um processo histórico de evolução que não cabe relatar aqui, a mencionada intervenção consubstancia-se, de forma estilizada, nos seguintes elementos:

1) Uma negociação coletiva - em geral, ao nível do parlamento - resultando no estabelecimento de padrões de qualidade a serem atingidos nos corpos receptores (ar, águas, solos). Evidentemente, a negociação e determinação desses padrões de qualidade revela um ponto de equilíbrio político, um meio termo, entre o puro crescimento econômico e a preservação ambiental;

2) Com base nesses padrões de qualidade, que passam a ser os objetivos da política ambiental, cabe ao poder executivo estabelecer mecanismos indutores de modificação de comportamento dos agentes econômicos no sentido de internalizar os custos de controle e atingir, em conjunto, os padrões de qualidade acordados pela sociedade e, se possível, ao menor custo em bens e serviços alternativos. Assim, temos como exemplo os mecanismos de bolha e leilão de permissões de emissão na gestão da qualidade do ar nos EUA, os comitês e agências de bacia na França, etc.;

3) Compromisso, por parte do Estado, de monitoramento do meio ambiente (qualidade dos corpos receptores e inventário dos emissores) e comunicação aos cidadãos. Em geral, isto se corporifica nos Relatórios Anuais sobre a Situação

do Meio Ambiente. Essa "transparência", por parte do Poder Público, é absolutamente essencial para o êxito, a longo prazo, de qualquer política ambiental séria;

4) A noção de padrão de qualidade vai gradativamente se ampliando. Torna-se cada vez menos antropocêntrica, cada vez menos centrada nos problemas humanos imediatos de saúde e bem estar, e passa a tentar englobar o conceito de desenvolvimento sustentável: expandir o sistema econômico preservando o capital natural para as futuras gerações;

5) Os temas internacionais e globais (chuvas ácidas, camada de azônio, efeito estufa, etc.), dada a inexistência de um Estado Mundial, só podem ser tratados através de acordos multilaterais, com todas as dificuldades adicionais imagináveis.

No que tange aos recursos hídricos, o Brasil, de modo geral, e o Rio Grande do Sul, em particular, têm, nos últimos anos, dado grandes passos para ingressar nessa linha moderna de intervenção. Antes, entretanto, de examinar essa tentativa, vamos fazer um interregno para falar sobre a situação dos recursos hídricos no Rio Grande do Sul.

Situação atual dos recursos hídricos no RS

Nosso Estado é beneficiário de uma relativa abundância de recursos hídricos, bem distribuídos geograficamente, com um regime pluvial generoso e condições hidrogeológicas satisfatórias. Mesmo assim, os fatores comuns ao processo civilizatório contemporâneo (expansão demográfica, urbanização, incremento da produção industrial e agropecuária, aumento e diversificação dos usos dos recursos naturais) fizeram com que, no tocante aos recursos hídricos, problemas localizados apontassem para o horizonte de escassez referido na parte inicial deste trabalho. Em muitas regiões do Rio Grande do Sul podem ser exemplificados conflitos pelo uso da água. Nas bacias dos rios Vacacaí, Santa Maria e Ibicuí, o abastecimento público das cidades é ameaçado pelas retiradas para irrigação, sendo que os produtores agrícolas também disputam entre si. Nos rios Gravataí, Sinos e no lago Guaíba, a

poluição originada pelos esgotos domésticos e pelos efluentes industriais prejudica, em amplos trechos, outros usos que exigem um melhor padrão de qualidade, como recreação de contato, pesca e captação para tratamento e distribuição de água potável. Práticas agrícolas inadequadas, ocasionando erosão descontrolada, com o consequente assoreamento dos rios ou a contaminação por agrotóxicos, maciçamente empregados, expandiram por todo o território estadual prejuízos aos cursos d'água. O desflorestamento, especialmente das matas ciliares, e as retiradas de areia, bem como a operação indevida de barramentos, provocam alterações nos regimes hidrológicos (com estiagens e enchentes mais pronunciadas) e na conformação dos leitos (com prejuízos à qualidade da água, à vida aquática e aos aproveitamentos dos rios para navegação ou suprimento de água). O cordão de lagoas litorâneas, talvez único em suas características hidrológicas e ecológicas, tem sofrido, por sua vez, danos consideráveis, ocasionados pelas intervenções humanas. Mesmo a água subterrânea não está isenta de riscos, tanto mais grave quanto mais difícil é a recuperação.

O que tem sido feito

Todos esses fatores configuraram, concretamente, uma situação em que a água está passando da condição de bem abundante, livre, para o de escasso e disputado. Um longo caminho tem sido percorrido por entidades governamentais, acadêmicas, privadas e comunitárias, procurando recursos e formas para recuperar a qualidade, manter a disponibilidade e melhorar o aproveitamento das águas e dos corpos hídricos. Nesse percurso, foram adotadas três linhas de ação. Em primeiro lugar, o aproveitamento de experiências locais incipientes, consubstanciadas nos comitês de bacia dos rios Gravataí e dos Sinos. Esses comitês, instituídos por decretos do Executivo Estadual, a partir de exigências das comunidades e de profissionais da área, têm sido um profícuo laboratório de experimentações e iniciativas, assim como um espaço de comunicação, cooperação e até negociação entre partes em conflito.

Entretanto, sua existência isolada de um contexto sistêmico e a consequente falta de meios para operacionalizar decisões demonstraram seu alcance limitado dentro do marco legal existente. Em segundo lugar, tem sido de grande valia o conhecimento do estágio atual da problemática dos recursos hídricos no mundo, notadamente a experiência da França, da Alemanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos, cujos princípios gerais de gestão ambiental foram esboçados anteriormente.

Finalmente, foi de grande valia o aporte teórico trazido por diversas disciplinas científicas voltadas às discussões das questões ambientais. Estas três linhas convergiram na indicação de algumas diretrizes específicas a serem observadas no trato da questão da água. Em nosso país, como em muitos outros, cresce a convicção de que os problemas de qualidade e quantidade, conflitos de uso da água e dos mananciais, assim como a proteção e a conservação dos recursos hídricos, somente podem ser equacionados eficazmente através do gerenciamento sob a égide pública, mas com a participação dos usuários e das comunidades envolvidas. Os princípios específicos desse gerenciamento, que envolvem conceitos técnicos associados a uma visão política, são descritos a seguir:

- A outorga, pelo Poder Público, do direito de uso. Por este princípio, o Estado exerce o domínio de um bem econômico ao qual não cabe atribuir direitos de propriedade privada.

- A extensão da publicização da água a todas as fases do ciclo hidrológico (águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas).

- A adoção da bacia hidrográfica como unidade de gestão dos usos da água, visando à racionalização associada à melhoria ambiental. Em consequência, são levados em conta os usos e a conservação de bens ambientais correlacionados (solo, fauna, flora, recursos minerais), assim como a ação humana, no âmbito geográfico da bacia.

- O princípio usuário-pagador (extensão do princípio poluidor-

pagador), que reconhece o caráter da água como bem escasso, isto é, econômico, obrigando seu usuário ao pagamento de uma tarifa que funciona como mecanismo de racionamento, racionalização e controle, além de possibilitar a geração de recursos financeiros a serem investidos na conservação do bem.

- A participação institucionalizada de usuários, órgãos técnicos e estatais e representantes das comunidades da respectiva bacia hidrográfica na fixação dos valores tarifários a serem cobrados pelos usos da água. Esses valores são decididos em função de um planejamento (igualmente participativo) dos usos dos recursos hídricos e das intervenções necessárias para atingir determinados objetivos de qualidade e garantir a disponibilidade, com a respectiva previsão de custos. O corolário desse princípio é a reversão da tarifa, ou seja, a aplicação do montante arrecadado exclusivamente na própria bacia.

As constituições Federal, Estadual, e a Lei das Águas

Ao encontro destes princípios, vêm as próprias Constituições Federal e Estadual. A primeira institui, nos artigos 20, III, e 26, I, a propriedade estatal das águas. Os rios internacionais e interestaduais são de domínio da União; os demais rios, bem como as águas subterrâneas, são de domínio dos Estados da Federação. A segunda, além de reafirmar o mesmo preceito, no seu artigo 7º, II e III, vai mais além, no artigo 171. Neste artigo é instituído o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, bem como os princípios de gestão por bacia hidrográfica, da outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos e da reversão da arrecadação em proveito da gestão na própria bacia.

Como o leitor já deve ter percebido, as Constituições Federal e Estadual estabeleceram os postulados básicos de um sistema de gestão de recursos hídricos que pode alinhar o Brasil, de modo geral, e o Rio Grande do Sul, em particular, às experiências mais avançadas do mundo, em consonância com os princípios gerais e específicos acima enunciados.

Com base nesses postulados constitucionais e nos trabalhos de profissionais e entidades já referidos, foi elaborada uma proposta, posteriormente transformada em anteprojeto pelo Governo do Estado e depois aprovada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Finalmente, em 30 de dezembro passado, foi sancionada e entrou em vigor a Lei 10.350/94, a "Lei das Águas" do Rio Grande do Sul, regulamentando o art. 171 da Constituição Estadual. A Lei 10.350/94 prevê a criação de diversas instâncias institucionais, entre as quais os Comitês de Bacia, bem como as Agências de Região Hidrográfica (englobando, cada região, diversas bacias), assim como a implantação efetiva da outorga e da cobrança pelo uso da água, todos esses mecanismos inseridos num processo global de planejamento descentralizado e participativo. Com esse passo, inicia-se a tarefa final, mas talvez mais trabalhosa, de implantação de uma gestão pública, moderna e participativa, dos recursos hídricos do Rio Grande do Sul.

O papel da Universidade

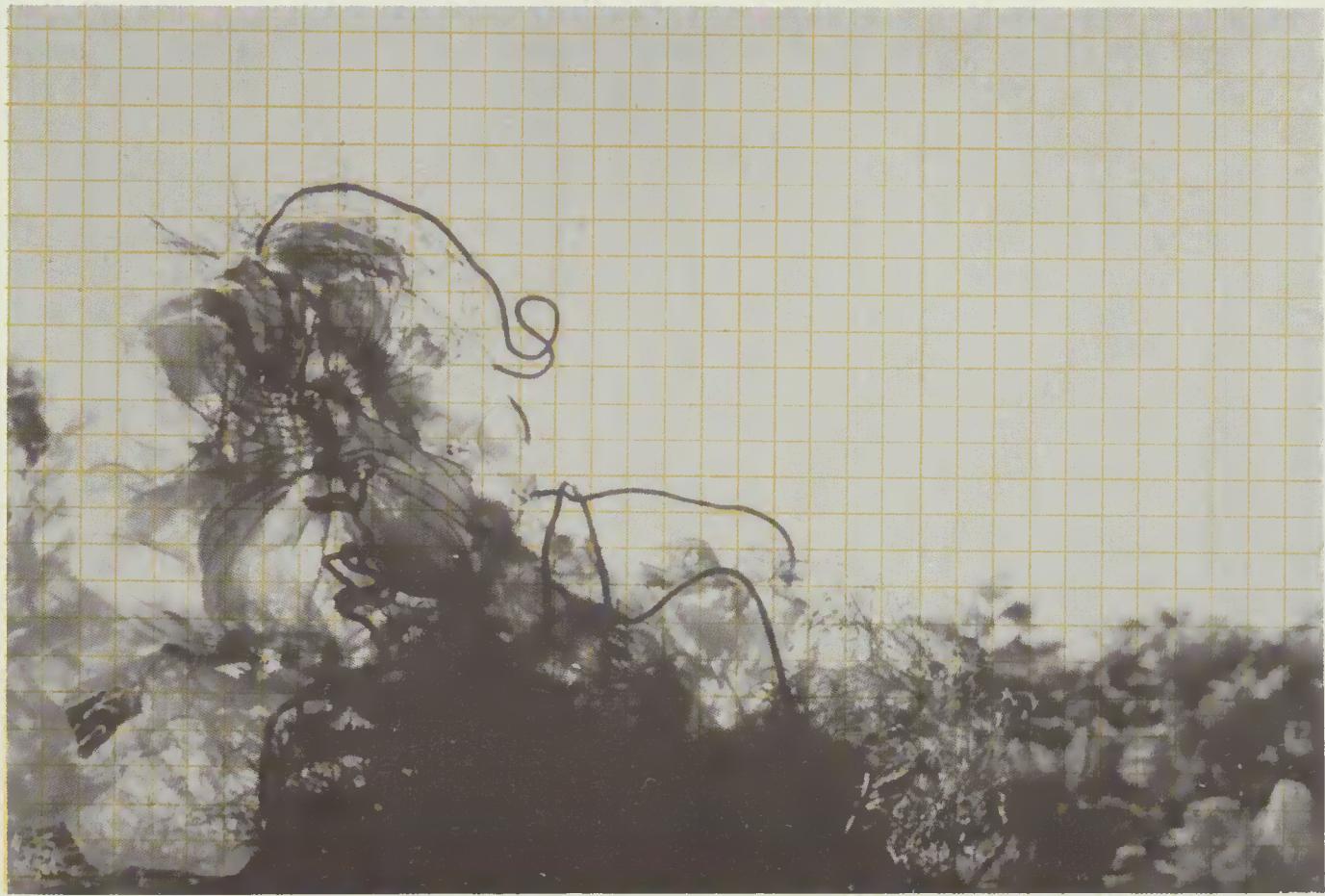
A Universidade não pode estar ausente de um processo através do qual o Estado e a sociedade procuram implantar um sistema de gestão de um bem ambiental como a água, atendendo a novas condições históricas. No caso concreto do Rio Grande do Sul, efetivamente, a presença de instituições universitárias tem sido decisiva para a concretização de alguns passos importantes. Podemos citar a participação de universidades gaúchas, como a UFRGS, a UNISINOS, a ULBRA e a UFSM nos comitês de bacia já criados. Mais ainda, professores e pesquisadores dessas universidades têm-se engajado na elaboração e na formulação de estudos e propostas importantíssimas para o processo. No caso particular da UFRGS, é necessário mencionar a participação do Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH - seja enquanto instituição universitária de ensino e pesquisa, seja através de seus profissionais individualmente. Através do IPH, a UFRGS está representada nos Comitês das bacias dos rios Gravataí e dos Sinos e, também, na Comissão Consultiva do Conselho de Recursos Hídricos do

Rio Grande do Sul - CONRHIGRS - (câmara que congrega representantes de órgão oficiais e não governamentais para discutir questões relacionadas com os usos dos recursos hídricos e contribuir para a formulação de uma política pública para os mesmos). Tanto no desempenho dessa representação quanto na contribuição para os estudos e trabalhos técnicos, tem sido relevante o papel do IPH.

No momento atual do processo, caberia aprofundar os diversos aspectos da contribuição que a Universidade pode dar. Um ponto fundamental é que trata da gestão de um bem público, a qual apresenta dimensões técnicas, políticas, sociais e culturais que precisam ser explicitadas e desenvolvidas. Praticamente todos os campos profissionais têm importantes aportes a fazer. As inovações tecnológicas, os modelos econômicos e gerenciais, o desdobramento de formas de comunicação internas e externas do sistema, a articulação multidisciplinar e interinstitucional, a normatização jurídica são alguns dos aspectos a serem considerados para a contribuição da Universidade e de seus agentes.

Estamos em um patamar do processo histórico em que desafios novos apresentam-se à sociedade. O senso comum ou a experiência ancestral já não bastam para interpretar a realidade e fornecer elementos de decisão. A natureza já não pode ser considerada como a provedora inesgotável de recursos ambientais. A gestão dos recursos hídricos é um exemplo nítido de como é preciso fazer com que o homem comum e as comunidades possam entender formas complexas que assumem antigos problemas e, a partir dessa compreensão, tomar decisões adequadas a essa nova complexidade. Para isso é imprescindível a intermediação de organismos ao mesmo tempo especializados e com um senso de globalidade (o que somente é possível através da multidisciplinaridade).

Pesquisadores a serviço da gestão pública de um bem ambiental, especialistas procurando uma linguagem comum entre si e com leigos, disciplinas e instituições aprendendo essa linguagem comum, nesses sentidos a Universidade pode dar uma contribuição única e inestimável.



Direito à integridade biológica e engenharia genética*

Genival Veloso de França - Professor Titular de Medicina Legal/UFPa

Preliminares

Imaginava-se que a última batalha a travar-se em favor dos direitos humanos seria em derredor de uma mesa, entre intrigas e astúcias dos líderes do mundo inteiro, à procura da fórmula mágica da concórdia e no desesperado anseio de evitar o catastrofismo universal.

Hoje, estamos certos de que, na angústia de avançar sempre e a todo custo, essa luta será entabulada no recesso de um laboratório, no campo da manipulação biológica. Aí, teremos dois destinos: um povoado de pesadelos e incertezas, em que seríamos certamente transformados em objetos nas mãos dos gestores e programadores oficiais; e, outro, que ensejasse a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana, contemplando o reencontro com sua dignidade.

Isto não quer dizer, no entanto, que se excluam, das necessidades do homem do futuro, as vantagens do progresso da ci-

ência e a efetiva e vantajosa participação do pesquisador. Não - desde que o cientista não se renda a uma visão tecnicista do mundo, pois o Homem, antes de tudo, quer viver bem.

A verdade, é que, na história das Ciências, não se registra uma vocação tão irrestrita às liberdades individuais, principalmente no que se refere à inviolabilidade dos direitos concernentes à integridade física e psíquica dos experimentados. Todavia, isso não nos leva a crer que o cientista se preste sempre a tal tipo de conduta. É preciso que ele não contribua com sua própria destruição e entenda que aquilo que a ciência está propondo, como projeto de mudança em favor do Homem, não seja uma forma disfarçada de opressão, de hostilidade ou de interesses que possam estar a reboque do elitismo e da dominação.

Espera-se do cientista o irrevogável compromisso com a verdade científica que se quer provar, mas como escravo de uma ética universal. Ainda que o homem técnico seja, em si,

um manipulador, é necessário que a sua atividade não fique isenta de um juízo ético ou moral e que a Ciência jamais se coloque além da liberdade e da proteção.

Diante desta concepção, só é aceitável uma intervenção na intimidade biológica do Homem quando ela responde preliminarmente às conveniências do diagnóstico e da terapêutica, a fim de restabelecer sua saúde ou amenizar seus sofrimentos. É condenável qualquer intervenção que não considere tais interesses. Se o Homem tem por seu corpo um interesse limitado, muito mais limitado é o direito do investigador, cuja missão é preservar a vida até onde suas forças e sua ciência permitam.

Repetimos: ninguém pode omitir o fato de a Humanidade necessitar do progresso das Ciências. Contudo, é preciso saber se essa proposta não se alia às desvantagens que porventura uma experiência possa trazer. E mais: um ou outro proveito que supostamente possa ocorrer não se constitui em liceidade nem se apresenta como corolário indispensável à participação manipuladora sobre o Homem.

O certo é que as Ciências da Natureza, em si mesmas, são neutras para o mundo dos valores. Cabe à nossa consciência saber apreciá-las, segundo os modelos consagrados pela tradição e pelos interesses da comunidade. Nada, pois, legítima atentados à integridade biológica com caráter eminentemente especulativo: nem o progresso da técnica, nem o da Ciência, nem mesmo um teórico bem da coletividade.

Hoje, estamos diante de um fato irreversível: o da *manipulação genética*. Não há como negar certas vantagens que possam advir do seu correto e programado uso, no sentido de favorecer o Homem e seu meio, prevenindo e curando doenças, corrigindo o ecossistema. No entanto, face à sua má utilização, podem surgir a *programação de pessoas, o controle da sociedade e o domínio da Natureza*.

Assim, por exemplo, não se pode impedir o mapeamento competente do DNA humano, codificando toda sua estrutura e armazenando esses dados no computador, quando isso tem o propósito de relacionar certos genes a um determinado quadro patológico. Essa cartografia do DNA só pode ser alterada na correlação gene/doença, como nos casos da doença de Huntington, da fibrose cística e do mal de Alzheimer, relacionados a anomalias cromossômicas.

Mesmo que exista tecnicamente uma possibilidade incalculável de informações do material genético indefinido, o cientista não está autorizado a especular sobre isto, muito menos a fazer tudo aquilo que a Ciência pode realizar. Em suma: o pesquisador não pode *brincar de Deus*, redefinindo e recodificando o arranjo genético da vida. É necessário que se criem regras jurídicas e bioéticas capazes de garantir, no futuro, um quadro compatível com os interesses da Ciência e com a dignidade humana, com as disponibilidades do cientista e com os interesses de ordem social. É claro que não estamos querendo considerar um gene como objeto de regulamentação ética ou legal - mas as técnicas e os resultados que têm a ver com ele.

necessita-se de uma reformulação ou de uma adaptação das ciências do comportamento.

É preciso balizar este «mundo novo» na dimensão que merece a dignidade de cada homem e de cada mulher - e dizer ao mais afoito que ele não é onipotente e que suas investidas são moralmente perturbadoras.

Aqui, trataremos não só do direito à integridade física e moral assegurado constitucionalmente a cada ser humano (como o direito de não sofrer sevícias e torturas, ou de não ser submetido a outras formas de tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante).

Mas, principalmente, do direito de ser protegido contra as manipulações biológicas com interesses condenáveis, como as experiências especulativas e as manobras reprováveis em torno da reprodução humana.

Incontestável é que as descobertas científicas mais recentes e o extraordinário progresso da tecnologia aumentam, dia a dia, o poder do Homem sobre a Natureza. Mas não se pode esquecer que crescem, por outro lado, os perigos da destruição da vida. Por isso, é preciso alertar nossa consciência - em vigília permanente para o descompasso entre o bem e o mal, segundo os padrões éticos e morais da civilização a que pertencemos - para que a natureza humana jamais seja desvirtuada.

Há muito tempo que se vem perguntando: o corpo do Homem pode ser objeto da manipulação biológica indiscriminada? Qual o limite do cientificamente possível e do eticamente válido? A moral hodierna e o direito constituído são claros ao assegurar o uso devido das inovações da moderna biotecnologia? Quem vai controlar o manipulador?

Para assegurar respostas imediatas a tantas questões, seria indispensável um entendimento muito transparente e definitivo, pelo menos sobre alguns problemas como:

- o destino dos embriões congelados após o uso da reprodução chamada assistida;
- a decisão sobre o regime de filiação e da sucessão na heteroprocriação artificial;
- a licitude da clonação com a produção de indivíduos iguais e em série;
- a possibilidade da gravidez masculina, da fecundação entre gametas humanos e animais e da gestação de embriões humanos por animais;
- a modificação intencional do código genético humano para formação de um indivíduo *melhorado*;
- entre outros pontos.

O fato é que se, de um lado, ninguém nega as vantagens do progresso técnico-científico no terreno da biologia, despertando esperanças entre os que padecem de perturbações causadas pelas desordens genéticas, impõem-se, por outro, a exigência da proteção dos valores que consagram a dignidade da pessoa humana e a imperiosidade da preservação da vida humana.

O valor da vida é tão grande que a cultura humana tenta preservá-la até mesmo nos momentos mais precários e excepcionais, como, por exemplo, nos conflitos internacionais, na hora em que o direito da força se instala e quando tudo é paradoxal e inconcebível. Ainda assim, o bem da vida é de tal magnitude que a intuição humana tenta protegê-la contra a insânia coletiva, criando-se regras que impeçam sacrifícios inúteis. Todos se empenham no reencontro da mais indeclinável de suas

Direito à Integridade Biológica

A partir do momento em que se tornam mais e mais possíveis certas manipulações no campo das ciências biológicas,

normas: o respeito pela vida humana.

A primeira coisa a ser considerada, portanto, no que se refere ao direito à integridade biológica, é que essas intervenções ocorrem sobre o Homem e que elas podem afetar não apenas seu corpo, mas sua dignidade. Não se trata, pois, de uma simples questão moral ou de uma opinião política, senão da preservação do próprio Homem, no seu contexto mais amplo.

O perigo está, por isso, mais para diante, em se estender o conceito utilitarista de pessoa, que hoje já exclui os nascituros e os pacientes terminais, ou estimular a *coisificação* do corpo humano, divorciando o conceito de pessoa de sua estrutura corporal, ou estimulando qualificações entre o indivíduo da espécie humana e pessoa.

Assim, a intervenção indiscriminada e eminentemente especulativa contra a integridade biológica do ser humano, principalmente no que se refere à manipulação genética, constitui atentado à espécie humana e à dignidade da pessoa concreta, principalmente se isto é capaz de alterar a descendência, estimular a coletivização e descharacterizar a pessoa como pessoa.

Há certas áreas de pesquisas - entre elas a da pesquisa genética em fetos e embriões - que não receberam ainda um cuidado mais imediato nos seus aspectos éticos e legais, certamente porque são seres humanos não considerados como pessoas.

Estamos sob a égide de uma Constituição que orienta o Estado no sentido da «dignidade da pessoa humana», tendo como normas a proteção do bem comum, a garantia da integridade física e moral do cidadão e a proteção incondicional do direito à vida. Torna-se evidente a necessidade do controle das manipulações biológicas, com normas específicas, como fator indispensável da manutenção da ordem pública e do equilíbrio social. Seu fim precípua é a criação de meios e condições para que as pessoas sejam protegidas em todos os seus valores e que possam desenvolver plenamente todas as suas aptidões e ocupar o lugar que está destinado a cada um de nós. Mesmo que as ciências biológicas sejam uma área do conhecimento viva e dinâmica, não são valores absolutos a que todos os outros devam estar sistematicamente subordinados. Começam eles a merecer objeções quando comprometem o indivíduo ou os interesses de ordem social. Essa proteção, portanto, não visa apenas à defesa da própria pessoa, mas, antes de tudo, ao interesse ético-político da coletividade.

Qualquer ameaça à integridade física ou à saúde de um único homem numa intervenção especulativa é, indubitavelmente, um ato de lesa-humanidade, um atentado contra todos os homens.

O Consentimento Esclarecido

Toda intervenção no patrimônio biológico do Homem, além de ter sua inspiração no mais elevado propósito de quem interfere e no respeito absoluto pelos direitos da pessoa humana, deve contar, de forma patente, com a adesão consciente e informada daquele que se submete à intervenção, sendo ele maior, capaz, hígido e em condições de dar livre e conscientemente sua permissão.

Mesmo considerando que o ideal seria que cada interferido tivesse uma razoável capacidade de compreensão e indepen-

dência absoluta para exercer suas liberdades, temos que considerar que muitas vezes os indivíduos são desprovidos de certa capacidade intelectual e pertencem a grupos mais desarrimados da sorte, pela iniquidade e pela penúria.

Ainda assim, o pesquisador terá a devida habilidade de passar todas as informações, em linguagem simples e decodificada do jargão científico, de forma que o indivíduo possa entender o caráter da intervenção, seus objetivos, seus riscos e benefícios e, também, dar-lhe plena liberdade para abandonar a investigação no momento que pretender.

No que se refere aos indivíduos sem condição de dar consentimento, por limitação física, psíquica ou legal, mas que necessitam da intervenção biológica em seu próprio benefício, esta pode ser realizada após expressa autorização dos seus responsáveis legais. Fora deste parâmetro, é indefensável qualquer forma de intervenção com caráter especulativo em menores de idade ou incapazes que não traga um interesse em seu próprio bem, não só pelos riscos à sua saúde, desconforto físico e comprometimentos psicológicos ou morais, senão, também, pela incapacidade de quem quer que seja de autorizar esse tipo de intervenção.

É evidente que tal proibição não chega a invalidar coletas de pequenas amostras de sangue ou de fluidos biológicos, ou de discretas partes de tecidos que, de forma eventual e inócuas, possam ser retiradas para fins de diagnóstico ou rotina de controle.

O fato de o experimentado estar ciente da intervenção que lhe é feita nem sempre é moralmente defensável. Pois o que se tem verificado, em alguns momentos, é a habilidade e o esforço dissimulador da intenção abusiva, escamoteada tantas vezes por motivações «justas» e «necessárias». A licitude de um ato dessa natureza não está só no consentimento, mas na sua necessidade e na sua legitimidade.

Assim, mesmo que a permissão tenha todas as aparências e justificativas de idoneidade, e mesmo que exista aquiescência por escrito, chega-se à conclusão de que a vida e a saúde são bens irrecusáveis e inalienáveis, que o bem comum tem interesse em resguardar de forma irrestrita e incondicional. As Ciências necessitam progredir mais e mais. Algumas vezes, até pela ousadia de suas intercessões. Todavia, isso não justifica a violência sobre um só homem, qualquer que seja sua condição, qualquer que seja o progresso pretendido.

Nossas normas não se reportam a intervenções biológicas em presidiários. No entanto, poucos são os países que utilizam prisioneiros «voluntários» em projetos dessa ordem. Mesmo sabendo-se da existência de defensores de tais modelos, entendemos que essa intervenção não deva ser realizada.

Primeiro, para não criar no recluso uma falsa perspectiva de benefícios extraordinários, como a amenização da pena ou a liberdade condicional - e aí já estaria comprometido o consentimento, pela falta de opção e liberdade.

Em segundo lugar, porque esses detentos, além de estarem sob a guarda e proteção da Justiça, podem exigir o respeito à sua integridade física e a sociedade tem o direito de vê-los cumprir a justa medida punitiva.

Até mesmo as políticas intervencionistas do Governo, na área da saúde pública, como, por exemplo, na vacinação em massa, na implementação de programas de erradicação de

vetores e na adição de fluoretos nos sistemas de abastecimento de água, não devem ser vistas como condutas impostas por força de lei, mas como uma proposta vantajosa em favor da saúde coletiva.

Como em certos casos de vacinação e de controle de vetores pode surgir algum malefício causado por substâncias biologicamente ativas, um ou outro indivíduo pode recusar o tratamento. O que se procura evitar com tais precauções é o abuso contra pessoas de uma comunidade que, sem o seu devido conhecimento e permissão, e sem um objetivo de proteção à saúde pública, possam ser vítimas involuntárias de ações deletérias de certas intervenções biológicas, muitas delas envolvendo pessoas humildes, simplesmente por interesses de grupos alienígenas, nem sempre bem intencionados.

Quando for possível obter o consentimento de cada indivíduo numa intervenção dessa ordem, os projetos só devem ter prosseguimento se houver criteriosa avaliação da inocuidade, uma técnica de resultados comprovados e um consentimento de órgão independente e representativo do segmento social envolvido na pesquisa.

O Destino da Engenharia Genética

As conquistas da engenharia genética, no seu esforço compensador de tornar a condição humana livre ou suavizada de sofrimentos, não podem deixar de ser acolhidas como úteis e necessárias, quando, por exemplo, tenta-se modificar ou alterar as informações erradas no DNA em favor da espécie. Ou seja, na pretensão de melhorar o ser humano, sem romper com sua natureza.

Uma coisa é aperfeiçoar a herança genética do Homem e outra, muito diferente, é a insensatez de mudar a espécie humana. Assim, se este modo de agir não se aproxima das esperanças do Homem e do respeito a sua dignidade, tal forma de manipulação pode despencar num trágico resultado.

Em 1990, na Inglaterra, pesquisadores médicos da área da reprodução assistida fertilizaram *in vitro* vários óvulos humanos e, nas primeiras fases do blastocito, removeram-lhe uma célula e a usaram para determinar o sexo dos embriões. Em seguida, bloquearam os embriões masculinos, pelo fato de eles serem todos portadores de desordens genéticas ligadas a esse sexo. Um dos embriões feminizados foi implantado no útero da própria doadora, dando origem a uma criança saudável.

Neste caso, a escolha do sexo, assim obtida, não macula nenhum princípio ético ou jurídico, porque não se fez outra coisa senão optar por um deles, em função da qualidade de vida favorecida por aquela prática.

Outra proposta, mais atual, é a de inserir gene ou certo número de informações genéticas em células humanas, no momento decisivo de seu desenvolvimento, no intuito de melhorar ou alterar uma inteligência precária ante um retardamento mental.

Para isso, no entanto, seria necessário produzir alterações perfeitas, de modo que os outros componentes funcionassem correlativamente. O problema é saber até onde o agente da manipulação genética estaria autorizado a interferir nesse rendimento.

Não seria esta uma perigosa tentativa de mudar a espécie

humana? Se considerarmos que alguns homens receberam uma herança biológica muito pobre e que a manipulação vem em favor desse *homo novus*, não há por que se oponer. Devemos, nesse sentido, intervir em favor do conjunto da espécie humana - ou fazê-la caso a caso?

É claro que nem sempre será fácil passar para a sociedade essa necessidade de agir em favor do *feto desfeituoso*, aceitando-o na condição de paciente, quando essa mesma sociedade legaliza ou tenta descriminalizar a morte de fetos sadios, sem nenhuma indicação de tratamento, por eventuais concepções mais pragmáticas.

Mais recente, ainda, é o projeto que surgiu na Inglaterra, onde os cientistas injetaram DNA humano num embrião de porco, na expectativa de que o gene implantado nesse animal transgênico tornaria seus órgãos mais compatíveis com o sistema imunológico do Homem, contribuindo assim para solucionar alguns problemas na área da transplantologia.

Os genes que compõem nosso sistema imunológico, e que fazem com que cada um de nós seja imunologicamente único, encontram-se codificados por um trecho muito grande de DNA conhecido como o grande complexo de hiscompatibilidade. Para produzir animais-irmãos, basta neutralizar os genes desse complexo em cada animal, por cópias pertencentes a cada gêmeo humano.

Se a engenharia genética conseguir produzir órgãos de animais compatíveis com o sistema imunológico do Homem, nada impede, tecnicamente, que seja criado, no futuro, um *animal transgênico*, um gêmeo imunológico do Homem - um verdadeiro *animal-irmão* - e de cada pessoa ter um animal transgênico sob medida, para suas futuras necessidades.

Resta saber, apenas, como reagirão os antiviviseccionistas e os teóricos da Bioética - e até onde serão levantados os limites das experimentações desnecessárias e constrangedoras, ante as prioridades do Homem de amanhã.

A manipulação biológica no campo molecular, por sua complexidade e pela significação dos resultados, inclui uma série de reflexões sobre o valor de cada proposta e sobre os riscos advindos, para que a Natureza e o indivíduo não caiam no perigo da destruição nem sofram prejuízos que não possam ser reparados.

Não se pode também dizer que sejam simples problemas de diversidade de opiniões. São dilemas que o Homem atual tem que enfrentar, diante das disponibilidades do poder da Ciência sobre a vida e sobre o destino das pessoas. O perigo está em se conhecer a chave do mecanismo pelo qual são transmitidos os caracteres hereditários, desmontando-se a cadeia do DNA e reorientando-se sua construção no interesse irresponsável do gestor ou do processador.

Teme-se que se coloque em andamento um processo e, depois, venha-se a perder o seu controle, levando ao surgimento não apenas de indivíduos programados, mas a criação e multiplicação de agentes patogênicos causadores de doenças novas, não tratáveis e causadoras de todas as tragédias possíveis.

É claro que ninguém é contra qualquer projeto que se propõe a melhorar as condições de vida e de saúde das pessoas e das comunidades, principalmente das flageladas pelo sofrimento e pela injustiça.

Isto é perfeitamente legítimo e alentador.

O risco está no uso de tecnologias capazes de interferir no patrimônio genético do Homem, ora como forma exclusiva de especular, ora como projeto que significasse o ultraje e o desprezo aos valores humanos.

Fato muito polêmico e eticamente controvertido é o da clonação de embriões humanos. Este processo já ocorre naturalmente nos casos de gêmeos monozigóticos ou univitelinos. No entanto, é possível a clonação de vários embriões, com a eventualidade do nascimento de um dos gêmeos e o congelamento dos demais, como verdadeiras cópias, para nascerem a cada ano - ou com vários anos de diferença. Assim, por exemplo, um indivíduo de sessenta anos poderia ter um irmão gêmeo recém-nascido.

Outra situação bastante duvidosa, não tanto pela intenção, mas pelos possíveis resultados, é a da *terapia genética*.

Seu fundamento é transferir genes de um organismo para outro, a fim de que se tornem perfeitamente adequados ao novo hospedeiro, e como meio de substituir uma informação genética anômala, causadora de perturbações por desordens genéticas.

O problema está na integração desse novo material, como capaz de gerar danos irreversíveis no gene essencial da célula hospedeira, pois qualquer dano subsequente, em vez de encerrar-se com o indivíduo, continuará e marcará as gerações seguintes.

Ademais, o grande risco na política da tecnologia genética é transformar isto numa ameaça em grande escala, visando a interesses econômicos ou políticos, através de alterações gênicas arbitrárias. Ou mesmo permitindo a existência de programas paralelos, caracterizando verdadeiros *mercados negros* biológicos.

Conclusões

Existe considerável demanda de situações novas, a exigir do Direito respostas e soluções nesses intrincados assuntos da biotecnologia.

Mesmo sabendo-se que tais temas pertencem a um acervo muito recente do conhecimento humano, tal contribuição será insuprível na regulamentação das técnicas e no destino das aplicações às necessidades da população - sem esquecer que existe uma tradição em nosso ordenamento jurídico em questões de tal ordem, quase a garantir a autonomia dos que promovem programas mais sofisticados. A tradição é legislar a partir de uma opção consensual e anuente - e não sobre o que deriva das necessidades mais controvertidas.

Pelo menos no que tange à reprodução assistida, será necessário que se criem normas de biotécnica precisas e uma política de controle sobre as intervenções genéticas, evitando os tribunais paralelos da eugenia, como já se vem fazendo no *controle da qualidade dos bebês*, através do exame no líquido amniótico, descartando-se os fetos de «má qualidade» ou aperfeiçoando os considerados «fora de padrão», por meio do chamado *aborto eugenico*.

Espera-se que o Congresso Nacional aprove lei, a exemplo de outros países, sobre ética e segurança em torno de experimentos biológicos, com regras bem definidas e proibições abrangentes a respeito de:

- patentes de genes;
- terapias genéticas e alterações gênicas em animais, que lhes causem sofrimentos ou defeitos orgânicos;
- manipulação, produção e conservação de embriões humanos;
- patenteamento de sequências do DNA;
- modificação do material genético de pessoas vivas, exceto para o tratamento de doenças;
- e liberação da natureza de partículas do DNA ou de organismos geneticamente transformados capazes de vida livre independente.

Finalmente, é preciso que a comunidade esteja sempre vigilante e organizada. Primeiro, para saber quais são os critérios e quem são as pessoas que podem ser envolvidas numa forma de manipulação desse jaez. Depois, o mais importante: *quem controlará o manipulador?*

Mesmo dizendo-se que esses projetos exigem legislação específica e rigorosa, faz-se mister repetir que a qualidade da lei depende da opinião pública e da participação cada vez maior do conjunto da sociedade, como meio de purificar a norma. Ninguém pode permanecer fora dessa responsabilidade. Estão em jogo a sorte das liberdades individuais e o destino da pessoa humana como espécie.

Referências Bibliográficas

1. CLOTET, J. "Reconhecimento e Institucionalização da Autonomia do Paciente: Um Estudo". *Revista Bioética*, 1993, 1:157-63.
2. DOBEZHANSKY, T. *Diversidade Genética e Igualdade Humana*. Editora Lisboa, 1973.
3. FERRAZ, S. *Manipulações Biológicas e Princípios Constitucionais: Uma Introdução*. Sérgio Antônio Fabris Editor, Porto Alegre, 1991.
4. FRANÇA, G. V. *Comentários ao Código de Ética Médica*. Editora Guanabara Koogan S/A, Rio de Janeiro, 1994.
5. _____ . *Direito Médico*. Quinta edição. Fundo Editorial Bik, São Paulo, 1992.
6. _____ . *Medicina Legal*. Terceira edição, Editora Guanabara Koogan S/A, Rio de Janeiro, 1991.
7. HAERING, B. *Medicina e Manipulação*. Edições Paulinas, São Paulo, 1971.
8. MALHERBE, J. *Médicin et Droit Médical*. Masson & Cie. Editeurs, Paris, 1968.
9. MARTIN, L. M. *A Ética Médica Diante do Paciente Terminal*. Editora Santuário, Aparecida, 1993.
10. SEVATIER, R. *Traité de Droit Médical*. Librairie Techinques, Paris, 1956.
11. SILVA, F. L. "Breve Panorama Histórico da Ética". *Revista Bioética*, 1993, 2:7-11.
12. YAGUE, F.L. *Fecundación Artificial y Derecho*. Tecnos, Madrid, 1988.

Trabalho apresentado no Painel "Os Novos Direitos", durante a XV Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Foz do Iguaçu, 4-8/set/1994.



A hermenêutica do espaço público

Raul Dorfman

Professor no IPH/UFRGS

Pra princípio de conversa, uma definição de Espaço Público: "Uma extensão indefinida fisicamente, porém localizada sobre todo o território nacional, onde todos os cidadãos teriam direitos de soberania sobre bens, sejam eles materiais ou sociais".

Deve-se, desde logo, excluir destes bens tudo o que é privado e isto não é uma tarefa fácil, mormente nos dias atuais. É que um vírus privatista, de cepa neoliberal tupiniquim (NLT), assola o País de norte a Sul, do Oiapoque ao Chui. À semelhança da Peste Negra que dizimou populações inteiras na Europa Medieval, esta peste neoliberal contamina e destrói, porém não se contenta com pouco: quer contaminar tudo e todos. Nada lhes escapa: estradas, pontes, hospitais, escolas, serviços, indústrias, fauna e flora. E cria um estonteante enigma: se tudo for privatizado, onde é o locus do Espaço Público? Parece não haver dúvidas, até para o mais ferrenho privatista, que algo na nossa organização social deve ser público. E respondem ao enigma, antes de devorarem nosso patético cidadão

comum, que existem cláusulas sociais pétreas, absolutamente garantidas como os direitos à vida, de ir e vir e de crença religiosa, tudo num ambiente democrático e de livre propriedade. O som é bonito, mas os instrumentos são macabros.

A primeira falácia destes modernos profetas: nenhuma forma de garantia é oferecida pelos NLTs ao direito à vida. A sociedade em projeto não possui mecanismos de distribuição de comida, roupa, remédios, abrigo e tudo o mais necessário para gerar qualidade de vida decente e de forma equitativa para todos os seus membros. Nem garante um montante de moeda suficiente para que eles o façam por conta própria. Onde a maioria absoluta da população ganha menos de R\$ 100, nem Cristo transformaria tal quantia ao menos em pães para toda a população faminta.

A segunda falácia é o direito de ir e vir: só rindo. Pelo preço da passagem aérea, só 5% da população gozaria desse inalienável direito.

Quanto as crenças religiosas, alguém já disse antes de mim que são "Bem-aven-

turados os pobres de espírito, porque deles é o reino de Deus". Mas na terra, que parece ser o espaço do Homem, nenhuma crença, e muito menos a crença neoliberal, garante o pão nosso de cada dia. Aqui, temos o Espaço Público nos céus e o Espaço Privado na Terra. Ou, em outras palavras, o inferno é aqui.

E nós, os da Universidade Pública, o que temos com isto? Um raciocínio simples e linear tropeça numa conclusão óbvia: o Espaço Público da Memória Cultural, da Ciência e da Educação é a Universidade Pública. Elas deveriam ser, no mínimo, as guardiãs da produção científica e cultural da Nação e por isto, serem defendidas com unhas e dentes pelos representantes eleitos pelos cidadãos para representá-los. Por todos eles...

Nem vou perder tempo discutindo argumentações sobre as funções e as contribuições da Empresa Privada, seja em que forma elas se apresentem. Tudo o que carrega o rótulo de "Privado" tem um dono, tem um preço e portanto não tem nenhuma obrigação com o "Público", somente com um tal Mercado. Se-

a lógica neoliberal, o Paraíso seria o Espaço Privado e que tudo o mais vá para o Inferno! Observe-se como são manipulados os paradigmas de paraíso e inferno: quando interessa, é aqui, na terra; quando não interessa, é lá, no céu.

Poderá ocorrer, e ocorre até com uma freqüência acima do tolerável, que, abrigados por um estranho poder e protegidos por uma indecente impunidade, muitas coisas públicas estão a serviço de interesses privados, inclusive no âmbito das Universidades Públicas. Isto é um defeito do sistema, introjetado pela própria moral vigente em nossa Sociedade, reforçado pela lei do mais forte ou do mais rico. Afinal, ouro é poder na crença neoliberal.

É importante mostrar como se está armando golpes mortais nas Universidades Públicas em nome da Reforma do Estado, da Modernidade, da Moralidade e do Desenvolvimento Econômico. Algumas das medidas exemplificadoras disso que se convencionou apelidar de “flexibilização da coisa pública” são velhas conhecidas e de tempos em tempos aparecem em cena, na busca do seu Oscar da mediocridade: cortes de verbas, magros orçamentos, ausência de investimentos, limitação de pessoal, baixos salários, ameaças a direitos sociais duramente conquistados, como aposentadoria integral por tempo de serviço, ações contra ganhos na Justiça do Trabalho e coisas do gênero. A intenção oculta é transformar a coisa pública num inferno, dando a idéia de que o paraíso é a coisa privada, é provocar a debandada de docentes das Universidades Públicas para o colo das empresas privadas, é destruir a memória científica e cultural, é dar o retoque final no trabalho de coonização iniciado pelo sr. Cabral no ano da graça de 1500.

Alega-se à boca pequena, com eco de um coral gigantesco de certa imprensa a serviço da venda de anúncios e com a morte de muitas florestas para fabricar o papel onde será registrado todo esse besteirol cujo destino será a lata de lixo da História, que “corporações tomaram conta das instituições públicas” - e aí se incluem os docentes e funcionários técnico-administrativos das Universidades Públicas, que “criaram enormes benefícios para seus corporativados” e nhémnhémnhém. Até que existem al-

guns beneficiados. Cuidemos porém os sofismas: conquistas sociais não podem, sob nenhuma hipótese, ser confundidas com privilégios. Por exemplo: não deve ser a regra a maior parte dos cidadãos morrer antes de se aposentar só porque um bando de vigaristas tomou de assalto os cofres da Previdência e aparentemente não se conseguirá num futuro próximo honrar os compromissos já assumidos. Ao invés de botar esta malta na cadeia, a idéia que nos querem impingir é que os ladrões continuarão a roubar o Tesouro Nacional e só não darão um golpe se o “Tesouro” for privado. Mas, meu Deus!, se o tesouro for privado, o tesouro já foi pilhado! E o pior desta proposta: se não conseguimos controlar a coisa pública, como ou quem vai controlar a coisa privada?

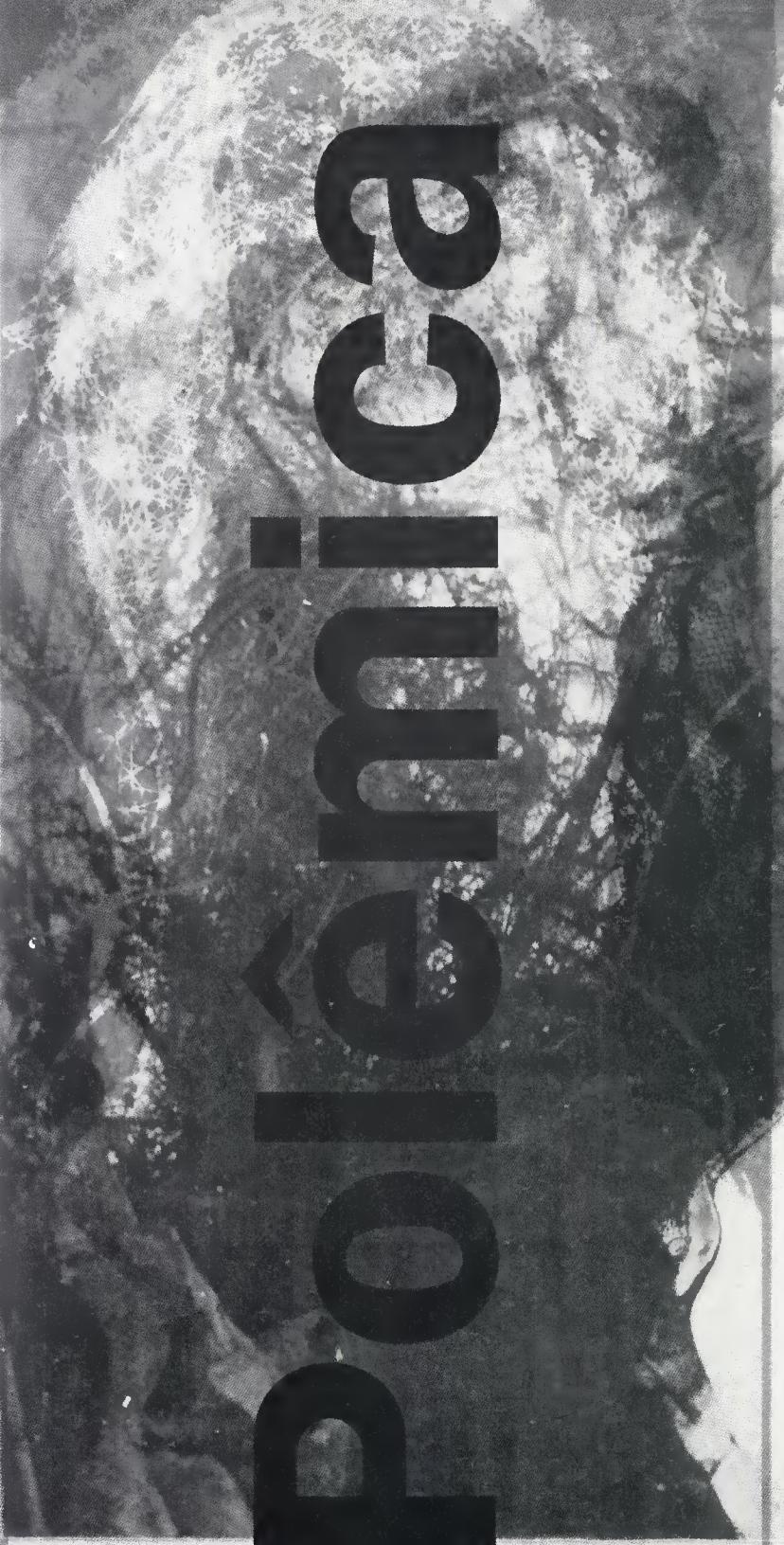
E os sobreviventes? A regra pela qual os sobreviventes venham a ganhar uma pequena fração do que ganhavam, parece enfiar debaixo do tapete as grossas fatias descontadas de seus proventos sob os mais variados títulos. O aposentado será tratado como um pária ao invés de reconhecida pela Sociedade sua contribuição quando na ativa. Não deve ser a regra socializar as migalhas ao invés de distribuir a riqueza da Nação. A não ser que estes NLTs estejam realmente preocupados com a vida extraterrena do cidadão comum, pagador de impostos, freqüentador das filas do INSS e do SUS, entalado nos coletivos fedorentos da vida. De fato, o tempinho terrestre será bem vivido por alguns espertinhos e depois se discute a fatura. “É mais fácil um camelo entrar no buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus.” De novo, a história de que o inferno é aqui.

Você aí, ilustre leitor, poderá estar se perguntando o que esta arenga de aposentadorias e pensões tem a ver com o Espaço Público. É simples a resposta: não se pode construir um Espaço Público se não há público vivo e mentalmente sadio para ocupá-lo. O que uma nação deve ter como cláusula pétreia fundamental, sobre a qual todas as outras condições se apoiarão, é a manutenção da sanidade física e mental de sua população, seja ela ativa ou fora do sistema produtivo. É isto que Nações civilizadas têm que as outras não têm. Agora, me respondam vocês: é possível alguém produzir com qualidade se além de minguarem suas condições ma-

teriais de trabalho ainda lhe é retirado o sossego com boatos e ameaças a respeito de seu presente e de seu futuro?

O epílogo desta história pouco celestial, caríssimos irmãos, ainda está por ser escrito. Há uma grande discussão pública a ser feita com a Sociedade, que não deve ser realizada a portas fechadas e que estabeleça o que, afinal, é Público e, portanto, comum a todos. Nós já estabelecemos algumas premissas e mostramos que as Universidades Públicas têm um papel vital para a guarda da memória nacional em Ciências e Cultura bem como produtora e reproduutora de conhecimentos nestas áreas. Além disto, elas são parte do Espaço Público, representando portanto um *locus* privilegiado de debates científicos e culturais que não podem ser feitos em espaços privados, mas isto parece não agradar parte da torcida. O Espaço Público contém em suas fronteiras a Universidade Pública e esta com aquele se confunde. Portanto, preservar a Universidade Pública é preservar parte importante da identidade nacional. O resto é retórica muito da chinfrim.

O que deve nos preocupar realmente é que sai Governo, entra Governo e não vemos o assunto publicamente debatido. Apesar de sermos parte do Espaço Público, ironicamente não temos conseguido o sucesso da novela das oito junto ao povão e não raras vezes temos as próprias autoridades constituídas jogando no time contrário. E como se fosse uma praga lançada dos céus, por não conseguirmos um interlocutor dentro do Espaço Público, temos falado muito entre nós e conosco mesmo e o discurso tem ressoado somente nas velhas paredes de alguns vetustos prédios. E lá fora, a vida continua na vida global, via Internet, em multimídia e com *flashbacks* coloridos, com indiferença, quando não repulsa, ao nosso doutoral acadêmico. Terá chegado o Apocalipse do Espaço Público ou somos nós que perdemos a via de comunicação nesta sociedade miseravelmente pós-moderna? Há tempo para meditar, há tempo para jogar conversa fora e há tempo para agir. Façam suas apostas, brasileiras e brasileiros: o bolão da supersena do Espaço Público está esperando que os senhores acertem de vez as dezenas dos direitos de soberania sobre os bens materiais e sociais que vos tocam coletivamente neste latifúndio.



**3
é
m
o
d
o**

Universidade Espaço público

AS RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE, ESTADO E SOCIEDADE FORAM DEBATIDAS PUBLICAMENTE PELOS PROFESSORES DENIS ROSENFIELD E RENATO DE OLIVEIRA NAS PÁGINAS DO JORNAL *ZERO HORA*, ENTRE ABRIL E MAIO DESTE ANO. É UM REGISTRO IMPORTANTE SOBRE O TEMA CENTRAL DESTA EDIÇÃO DE ADVERSO. CONFIRA.

Um contrato não cumprido

Sustentada pelo Estado, a Universidade não tem retribuído com a formação de profissionais competentes, como é direito da sociedade

DENIS L. ROSENFIELD *

A discussão acalorada, suscitada pelas recentes medidas adotadas pelo Ministério da Educação, e as reações freqüentemente passionais, para não dizer corporativistas, que tiveram lugar, não nos devem ocultar o problema crucial enfrentado pelas instituições de ensino superior, qual seja, o da *necessária reforma universitária*.

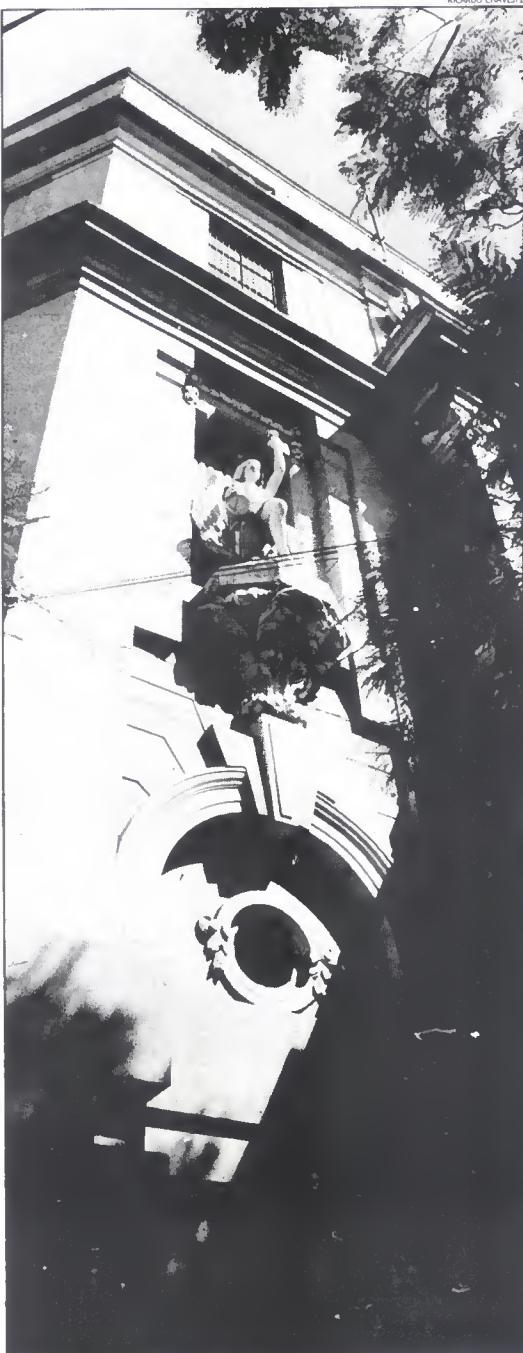
A política de reforma universitária coloca como urgente uma discussão sobre os rumos da universidade, sua estrutura e sua função social e política. Não se trata apenas, como o momento o poderia sugerir, de uma resposta política, mas, também, de uma reflexão sobre o que se deve fazer para que a universidade cumpra com suas metas e objetivos, essencialmente o ensino, a pesquisa e a extensão em patamares internacionais de excelência acadêmica.

A Universidade é uma instituição portadora de uma finalidade imanente e que deve, pois, estruturar-se administrativa e politicamente segundo os critérios do mundo acadêmico e científico. Isto significa que a discussão política deve inserir-se neste marco geral, dado pelo ensino e pela pesquisa, sob pena de partidarizar-se, tornando-se um órgão do Estado como qualquer outro.

Pela posição que ocupa na sociedade, a Universidade constitui-se como uma instituição pública-estatal. Estatal, pois os seus recursos provêm do Estado. Seus funcionários e servidores pertencem a este e obedecem à carreira e à hierarquia que ele estabelece. Pública, pois a Universidade deve apresentar à sociedade o resultado de seu trabalho, formando profissionais competentes, desenvolvendo a pesquisa e refletindo sobre as relações sócio-políticas sob as quais vivemos.

Neste sentido, o caráter *público* da Universidade é ainda acentuado pelo *direito* que tem a sociedade de *controlar* o que lhe é apresentado como o fruto do que nela se faz. Os parâmetros deste juízo são dados pela adequação ou não entre a finalidade própria da Universidade e o resultado efetivamente produzido.

Uma parte dos ataques de que a Universidade tem sido objeto, provenientes de uma opinião pública difusa, decorre do desconhecimento de seu modo de funcionamento e da falta de informação da resultante. Por exemplo, apesar de eventuais questões pontuais, a Universidade tem atravessado incólume os problemas avassaladores de corrupção apresentados por nosso país. Denúncias raramente atingem nossa instituição universitária, o que mostra que, desde este ponto de vista, a Universidade tem conseguido preservar sua "moralidade". Logo, sendo esta nossa situação, por que não fazê-la pública, tornando para todos acessível a "folha de pagamento" de nossa instituição e o modo de emprego de seus recursos? Uma universidade *pública* é aquela que, ao abrir-se para a sociedade, informa a esta a maneira de utilização dos seus recursos. Não são estes sociais, na medida que, sob



A Universidade deve revisar seu funcionamento e a aplicação de recursos

forma de imposto, a sociedade os fornece a esta instituição para a educação dos seus filhos e para a pesquisa necessária para o seu desenvolvimento?

Contudo, se sob o aspecto da "moralidade", a linha de "defesa" da Universidade consiste em tornar público o seu modo de funcionamento e a aplicação de suas verbas, tal não acontece no que diz respeito à qualidade do ensino fornecido e da pesquisa realizada. É notório que alguns cursos da Universidade não preenchem as suas funções, formando profissionais despreparados, inaptos a cumprir o que deles a sociedade espera. Em que pese o esforço de professores, funcionários e estudantes, preocupados com o cumprimento de objetivos científicos e acadêmicos, o disfuncionamento apontado faz com que a sociedade fique numa justa expectativa de um contrato não cumprido. Ou seja, a relação que a Universidade guarda com a sociedade é a de um tipo de *contrato*, segundo o qual deve prestar serviços sob a forma de profissionais qualificados e de uma pesquisa de ponta. Esta relação contratual cria expectativas e, se estas não se realizam, surge precisamente todo um questionamento decorrente de um "direito" não atendido. O Estado e a Universidade em particular devem, portanto, extrair estas consequências sob a forma de uma revisão de seu modo de funcionamento, da aplicação dos seus recursos, para além dos interesses corporativos que podem obstruir uma tal transformação. Uma instituição *pública* tem a obrigação de mostrar à sociedade o seu modo de inserção nesta sob a forma da qualificação profissional que oferece.

É imperiosa uma avaliação externa da Universidade, infensa ao jogo de interesses corporativos que buscam deixar tudo como sempre esteve

Neste sentido, torna-se imperiosa uma avaliação externa da universidade, infensa ao jogo dos interesses corporativos que, sob forma de "avaliações" internas, na verdade, propugnam para que tudo permaneça como está. Uma avaliação externa é tal sob uma dupla condição: a) a de que os que a avaliem não pertençam ao corpo docente da Universidade e sejam profissionais reconhecidamente competentes em suas respectivas áreas de conhecimento; b) a de que os critérios de avaliação, o seu processo e os seus resultados sejam efetivamente tornados públicos para a sociedade em seu conjunto.

O país exige mudanças, que não podem consistir em "respostas" cujo teor seja, modernizando uma fórmula do século 19: "Gritemos e falemos bastante para que tudo permaneça como está". A Universidade deve ter um projeto e fazer valê-lo para que o seu caráter público seja por todos reconhecido.

* Professor titular de filosofia da UFRGS

O mercado não sabe ensinar

O presidente da associação de docentes da UFRGS contesta o artigo do professor Denis Rosenfield sobre as relações entre universidade e sociedade

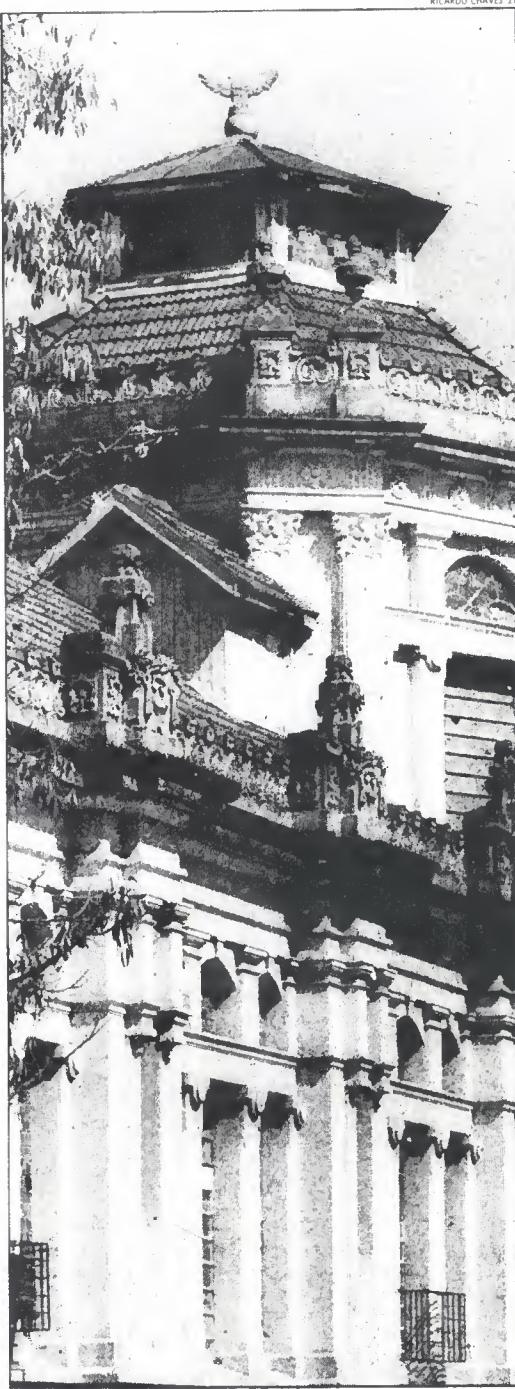
RENATO DE OLIVEIRA *

Em artigo publicado no *Cultura* de 8 de abril (*Um contrato não cumprido*), o professor Denis Rosenfield sugere a noção de "contrato" para pensar as relações entre Universidade e sociedade: esta financia aquela, que em troca deve lhe fornecer profissionais competentes. Este "contrato" estaria sendo descumprido pela a Universidade, ou pelo menos estaria seriamente comprometido. A generalidade da afirmação não admite contestação, mas devemos admitir que ela é bastante razoável para prescindir de demonstração fática: parece evidente que alguns setores da Universidade estão aquém da qualidade desejada.

É importante, a este respeito, ressaltar o papel desempenhado pelas instituições privadas de ensino superior. Sabe-se que grande parte das críticas dirigidas às instituições públicas neste setor supõem uma comparação desvantajosa com as privadas, supostamente mais competentes. Se estivéssemos falando em pesquisa científica ou extensão universitária, a referência não seria necessária, dada a pouca relevância da contribuição das instituições privadas nestas áreas. É sabida, no entanto, sua participação crescente na formação de profissionais de ensino superior a partir de 1968. A expansão do ensino privado coincide com o processo de empobrecimento de pequena burguesia tradicional, decorrente do modelo concentrador de renda incentivado pelos governos militares. Essa concentração implicou num modelo específico de modernização do aparelho econômico, o que demandava por sua vez maior número de profissionais. De um lado, portanto, tínhamos um enorme contingente de jovens para os quais as profissões tradicionais já não representavam alternativas de sobrevivência econômica; de outro, um mercado ávido por engenheiros, economistas, administradores, médicos, etc. Ora, foi a universidade privada que melhor soube aliar a necessidade de expansão na formação de profissionais com a *desqualificação relativa* exigida pelo mercado. Foi um mercado que se viu largamente satisfeito com cursos do tipo "engenharia de produção", que formavam engenheiros em até três anos. Escolas privadas surgidas como cogumelos chegaram a formar médicos às centenas em tempo menor do que o mínimo legal e sem possuírem hospitais!

Certamente não é este o tipo de "contrato" que almejamos. A Universidade Privada adapta-se e responde às *demanda*s do mercado. Ora, além de o mercado não pensar o longo prazo, nem sempre ele respeita o interesse público.

Mas devemos também ter presente que a partir do final dos anos 60 o ensino superior público também se expandiu e consolidou a sua principal característica: o desenvolvimento de uma base material e de recursos humanos que hoje torna o Brasil um dos raros países que, fora do Primeiro Mundo, é capaz de aspirar ao desenvolvimento científico e tecnológico autônomo. Ora, é esta a Universidade que está em crise! E não entendemos esta crise se não aceitarmos o fato de que seu inicio foi marcado pela *rebelião* da Universidade contra o projeto de desenvolvimento que a gerou! Rebelião contra as limitações que ele impunha ao desenvolvimento científico e tecnológico, mas também contra suas implicações políticas, pois durante a ditadura militar a Universidade viu-se privada de



A pergunta é: o Estado vai financiar a autonomia da Universidade?

alguns de seus melhores cérebros.

Em ambos os casos, a Universidade representa a existência de um *espaço público*. O exemplo, justamente apontado por Rosenfield, de que a Universidade mantém-se praticamente incólume ao mar de corrupção em que parece mergulhar a vida pública do país, é, deste ponto de vista, apenas uma consequência a mais da lógica do funcionamento do *espaço público* no seu interior: não concordamos que na origem da corrupção está a subordinação do interesse público ao privado?

O contrato existente entre a Universidade Pública e a sociedade depende de que tenhamos assentes as bases sobre as quais compreendemos o *interesse público*. Qual o futuro que queremos para o país que almejamos? E, o que é parte da questão, devemos perguntar à entidade avaliadora do contrato, isto é, o Estado, se ele está pronto a financiar, e até que ponto, o funcionamento desse espaço público e o que ele supõe: a produção autônoma de conhecimentos, a formação de profissionais qualificados que não se limitem à simples adaptação a conjunturas de globalização econômica e exclusão social, e a extensão universitária para além do assistencialismo que nos é imposto nestes tempos de "ação da cidadania contra a fome". Pois se existe um contrato entre a Universidade Pública e a sociedade cabe ao Estado fornecer os seus meios materiais.

Que a avaliação, inclusive externa, é necessária, não há dúvida. Mas a atual experiência de avaliação é só um arrolamento de deficiências materiais

Por último, não há como discutir avaliação sem que estas questões estejam claras. Que a avaliação, inclusive externa, é necessária, não há dúvida, e isto vem sendo discutido e exigido, inclusive pelas associações de docentes, há mais de 10 anos. Mas a atual experiência de avaliação por que passam as universidades federais brasileiras, consubstanciada no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), reflete este dilema: avaliar *como* e *para quê*? Em termos práticos, o que se está fazendo é o arrolamento de deficiências materiais. O principal não se avalia: a política educacional do governo federal! Todo o esforço sincero da maior parte dos dirigentes universitários em fazer com que o PAIUB produza um diagnóstico preciso mal consegue contagiar a comunidade de acadêmicos. Como falar em aumento de eficiência e de qualidade, quando se sabe que a qualidade e a eficiência que já conquistamos correm o risco de serem perdidas num cotidiano marcado por uma escassez absurda de recursos (a partir do final de abril não teremos dinheiro para pagar as contas de água, luz e telefone, é o que anuncia o reitor da UFRGS!), por salários depauperados, por ameaças à aposentadoria, pelo sucateamento de materiais, e por sucessivas frustrações de sucessivas tentativas de se mudar as relações entre governos e Universidades, de forma a que os interesses da sociedade assumissem a prioridade?

* Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Odontologia Preventiva e Social (UFRGS) e presidente da ADUFRGS (Associação de Docentes da UFRGS).

Os impasses do contrato

O professor Denis Rosenfield dá prosseguimento ao debate sobre a Universidade, respondendo à réplica do professor Renato Oliveira

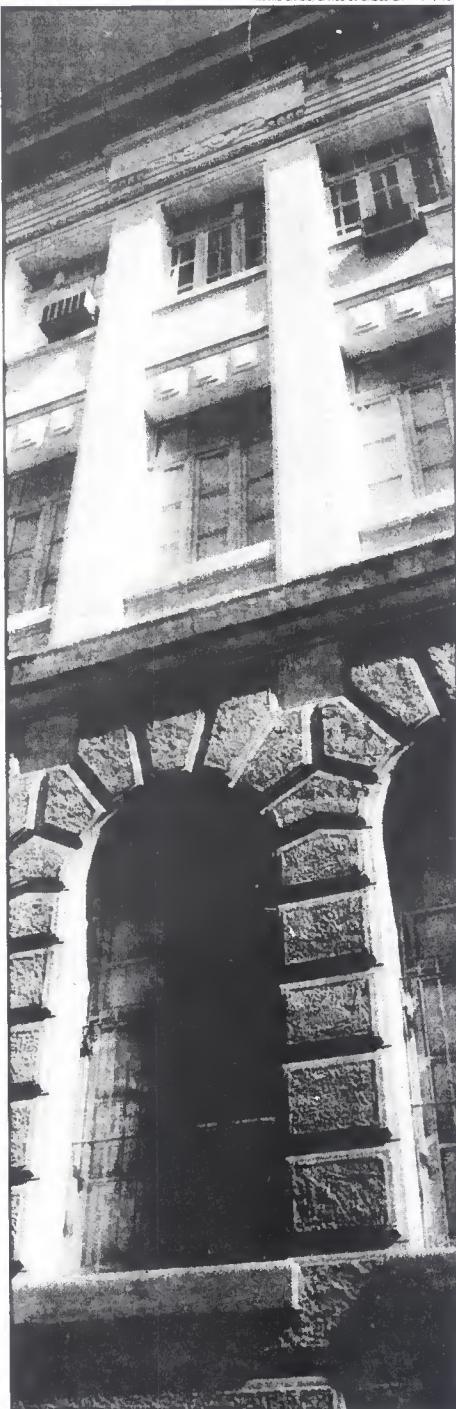
DENIS L. ROSENFIELD *

Em seu comentário (*O mercado não sabe ensinar*, no último *Cultura*) a meu artigo (*Um contrato não cumprido*), o professor Renato Oliveira retoma a ideia de contrato como um conceito suscetível de repensar as relações entre a Universidade, o Estado e a sociedade. E o faz através de um arrazoado que se destaca pelo realce dado à questão da Universidade privada, concludendo com uma crítica ao caráter limitado das avaliações em curso nas universidades públicas. A questão é suficientemente importante para que se possa, enfim, debater *publicamente* os problemas prementes da Universidade.

O conceito de contrato como devendo reger as relações da Universidade com a sociedade deve ser pensado à luz da inscrição das instituições federais de ensino na estrutura geral do Estado. O destaque que pretendo dar a esta relação tem como propósito ressaltar que se o Estado financia o ensino e a pesquisa é com o intuito de que a Universidade cumpra com suas funções de transmissão do saber, de pesquisa e de divulgação social do conhecimento. Realço, aqui, de certa maneira, o óbvio, porém esta obviedade parece estar sendo relegada a segundo plano. Estamos acostumados, e mal acostumados, a que nossas instituições estatais funcionem precariamente. Isto nos faz esquecer que há parâmetros para julgar se uma determinada função é ou não cumprida. Refiro-me a finalidades intrínsecas que independem do caráter específico do mercado ou, mesmo, de uma época. Por exemplo, numa faculdade de Direito, pode-se determinar o que seja um bom advogado por saber fazer petições ou ser capacitado para ser juiz. Além delas, há evidentemente aquela que insere a pesquisa no desenvolvimento nacional e internacional e esta, embora mais difícil de determinar, tem igualmente critérios.

Fago estas considerações introdutórias com o propósito de diferenciar o contrato que a Universidade pública estabelece com a sociedade daquele feito por uma Universidade privada. O primeiro é um contrato da sociedade consigo mesma, cujo fim é o bem público, para além, portanto, dos interesses econômicos imediatos. A pesquisa realizada em nosso país faz-se, num percentual superior a 90%, em universidades públicas. Dado suficientemente relevante, que permite ilustrar o investimento feito, o retorno ocorrido e a perspectiva pública de longo prazo e alcance que ele acarreta. O segundo é um contrato, de tipo privado, de determinados grupos com setores da sociedade, um negócio com cláusulas contratuais, estas sim voltadas para as necessidades imediatas destes setores do mercado. A sua relação com a sociedade consiste, por assim dizer, em não contrariar o bem público, o seu resultado tendo sido, como bem o assinala Oliveira, um ensino altamente insatisfatório e a inexistência prática da pesquisa.

Ora, o problema consiste em que as universidades públicas sofrem o perigo de serem "privatizadas", não apenas pela voga neoliberal em curso, mas também pelas suas próprias corporações, que tem se recusado a enfrentar uma avaliação externa de seu desempenho. O dilema atual da Universidade situa-se precisamente em enfrentar um duplo desafio: o da sua subordinação a determinados setores que regem o movimento do mercado, sem nenhuma consideração para com o *bem público*, e o da sua submissão a setores de suas corporações. Boa parte dos problemas da Universidade deve-se ao seu inanismo no que diz respeito a repensar a sua função



Parte dos problemas da Universidade se deve à sua inação

através de medidas práticas imediatas. Não é suficiente reclamar por mais verbas se não se presta contas sobre a sua aplicação e se não se insere a Universidade na sociedade à qual pertence.

Uma universidade é uma instituição estruturada segundo o saber. Muito tem-se dito sobre a falta de financiamento por parte do Estado enquanto avalista deste contrato de tipo público. Se é bem verdade que a descontinuidade e, freqüentemente, a ausência de recursos têm prejudicado enormemente a pesquisa, não é menos verdadeiro que o Estado brasileiro desenvolveu projetos amplos de financiamento da pesquisa (CNPq, FINEP, FAPERGS) e de formação de recursos humanos (CAPES, CNPq, FAPERGS). Ora, o que também tem ocorrido é que as universidades não têm utilizado convenientemente os recursos existentes. Freqüentemente tem ocorrido que há mais bolsas do que candidatos para estudos no exterior e, em algumas áreas, até no Brasil. Tem faltado agressividade à Universidade para enfrentar seus problemas, com a consequência de que, agora, o Estado tenta fazê-lo.

◆

Uma universidade pública e gratuita não pode ficar refém de suas corporações. Se o fizer, corre o risco de criar condições para uma "privatização" interna e externa

Tome-se, igualmente, o problema da partidarização da Universidade, que relega a segundo plano o que deveria ser primeiro, ou seja, a hierarquia normativa do saber. Esta deveria traduzir-se por uma hierarquia política, tendo no corpo de professores o seu centro e núcleo de decisão, sob pena de que se relegue ensino e pesquisa a algo marginal aos mecanismos decisórios da Universidade. Uma universidade pública e gratuita não pode ficar refém de suas corporações, pois, se o fizer, corre o risco de "privatizar-se" internamente, criando condições para uma "privatização" externa. Poderíamos, inclusive, recorrer aqui a uma formulação do prefeito Tarsó Genro relativa às questões políticas da administração municipal, qual seja, a do controle público não-estatal. Neste sentido, a avaliação externa é uma condição indispensável a este controle.

Dadas essas premissas, ao dilema, colocado por Oliveira, relativo ao "como" e ao "para quê" da avaliação, sugeriria alguns caminhos de resposta.

O "como" da avaliação consiste no seu caráter necessariamente *externo*. Não se contrapõe, nessa perspectiva, dois tipos de avaliação. Há apenas uma, a externa, a interna sendo apenas preparatória, não podendo ter o mesmo peso decisório. Se esta preliminar não é levantada, estar-se-ia apenas desconsiderando a avaliação externa e legitimando a interna. Utilizando uma analogia: se um indivíduo doente se autodiagnosticasse, o seu diagnóstico tem o mesmo valor do que o do médico?

O "para quê" da avaliação remete à formação de profissionais, qualificados segundo parâmetros que podem ser facilmente definidos para cada profissão e controláveis pela sociedade, à formação do Espírito, como diria Hegel, isto é, ao autoconhecimento da sociedade por si mesma, à sua educação e à pesquisa que a vincule a critérios universais de conhecimento, abrindo caminho para que nosso país inscreva-se entre as nações que souberam fazer do saber a via sacra do desenvolvimento.

* Professor do Instituto de Filosofia da UFRGS

A democracia deve ter a palavra

O presidente da ADUFRGS, Renato de Oliveira, responde à tréplica do professor Denis Rosenfield, continuando o debate sobre universidade (*)

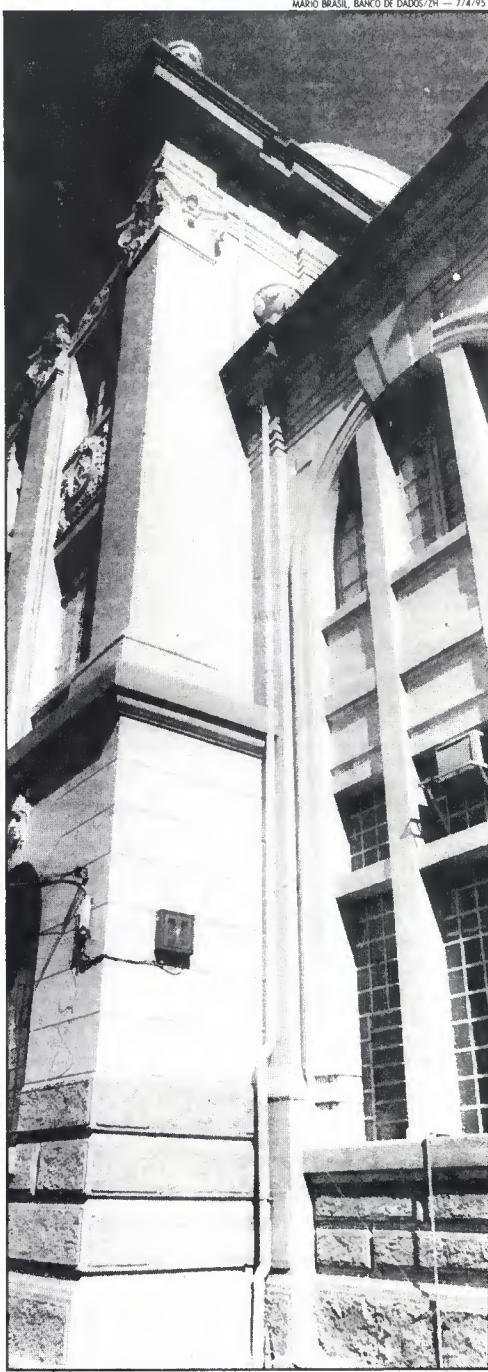
RENATO DE OLIVEIRA **

No texto introdutório ao recente seminário promovido pela Associação de Docentes da UFRGS, Reitoria da UFRGS e Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sob o título "Um Projeto Político Democrático e Popular é Possível?", sugerimos que caberia às mesmas forças sociais e políticas que souberam colocar em cheque a estratégia da transição "lenta, gradual e segura" dos militares, alargando consideravelmente os limites do modelo de "democracia" inicialmente proposto, caberia, enfim, a estas mesmas forças políticas, que globalmente identificamos aos movimentos sindicais e populares, a tarefa histórica da construção de um espaço público de exercício da cidadania. O conceito de espaço público tem longa tradição na filosofia política. Limitemo-nos aqui ao seu aspecto mais imediato: entendemos como tal a ação dos indivíduos motivados por uma ética do bem comum.

Lembramos isso a propósito da tréplica do professor Denis Rosenfield (*Os Impasses do Contrato*) publicada em *Cultura* de 29 de abril à minha réplica ao seu artigo inicial, publicados no mesmo caderno. Aliás, o próprio professor Rosenfield participou do referido seminário.

Rosenfield afirma que "se o Estado financia o ensino e a pesquisa, é com o intuito de que a Universidade cumpra com suas funções de transmissão do saber, de pesquisa e de divulgação do conhecimento". Esta afirmação não ressalta apenas o óbvio: ela desarma pela abstração! No caso brasileiro, a estrutura de financiamento da pesquisa foi criada durante a ditadura. O que tem isto a ver com o debate atual? Ora, há uma questão que nos parece óbvia, tanto quanto a afirmação do professor Rosenfield. Se, na época do regime militar, havia uma política de Estado que intervinha diretamente na criação de institutos de pesquisa, na formação de recursos humanos e no financiamento deste processo em nome de certos objetivos estratégicos (e obscuros!) associados ao sonho do "Brasil Potência", hoje o Estado não representa mais claramente nem o projeto anterior, nem qualquer outro que, contrapondo-se àquele, garanta a continuidade da expansão da pesquisa e da exigência sobre a qualificação acadêmica. Por outro lado, a sociedade não consegue articular demandas claras para a universidade pública. Não falamos aqui nas demandas de *mercado*, nem nas de "profissionais competentes". As primeiras constituem apenas uma parte da demanda social e, se devem ser levadas em conta na definição de uma política para o ensino superior, não constituem certamente o núcleo dessa política. As segundas são por demais óbvias, como assinala Rosenfield e, se não estão sendo cumpridas satisfatoriamente, relevam de um problema administrativo. Mas queremos situar-nos num outro nível de debate.

Uma política pública supõe previsão, além de articulação com um projeto nacional que represente a concretização do interesse público num determinado momento histórico. Ora, quais são as demandas que a sociedade coloca para a universidade pública hoje? Seriam as demandas representadas pelos excluídos da sociedade? Se a Universidade fosse repensar sua trajetória priorizando essa problemática estaria indo por um caminho que não é o seu: seria um absurdo voltar as costas a estas



A sociedade não tem articulado demandas claras à universidade

necessidades, mas igualmente absurdo reduzir o papel da Universidade ao de suprir as deficiências deixadas pelos órgãos estatais. Isto não resolveria aqueles problemas e agravaría os da Universidade. Seriam as demandas do empresariado? Estas, eventuais, e localizadas, estão longe de sustentar um projeto de alcance nacional. Há exceções, e recente reportagem sobre a experiência da Universidade Federal de Viçosa é sugestiva, mas, certamente, não é um caminho para um projeto público para a universidade brasileira como um todo. Como ficariam universidades de regiões economicamente desenvolvidas? Seriam as demandas comumente associadas às "classes médias" representadas pelas aspirações profissionais dos estudantes e de suas famílias? Ora, se a Universidade fosse pensar para responder expectativas individuais, não se justificaria tanta polêmica.

Será que a opinião pública, sempre tão disposta a ouvir as acusações de corporativismo contra a universidade, pode superar o referencial corporativo?

Estas questões, parece-nos, ajudam a situar um dos problemas-chave do tema que nos ocupa. Fala-se muito em corporativismo. Mas será que a opinião pública, sempre tão disposta a ouvir as acusações de corporativismo às reivindicações que partem da Universidade, é capaz, ela mesma, de superar o referencial corporativo em suas manifestações? Ou, para sermos mais exatos, será que podemos falar em opinião pública neste país? Ou será que a Universidade continua espremida entre um Estado fortemente patrimonialista e uma sociedade reativamente corporativa, vendo cada vez mais comprometido o espaço público? Não será que depois de quase duas décadas de transição à democracia, mal conseguimos atingir o estágio de organização autônoma dos grupos na sociedade civil, agindo através da disputa de interesses, e continuamos mostrando-nos incapazes de construir um espaço público regional por uma ética da cidadania?

O contrato entre a Universidade e a sociedade, como assinala Rosenfield, não é um contrato de tipo privado. Sendo um contrato da sociedade com ela mesma, deve espelhar o compromisso com a superação da disputa entre interesses corporativos e com a construção de uma identidade comum, que certamente não anulará o conflito, mas tornará possível que se conviva com ele.

Onde está o horizonte do espaço público na sociedade brasileira que permitirá à Universidade realizar a sua vocação pública? Com a palavra: as mesmas forças sociais e políticas que colocaram em cheque o projeto da transição lenta, gradual e segura do regime militar, alargando os limites da democracia. Com outras, certamente não andará o Espírito

* No próximo "Cultura", os professores Renato de Oliveira e Denis Rosenfield poderão contar com espaços iguais para o encerramento do debate sobre a Universidade

** Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Odontologia Preventiva e Social (UFRGS) e presidente da ADUFRGS

* Onde se lê "Como ficariam universidades de regiões economicamente desenvolvidas", leia-se Como ficariam universidades economicamente menos desenvolvidas

Zero Hora, 13/5/95 - Segundo Caderno, pág. 8

Sobre a medicina e o Espírito

Encerra-se nesta página o debate entre os professores Denis Rosenfield e Renato de Oliveira sobre a relação entre universidade e sociedade

DENIS L. ROSENFIELD *

Pensar a Universidade significa pensar o projeto de uma instituição inserida na sociedade, não sob o modo de um reflexo, mas de reflexão sobre os rumos desta. Isto significa que a sociedade não deve — esta é, pelo menos, a sua função — apenas espelhar o que nela acontece, porém intervir decisivamente sobre os seus destinos. Quero dizer com isto que a Universidade tem uma função instituinte, criativa, em relação à sociedade e à sua opinião pública. Cabe a ela dar forma às expectativas nascidas na opinião pública, respondendo aos anseios da sociedade como um todo, sem abdicar, no entanto, do que é sua tarefa essencial: exercício permanente da crítica e elaboração de projetos sobre as carências sociais, sobre o desenvolvimento científico, sobre a pesquisa e sobre as instituições políticas.

Não se pode, portanto, confundir a opinião pública em suas expectativas com projetos que esta, evidentemente, não pode por si mesma explicitar. Explico-me: se a Universidade existe é precisamente para elaborar os projetos que a sociedade, por si mesma, é incapaz de fazer. Pertence a esse contrato de tipo público que a Universidade pense criticamente o que a sociedade necessita, sob pena de ficar a reboque desta. Quê a Universidade seja a consciência pensante de sociedade significa que ela seja capaz de apresentar soluções para os problemas existentes no país. Logo, não se pode colocar como condição que a sociedade tenha de antemão um projeto para que, nele, a Universidade se insira, pois do que se trata, precisamente, é da construção desse projeto.

Teço essas considerações a propósito da polêmica com o professor Renato de Oliveira, pois ao remeter o projeto de universidade à opinião pública e às suas forças, ele exige da sociedade o que não é tarefa desta. E, ao fazê-lo, incorre num sofisma, qual seja, o de reduzir o espaço público aos seus referenciais meramente corporativos. Se a sociedade brasileira, por sua opinião pública, está tentando dar um basta à pura satisfação dos interesses corporativos, é porque o seu referencial situa-se para além das corporações e dos cartéis, embora tenha dificuldades para superar esta etapa. Não se deve, contudo, identificar essas dificuldades com uma qualquer incapacidade de cumprir uma tal tarefa. Pelo contrário, a sociedade brasileira tem demonstrado uma inegotável força, visando, precisamente, a fundar um Estado justo. Lembro-mos-nos, entre tantos exemplos, do impeachment do ex-presidente Collor.

O debate atual passa, então, por uma discussão sobre a função da Universidade, sobre o papel do Estado, não sendo nenhuma abstração afirmar que cabe ao Estado financiar a pesquisa e o ensino, pois o que está em questão é a própria Universidade pública, além, bem entendido, do caráter concreto das bolsas de estudo em seus diferentes níveis, de pesquisa, dos laboratórios e das bibliotecas, para tocar, apenas, em alguns pontos centrais deste financiamento necessário. Eis, pois, o caminho do Espírito, entendendo por este o trabalho de uma instituição capaz de pensar a sociedade e de elaborar projetos para esta. Só assim a Universidade será a cabeça pensante da sociedade.

* Professor titular do departamento de Filosofia da UFRGS

MÁRIO BRASIL, BANCO DE DADOS/ZH — 7/4/95

RENATO DE OLIVEIRA *

Defendo que a crise da Universidade é política, incompreensível sem referência à crise do país. Não se trata apenas de saber se nossos advogados sabem fazer petições: trata-se de ter clareza sobre o que se está fazendo com a Lei neste país: sob o argumento da eficiência na gestão econômica da sociedade comprometeu-se a segurança jurídica dos cidadãos! Nossas faculdades de direito ignoram isto na sua faina de formar "operadores" de direito positivo, bons ou maus importa?

Duas questões do último artigo de Rosenfield. Primeiro, a da hierarquia normativa do saber. Ela é fundamental e está comprometida em nossas universidades. Os funcionários, após participarem das tentativas de eliminar a intervenção do Estado autoritário na Universidade, recusam-se a aceitar mecanismos de decisão nucleados nos professores, vendo nisto sua exclusão. Há aí razões corporativas. Mas os professores tampouco estão isentos de corporativismo! Não temos os "grandes professores" do passado, que por autoridade institucional e emulação intelectual personificavam a hierarquia do saber. Devemos isto, em muito, às transformações do trabalho acadêmico: hoje trabalhamos em equipe e isto muda as relações internas da Universidade com evidentes reflexos na hierarquia. É um avanço democrático, mas quais as consequências de, nos departamentos, não se diferir entre um professor iniciante e um no auge da carreira quando se atribuem responsabilidades? A estrutura departamental funciona como espaço de "disputa de poder" onde institucionalmente saber e experiência não contam! A questão, portanto, é mais complexa do que apenas colocar professores no núcleo do processo decisório. Precisamos de uma instituição na qual professores e funcionários ajam em nome do saber, sem perdermos de vista que queremos uma Universidade aberta aos problemas e conflitos da sociedade — tenhamos claro que a primazia do saber pode levar ao conservadorismo!

Quanto à avaliação. Aceitamos a analogia médica ao contrário. Em nome de interesses maiores da humanidade, médicos já esterilizam aos magotes, inclusive nas democracias, e, eugenismos à parte, médicos, vêem doença por todo lado! Aliás, velha e boa definição sociológica diz que doença é o que a medicina qualifica de doença! É necessário, portanto, não transformar a Universidade em paciente. Ora, diagnosticar pressupõe a noção do que seja a saúde que se quer alcançar, noção esta mais valorativa do que leigos e médicos imaginam! A analogia não pode portanto esconder que a avaliação deve ser um processo de diálogo entre a Universidade e a sociedade, no qual a avaliação interna seja a tomada de posição da Universidade sobre suas atribuições do ponto de vista do interesse público. Há luta ideológica aí. E o diálogo deve ser deliberativo, o que supõe a definição de quem representará o interesse público pelo lado da sociedade. Um "controle público não-estatal" sugere um bom caminho, inclusive porque coloca o espaço público em seu devido lugar: autônomo ao Estado. Mas se a formulação aponta um caminho, ele ainda está em aberto: a avaliação externa pode evoluir para uma pressão em favor da privatização das atividades da Universidade sob comando dos setores que regem a economia de mercado. Neste caso, é melhor mudarmos de médico!

* Sociólogo, professor no Departamento de Odontologia Preventiva e Social/UFRGS e presidente da ADUFGRS



Detalhe da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Os Excluídos

*Esse é o tema do próximo número de ADverso
Envie seus textos até 30 de setembro, e não seja excluído dessa edição*

Os excluídos têm alto poder de *marketing* político. "O povo" dos românticos, "os escravos" dos republicanos, "os proletários", os "trabalhadores do Brasil", os "descamisados"... elegeram muitos políticos, cujos objetivos o tempo encarregou-se de revelar.

O número oito da revista *ADverso* tenta entrar neste terreno movediço no qual estamos incluídos, apesar da exclusão...

Parece ser imprescindível, além da escolha de tema tão imponderável, escolher um *rumo*, ou um *tom* geral numa visão político-didática. Este *tom* pode ser passivo, impotente e lamentoso, misturando-se ao código e horizonte dos próprios excluídos. Por outro lado, pode ser ativo – apontando para recursos positivos e legítimos – e tentar trazer socorro do lado de fora.

De qualquer forma, estaremos sempre margeando ou mergulhando na evidente "luta de classes". As situações messiânicas e os discursos "por cima e por fora", nesse terreno, são constantes e subliminares. O voluntarismo não passa, aqui, além da retórica. Mas, se o conflito, o desvelamento das contradições e a ruptura hepitêmica podem jogar os participantes na busca do saber e da visualização da condições nas quais vivemos, vale a pena empreender este trabalho. O saber move a criatura humana aos maiores trabalhos. Através deste trabalho, esta criatura humana se constrói.

Vista, do lado da vontade, a exclusão pode ser passiva ou ativa. Tentando inscrever esta exclusão - nos diversos terrenos -, temos um quadro complexo:

TERRENO	PASSIVO	ATIVO
Social	o grupo de fora	rebeldes
Econômico	abaixo da linha da pobreza	os predadores econômicos
Direito	o menor, o inabilitado, o incapaz	o sistema jurídico fora da sociedade
Educação	analfabeto	barbárie
Arte	ignorante da norma estética	estética alternativa
Medicina	fora do sistema assistencial científico	curandeirismo, charlatanismo
Arquitetura	sem teto	favelado, nômade, marginal
Política	desqualificado, lúmpen	apátridas, migrantes
Religião	excomungado	herege, profeta
Trabalho	desempregado	ócio assumido
Psicológico	louco	agressivo anti-social
História	os sem sentido	os revolucionários

ADVERSO

Ano V - Nº 7 - Julho de 1995

A ADverso pretende constituir-se num efetivo instrumento de comunicação dos docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estabelecendo um canal para análise e discussão de temas acadêmicos e de conjuntura nacional. Para que isso aconteça, é muito importante saber o que lhe interessa para leitura. Responda o questionário abaixo, que servirá de base para a elaboração das próximas edições, e envie-o à sede da Adufrgs ou entregue ao representante de seu departamento no Conselho. Participe, e transforme a ADverso num veículo de intervenção na vida acadêmica.

1. Gostaria que fossem abordados os seguintes temas nas próximas edições da revista ADverso.

2. Gostaria de ler os temas sugeridos como:

() artigo () entrevista () reportagem () debate () crônica

4. Qual a sua avaliação desta edição da revista ADverso?

adversinhos

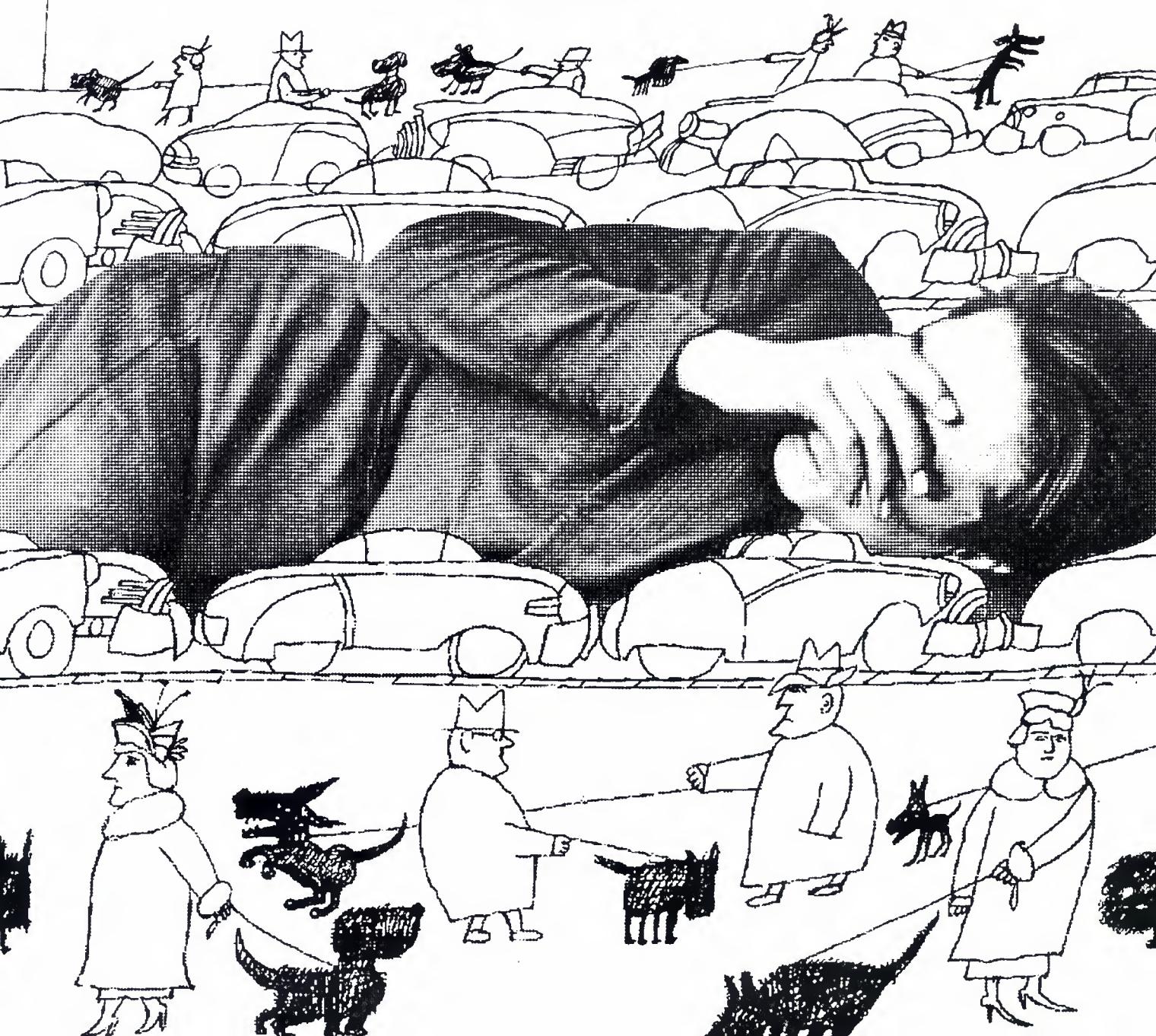
Texto: Verde. Layout: Mauro Dorfman *

*sobre ilustração de Saul Steinberg e foto de Henri Cartier-Bresson

A cadeia é pública
Com seu cheiro de urina antiga
E esperma seco no colchão,
Com aquele grupo de gente amiga
E o sangue rolando pelo chão.
O banco traseiro do camburão,
Pra falar com seu delegado,
Um espaço que é meu. Obrigado.

A rua é de todos, a praça é nossa
O esgoto, o cano, a água, a fossa,
O ar, o parque, a avenida,
Que trafego, ando, passeio,
Assembléia do povo, querida
O mercado, o bar, meu meio.
O abaixo assinado, o acima arranjado,
Espaços de graça, sem preço
Tudo meu, tudo seu, tudo público,
Por todos, feliz, agradeço.

A universidade, a prefeitura, a ponte,
O despacho, a encruzilhada, o lobisomem,
O sanatório, a ouvidoria, a barbearia,
As fofocas, novidades, nem me conte,
Curioso, as notícias me consomem.
A magia, a igreja, o mistério
Minha alma tem o seu espaço.
O bordel, o hospital, o necrotério,
Meu corpo no luxo de seu paço.



1. A ADverso já está recebendo contribuições para as próximas edições. O prazo para envio de material a ser publicado no segundo semestre de 1995 encerra em 30 de setembro.
2. Todo material recebido será submetido à Comissão Editorial, que decidirá pela publicação ou não.
3. Os textos deverão ser entregues já digitados nos seguintes editores de texto: Word, Word-Perfect, Carta Certa, ou qualquer outro do ambiente Windows, acompanhados dos dados do autor: nome completo, formação, endereço profissional e/ou residencial e telefone.
4. Notas bibliográficas deverão ser colocadas ao final do texto, conforme padrão da ABNT.

ADverso é uma publicação semestral da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - ADUFRGS-Seção Sindical da ANDES-Sindicato Nacional. Sede: Av. João Pessoa, 409 - 3º andar. CEP: 90040-000 - Fone: (051) 226.27.19 e FAX: (051) 211.19.21

DIRETORIA (Biênio 94/96)

Presidente: Renato de Oliveira
1º Vice-Presidente: Maria A. Pinhal de Carlos
2º Vice-Presidente: Fernando Rosa do Nascimento
1º Secretário: Cirio Simon
2º Secretária: Leda C. W. Gobetti
1º Tesoureiro: Vanderlei Carraro
2º Tesoureiro: Luiz Miranda
1º Suplente: Jorge Ricardo Ducati
2º Suplente: Aron Taitelbaum

COMISSÃO EDITORIAL

Renato de Oliveira, Maria Assunta Campilongo, Maria Luiza Armando, Cirio Simon, Renato Saul, Raul Dorfmann, Rubens Weyne, Ilza Girardi, Umbelina Barreto, Jorge Antônio Quillfeldt, Vanderlei Carraro.

EDIÇÃO

Silvano Mariani - MT 7481/RS

CAPA E ILUSTRAÇÕES INTERNAS:

Umbelina Barreto

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:

Umbelina Barreto e Silvano Mariani

REVISÃO

Sandro W. Andretta

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Comunicação Impressa Ltda

TIRAGEM

3.000 exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, e não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Este número de ADverso é dedicado ao professor Antônio Cláudio Nuñez

UMBELINA BARRETO

é professora do Instituto de Artes da UFRGS, artista plástica graduada em pintura e desenho, e mestre em filosofia. Desde 1976 participa de exposições coletivas em salões nacionais e internacionais. Realizou exposições individuais em 78, 79 e 82. Obteve prêmio em desenho no Salão Nacional de PE, em 1979. Editou juntamente com o núcleo Criação dois livros-objeto-arte: *Refluxos*, em 86, e *Fluxos*, em 90.

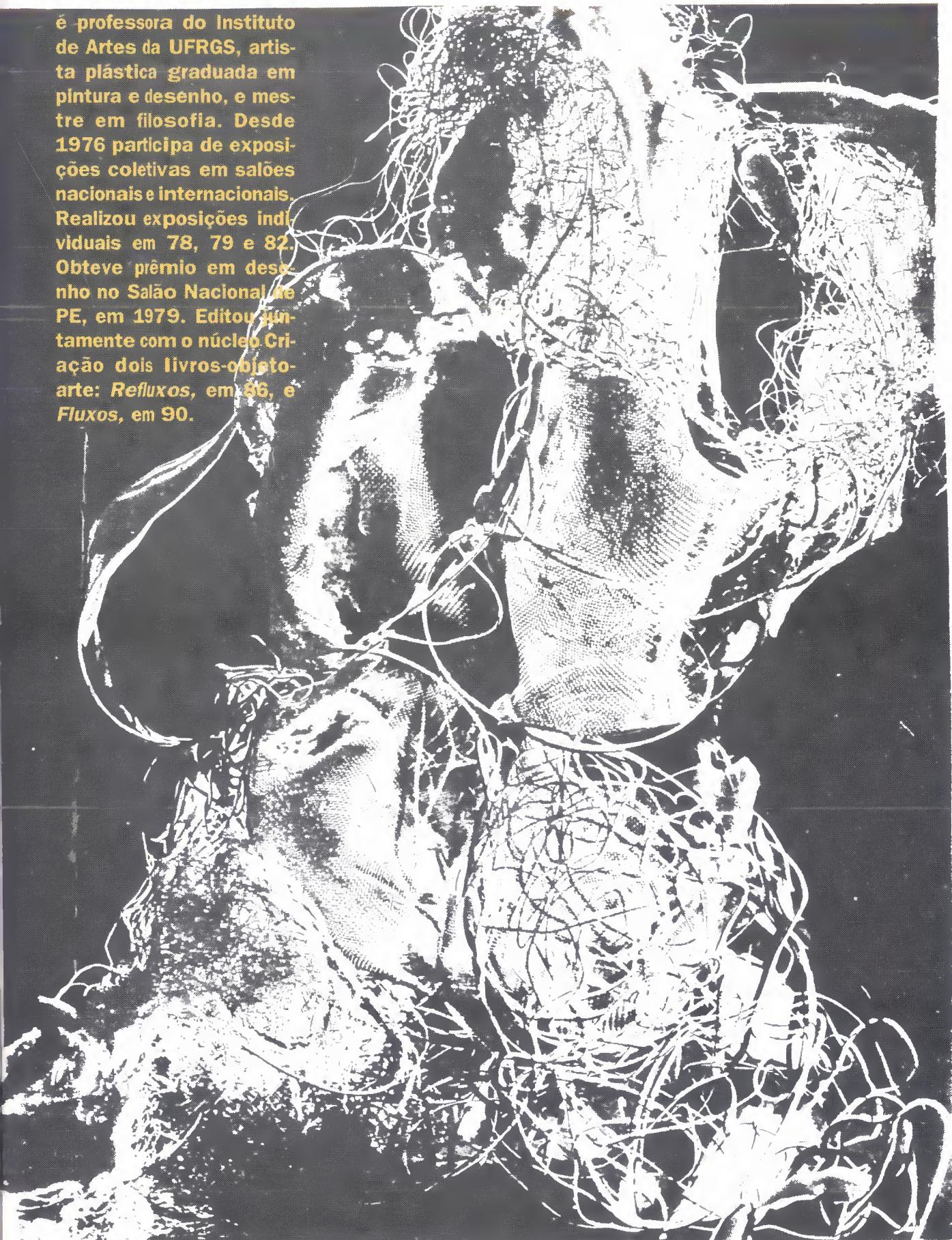


Foto da Capa e Contracapa: Cristine de Bem e Canto



Apoio:

